

Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação em História - Doutorado

# Outras formas de enfrentar a ameaça comunista

Plínio Ferreira Guimarães

Belo Horizonte

2014

Plínio Ferreira Guimarães

## Outras formas de enfrentar a ameaça comunista:

os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de Minas Gerais

08 de dezembro de 2014

981.63  
G963o  
2014

Guimarães, Plínio Ferreira

Outras formas de enfrentar a ameaça comunista [manuscrito] : os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974) / Plínio Ferreira Guimarães. - 2014.

300 f. : il.

Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Brasil. Exército – Teses. 2. História – Teses. 3. Ditadura e ditadores – Teses. 4. Brasil – História – 1964-1974 – Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Tese defendida pelo aluno **Plínio Ferreira Guimarães** em **08 de dezembro de 2014** e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos(as) professores(as):

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sa Motta - Orientador  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Profa. Dra. Miriam Hermeto Sa Motta  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Profa. Dra. Maud Aurélia Chirio  
Université Marne La Vallée

---

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão  
Universidade Federal de Minas Gerais

*À minha avó Aristidia e à minha tia Ilta,  
sempre vivas em nossas memórias.*

## AGRADECIMENTOS

Durante os quase cinco anos passados de minha aprovação no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) até o momento da defesa, muitas são as pessoas e as instituições merecedoras de menção de agradecimento nesta tese. Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Dr. Rodrigo Patto Sá Motta. Seu trabalho sempre foi uma influência para mim. Tenho “usado e abusado” de seus textos como referência desde a pesquisa do mestrado e agora tive o imenso prazer de tê-lo como orientador no doutorado. Externo aqui minha profunda admiração e respeito e agradeço pelas oportunidades (sobretudo a de aceitar orientar esta tese), pelas indicações de caminhos, pelos “puxões de orelha”, pelas observações sempre pontuais e objetivas, enfim, por tudo. Muito obrigado!

Aos professores e servidores do programa e aos colegas de curso pela companhia, disponibilidade, trocas de conhecimento, observações e presteza.

Ao Instituto Federal Minas Gerais/ *campus* São João Evangelista e ao Instituto Federal do Espírito Santo/ *campus* Ibatiba, na figura de seus diretores-gerais, diretores de ensino e coordenadores de ensino pela compreensão e ajuda através da liberação para viagens de pesquisa, de horário especial para o cumprimento das disciplinas do programa e para a elaboração da tese e pela diminuição do número de horas em sala de aula, quando foi possível. Agradeço também aos colegas professores e servidores administrativos destas instituições que sempre incentivaram minha caminhada.

Aos professores Dr.<sup>a</sup> Priscila Carlos Brandão Antunes e Dr. Francis Albert Cotta pelas importantes ponderações ao texto, pelas sugestões de literatura e pelas críticas construtivas feitas durante o exame de qualificação e que permitiram redirecionar alguns pontos da tese.

À Sr.<sup>a</sup> Carmen Moreno e aos demais servidores do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro pela gentileza e presteza no atendimento durante as pesquisas, sobretudo nas consultas realizadas via telefone, como nos documentos do Fundo do Serviço Nacional de Informações.

Ao sgt. Álvaro Luiz dos Santos Alves e ao ten. Mauro da Costa Pereira pela gentileza na recepção e por permitirem que fosse feita a consulta aos documentos utilizados neste trabalho mesmo fora do horário aberto para o atendimento ao público no Arquivo Histórico do Exército.

À amiga e ex-colega de trabalho Maria da Penha Duarte Dias pela ajuda na tradução do resumo desta tese.

Aos meus grandes amigos Júlio Emílio de Souza Lima e Adriano Ricardo dos Santos, obrigado por me abrigarem em suas casas. O primeiro me recebeu em sua residência durante os períodos de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro. O segundo abriu as portas de seu apartamento durante o período em que ainda fazia as disciplinas do curso em BH. Valeu mesmo, moçada!

Aos moradores da região da Serra do Caparaó que, há quase 10 anos atrás, me receberam gentilmente e narraram suas experiências de vida. Mal sabem eles que, de suas lembranças sobre a guerrilha de Caparaó, saiu o fio condutor que levaria a esta tese de doutorado. Assim, fica aqui a minha eterna gratidão aos senhores(as) Antônio Pereira Leite, Francisco Protásio de Oliveira, Izac Valério, Joaquim Cândido da Silva, Maria Aparecida

Rodrigues, Maria do Carmo Rocha Rezende, Nadir Tavares de Oliveira, Welton Ferreira Lima e outros tantos que, por circunstâncias do foco dado a este trabalho, tive que optar por não inserir seus depoimentos. À vocês, o meu eterno carinho e gratidão.

À minha família, além do agradecimento, fica o meu pedido de perdão. Aos meus pais Francisco e Elza, peço desculpas pela distância em alguns instantes e externo a gratidão por me substituírem na “tarefa de pai” nesse período final da elaboração da tese cuidando das minhas filhas, dando-lhes toda atenção e amor de que elas necessitavam. Às minhas irmãs Francys e Lívia, obrigado por também se dedicarem às minhas pequenas, mesmo nos momentos em que vocês estavam ocupadas com as suas atividades. Ao meu sobrinho Arthur, obrigado pelas “gracinhas” que me fizeram gargalhar e fugir do estresse de certos dias difíceis. À minha esposa Elaine e às minhas princesas Lavínia e Mariana, peço desculpas pelos momentos de mau humor, pelo nervosismo cotidiano desses últimos meses e, sobretudo, pela ausência (até mesmo quando estava a poucos metros de distância). Obrigado pela compreensão, cuidado e carinho que sempre tiveram por mim. Amo muito todos vocês! Obrigado!



*Beber o suco de muitas frutas*

*O doce e o amargo*

*Indistintamente*

*Beber o possível*

*Sugar o seio*

*Da impossibilidade*

*Até que brote o sangue*

*Até que surja a alma*

*Dessa terra morta*

*Desse povo triste*

O doce e o amargo – João Ricardo/ Paulinho Mendonça

## RESUMO

A presente tese aborda as ações assistenciais e de promoção do desenvolvimento praticadas por corporações militares (especialmente o Exército) durante a ditadura, e que eram destinadas às populações residentes em áreas isoladas ou carentes. Através de programas de assistência nas áreas da saúde, da educação, de infraestrutura, de recreação, entre outras, as forças militares objetivavam conquistar a simpatia popular e promover melhorias das condições sociais daqueles que residiam em regiões pobres e desassistidas pelo Estado. Tais ações foram influenciadas pelas doutrinas militares do período da Guerra Fria, sobretudo pela doutrina da guerra revolucionária, que definiam o comunismo como uma ameaça que se aproveitaria dos graves problemas econômicos e sociais existentes nas nações do Terceiro Mundo para fomentar a insatisfação contra as autoridades estabelecidas, conduzindo à revolução. Dessa forma, para se precaver contra possíveis investidas de organizações de esquerda, antecipando-se às ações revolucionárias, seria necessário atender as demandas das populações pobres do país, auxiliando no desenvolvimento e na integração das áreas isoladas.

Na tentativa de se criar uma barreira contra um possível “surto revolucionário”, o Exército brasileiro e outras corporações militares empreenderam diversos programas assistenciais, estando estes ligados às diretrizes do próprio governo militar. Dentre essas iniciativas destacaram-se as Ações Cívico-Sociais (ACISO), programa que integrou um conjunto heterogêneo de atividades, com destaque para a assistência no campo da saúde e para as obras de infraestrutura, entre outras. As ACISO passaram a compor o currículo dos cursos que versavam sobre o combate à guerra revolucionária, constando nas manobras de treinamento das tropas, e foram utilizadas como parte da estratégia de enfrentamento aos movimentos guerrilheiros de Caparaó e do Araguaia.

Palavras-chave: ACISO, Anticomunismo, Guerra Revolucionária, Ditadura Militar

## ABSTRACT

This thesis presents the share assistance and promotion of development practiced by military corporations (especially the Army) actions during the dictatorship, and were destined to populations living in isolated or underserved areas. Through assistance programs in the areas of health, education, infrastructure, recreation, among others, the military aimed to win public sympathy and to promote improvements in social conditions of those living in poor and underserved areas by the state. Such actions were influenced by the military doctrines of the Cold War period, especially the doctrine of revolutionary war that defined communism as a threat that would take advantage of the serious economic and social problems existing in the Third World nations to foment discontent against the established authorities leading to revolution. Thus, to guard against possible attacks by leftist organizations, anticipating the revolutionary actions would be necessary to attend the demands of the poor of the country, assisting in the development and integration of isolated areas.

In an attempt to create a barrier against a possible "revolutionary outbreak," the Brazilian Army and other military corporations undertook various share assistance programs, and these are linked to the directives of the military government. Among these initiatives stood out the Civic Actions-Social (ACISO) program that incorporated a diverse set of activities, especially for assistance in the field of health and infrastructure works, among others. The ACISO were included in the curriculum of courses that focused on fighting the Revolutionary War, consisting in training maneuvers of the troops, and were used as part of coping with guerrillas Caparaó and Araguaia movement strategy.

Key-words: ACISO, Anticommunism, Revolutionary War, Military Dictatorship

## ABREVIATURA E SIGLAS

1ª DC – 1ª Divisão de Cavalaria

1º Gpt E – 1º Grupamento de Engenharia

2ª DI – 2ª Divisão de Infantaria

2º BC – 2º Batalhão de Caçadores

3ª DC – 3ª Divisão de Cavalaria

3º BCC – 3º Batalhão de Carros de Combate

3º BE Cnst – 3º Batalhão de Engenharia de Construção

3º GA Cos M – 3º Grupo de Costa Motorizado

3º RI – 3º Regimento de Infantaria

4ª RM – 4ª Região Militar

4º BE Cnst – 4º Batalhão de Engenharia de Construção

4º RI – 4º Regimento de Infantaria

5ª DI – 5ª Divisão de Infantaria

5ª RM – 5ª Região Militar

5º G Can AAe – 5º Grupo de Canhões Antiaéreos

5º RI – 5º Regimento de Infantaria

6ª DI – 6ª Divisão de Infantaria

6º BC – 6º Batalhão de Caçadores

6º BI – 6º Batalhão de Infantaria

6º BE Cmb – 6º Batalhão de Engenharia de Combate

6º GACosM – 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado

6º RO 105 – 6º Regimento de Obuzes 105 mm

7ª RM – 7ª Região Militar

7º BE Cnst – 7º Batalhão de Engenharia de Construção

7º RC – 7º Regimento de Cavalaria

7º RO 105 – 7º Regimento de Obuzes 105 mm

9º BI-PMMG – 9º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais

10º BC – 10º Batalhão de Caçadores

11º BI-PMMG – 11º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais

14º BC – 14º Batalhão de Caçadores

20º RC – 20º Regimento de Cavalaria

21º BC – 21º Batalhão de Caçadores

33º BI Mtz – 33º Batalhão de Infantaria Motorizado

71º BI – 71º Batalhão de Infantaria

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACISO – Ação Cívico-Social

AIB – Ação Integralista Brasileira

ALN – Ação Libertadora Nacional

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BPEB – Batalhão de Polícia do Exército de Brasília

CEAT – Centro Educacional Anízio Teixeira

CEP – Centro de Estudos de Pessoal<sup>1</sup>

CETRE – Centro Prático de Treinamento

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil

---

<sup>1</sup> Em alguns documentos, a sigla da unidade aparece também como CEPE.

CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CMA – Comando Militar da Amazônia

CML – Comando Militar do Leste

CMP – Comando Militar do Planalto

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DEF – Divisão de Educação Física

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

Es A O – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Es EFE – Escola de Educação Física do Exército

Es S A – Escola de Sargentos das Armas

ESG – Escola Superior de Guerra

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FLN – Frente de Libertação Nacional

GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins

IAPA – Inter-American Police Academy

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICA – International Cooperation Administration

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LSN – Lei de Segurança Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Ministério da Educação e Saúde Pública

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

OEA – Organização dos Estados Americanos

OISP – Overseas Internal Security Program

OPS – Office of Public Safety

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCCh – Partido Comunista Chinês

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PMRJ – Polícia Militar do Rio de Janeiro

PMSP – Polícia Militar de São Paulo

POC – Posto de Operações Conjuntas

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOP – Política Operária

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PRODAC – Programa de Diversificação de Ação Comunitária

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RITA – Rural Industrial Technical Assistance

SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência

SAS – Sections Administratives Spécialisées

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SNI – Serviço Nacional de Informações

TG – Tiro de Guerra

UDN – União Democrática Nacional

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

USAID – United States Agency for International Development

USIS – Serviço de Informação dos Estados Unidos

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Jornadas da Saúde .....	167
Figura 2 – ACISO da Es SA .....	170
Figura 3 – Ação Conjunta entre ACISO, MOBRAL e Projeto Rondon .....	180
Figura 4 – ACISO em Miguel Pereira (RJ) .....	193
Figura 5 – Desfile cívico em encerramento da Operação Bigorna .....	194
Figura 6 – Colônia de Férias da Es EFE .....	218
Figura 7 – Crianças uniformizadas em encerramento de ACISO na Operação Carajás .....	267
Figura 8 – Jovens participando das atividades da Operação Carajás .....	268
Figura 9 – “Ação Psico Social” noticiada pelo <i>Noticiário do Exército</i> .....	296
Figura 10 – Monobras da Es SA .....	297
Figura 11 – ACISO em Miguel Pereira (RJ) .....	297
Figura 12 – ACISO em Colinas de Goiás (GO) .....	298
Figura 13 – Curso de Guerra Revolucionária da AMAN .....	298
Figura 14 – Matérias sobre os Cursos de Conhecimentos Agropecuários .....	299
Figura 15 – Matéria sobre os cursos de alfabetização do Exército .....	299
Figura 16 – Colônia de Férias do III Exército .....	300
Figura 17 – ACISO executada durante a guerrilha de Caparaó .....	300
Figura 18 – ACISO executada durante a guerrilha de Caparaó .....	300

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>Apresentando a tese .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O COMUNISMO COMO INIMIGO: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NO MEIO MILITAR.....</b>	<b>38</b>
<b>1.1 O comunismo como uma “ameaça”: o imaginário anticomunista no Brasil .....</b>	<b>41</b>
<b>1.2 O anticomunismo no meio militar brasileiro .....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO 2 – A DOCTRINA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA: ENTRE A GESTAÇÃO DO GOLPE E A CONSTRUÇÃO DA DITADURA MILITAR .....</b>	<b>71</b>
<b>2.1 O golpe de 1964: da renúncia de Jânio à queda de Jango .....</b>	<b>74</b>
<b>2.2 As influências de França e Estados Unidos sobre as Forças Armadas brasileiras .....</b>	<b>90</b>
<b>2.3 A doutrina da Guerra Revolucionária e a sua incorporação pelos conspiradores de 1964 .....</b>	<b>99</b>
<b>2.4 Nem só com armas se combate o comunismo: a guerra revolucionária e a população civil .....</b>	<b>121</b>
<b>CAPÍTULO 3 – OUTRAS “ARMAS” PARA CONTER A REVOLUÇÃO: AS AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS E OS DEMAIS PROGRAMAS VOLTADOS À POPULAÇÃO CIVIL .....</b>	<b>130</b>
<b>3.1 Os programas norte-americanos voltados à América Latina: do Ponto IV à Aliança para o Progresso .....</b>	<b>131</b>
<b>3.2 O Exército brasileiro e a população civil: as operações ACISO .....</b>	<b>144</b>
<b>3.2.1 Construindo nações ou promovendo o assistencialismo? – as operações ACISO no Brasil .....</b>	<b>155</b>

<b>3.3</b>	<b>Educação, trabalho e lazer: outras ações colocadas em prática em pelo Exército brasileiro .....</b>	<b>199</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Os programas de alfabetização de civis no interior dos quartéis .....</b>	<b>200</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Os cursos de conhecimentos agropecuários e os cursos profissionalizantes urbanos .....</b>	<b>206</b>
<b>3.3.3</b>	<b>As colônias de férias .....</b>	<b>216</b>

**CAPÍTULO 4 – CONQUISTANDO A POPULAÇÃO EM ÁREAS DE CONFLAGRAÇÃO DE GUERRILHAS: OS CASOS DE CAPARAÓ E DO ARAGUAIA .....** **226**

<b>4.1</b>	<b>A guerrilha de Caparaó .....</b>	<b>229</b>
<b>4.1.1</b>	<b>O uso da ACISO no enfrentamento ao movimento guerrilheiro .....</b>	<b>236</b>
<b>4.1.2</b>	<b>A ACISO na memória dos habitantes da Serra do Caparaó .....</b>	<b>245</b>
<b>4.2</b>	<b>A guerrilha do Araguaia .....</b>	<b>256</b>
<b>4.2.1</b>	<b>As atividades de ACISO e as outras ações realizadas na região do Araguaia .....</b>	<b>261</b>

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....** **276**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....** **284**

**ANEXOS .....** **296**

# Introdução

No início de 2008, um jornal televisivo anunciava a realização de Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Morro da Providência, na cidade do Rio de Janeiro. A comunidade estava ocupada por tropas do Exército que estariam ali para a realização de reformas em moradias, sendo parte do projeto de revitalização da região portuária da capital fluminense. A ocupação e as obras de reforma não eram consenso entre os moradores, gerando reações em resistência à imposição da presença militar na área e episódios de violência. A relação entre a população e as forças de segurança presentes na comunidade piorou ainda mais com o episódio da morte de três jovens<sup>1</sup> da localidade, que teriam sido abordados por soldados do Exército e, em seguida, levados ao Morro da Mineira, sendo entregues a traficantes locais. Ali, os rapazes foram torturados e assassinados, sendo os corpos encontrados num aterro sanitário do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O caso provocou a revolta de parte da população do Morro da Providência e a ampliação dos protestos contra a presença dos militares na comunidade, incluindo manifestações em frente ao Comando Militar do Leste (CML)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> CÂMARA dos Deputados do Brasil. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Relatório da visita ao Estado do Rio de Janeiro para acompanhamento do envolvimento de militares do Exército Brasileiro na morte de três jovens no Morro da Providência-RJ. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cspcco/relatorio-morro-da-providencia>>. Acesso em 27 set 2014.

<sup>2</sup> Bombas de gás marcam protesto em frente ao QG do Exército, **Portal G1**, 16 jun 2008. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL603312-5606,00-BOMBAS+DE+GAS+MARCAM+PROTESTO+EM+FRENTE+AO+QG+DO+EXERCITO.html>>. Acesso em 27 set 2014.

Antes mesmo do episódio do assassinato dos jovens, a rejeição à permanência das tropas militares já era grande. Neste contexto, as atividades de assistência aos moradores da comunidade através da ACISO já constituía uma estratégia na tentativa de se conquistar a confiança e de amenizar a difícil relação com a população local. De acordo com os noticiários do período, teriam sido prestados os serviços de atendimento médico e odontológico, coleta de lixo em áreas comuns e a recuperação de espaços públicos<sup>3</sup>, entre outros. O próprio ministro da Defesa no período, Nelson Jobim, afirmou em entrevista a importância das ações cívicas no processo de pacificação do Morro da Providência e em outros projetos que envolveriam o seu ministério. Ao ser indagado sobre uma possível resistência dos militares contra a participação em ações de ocupação de comunidades, o ministro sustentou que aquela ação em específico seria de interesse direto do CML devido à proximidade com o Morro da Providência, o que justificaria a presença do Exército e as atividades de ACISO:

Não é uma ideia legitimada pelos fatos. Na verdade, eles fazem essas operações na medida em que elas surgem como necessárias da perspectiva deles. É nesse caso específico você tem de somar um dado: interessava também ao Comando do Leste mexer naquela favela, porque ela está atrás do Comando do Leste. Interessava entrar lá, encontrar uma forma de urbanização e de melhoria das condições, porque a favela está lá ao lado. É uma regra de Aciso (Ação Cívico-Social). Sempre que a gente, no Ministério da Defesa, faz operações combinadas com outros ministérios, temos operações de Aciso: operações de policiamento, operações de saúde etc.<sup>4</sup>

Em período um pouco mais recente, as ACISO ganharam destaque novamente, primeiro através das ações realizadas pelas tropas brasileiras na missão de paz no Haiti<sup>5</sup>, a

<sup>3</sup> Projeto social chega à comunidade do Morro da Providência, **Portal Terra**, 19 fev 2008. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2465933-EI306,00-Projeto+social+chega+a+comunidade+do+Morro+da+Providencia.html>>. Acesso em 27 set 2014.

<sup>4</sup> A quem apelar?, **Revista Época**, 20 jun 2008. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT6420-15223,00.html>>. Acesso em 27 set 2014.

<sup>5</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nota nº 564: Ações Cívico-Sociais durante a Semana da Pátria. Porto Príncipe, 12 set 2010. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a>>

Minustah, e depois, no atendimento aos moradores do Complexo do Alemão<sup>6</sup>, na cidade do Rio de Janeiro, durante o processo de ocupação da comunidade por forças de segurança. Uma rápida pesquisa nos sites de busca revela uma profusão de ações cívicas sendo realizadas ainda hoje por homens das Forças Armadas, das polícias estaduais militar e civil, dos corpos de bombeiros e diversas outras entidades integradas em campanhas de assistência às populações civis que, de alguma forma, carecem de atendimento em algumas áreas. Tais estratégias militares para conquistar o apoio da população civil, ainda em uso como se vê, surgiram no contexto da Guerra Fria e da luta anticomunista.

O programa ACISO foi instituído como prática comum nas organizações militares brasileiras a partir da segunda metade da década de 1960. O país vivia os primeiros anos da ditadura militar e o anticomunismo dos oficiais das Forças Armadas e dos demais grupos que se aliaram na trama golpista que depôs o presidente da República João Goulart refletia nas próprias políticas do governo e, conseqüentemente, nas medidas que seriam implementadas nas corporações militares alinhadas ao regime. É neste contexto que se encaixa a criação das ações cívicas no Brasil. As operações de assistência faziam parte da estratégia das Forças Armadas e do governo militar para conter uma possível ascensão de grupos de esquerda. Buscava-se evitar uma escalada revolucionária como aquela que se espalhara pelo Terceiro Mundo, principalmente nos antigos territórios coloniais dos continentes asiático e africano, e que na América já havia tomado a ilha de Cuba em 1959. As ações cívicas estavam integradas às doutrinas que repensavam as novas formas de enfrentamento aos inimigos dos tempos de Guerra Fria. Estas novas concepções definiam como ineficazes as antigas teorias que versavam sobre as formas convencionais de guerras. O mero recurso às armas e o

---

imprensa/acoes-civico-sociais-no-haiti-durante-a-semana-da-patria-2013-porto-principe-12-de-setembro-de-2010>. Acesso em 27 set 2014.

<sup>6</sup> Para conquistar ‘corações e mentes’, Exército faz Natal no Alemão ocupado, **Último Segundo**, 16 dez 2012. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/para-conquistar-coracoes-e-mentes-exercito-faz-natal-no-alemao-o/n1597413860301.html>>. Acesso em 27 set 2014.

fortalecimento das grandes unidades do Exército não seriam suficientes para conter sublevações que irromperiam no interior do próprio país, levando a população a contestar o poder constituído e a querer substituí-lo por outro, “contaminado” pelos ideais marxistas.

Nesse processo, não bastava reprimir violentamente os grupos revolucionários. Na visão dos formuladores das novas teorias de guerra, quando as lutas de guerrilhas comesçassem a eclodir no interior de um país, poderia já ser tarde demais. Desta forma, era necessário antecipar-se às ações daqueles que fomentavam a insurreição atacando diretamente as causas de uma possível insatisfação popular: o subdesenvolvimento e os consequentes problemas sociais gerados por ele.

As interpretações militares sobre o período tornam necessária a compreensão das representações que estes faziam de si e de seus adversários. Para as Forças Armadas brasileiras, sobretudo para o Exército, o anticomunismo tornou-se um elemento constituidor de sua própria identidade militar. Sendo assim, suas interpretações de mundo ideal e das ameaças que eram colocadas a este perpassavam pelo entendimento de que era preciso conter a revolução. O comunismo, alçado à condição de principal inimigo, tornou-se o centro das preocupações militares, moldando as doutrinas de guerra do período, a organização das unidades, a estruturação das tropas, as formas de treinamento e os programas voltados ao público civil. Além disso, fortaleceu a própria visão interna da alta oficialidade das Forças Armadas quanto ao seu papel político e da necessidade de intervenção no governo do país, levando à tomada do poder através do golpe civil-militar de 1964. Com o regime militar, foram colocadas em prática medidas que visavam moldar a sociedade dentro das concepções de mundo ideal compartilhado por grande parte do oficialato militar.

O que Castro (2002) define como “invenção cultural” traz à tona a necessidade de discutirmos as representações que tais grupos militares construíram em torno do seu papel e

da sociedade na qual estavam inseridos. O pesquisador afirma que tais “invenções” são baseadas em elementos simbólicos que, por sua vez, são constantemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos. Haveria, ainda, um esforço para cristalizar tais “invenções” e para torná-las reconhecíveis aos indivíduos. Contudo, existem condições necessárias para que as “invenções culturais” se desenvolvam:

É importante ressaltar que a invenção cultural não se dá num terreno absolutamente livre e sim num de possibilidades histórica e culturalmente limitado; o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob risco de não vingar. (CASTRO, 2002, p.11)

Neste sentido, o pesquisador destaca a criação da tradição em torno das celebrações da vitória sobre a “Intentona Comunista” como sendo um dos pilares em que se basearia a identidade social do Exército brasileiro, permitindo, assim, fortalecer uma representação de si enquanto uma corporação essencialmente anticomunista. Tal representação se fortaleceu com o período da Guerra Fria, aspectos que serão discutidos no desenvolvimento da tese. No entanto, ao pensarmos na posição central em que o anticomunismo é colocado no interior das corporações militares, torna-se necessário realizar uma breve discussão referente ao conceito de imaginário.

Para iniciar, é importante destacar que toda sociedade, em qualquer época, possui um conjunto de representações que dão sentido à vida coletiva, estabelecendo normas de convívio, hierarquias, perigos, inimigos, entre outros: “[...] *cada cultura, portanto, cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário*” (PANTLAGEAN, 1988, p.291). A partir de tais representações, um dado grupo social



constrói a visão que tem de si próprio, estabelece identidades e as posições que cada indivíduo ocupa na coletividade, projeta suas necessidades, desejos, angústias, comportamentos, etc.:

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1985, p.309)

Se o imaginário colabora para a unidade de um corpo social e estabelece o seu espaço, as hierarquias e as normas de conduta dos indivíduos dentro dele, ao mesmo tempo designa as diferenças que o afastam do “outro”, projeta as ameaças e os seus inimigos: “[...] *designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e as suas relações com o meio ambiente, e, designadamente, com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.*” (BACZKO, 1985, p.309).

Baczko (1985) ainda descreve o imaginário social como uma ferramenta eficaz para o controle de toda vida coletiva, permitindo o exercício da autoridade e do poder. Ao se analisar o imaginário como um conjunto de representações que dão sentido à vida coletiva, é importante salientar que existem grupos que possuem um maior poder sobre este imaginário e, a partir dele, exercem e ampliam o poder efetivo sobre os demais. Neste sentido, pode-se afirmar que as representações do mundo social “[...] *são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam*” (CHARTIER, 1990, p.17).

No caso específico do Exército brasileiro, é possível notar a construção de elementos sobre as quais se ergueria a identidade da corporação. Duas das tradições militares

apresentadas por Castro (2002) foram introduzidas no Exército durante as décadas de 1920 e 1930, períodos em que soldados estiveram envolvidos em diversos movimentos. Portanto, a “invenção” das tradições neste contexto teria por finalidade criar um espírito de coesão na caserna, numa tentativa de conter as divisões internas:

Mais do que a “reorganização” de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi uma *invenção* do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. Vencidas as resistências internas e externas e os projetos alternativos, chegou-se a um arranjo organizacional e simbólico que vigorou, com poucas modificações, por mais de meio século. (CASTRO, 2002, p.12-13)

O levante militar de 1935 seria o ponto de partida para a inserção do anticomunismo como um dos elementos constituidores da identidade do Exército. As representações em torno do movimento permitiram a parte da oficialidade erguer uma retórica que colocava o revolucionário no centro das preocupações da corporação, transformando-o na principal ameaça a ser combatida no interior da nação e do próprio meio militar. Os acontecimentos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial colaborariam para a afirmação do anticomunismo como aspecto central da identidade militar: o alinhamento do Brasil ao bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, os movimentos revolucionários ocorridos no Terceiro Mundo e que, em 1959, chegaria ao continente americano através da Revolução Cubana e as próprias doutrinas de guerra gestadas no período que colocavam o comunismo como a principal ameaça uma vez que, atuando sorrateiramente no interior das nações, criaria as condições para a tomada do poder via revolução.

As construções imagéticas em torno da “ameaça comunista” no meio militar nos remetem às discussões realizadas por Girardet (1987) a respeito do imaginário político. De

acordo com o historiador, os mitos políticos das sociedades contemporâneas não se diferenciariam muito daqueles das sociedades tradicionais. Sua lógica seria a mesma dos mitos religiosos, já que o “[...] *o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso igualmente entender que um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações*” (GIRARDET, 1987, p.15).

Neste sentido, as imagens construídas em torno do comunista nos aproximam daquilo que Girardet (1987) define como “mito do complô”. Para ele, no centro de uma mitologia da conspiração sempre aparece a imagem temida de uma organização. Esta agiria na clandestinidade, tendo uma rigorosa compartimentação interna hierarquicamente construída e caberia a ela tentar colocar em prática estratégias manejáveis como “[...] *a da corrupção, do aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais*” (GIRARDET, 1987, p.40), sendo o seu objetivo final a conquista do mundo.

Para o Exército brasileiro, o comunismo se configuraria num inimigo que agiria utilizando-se de artimanhas próximas daquelas descritas no “mito do complô”. A concepção de que o revolucionário adotaria a estratégia da desagregação da sociedade e que, conseqüentemente, levaria a desestruturação do poder vigente se fortaleceria no meio militar, sobretudo a partir da introdução da doutrina da guerra revolucionária na segunda metade da década de 1950, como será analisado no presente trabalho. É certo que, no entanto, as imagens construídas em torno do comunista moldariam as próprias organizações militares, definindo a sua visão de mundo ideal, da sociedade na qual estavam inseridos e o próprio papel da corporação ao qual pertenciam. É neste contexto de compreensão do comunismo como uma ameaça maior que parte da alta oficialidade das Forças Armadas optou pela trama golpista que depôs o presidente João Goulart em 1964. É também a partir da imagem

construída em torno do revolucionário e do risco que este representava que os mesmos oficiais mantiveram-se no poder, implementando uma ditadura que perduraria por 21 anos. Por fim, o anticomunismo das Forças Armadas seria expressado nas próprias políticas governamentais e nos programas militares colocados em prática, como os projetos assistenciais que serão analisados nesta tese.

Assim, a pesquisa aqui apresentada visa discutir as ações de assistência a populações carentes e de áreas isoladas postas em prática por organizações militares no período entre os anos de 1964 e 1974, dando especial atenção aos programas executados pelo Exército. A escolha de tal recorte cronológico se justifica pelo intuito de se analisar os projetos implementados pelas Forças Armadas na tentativa de criar uma barreira contra o avanço das iniciativas revolucionárias no Brasil no período que se sucedeu ao golpe. Trata-se do período de implantação de programas desse tipo no Exército brasileiro que, como se viu, continuam em pleno uso, embora os inimigos de hoje sejam outros. Influenciada sobretudo pela doutrina da guerra revolucionária francesa, mas também pela teoria da contrainsurgência norte-americana, a alta hierarquia das Forças Armadas avaliava que a mera repressão não seria suficiente contra um inimigo que se utilizava das graves desigualdades internas para conquistar as massas e solapar o poder constituído com objetivo de construir um novo modelo de sociedade. Assim, com a ditadura militar, o Exército passou a desenvolver uma série de ações voltadas ao atendimento da população civil, visando ocupar possíveis brechas que poderiam ser utilizadas por agentes dispostos a fomentar a revolução no Brasil. Através de programas diversos, forças militares atuaram na área da educação com projetos de alfabetização de adultos e de crianças, no amparo a escolas, em cursos de formação profissional destinados aos recrutas que retornariam à vida civil após o serviço militar, em atividades de recreação através de colônias de férias e, principalmente, através do programa de Ações Cívico-Sociais que promovia formas variadas de assistência a populações isoladas e

de áreas carentes. Dentre as atividades promovidas através das ACISO, destacaram-se as ações de assistência na área da saúde, a distribuição de alimentos, a realização de obras de infraestrutura como a de abertura de estradas, entre tantas outras. Tais programas foram implementados a partir da ditadura militar e faziam parte dos esforços na tentativa de se criar uma barreira contra o avanço das ideias comunistas no país. Dada a importância do assunto no meio castrense, a ACISO passou a integrar os currículos de cursos sobre guerra revolucionária e constava nos exercícios e manobras realizados pelo Exército e outras corporações militares.

Daí a opção pelo recorte cronológico entre os anos de 1964 e 1974, já que tais programas ganharam especial atenção com a ditadura, passando a atuar muitas das vezes através de diretrizes estabelecidas pela própria cúpula do governo. Assim, ainda que a tese realize uma discussão que é anterior ao golpe referente às interpretações sobre os perigos que o comunismo representaria ao país na visão das Forças Armadas, são os programas de assistência à população civil estabelecidos no período pós-golpe que serão o foco deste trabalho.

A definição pelo ano de 1974 como fechamento do período a ser analisado se dá por esta ser a data do fim da guerrilha do Araguaia, aniquilada pelas forças repressivas do Estado. A escolha se faz pelo fato de as atividades de ACISO terem sido realizadas não apenas em atividades de exercícios de guerra, mas executadas também durante o combate aos grupos que se propuseram ao confronto armado contra a ditadura militar, como na região do Araguaia e na chamada guerrilha de Caparaó em 1967, que serão discutidos no último capítulo deste trabalho.

Além da opção pelo recorte cronológico, é importante definir aqui outras escolhas realizadas na construção do presente estudo. Primeiramente, vale a pena explicar a predileção pelo termo “ditadura militar” para definir o período em que o país foi governado por generais

do Exército. Sabe-se da intensa discussão na academia sobre qual terminologia explicaria melhor a natureza do regime que, sabemos, teve à frente militares, mas que contou no interior da “máquina do Estado” com uma elite política e empresarial civil, além do apoio de diversos segmentos sociais. Não se pretende negar a forte participação civil e, mesmo, a sua responsabilidade sobre as ações dos governos militares. Pelo contrário, é importante que as pesquisas acadêmicas avancem na compreensão das intrincadas relações que se estabeleceram entre militares e civis, desde toda articulação golpista que culminou com a deposição de Jango em 1964 – que já conta com maior número de estudos sobre o envolvimento civil – até a construção do regime que perduraria até o ano de 1985.

Neste ponto, chama a atenção o argumento levantado pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014) sobre como a memória em torno da ditadura tem se estabelecido dentro de um quadro de versões diferenciadas e contraditórias. Destaca-se a predominância da interpretação de que a sociedade brasileira teria vivido a ditadura como um grande pesadelo, sendo preciso exorcizá-la. Ao mesmo tempo, os militares ainda sustentam a versão de que o golpe e a ditadura seriam justificados como necessários para conter as ações esquerdistas que, argumentam, levaria o país a uma ditadura socialista. Assim, o historiador alerta para a armadilha que tais memórias podem trazer ao pesquisador que se dedique a estudar a ditadura brasileira. De acordo com ele,

[...] essas versões, saturadas de memória, não explicam nem conseguem compreender as raízes, as bases e os fundamentos históricos da ditadura, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade e, em contraponto, o papel desempenhado pelas esquerdas no período. Também não explicam, nem conseguem compreender, a ditadura no contexto das relações internacionais e na história mais ampla deste país – as tradições em que se apoiou e o legado de seus feitos e realizações que perdura até hoje. (REIS FILHO, 2014, p.14)

Da perspectiva que se adota no presente estudo, há o reconhecimento de que o amplo leque de segmentos civis que se articulou em apoio às Forças Armadas dá à trama que depôs João Goulart da presidência da República o caráter de um “golpe civil-militar”. No entanto, mesmo reconhecendo toda a intrincada relação que existiu entre elite a civil e a militar e que permitiu a este segundo grupo governar o país por 21 anos ininterruptos, no presente trabalho a opção pelo termo “ditadura militar” para designar o regime se dá pela preponderância que foi exercida por oficiais das nossas organizações militares, principalmente do Exército, no governo. Além disso, grande parte das ações colocadas em prática e dos projetos desenvolvidos foi moldada a partir das doutrinas que influenciaram as Forças Armadas brasileiras no período, incluindo-se aí os programas que serão analisados no decorrer deste trabalho que foram executados por corporações militares e estiveram em total consonância com o regime.

É importante justificar também a escolha pelo tema das ações assistencialistas praticadas pelas corporações militares. Entre 2004 e 2005, ao entrevistar os moradores das proximidades da Serra do Caparaó, eram comuns os depoimentos que mencionavam os atendimentos médicos e odontológicos prestados à população local pelas forças militares que participaram das operações de repressão ao movimento guerrilheiro. Tais entrevistas faziam parte das pesquisas para o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado (GUIMARÃES, 2006). Posteriormente, dando continuidade às pesquisas do mesmo curso, em consulta ao arquivo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) sobre a guerrilha de Caparaó, deparei-me com documentação que mencionava a utilização da ACISO durante as operações de repressão aos guerrilheiros como uma estratégia de atrair os moradores da região e conquistar o seu apoio. Antes de ter tomado os depoimentos dos moradores das proximidades da Serra do Caparaó e dos dados obtidos através da consulta aos documentos da PMMG, não possuía qualquer informação sobre esse tipo de ação e, pesquisando sobre o

tema, percebi que alguns poucos trabalhos apenas o mencionavam, sem haver um estudo de fôlego que se dedicasse a compreender esse tipo de programa que visava aproximar as corporações militares da população civil.

No decorrer da pesquisa para esta tese, sobretudo na consulta a publicações do próprio Exército brasileiro, percebeu-se que a ACISO não era o único projeto voltado às populações civis de áreas carentes, apesar de ser aquele que mais teria ganhado destaque durante o período delimitado no recorte cronológico deste trabalho. Um dos aspectos mais significativos da pesquisa foi a percepção de que esses projetos foram concebidos afinados com as teorias militares que abordavam a temática da “ameaça revolucionária”. Assim, tais programas visavam propagar o sentimento patriótico e anticomunista entre aqueles que eram atendidos pelas equipes de assistência que integravam as ACISO e as colônias de férias, constituindo-se em ações integradas aos planos para manutenção da “segurança nacional”. Estudar os projetos mencionados permite compreender as formas de relação que o regime militar buscou empreender com a população civil, em especial os projetos de integração das áreas mais longínquas dos grandes centros do país. Além disso, como este trabalho também se valerá de depoimentos dos habitantes de áreas no entorno do Parque Nacional do Caparaó que vivenciaram o período do cerco aos guerrilheiros e foram assistidos pelas equipes especializadas em ACISO do Exército e da PMMG, é possível fazer o caminho inverso e analisar como tais pessoas se relacionaram com soldados que as atenderam, que fatos guardaram na memória e se o auxílio recebido foi capaz de produzir um sentimento de afeição e simpatia pelas tropas ali presentes e pelo regime militar.

Por fim, é necessário deixar claro que o presente trabalho não quer negar ou amenizar a violência praticada pelo Estado durante a ditadura. Pelo contrário, parte-se da ideia de que as ações cívicas e demais programas executados por organizações militares em auxílio



à população civil estão inseridos num grande e complexo sistema de controle, alinhado, assim, aos mesmos objetivos das atividades realizadas pelos órgãos de informações e de repressão do regime. Não é por outra razão que as atividades de ACISO passaram a constar nos currículos dos cursos de guerra revolucionária e foram executadas juntamente com os exercícios de contraguerrilha realizados no período. Neste sentido, vale destacar que os programas assistenciais foram executados também nas áreas onde houve a conflagração dos movimentos guerrilheiros de Caparaó e do Araguaia, o que revela, com clareza, que faziam parte das estratégias de repressão e controle político.

Para melhor compreensão da estrutura da tese, serão apresentados a partir de agora os caminhos traçados no decorrer da pesquisa e as fontes documentais utilizadas, detalhando o processo de desenvolvimento dos capítulos que a constituem.

### **Apresentando a tese**

Como já foi afirmado, a preocupação com as condições sociais da população civil se tornou um dos aspectos centrais dos programas que foram colocados em prática pelas Forças Armadas durante a ditadura militar, com destaque para o Exército. Tais programas passaram a ser considerados mais estratégicos no decorrer do período à medida que se ampliava a penetração das doutrinas militares moldadas a partir da Guerra Fria, principalmente a da guerra revolucionária. Esta tese, que está organizada em quatro capítulos, tem como objetivo

principal analisar os programas assistenciais das corporações militares, em especial as ACISO, mostrando a sua importância no quadro das ações anticomunistas, antiguerrilheiras e contrainsurrecionais.

Antes de explicar a estrutura da tese, vamos apresentar e comentar as fontes documentais utilizadas na pesquisa. Na construção do trabalho, foram utilizadas como principais fontes documentais a revista *A Defesa Nacional* e o jornal *Noticiário do Exército*, sendo a consulta a ambas realizada no Arquivo Histórico do Exército, sediado no Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Em relação à primeira publicação, utilizou-se principalmente artigos de caráter mais teórico e doutrinário que versavam sobre temas como guerra revolucionária e guerra insurrecional, os perigos representados pelo comunismo, guerra psicológica, segurança nacional, treinamento e contraguerrilhas, relações públicas e assistência social no contexto das ações do Exército, entre outros temas que, de alguma forma, conjugam com a discussão apresentada no trabalho. A pesquisa focou nos artigos publicados na revista entre os anos de 1960 e 1974.

Já na segunda publicação, que possui um caráter mais de informativo interno, foi possível realizar um levantamento sobre as ações voltadas à população civil colocadas em prática pela corporação em todo o território nacional. Nela foram divulgadas atividades diversas implementadas por unidades do Exército, o que nos permitiu compreender a dimensão dos programas de assistência social e a sua associação ao pensamento militar que visava ocupar os espaços que poderiam ser explorados por grupos revolucionários. Dentre as diversas ações divulgadas, destacam-se os programas nos moldes das ACISO, cujos relatos são encontrados no jornal a partir do ano de 1966. No entanto, o *Noticiário do Exército* também dedicava-se à apresentação de textos de caráter doutrinário, alguns deles já publicados anteriormente na revista *A Defesa Nacional*. A consulta ao *Noticiário do Exército*

centrou sua atenção principalmente entre os anos de 1964 e 1974, coincidindo com o recorte temporário definido neste trabalho.

Além das publicações mencionadas, também foram encontrados documentos úteis para esta pesquisa no Arquivo Nacional, sediado no Rio de Janeiro. Entre eles, destacam-se documentos referentes às ACISO pertencentes ao fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI). Os documentos do SNI registram ações cívicas realizadas em várias partes do país, incluindo a região do Araguaia, área onde o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) havia instaurado um movimento guerrilheiro, derrotado em 1974.

Ainda sobre o movimento do Araguaia, também foi encontrado no Arquivo Nacional um documento datado de outubro de 1974 sugerindo a implantação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Nele, o Ministério do Exército defendia o estudo da região visando a sua ocupação e desenvolvimento. De acordo com o documento, o programa POLAMAZÔNIA deveria envolver vários ministérios na sua execução e suas ações estariam ajustadas aos planos de combate da guerra revolucionária.

No Arquivo Nacional também foram localizados filmes das séries *Brasil Hoje*, *Atualidades* e *Cinejornal Informativo*, realizados pela Agência Nacional, além de outras filmagens produzidas exclusivamente para apresentar operações de exercícios de instrução realizados pelas Forças Armadas. Em várias peças fílmicas construídas para divulgação são mostradas ações de assistência social à população, principalmente na forma de ACISO. Tais vídeos encontram-se também disponíveis no portal Zappiens.br, mantido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

A presente pesquisa fez uso também de documentos referentes à ACISO realizada em conjunto entre unidades da 4ª Região Militar do Exército (4ª RM) e da Polícia Militar de Minas Gerais, no contexto do enfrentamento à guerrilha de Caparaó. Tais documentos

encontram-se reunidos no Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó no Museu Histórico da PMMG, em Belo Horizonte. A consulta a estes documentos foi realizada ainda no ano de 2005, em pesquisa de mestrado que tinha como foco o estudo do medo dos moradores das áreas próximas ao Parque Nacional do Caparaó diante da presença dos guerrilheiros na região (GUIMARÃES, 2006).

Foram consultadas também as edições de abril de 1967 dos jornais *O Globo*, *Estado de Minas*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Diário da Tarde*, além dos exemplares publicados em 15 e 22 de abril do mesmo ano da revista *O Cruzeiro*. O período pesquisado remete às operações de repressão ao movimento guerrilheiro de Caparaó. A consulta a tais publicações foi realizada na Hemeroteca Pública Estadual de Belo Horizonte. Vale um comentário aqui: a censura impediu que a imprensa noticiasse as operações militares durante a guerrilha do Araguaia, o que inviabilizou um trabalho no mesmo sentido com jornais e revistas da época em que se desenvolveu o conflito.

Outra fonte utilizada neste trabalho são os depoimentos de moradores das áreas no entorno da Serra do Caparaó que vivenciaram toda a movimentação e os boatos sobre a presença de guerrilheiros na região, e que foram assistidos pelas equipes de ACISO da PMMG e Exército.

Por fim, foram realizadas pesquisas também em publicações disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional. Nela, foram encontradas matérias de divulgação de atividades de ACISO nos jornais cariocas *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*.

Passamos à apresentação da estrutura da tese. No primeiro capítulo, será analisado o imaginário anticomunista e como o anticomunismo tornou-se um dos elementos que constituíram a identidade militar no Brasil. Neste processo, destaca-se a memória construída

em torno do levante comunista de 1935 e as concepções doutrinárias que se desenvolveram no período da Guerra Fria. O estudo do imaginário anticomunista é indispensável para entender e analisar as políticas assistenciais do Exército.

No segundo capítulo, a tese discutirá a influência da doutrina da guerra revolucionária sobre a cúpula das Forças Armadas. A doutrina foi introduzida no Brasil a partir da segunda metade da década de 1950. A partir deste período, vários textos teóricos referentes ao tema ganharam espaço em publicações militares, sobretudo na década de 1960. A doutrina foi desenvolvida por oficiais franceses que, envolvidos no combate às insurreições que eclodiram em suas antigas colônias na Ásia e na África tiveram de lidar com uma nova forma de ação, para a qual não estavam preparados. A teoria francesa teve forte influência sobre os oficiais brasileiros entre fins da década de 1950 e os anos 1960 e 1970. A mobilização militar que depôs Jango e a estruturação do próprio regime que seria implantado logo após o golpe de Estado estão diretamente ligados às interpretações provenientes da doutrina de guerra francesa, assimilada e readaptada aqui por seus colegas brasileiros, o que também será discutido no capítulo.

Os dois capítulos finais da tese irão se dedicar aos programas voltados diretamente à população civil ou aos conscritos em serviço militar e que retornariam posteriormente à vida civil. No terceiro capítulo, serão discutidas as ACISO e outros projetos como as ações no campo da educação básica e da capacitação profissional realizadas por unidades do Exército. Além disso, será abordada também a organização das colônias de férias no interior dos quartéis, que promoviam atividades de esporte e lazer para crianças e seus pais. Tais programas passaram a ser divulgados de forma frequente no jornal *Noticiário do Exército* a partir do ano de 1966.

Ainda no terceiro capítulo, serão analisados também os programas norte-americanos voltados às forças armadas latino-americanas, com o propósito de perceber como estes podem ter influenciado na construção dos projetos de assistência às populações civis realizados por organizações militares brasileiras. Da mesma forma, se discutirá possíveis influências da doutrina francesa e de sua experiência no enfrentamento às guerras de libertação de suas antigas colônias, sobretudo na Argélia, para a concepção dos programas assistenciais do Exército brasileiro.

Por fim, o quarto e último capítulo discutirá as ACISO e demais ações que foram executadas em conjunto com as medidas repressivas no combate aos movimentos guerrilheiros de Caparaó e do Araguaia. A partir do depoimento de moradores da região da Serra do Caparaó, neste capítulo também será realizada a análise da memória destes sobre a guerrilha e as ações assistencialistas ali executadas pelo Exército e pela PMMG.

Ainda que sejam analisados outros projetos executados pelo Exército, esta tese dedicará maior atenção aos programas ACISO. As ações cívicas consistiram na atividade mais frequentemente utilizada com o objetivo de aproximar as populações civis ao Exército, principalmente àquelas desassistidas pelo Estado. O fundamento das ACISO era antecipar ou reverter qualquer trabalho feito por revolucionários no sentido de conquistar moradores de áreas onde movimentos de luta armada se instalassem. Visava também contribuir para o desenvolvimento local das áreas atendidas, diminuindo as agruras vividas pelos habitantes e reduzindo, dessa forma, a atratividade que as ideias revolucionárias pudessem exercer sobre tais pessoas. Daí ser a ACISO o objeto principal do estudo aqui apresentado, por isso dedicamos todo o quarto capítulo da tese a esse programa.

Programas como a ACISO resistiram ao tempo e permanecem até os dias atuais, ainda que esvaziados do conteúdo ideológico de outrora. Mesmo hoje, as ações cívicas são

tidas como um importante instrumento na conquista da confiança e da simpatia dos moradores de áreas onde ela é realizada. Durante a ditadura militar, utilizando-a em conjunto com os cursos profissionais destinados aos recrutas da corporação, com as ações na área da educação e com as atrações oferecidas através das colônias de férias, o Exército brasileiro fazia da ACISO um instrumento para quebrar o isolamento que mantinha em relação à população civil, contribuir com a integração e desenvolvimento nacional e criar uma imagem positiva da corporação junto à sociedade. Acima de tudo, tais programas foram fruto de uma representação de mundo que, ao estabelecer o inimigo e as suas formas de ação, pretendia contrapô-los de todas as maneiras. As políticas de assistência social da ditadura militar constituem, então, mais um campo de luta que os oficiais das Forças Armadas estabeleceram contra o perigo revolucionário. Ainda que utilizando de outros métodos, tais ações foram complementares à pesada repressão contra seus adversários e à forte censura imposta ao Brasil durante os governos dos generais.

Portanto, trata-se de tema de fundamental importância para uma compreensão mais ampla da atuação do Exército e demais corporações militares durante a ditadura, e das estratégias que eles estabeleceram para ganhar o apoio e a confiança de certos segmentos da população brasileira.

# Capítulo 1 – O comunismo como inimigo: a construção do discurso anticomunista no meio militar

O fantasma do comunismo assombrou parte da sociedade brasileira por muito tempo, principalmente os setores mais conservadores que temiam por uma revolução nos moldes daquela acontecida em Cuba. Ao medo em relação à perda de propriedades e de privilégios de determinados grupos sociais, somava-se ainda o imenso aparato imaginário construído em torno do comunista que o apresentava como um indivíduo perverso e dotado das piores intenções, e que mostrava os países socialistas como lugares onde imperavam a escravidão, a devassidão, o sofrimento, a falta de liberdade, entre outros males.

O repertório imagético para representar o revolucionário contribuiu para a criação de toda a tensão que culminou com a deposição de João Goulart em 1964 e com a instalação de uma ditadura militar que usou em muitas de suas ações a justificativa do combate ao comunismo. O Brasil vivia naquele momento o auge dos embates ideológicos, acirrados pelo próprio clima da Guerra Fria. As crescentes mobilizações de setores progressistas em favor de reformas estruturais tiveram como resposta uma ampla articulação de segmentos conservadores que objetivava deter as propostas reformistas. Como argumento para a reação às reformas, afirmavam existir o dedo do comunismo ateu nas manifestações, greves e outras mobilizações que se multiplicavam pelo país. Sobre Jango pairava a desconfiança em relação à sua proximidade com os movimentos trabalhistas e pelo fato de ser herdeiro político de Getúlio Vargas, fatores que levaram a uma tentativa golpista de impedir a sua posse na



presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. Após a forte mobilização exigindo a posse do vice-presidente no lugar daquele que renunciara, como mandava a Constituição, Goulart terminou assumindo o cargo de presidente, mas com seus poderes limitados por uma emenda que estabelecia o sistema parlamentarista de governo. No período que esteve no poder, Jango governou sempre tentando equilibrar-se entre as pressões populares por políticas que produzissem desenvolvimento atrelado a melhorias das condições sociais, e as posições da direita, avessa a propostas de transformação da estrutura econômica e social vigente.

Diante da impossibilidade de transigir entre os dois grupos, Jango no final de seu governo adotou uma postura de enfrentamento aos setores mais conservadores assumindo a bandeira das reformas de base. O posicionamento acirrou ainda mais as disputas e acelerou o processo da trama golpista, sendo o presidente acusado de estar pactuado com forças comunistas. Temerosos, tais grupos mobilizaram-se e apoiaram a intervenção militar iniciada no dia 31 de março de 1964 e que se concretizou com a deposição de Goulart na madrugada do dia 2 de abril.

Para parte do oficialato das Forças Armadas que tomou a frente no movimento golpista de derrubada de Jango, as mobilizações em favor das reformas de base seriam um sinal de um processo revolucionário em marcha no país que o conduziria ao comunismo. Na interpretação dos oficiais das Forças Armadas vinculados a tal interpretação, os comunistas se infiltrariam nos mais diversos setores da sociedade, incluindo as próprias organizações dentro da esfera estatal, e iniciariam um processo de sabotamento das instituições vigentes. Para tal, se valeriam dos problemas internos, sobretudo da imensa desigualdade social, do isolamento e da falta de assistência a determinadas regiões e da miséria que se abatia sobre boa parte da população. Com a proposta da destruição do modelo vigente de sociedade e a sua substituição

por outro onde as diferenças de ordem social inexistiriam, os comunistas buscariam a conquista do apoio das massas, manipulando-as em favor de seus objetivos de tomada do poder. A partir de tal visão, as mobilizações populares e o crescimento das forças de esquerda foram vistas como um desdobramento da ação sabotadora dos comunistas, sendo interpretadas como parte de um processo revolucionário em andamento.

É importante destacar que o combate ao comunismo era um dos elementos que constituíam a própria identidade militar no Brasil naquele momento<sup>1</sup> e foi construído, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1930, após a eclosão das rebeliões em unidades do Exército em Natal, Recife e Rio de Janeiro no ano de 1935. Os embates ideológicos e os conflitos provenientes da Guerra Fria contribuíram para a construção de doutrinas militares que versavam sobre novas formas de ação colocadas em prática pelos comunistas, moldando-se à tradição anticomunista já existente no interior das Forças Armadas:

[...] o anticomunismo militar correspondia a uma tradição estabelecida desde a década de 1930, o que ajuda a compreender as atitudes dos oficiais das FFAA no contexto da crise de 1964. Porém, esse anticomunismo tradicional combinou-se e foi “enriquecido” a partir da mesclagem com elementos doutrinários provenientes da cultura da guerra fria. (MOTTA, 2004, p.298)

Assim, para os membros das Forças Armadas que articularam junto a grupos civis a derrubada de João Goulart, o Brasil estaria então sob o risco da revolução, sendo necessária uma intervenção para detê-la. Com o golpe, teve início uma ditadura militar que perdurou por

---

<sup>1</sup> Para Castro (2002), três tradições foram construídas e institucionalizadas no Exército no sentido de dar uma identidade social à corporação: o culto à Caxias, o Dia do Exército e as celebrações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935.

21 anos e colocou o combate ao comunismo como um dos focos principais não apenas das ações repressivas, mas também de outras políticas de governo adotadas.

O capítulo que abre o presente trabalho terá como foco a discussão do imaginário anticomunista e sua influência sobre a política nacional, sobretudo no período que antecede ao golpe e durante a ditadura militar que se instalou com a derrubada do presidente João Goulart. Neste sentido, faz-se necessário também discutir a inserção do anticomunismo no meio militar, sobretudo no Exército brasileiro, e como este moldou a própria visão da alta hierarquia das Forças Armadas sobre a sociedade ideal e dos inimigos que poderiam ameaçar a sua construção.

## **1.1 O comunismo como uma “ameaça”: o imaginário anticomunista no Brasil**

Como afirma Castro, “*Pode-se falar de anticomunismo desde que o comunismo existe*” (CASTRO, 2002, p.49). Assim, entre fins do século XIX até a década de 1920, o anticomunismo assumiu a forma de oposição a qualquer ideologia que articulasse a classe trabalhadora, não sendo tal combate voltado apenas contra o comunismo. Neste período, o anticomunismo aconteceu sobretudo nos países capitalistas avançados, onde a influência marxista sobre o operariado substituía gradativamente o anarquismo e onde havia um crescimento acelerado dos partidos de esquerda (MENDES, 2004).

No entanto, foi a partir da Revolução Russa de 1917 que a apreensão em torno do avanço dos ideais marxistas de fato se fortaleceu. A existência agora de uma nação socialista que solapou as antigas estruturas constituídas, desapropriando os bens de produção e estabelecendo uma ditadura do proletariado, alarmou as classes dirigentes dos países ocidentais. As dificuldades enfrentadas pelas nações europeias no pós-Primeira Guerra e a Grande Depressão ajudaram a consolidar a ideia de que o mundo estaria à beira de revoluções que espalhariam o socialismo aos quatros cantos do globo.

Após 1945, o mundo foi tragado pelo clima de disputa ideológica dos tempos da Guerra Fria. Apesar de todo o temor a respeito de uma nova guerra mundial, Hobsbawm (1995) destaca que, na verdade, não havia risco iminente de um novo conflito. A divisão das áreas de influência entre as duas superpotências, ainda que desigual, fora acordado entre União Soviética e Estados Unidos no fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, o surgimento de um bloco socialista com a integração dos países libertados da ocupação nazista pelo Exército Vermelho na Europa Oriental alarmou o mundo ocidental. Posteriormente, com a eclosão de revoluções no Terceiro Mundo, ampliou-se a angústia em torno de uma possível expansão do comunismo por todo o planeta<sup>2</sup>.

No Brasil, ainda que a propaganda contra os ideais revolucionários já acontecesse pelo menos desde a tomada do poder pelos bolcheviques, foi após o levante militar de 1935 iniciado em Natal, tendo adesões em Recife e no Rio de Janeiro, que se cristalizou de fato um imaginário construído a partir de representações negativas em torno do comunismo. A partir de então, o anticomunismo foi trazido ao centro das disputas políticas, estando sempre

---

<sup>2</sup> De acordo com Hobsbawm (1995), as áreas liberadas com o fim dos impérios coloniais após a Segunda Guerra Mundial ficaram em situação indefinida e foram alvo de Estados Unidos e União Soviética na disputa pela ampliação das áreas sob a influência de uma das duas superpotências. Mesmo assim, até meados da década de 1970, haveria um “[...] esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo” (HOBSBAWM, 1995, p.225).

atrelado ao discurso de grupos conservadores que acusavam os setores progressistas – que, na maioria dos casos, não professavam a ideologia marxista – de serem defensores do bolchevismo no Brasil.

O levante de 1935, batizado pelo próprio governo que o reprimiu de “Intentona Comunista”, deu origem à primeira grande onda anticomunista no país. O clima de medo em torno do “perigo comunista” foi manipulado por grupos próximos ao presidente Getúlio Vargas que, através de um documento forjado que alertava para a trama revolucionária que visava tomar o poder – o Plano Cohen –, impetraram o golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo. Para Motta (2002), o episódio agiu como cristalizador do anticomunismo no Brasil, principalmente no meio militar, o que será discutido a seguir.

O segundo grande surto anticomunista<sup>3</sup> ocorreu durante o governo de João Goulart, entre 1961 e 1964. Como discutido anteriormente, Jango foi acusado de estar pactuado com grupos comunistas que planejavam tomar o poder através de uma ação revolucionária. Uma ampla campanha contra o presidente reunindo setores conservadores diversos terminou com a intervenção das Forças Armadas, dando origem à ditadura militar que comandaria o país até o ano de 1985. O golpe, que foi justificado como uma ação preventiva para deter o avanço do comunismo no país e que, ironicamente, foi batizado de “revolução” por seus protagonistas, colocou o anticomunismo na linha de frente das próprias ações do governo ditatorial que se seguiu. Dessa forma, vale aqui realizar uma breve discussão sobre como se constituiu todo o aparato imaginário em torno do revolucionário e de seu projeto de sociedade, bem como a apropriação destas imagens no meio militar.

---

<sup>3</sup> De acordo com Motta (2002), outro surto anticomunista teria ocorrido entre os anos de 1946 e 1947, durante o governo do general Eurico Gaspar. O próprio presidente da República empenhou-se no período na perseguição ao PCB, fato que levaria à cassação do registro do partido. O historiador ainda destaca que manifestações anticomunistas também ocorreram durante a década de 1950.

Antes de qualquer coisa, é importante destacar que o anticomunismo manifestou-se de diferentes formas, havendo várias matrizes que deram origem ao combate à ideologia marxista. Mendes (2004) afirma que, no plano mundial, as principais correntes seriam:

[...] a democrática, que condena o seu caráter autoritário; a fascista, que centra suas atenções no combate ao caráter desagregador que o comunismo provoca na sociedade; a conservadora, que visa a manutenção do status quo; a anticlerical, dada a antireligiosidade do comunismo; e, por último, a liberal, em função da condenação da propriedade privada e da livre iniciativa que o marxismo apresenta. Em muitos momentos da história esses matizes apresentam-se interligadas e mescladas. (MENDES, 2004, p.81)

No caso do Brasil, o discurso anticomunista também foi propagado por grupos diversos, não constituindo um movimento homogêneo: “*O espectro ideológico em questão é tão amplo que vai da direita para a esquerda, reunindo reacionários, conservadores, liberais e esquerdistas*” (MOTTA, 2002, p.12). A recusa ao comunismo serviu como elo para tais grupos, conferindo identidade e aproximando-os nos momentos em que se sentiram ameaçados. Ao analisar o tema do anticomunismo na conjuntura que precedeu ao golpe de Estado de 1964, Starling afirma que, mesmo entre os setores conservadores, o comunismo foi percebido de formas diferentes:

[...] se para as classes médias em geral o anticomunismo estava associado à perda do mito da ascensão, para os profissionais liberais implicava na destruição dos mecanismos de representação democrática, ao passo que aos olhos dos grandes proprietários de terras expressava-se, publicamente, na defesa da propriedade privada. (STARLING, 1986, p.218)

Sendo assim, o anticomunismo serviu como “gancho ideológico” que permitiu a união de grupos diversos contra o presidente João Goulart, aumentando o clima de instabilidade que veio a culminar com a ação golpista iniciada em 31 de março daquele ano.

De uma forma geral, as imagens em torno do comunismo construídas por seus inimigos sempre o ligaram ao “mal”. O revolucionário era representado como um agente promotor de todo tipo de desordem e sofrimento como a miséria, a fome, a violência, o pecado e, principalmente, a morte. Juntamente com o nacionalismo e com o liberalismo, o catolicismo foi uma das matrizes que alimentaram o imaginário anticomunista no Brasil, contribuindo fortemente para as representações maléficas que se consolidaram em torno do revolucionário (MOTTA, 2002). Com base no discurso religioso, muitas das vezes o marxismo era comparado à figura do próprio diabo:

O comunismo era um demônio semelhante e, ao mesmo tempo, diferente de outros que a Igreja já combatera: representava a força do mal que estivera presente no mundo desde a sua criação e do pecado original, mas tinha características próprias e atuais, como o ateísmo e materialismo, o objetivo de destruir a família, a propriedade privada e a pátria, de querer solapar todas as conquistas da civilização cristã. (RODEGHERO, 2003, p.34)

Os comunistas foram tratados nas representações como inimigos da “boa sociedade”, aqueles que viriam para desvirtuar o sentido de família e, por consequência, abalar as bases do próprio cristianismo e da Igreja Católica. Neste sentido, a União Soviética e, posteriormente, os demais países socialistas, foram alvos de uma campanha sistemática por parte de grupos conservadores que construíram uma imagem destes como ditaduras violentas e ateias onde a imoralidade, a escravidão e a miséria de suas populações predominariam. Outras representações comparavam os comunistas a animais e a seres mitológicos como o polvo, a serpente, a hiena, o gato, a hidra, o abutre, o dragão, dentre outras figuras ligadas ao

mal. Doenças e demais agentes infecciosos também eram explorados, tentando demonstrar que, ao se infiltrar no organismo social, o comunismo o debilitaria ocasionando o seu colapso.

Vale aqui ressaltar que muitos dos símbolos negativos propagados para representar o revolucionário já povoavam o imaginário popular. Para Girardet (1987), uma mensagem a ser transmitida deve corresponder a um código já inscrito no imaginário. Nenhum mito político atua exclusivamente no plano da fábula, tendo sempre uma base real para que possa ter sucesso. No entanto, esse real é aumentado e distorcido:

Trata-se de uma verdadeira mutação qualitativa: o contexto cronológico é abolido; a relatividade das situações e dos acontecimentos, esquecida; do substrato histórico não restam mais que alguns fragmentos de lembranças vividas, diluídas e transcendidas pelo sonho. (GIRARDET, 1987, p.52-53)

O comunismo, assim, era representado muitas das vezes de forma exagerada e grotesca. No entanto, Motta (2002) destaca que muitas das representações em torno do comunismo se baseavam em fragmentos do real, principalmente no que dizia respeito à União Soviética.

O certo é que a divulgação de tais imagens criou um clima de apreensão em parte da população brasileira. No período que antecedeu ao golpe de 1964, por exemplo, diversos segmentos da sociedade passaram a temer que as mobilizações crescentes em favor das reformas de base fossem o indício de um processo revolucionário em andamento, versão esta amplamente explorada por lideranças políticas, imprensa, religiosos, dentre tantos outros grupos conservadores. A intervenção golpista contou com o apoio ou, pelo menos, com a simpatia de boa parte dos brasileiros que viveram aquele momento, nos fornecendo indícios



de como tais imagens em torno do comunista foram absorvidas e de que o receio em torno de uma possível revolução era real para tais pessoas.

Na pesquisa de mestrado deste autor, também foi possível notar como a propagação de tais imagens em torno da figura do revolucionário fizeram com que ela chegasse até as populações residentes no interior do país. Em 1967, quando houve a tentativa de implantação de uma guerrilha em oposição à ditadura militar na região da Serra do Caparaó por militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – a guerrilha de Caparaó –, os moradores locais viveram momentos de imensa angústia ocasionados pelos boatos de que as proximidades estariam tomadas por comunistas. O medo se propagou pelas áreas rurais e cidades no entorno do Parque Nacional do Caparaó, ocasionando reações desesperadas como a fuga para localidades mais distantes, pessoas se trancando em suas casas, choros e desmaios, entre outras atitudes proporcionadas pela angústia diante dos boatos de que a região estaria prestes a ser tomada por guerrilheiros. Através dos depoimentos de pessoas que vivenciaram o período, pode-se perceber que a propaganda anticomunista chegava até mesmo nas áreas mais isoladas, sendo a recepção à mensagem capaz de produzir reações inusitadas diante do medo gerado pela “ameaça comunista” (GUIMARÃES, 2006).

No entanto, se havia um aparato imaginário construído em torno do comunista e de suas ações representando-o como um elemento danoso à sociedade, colocando em risco a liberdade, a família, a religião, etc., esta imagem seria percebida da mesma forma no interior das organizações militares brasileiras? Por que o anticomunismo se consolidou como um elemento forte na identidade militar? Como o anticomunismo teria se inserido na visão da alta hierarquia das Forças Armadas? Que aspectos teriam influenciado tal visão? Como foi assimilado no interior das corporações no período que antecedeu ao golpe e posteriormente com a construção do regime militar? No caso do presente trabalho, o foco se dará nas interpretações realizadas acerca da ameaça revolucionária e nas ações pensadas para “isolar” a

população civil da ideologia marxista colocadas em prática durante a ditadura militar no pelo Exército brasileiro, o que se discutirá no decorrer do texto. Daí a necessidade de analisar o anticomunismo no interior das organizações militares no sentido de tentar-se compreender melhor as atividades realizadas no período, como o assistencialismo praticado através das Ações Cívico-Sociais (ACISO), no intuito de se construir uma barreira contra o avanço dos ideais socialistas. Assim, é importante compreender como se construiu o discurso anticomunista no interior das organizações militares, o que se tratará a seguir neste capítulo.

## **1.2 O anticomunismo no meio militar brasileiro**

Várias foram as representações negativas construídas a respeito do comunismo. No entanto, para analisá-las adequadamente há de se levar em conta a sua complexidade. Não se pode compreender a percepção em torno do perigo comunista da mesma maneira para todos os grupos que o temiam ou que propagavam as mensagens contrárias à ideologia. Da mesma forma, a sensação de ameaça e a própria forma que o comunismo assumiu sofreu alterações com o tempo. Tal aspecto deve ser frisado ao se pensar no anticomunismo que se formou dentro das organizações militares. De acordo com Ferreira (2005), ainda que as elites políticas e econômicas já se assustassem com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro<sup>4</sup> (PCB) na década de 1920, no interior das Forças Armadas não havia um discurso anticomunista

---

<sup>4</sup> Na época de sua criação, o PCB era denominado Partido Comunista do Brasil, nome alterado apenas em 1960 quando passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro.

formado até a década de 1930. A preocupação da cúpula militar se daria muito mais no sentido de tentar afastar os rumores de ligação de membros do movimento tenentista com o comunismo do que atacá-lo diretamente. Diante da questão, os líderes tenentistas que participaram da Revolução de 1930 se viram obrigados a enfatizar a distinção entre as suas propostas reformistas em relação ao socialismo.

De acordo com McCann (2007), até o acontecimento do levante de 1935, o Exército brasileiro não via o comunismo como um inimigo de primeira grandeza. Para o historiador, havia já uma vigilância do alto oficialato em relação à inserção do PCB entre os membros da corporação, principalmente entre os sargentos, porém, não existia uma preocupação maior quanto a um projeto revolucionário de fato, ainda mais apoiado pelos soviéticos: *“Como se pode constatar pelo estudo de 1934 do Estado-Maior do Exército sobre as potenciais ameaças ao Brasil, a União Soviética e o comunismo não foram incluídos na lista”* (MCCANN, 2007, p.47).

Deve-se destacar também que, antes mesmo que o comunismo fosse visto como uma ameaça, o envolvimento das Forças Armadas com a política já era motivo de forte discussão entre o alto oficialato. A partir de 1910, muitas manifestações que partiram do meio militar passaram a causar preocupação, uma vez que *“[...] o envolvimento na política suscitaria discussões, debates e conflitos no seio da corporação que atentariam contra a ordem hierárquica e sua eficácia”* (CHIRIO, 2012, p.7). Com a Missão Militar Francesa, contratada em 1919 com o objetivo de instruir e modernizar o nosso Exército e que permaneceu no país entre 1920 até fins da década de 1930, a concepção de envolvimento da corporação com a política ganhou maior importância. Ao mesmo tempo em que valorizava-se o profissionalismo militar, ampliava-se a visão de que os oficiais deveriam contribuir com a construção da pátria, sem, contudo, deixar-se envolver com a política partidária:

Obedeciam ao modelo de relação entre força armada e política desenvolvido nas democracias liberais do Ocidente, onde a solidez da ordem burguesa permitia, e mesmo pedia, exércitos primordialmente dedicados à tarefa de defesa externa, alheios ao jogo político interno. (CARVALHO, 2006, p.74)

Entretanto, a política nunca permaneceu ausente no interior das organizações militares. Pelo contrário, foi uma constante e fortaleceu-se com o tenentismo na década de 1920 e com a radicalização ideológica dos anos 1930. É nesse período que o comunismo começou a assombrar gradativamente as lideranças do alto oficialato do Exército brasileiro. Neste contexto, a divisão interna entre praças e oficiais causava já preocupação no comando das organizações militares. Os quadros subalternos das Forças Armadas se mostravam insatisfeitos com a falta de estabilidade, com a ausência de assistência social e com os baixos salários, chegando a ensaiar possibilidades de revoltas contra seus superiores. Em 1933, por exemplo, um grupo de sargentos emitiu uma circular secreta convocando para um levante geral da classe marcada para 6 de setembro daquele ano. Posteriormente, lançaram um manifesto intitulado “*Em prol da revolução social. Aos sargentos do Brasil*”, onde os praças identificavam-se com a classe proletária, historicamente explorada pela burguesia (CARVALHO, 2006, p.69). Como havia a proximidade de membros do grupo com o PCB, os problemas internos das corporações militares eram identificados com as interpretações do partido referente aos conflitos estabelecidos na sociedade como um todo:

Quando trabalhadas por elementos do Partido Comunista, as praças mais facilmente extrapolavam a dominação de que eram vítimas dentro da organização para a sociedade como um todo, alinhando-se com sua classe de origem e identificando os oficiais como inimigos, não só organizacionais como também de classe. (CARVALHO, 2006, p.70)

Tais sinais de insatisfação dentro da organização militar não eram bem vistos pelo alto oficialato que havia tomado a frente na tentativa de unificar e reformular o papel das Forças Armadas na década de 1930. Com o recrudescimento das disputas ideológicas no país e com a “Intentona Comunista” de 1935, adotou-se medidas mais efetivas para desarticular os movimentos reivindicatórios provenientes das camadas subalternas. Em 1937, o então ministro da Guerra general Eurico Gaspar Dutra, através do aviso 398 de 6 de setembro, “[...] alertou para o perigo da penetração da atividade política, sobretudo do comunismo, dentro do Exército no bojo das associações beneficentes dos sargentos, e sempre procurou desarticular tais movimentos” (CARVALHO, 2006, p.70).

A verdade é que a radicalização ideológica de meados dos anos 1930 afetou diretamente o meio militar e se tornou um elemento importante para a compreensão não apenas de como o comunismo se constituiu no principal inimigo e componente essencial na tentativa de se construir um consenso no interior das Forças Armadas, como também perceber sobre quais bases se construiu o discurso anticomunista das corporações militares. Entretanto, é importante destacar que o período foi de grande efervescência e que a democracia era colocada em xeque pelos movimentos da época: “*Esse período foi marcado por um contexto nacional e internacional de crescente fortalecimento de tendências autoritárias contrárias ao liberalismo político e à democracia representativa, tanto à esquerda quanto à direita*” (CASTRO, 2002, p.50). No Brasil, o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimentos que se inseriam nesse processo de descrença em relação à democracia e que seguiram caminhos opostos, mas que contavam com membros da caserna entre os seus militantes, representava uma ameaça às pretensões da alta hierarquia de estabelecer uma coesão no interior das Forças Armadas. Neste contexto, foram os tenentes e capitães, juntamente dos postos subalternos, aqueles que mais representativamente se envolveram com tais movimentos e mais causaram preocupação aos oficiais contrários a tais

posicionamentos. No entanto, para os altos oficiais das Forças Armadas, a preocupação com o comunismo sempre foi superior em relação a outras ideologias que pudessem seduzir integrantes de suas fileiras:

Devido à retórica comunista sobre as classes trabalhadoras, os altos oficiais do Exército consideravam esse movimento mais perigoso do que o fascismo, o nazismo ou o integralismo brasileiro. Esses manteriam a ordem social existente, enquanto o comunismo pretendia invertê-la. (MCCANN, 2007, p.478)

Para conter a ideologização crescente, corporações militares lançaram mão de instrumentos repressivos como o Regimento Disciplinar do Exército e a própria Lei de Segurança Nacional (LSN) criada em 1935. No entanto, a solução para o dilema vivido pela cúpula da hierarquia militar no período veio da própria ideologização:

[...] essa solução dependeu de eventos sobre os quais a organização militar não teve o menor controle e até mesmo a percepção de que tais eventos podiam ser explorados para solucionar os problemas que a organização militar tinha se colocado não foi automática. Foi preciso um certo tempo para que a cúpula organizacional percebesse que o problema da ideologização e da politização poderia estar, paradoxalmente, na ideologização e na politização extremadas. (FERREIRA, 2005, p.41)

Antes mesmo da “Intentona Comunista”, outros acontecimentos geravam preocupação ao governo Vargas e ao comando do Exército. Ainda no ano de 1934, diversos movimentos reivindicatórios estouraram na capital do país e em outras cidades importantes como São Paulo. As greves operárias e a mobilização contra o fascismo ganharam força. Além disso, acrescentam-se o receio em relação aos estados que, naquele momento, realizavam suas eleições e redigiam suas constituições, o problema dos baixos salários no

meio militar, a desvalorização da moeda e o aumento do custo de vida, entre outros (MCCANN, 2006). Tais questões somadas fizeram com que o governo encaminhasse ao Congresso a proposta da LSN, ocasionando manifestações contrárias por parte de sindicatos, jornais e até mesmo de oficiais do Exército e da Marinha ligados ao Clube Militar que entendiam que as medidas propostas aumentariam a repressão às camadas populares (FAUSTO, 2001). Porém, mesmo com os protestos, a LSN foi aprovada no início de 1935:

Entre as ações declaradas crimes contra a ordem política estavam tentar mudar a Constituição ou a forma de governo pela violência, instigar a desobediência coletiva à lei, incitar militares ou policiais a descumprir a lei, transgredir a disciplina, rebelar-se ou desertar, provocar animosidade entre as Forças Armadas e as instituições civis, insuflar o ódio entre as classes sociais, promover, organizar ou dirigir qualquer atividade destinada a subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não autorizados pela lei; ficavam proibidos, também, quaisquer partidos, centros, associações ou juntas de toda espécie que visassem à subversão, por ameaça ou violência, da ordem política e social. Oficiais militares que praticassem quaisquer das ações acima ou pertencessem a qualquer um desses grupos seriam removidos de seus postos, e os residentes estrangeiros implicados teriam suas naturalizações canceladas. (MCCANN, 2007, p.479)

Como se percebe, a preocupação com a crescente ideologização política e com o envolvimento militar é anterior ao levante comunista de novembro de 1935. É dentro desse contexto que é criada a ANL em março daquele ano. A organização tinha a frente lideranças do PCB e o seu programa seguia a nova orientação da Internacional Comunista que interpretava o fascismo como o grande inimigo a ser combatido. Como afirma Hobsbawm (1995), durante a década de 1930, as disputas ideológicas eram marcadas menos pela divisão entre capitalismo e comunismo, concentrando-se as rivalidades mais entre as forças pró e antifascistas dentro daquilo que o historiador chama de “guerra civil ideológica

internacional<sup>5</sup>”. A ascensão de Hitler ao poder na Alemanha ampliou o alerta sobre a necessidade de uma união para conter o avanço dos movimentos fascistas, pois “[...] o fascismo tratava publicamente todos os liberais, socialistas e comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético, como inimigos a serem igualmente destruídos” (HOBSBAWM, 1995, p.149). Dentro do contexto apresentado é que a Internacional Comunista passou a enfatizar a necessidade de uma aliança de forças antifascistas, sendo necessário para tal mobilizar grupos diversos, mesmo que não alinhados ao comunismo, que estivessem dispostos a deter o avanço dos movimentos de extrema-direita. A criação da ANL seguiu tal orientação. Assumindo uma bandeira antifascista e anti-imperialista, o movimento foi francamente opositor à AIB de Plínio Salgado, organização de inspiração fascista surgida no Brasil no mesmo período.

A ANL contou com forte adesão tenentista. O retorno de Luiz Carlos Prestes ao Brasil e sua inserção no PCB contribuiu para o fortalecimento do movimento. Após um período no exílio, que incluiu uma estadia de três anos na União Soviética entre 1931 e 1934, o líder tenentista retornou ao Brasil de forma clandestina utilizando-se de passaportes falsos juntamente com Olga Benário, agente encarregada pela Internacional Comunista de cuidar de sua segurança. Aclamado como presidente de honra da ANL, Prestes atraiu para a organização tenentes de esquerda e grupos civis admiradores do “Cavaleiro da Esperança”, apelido que ganhou quando liderou a marcha pelo país conhecida como Coluna Prestes. Em poucos meses, a organização teria tido uma adesão grandiosa: “*Cálculos conservadores indicam que em julho de 1935 ela contava com 70 mil a 100 mil pessoas*” (FAUSTO, 2001, p.360).

---

<sup>5</sup> A definição é explicada pelo historiador pelo caráter internacional das disputas ideológicas que teriam se estabelecido na maioria dos países ocidentais e que, no interior de cada sociedade, teria oposto forças pró e antifascistas (HOBSBAWM, 1995, p.146).



De acordo com Motta (2002), ainda que houvesse questões internas que contribuíram para que tenentes se aproximassem da esquerda, a presença militar no interior da ANL seria uma continuidade das propostas do movimento tenentista que eclodiram a partir da década de 1920:

É bem verdade que se tratava de uma versão particularmente radical do legado dos “tenentes”, mas ainda assim os vínculos estavam presentes. Para esta ala de oficiais esquerdistas o governo egresso da Revolução de 1930 não atendera às expectativas de regeneração nacional, o que tornava necessária nova revolução. Nesse sentido, a ANL e o Partido Comunista representavam a possibilidade de dar continuidade ao esforço revolucionário iniciado nos anos 1920. (MOTTA, 2002, p.185)

Carvalho (2006) lembra que o movimento tenentista no Brasil teve forte influência das ideias positivistas, mas que delas se afastou à medida que assumia uma posição mais militarista: *“Os positivistas eram civilistas, o mesmo não acontecendo com os tenentes, que aceitavam, ou mesmo pregavam, o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas”* (CARVALHO, 2006, p.74). O autor ainda afirma que, a corrente mais à esquerda, ao aproximar-se do PCB, passou a defender a construção de um exército popular nos moldes daqueles formados nos primeiros anos da Revolução Russa e na fase de luta da Revolução Chinesa, sem, contudo, conseguir concretizar a aliança entre soldados, operários e camponeses.

O certo é que várias questões se juntaram no processo que culminou com os levantes de novembro de 1935 em quartéis de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro. No entanto, ainda que houvesse aspectos ligados à insatisfação de militares quanto às condições de trabalho e os baixos soldos e ao fato do programa do movimento representar muito mais os pontos defendidos pela ANL, que congregava em seu meio uma camada diversa unida pela bandeira

do combate ao fascismo, parece evidente a liderança comunista e a existência prévia de um plano revolucionário:

[...] é inquestionável o papel dirigente assumido pelos comunistas nos três episódios: as ações foram decididas, planejadas e executadas pelos homens do Partido Comunista. O líder máximo, Prestes, que certamente assumiria o governo em caso de sucesso, simplesmente fazia parte do Comitê Executivo da Internacional Comunista. Evidentemente, o objetivo final seria implantar o socialismo no país, ainda que se tornasse necessário estabelecer políticas transitórias e concessões a eventuais aliados moderados. Em tais condições, não pode ser considerado inapropriado qualificar a “Revolução de 1935” como comunista. (MOTTA, 2002, p.188)

Motta (2002) ainda afirma que, mesmo evidenciando-se uma precária preparação para o levante, há indícios de planos insurrecionais maiores. De acordo com o historiador, o fato de os quartéis de Recife e do Rio de Janeiro se rebelarem pouco após a ação inicial em Natal contribuem para acreditar-se na existência de um projeto revolucionário de tomada do poder. Motta ainda indaga sobre a ênfase dada pelo PCB aos trabalhos junto aos militares nos meses que precederam ao levante e o envio ao Brasil de um grupo de agentes pela Internacional Comunista, o que fortaleceria ainda mais o argumento referente aos planos revolucionários.

McCann (2007) também reforça a existência de um plano antecipado de tomada do poder pelos comunistas. Segundo o historiador, Prestes já teria saído de Moscou em direção ao Brasil com a missão de deflagrar uma revolução armada no país sob a sua liderança. Tal decisão teria sido tomada em outubro de 1934, quando o 7º Congresso Internacional Comunista, baseado em informações exageradas sobre a situação brasileira, decidiu pelo apoio a uma tentativa revolucionária no país. Assim como Motta, McCann destaca a presença de agentes comunistas enviados ao Brasil para dar apoio aos planos de revolução:

Já em julho de 1934 as autoridades do Comintern estavam reunindo uma equipe de coordenadores revolucionários e posicionando-os como peças de um vasto jogo de xadrez por todo o planeta. Esses agentes, sozinho ou em casais, atravessaram a Europa com destino aos Estados Unidos, ou partiram da China para a Argentina, até convergirem no Rio de Janeiro: os alemães Arthur Ernst Ewert (e sua esposa, Elise Saborowski) e Johann de Graaf; o argentino Rodolfo Ghioldi, o ucraniano Pavel Stuchevski e o americano Victor A. Baron. Esses agentes chegaram com um conjunto de planos para uma insurreição que deveria começar no Nordeste e alastrar-se para o Sul. Mantiveram deliberadamente distância dos comunistas brasileiros e uma ativa e reveladora correspondência telegráfica com Moscou. (MCCANN, 2007, p.474)

Os planos para o levante teriam sido acelerados a partir de julho de 1935, quando o governo, amparado na LSN, ordenou o fechamento da ANL. Tal ação foi motivada por um pronunciamento de Prestes no Forte de Copacabana no aniversário da revolta dos “18 do Forte”, onde ele teria conclamado as massas para iniciar uma luta revolucionária contra “o governo odioso de Vargas”. O líder comunista teria se convencido de que havia condições para iniciar a revolta, esperando contar com forte adesão entre os militares. Neste sentido, acreditava que aspectos internos ao Exército como baixos salários e diminuição do tamanho da corporação, ou seja, a existência de planos para dispensar centenas de militares subalternos, poderiam atrair adeptos ao movimento. Prestes ainda estaria preocupado com o processo de dispensa de cabos e sargentos, segmento militar importante dentro dos planos revolucionários, o que colaboraria para sua interpretação de que a revolta deveria ser colocada em prática em curto espaço de tempo (MCCANN, 2007).

Entretanto, ainda que houvesse um projeto revolucionário comandado por Prestes e pelo grupo que o cercava, a comunicação e a coordenação do movimento era um problema. Neste sentido, o início da revolta com a insurgência de militares do 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), sediado na cidade de Natal, teria se iniciado sem a autorização dos líderes do movimento. Razões internas, principalmente a dispensa de quadros da unidade vinculados ao PCB, teriam feito com que os militares comunistas do quartel iniciassem o

levante na noite de 23 de novembro de 1935. Com a antecipação da revolta, militantes civis vieram em auxílio aos militares. Com a rápida mobilização, os revoltosos conseguiram tomar a cidade Natal e estabeleceram um governo revolucionário em nome da ANL. Nos dias seguintes, foram enviadas tropas ao interior onde tomaram algumas cidades.

A antecipação da revolta surpreendeu as lideranças do PCB. Ainda que o comando do governo revolucionário em Natal tenha sido constituído por uma junta formada por membros do partido, o Secretariado do Nordeste, órgão máximo dos comunistas na região e que era sediado em Recife, não havia sido consultado. Os membros do Secretariado reuniram-se ainda na noite do dia 23 de novembro e decidiram por aderir ao movimento, que se iniciou na manhã seguinte na capital pernambucana. Assim como em Natal, civis mobilizados pelo PCB também aderiram ao movimento em Recife, que ganhou as ruas nos dias seguintes.

Os levantes de Natal e Recife duraram até o dia 27 de novembro. Acabaram vencidos por tropas do Exército enviadas de outros estados e pelas forças das próprias polícias militares estaduais potiguar e pernambucana. No entanto, nas primeiras horas deste mesmo dia, seria a vez de unidades do Exército da capital Rio de Janeiro iniciarem um levante. Sublevaram-se o 3º Regimento de Infantaria (3º RI) na Praia Vermelha e a Escola de Aviação em Campo dos Afonsos, próximo à Vila Militar. O problema é que os levantes do Rio de Janeiro já aconteceram dentro de um contexto de alerta em relação aos movimentos. Muitos líderes civis que poderiam mobilizar ajuda aos militares revoltosos haviam sido presos quando estouraram os primeiros levantes no Nordeste. De acordo com McCann (2007), a escolha do quartel da Praia Vermelha também não colaborava com os planos revolucionários: além de estar numa posição geográfica que facilitava o isolamento da unidade por tropas fiéis ao governo, o quartel ainda contava com um grande número de recrutas recém integrados ao Exército e que, por isso mesmo, não sabiam atirar. O 3º RI resistiu até o início da tarde do dia

27 de novembro, mas, cercados, bombardeados e sem maiores possibilidades de luta, renderam-se.

Os combates entre os revoltosos e as tropas que os reprimiram deixou um grande número de morto dos dois lados. Motta (2002) destaca a dificuldade em se saber ao certo o número dos que tombaram:

O número exato é desconhecido e dificilmente será possível algum dia elucidar essa dúvida, dada a natureza dos eventos. A escassez de informações sobre as mortes ocorridas no interior do Rio Grande do Norte e nas cercanias de Recife provavelmente jamais será alterada. Consta que na capital pernambucana, as forças da ordem fuzilaram dezenas de revolucionários após a derrota. É razoável supor a ocorrência de muitas baixas em Recife, já que foram travados duelos de metralhadora pesada no centro da cidade e centenas de populares foram armados durante os dois dias de combate. Fontes da época estimaram em sessenta mortos e 250 feridos as baixas no Recife. No caso do Rio de Janeiro também não há exatidão. O bombardeio do 3º RI, onde estavam aquartelados cerca de 1.500 soldados, produziu um saldo de muitos mortos. Alguns cadáveres encontrados sob os escombros, desfigurados, não puderam ser reconhecidos. Sem dúvida, o número de baixas fatais no Rio de Janeiro ascende às dezenas, sendo que o total deve ter oscilado entre trinta e cinquenta. Significativamente, o único local onde os comunistas efetivamente tomaram o poder a violência foi menor: calcula-se que em Natal morreram apenas quatro pessoas. (MOTTA, 2002, p.189-190)

Se, por um lado, o número total de mortes no levante seja difícil de ser definido com exatidão, por outro, é importante destacar o esforço feito pelo Estado para estabelecer um número de vítimas fatais que combateram os revoltosos, reconhecendo 31 militares mortos. Esse reconhecimento oficial fez parte do processo de construção da memória do levante, onde aqueles que tombaram em defesa do governo foram alçados à categoria de heróis, enquanto os envolvidos na rebelião foram tachados como traidores, bandidos, apátridas, covardes e coisas do tipo, como se discutirá a seguir.

Como mencionado anteriormente, o levante militar de 1935 deu início à primeira onda anticomunista no país e ultrapassava os muros dos quartéis. O “perigo da revolução”

deixava de ser algo distante na percepção de parte da população brasileira, principalmente para os moradores das cidades onde eclodiram as revoltas:

As imagens dos bairros da capital do país sendo bombardeados por terra e por ar, as inúmeras unidades militares rebeladas, as notícias da violência dos rebeldes em todo país e a associação desses rebeldes com um complô internacional comunista contra o Brasil possibilitaram a construção da crença que o Brasil estava em perigo. (FERREIRA, 2005, p.50-51)

A comoção gerada pelas mortes teria sido ampliada pelos rituais fúnebres. No Rio de Janeiro, Vargas e os ministros de seu governo participaram das cerimônias e acompanharam o cortejo dos corpos, havendo a liberação do ponto aos funcionários públicos para que também pudessem participar. Na capital e em outras cidades, o comércio e os bancos fecharam as portas em respeito aos militares mortos. Os jornais da época, sobretudo os das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam dedicado grande espaço à cobertura dos rituais fúnebres, destacando a emoção que teria tomado os que participaram das cerimônias de homenagem (FERREIRA, 2005).

No período seguinte ao movimento, quem mais conseguiu tirar proveito foi o próprio presidente Getúlio Vargas que, conseguindo manipular a seu favor o clima de apreensão gerado pelas rebeliões em quartéis do Exército de três capitais do país, manteve-se no poder através de um golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937.

Com o passar do tempo, o movimento serviu também ao meio militar na busca da construção de uma unidade em torno da alta cúpula das Forças Armadas. De acordo com Ferreira (2005), o Exército não teria percebido de imediato a força que a mensagem anticomunista teria para a coesão interna da corporação. No entanto, à medida que ganhava força a propagação das versões referentes à violência por parte dos militares rebelados e da

sua associação com um complô comunista internacional, percebeu-se o poder de persuasão que a divulgação do perigo poderia gerar. Assim, o estado de alerta permanente em torno dos planos de tomada do poder pelos revolucionários demonstrou-se um elemento eficaz à organização militar nos seus planos de construção de uma identidade e de maior coesão:

Em termos gerais, podemos afirmar que a função militar assume em termos retóricos a seguinte formulação: o Exército deve combater o comunismo porque se trata de uma invasão que deve ser vista como uma ação de guerra. Mas trata-se de uma guerra diferente cujo objetivo do inimigo não é a derrota militar mas a derrota da própria sociedade. É este estado de guerra que a retórica anticomunista do Exército procura construir. (FERREIRA, 2005, p.120-121)

No processo de construção da retórica anticomunista, os revoltosos foram tratados como traidores do Exército brasileiro e da própria pátria, já que estes lutariam por uma ideologia estrangeira e a serviço de outra nação. Neste sentido, o culto aos que tombaram defendendo o governo foi importante para solidificar a imagem negativa dos revoltosos e do comunismo como o inimigo a ser combatido a partir de então. Ao mesmo tempo, aqueles que lutaram contra o levante foram elevados à categoria de heróis:

Os que morreram na defesa do regime foram elevados ao “panteão” da pátria, pois os homens responsáveis por sua morte seriam apátridas por natureza. Divulgou-se a ideia que de um lado, o do governo, alinhavam-se homens de bem, bons patriotas e cidadãos dignos, enquanto do lado revolucionário encontravam-se indivíduos vis e bandidos, seres desqualificados, uma verdadeira malta. (MOTTA, 2004, p.295)

Em entrevista aos pesquisadores Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares, o general Octávio Costa destacou o papel que as cerimônias em torno do movimento de 1935 tiveram na ampliação do anticomunismo no interior das Forças Armadas. Para o

oficial, com a perseguição desencadeada pelo governo de Getúlio Vargas contra as ideias e as ações revolucionárias e o culto aos que morreram lutando contra os revoltosos, teria havido uma “intoxicação” de muitos militares, tornando-os intolerantes e radicais combatentes do comunismo:

Iniciou-se, a partir de 35, essa peregrinação anual ao monumento dos mortos, primeiro no Cemitério de São João Batista, depois na Praia Vermelha. Essa intoxicação mental que as Forças Armadas passaram a sofrer foi por influência desse período cesarista. Terrível doutrinação antimarxista, absolutamente intolerante e radical, que não admitia nenhuma meia-luz, nenhuma medida de compreensão. Era um dilema maniqueísta: quem pensa como nós é amigo, quem discorda de nós é inimigo. Dutra foi fiel executor dessa doutrina. Colocou fora da lei o Partido Comunista. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2004, p.77)

O levante, tratado a partir de então como “Intentona Comunista” para realçar a versão de que o movimento teria um caráter desmedido e insano, passou a integrar oficialmente o calendário de celebrações das Forças Armadas. Relembrar o movimento se tornaria uma necessidade das corporações militares, reforçando seu compromisso e vigilância contra a revolução. De acordo com Castro (2002), o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, teria expedido circular voltada aos comandantes militares no ano de 1937 chamando a atenção para o perigo representado pelo comunismo e para a necessidade de manter viva a lembrança do levante.

Os eventos de rememoração do movimento de 1935 e de homenagem aos militares mortos ganharam força, tornando o dia 27 de novembro uma data comemorativa oficial no calendário das Forças Armadas, sendo o ponto culminante desse processo a construção do monumento aos que tombaram lutando contra os comunistas. De acordo com Motta, o conjunto de cerimônias, “[...] mais do que prantear os mortos, visava a preservar, na memória da sociedade, o compromisso com os valores anticomunistas” (2002, p.83). A



comemoração realizada em 1936, que foi a primeira efeméride dedicada à Intentona, teria sido ainda tímido perto daqueles que vieram a acontecer nos anos posteriores, ganhando força no ano de 1940, quando foi inaugurado o mausoléu no cemitério São João Batista no Rio de Janeiro, reunindo os corpos de oficiais e praças que teriam morrido no combate aos revoltosos. A força da representação em torno das cerimônias pode ser notada pela presença também de autoridades civis, incluindo a de presidentes da República. Getúlio Vargas inaugurou tal “tradição” que, segundo Castro (2002), só seria abandonada em 1990. Realizado a cada ano, a cerimônia em homenagem aos mortos se constituiu num ato que mantinha viva a lembrança da “revolta vermelha” e da necessidade de manter as Forças Armadas e a própria sociedade em estado constante de alerta contra a “ameaça comunista”:

O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava seu “sacrifício” presente, renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito. Desde então, o roteiro permanece basicamente o mesmo: formatura das tropas militares junto ao túmulo dos militares; canto do hino nacional; aposição de flores aos pés do monumento; discursos e leituras da ordem do dia dos chefes militares; chamada nominal dos mortos, ao som de salva de canhão. (CASTRO, 2002, p.52)

As celebrações repetidas anualmente no dia 27 de novembro eram abertas ao público e contribuíram para que se formasse junto à sociedade uma imagem das Forças Armadas como uma instituição assumidamente anticomunista. Ao mesmo tempo, as cerimônias tinham como alvo o próprio meio militar, buscando reforçar entre os oficiais o compromisso de combate constante aos revolucionários:

A própria ritualística do evento possuía caracteres típicos das homenagens aos militares mortos em defesa da pátria, uma pompa fúnebre que passava pelo pronunciamento de discursos oficiais e pelo oferecimento de coroas de flores em memória dos heróis. Na festividade cívica, os membros das FFAA eram convidados

a lembrar-se dos colegas de armas “assassinados pelos vermelhos” e, desta forma, renovar os votos de empenho anticomunista. (MOTTA, 2002, p.83)

Porém, ainda que haja um processo de construção de uma retórica anticomunista que se desenvolve após o levante de 1935, não se pode tratá-lo como mera maquinação manipuladora da hierarquia das Forças Armadas. O movimento mexeu profundamente com o meio militar. McCann (2007) demonstra a existência de um imenso desconforto com algumas questões latentes. Primeiro, a liderança de Luís Carlos Prestes, já que este era formado pela escola militar e figurava como oficial desertor para o Exército brasileiro. Para o autor, Prestes teve um início de carreira exemplar dentro da corporação, levando a crer que, caso não se envolvesse em tramas revolucionárias, provavelmente teria chegado ao posto de general. Porém, sua aproximação com Moscou nunca seria perdoada.

Além disso, outra questão que incomodava a hierarquia do Exército era o fato de os instrumentos da revolta terem sido unidades da própria corporação. Esses aspectos colaboraram para que se desenvolvesse nas Forças Armadas um forte sentimento anticomunista e a desconfiança contra defensores de reformas socioeconômicas. Como mencionado, nas versões construídas em torno da Intentona prevaleceu o argumento de que os insurretos haviam cometido uma traição dupla: traidores do Exército, já que estes vinham das próprias fileiras da corporação, e traidores da pátria, por estarem supostamente agindo em nome de uma potência estrangeira.

Há que se destacar ainda a própria ideia de constituição das Forças Armadas, que está baseada na defesa do Estado-nação: “*O militar, conseqüentemente, tende a admitir que o Estado-nação é a forma suprema de organização política. A justificativa para a manutenção e o emprego de força militar está nos fins políticos do Estado*” (HUNTINGTON, 1996, p.83). Como afirma Castro (2012), havia uma concepção de que o Exército estava diretamente

ligado à ideia de nação, não sendo apenas o seu guardião, mas também o seu formador. Sendo assim, o comunismo iria em direção oposta ao se constituir num movimento internacional que não respeitaria os limites territoriais do país em nome da revolução. No caso do levante de 1935, a já citada presença no Brasil de agentes da Internacional Comunista em auxílio aos planos revolucionários que seriam colocados em prática pela ANL contribuía para o fortalecimento de tal visão.

Como demonstram D'Araujo, Soares e Castro (2004), o levante comunista teve forte efeito emocional sobre os militares, permanecendo por décadas. Neste contexto, o termo “Intentona” ganharia um sentido ainda mais amplo para os membros da caserna, indo além do significado de “intento louco, plano insensato”:

Ficou o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetivos da corporação e pregando obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar. Desta forma, o anticomunismo militar não dizia respeito apenas à possibilidade de instauração de um governo socializante. Dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma obediência paralela e concorrente. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2004, p.12-13)

Através de tais versões e das homenagens aos mortos que combateram a revolta de 1935, o anticomunismo foi se constituindo como elemento essencial na identidade militar no período destacado. O comunismo, dessa forma, é alçado à condição de grande inimigo da nação, sendo necessário aos militares permanecerem em constante estado de alerta. Como afirma Huntington (1996), é da essência da profissão militar a ideia de existência de interesses humanos em conflito e do uso da violência para resolvê-los. A ética militar enfatizaria o mal presente no homem e a responsabilidade de sua profissão estaria atrelada diretamente ao fortalecimento da segurança do Estado. A partir de tal pensamento, pode-se sugerir que, para

as Forças Armadas brasileiras, o comunismo incorporou a imagem desse “mal” presente nos seres humanos. Era necessário, então, manter o estado constante de alerta contra novas investidas revolucionárias.

Sendo assim, pensar o combate aos ideais revolucionários no interior das Forças Armadas brasileiras como algo proveniente do próprio pensamento da Guerra Fria ou ligá-lo à influência puramente das doutrinas militares francesas ou norte-americanas seria errado. Como se discutiu até aqui, já existia uma tradição anticomunista no interior das Forças Armadas que se consolidou, sobretudo, após a Intentona Comunista. Entretanto, é importante destacar que tal mensagem não permaneceu estática com o passar do tempo. Se por um lado, o perigo comunista continuou a fazer parte do discurso militar, por outro, novas imagens foram sendo agregadas ao aparato ideológico das Forças Armadas. Neste sentido, a Guerra Fria é parte importante não apenas da mensagem de combate ao comunismo do período, mas também da própria forma em que a alta oficialidade passou a compreender a organização, estabelecendo não apenas mais o inimigo, mas as formas de ação para contê-lo. Com as novas interpretações referentes às ameaças que se colocavam para o período, as Forças Armadas reformularam o seu próprio espaço de ação, passando a dar mais atenção aos perigos internos do que aos possíveis confrontos externos e revendo o seu papel político. Ao construir sua retórica anticomunista, as corporações militares fortaleciam “[...] alianças com grupos que sabidamente compartilham dos seus temores e indica para todos os atores e para a sociedade o que considera aceitável e o que considera condenável” (FERREIRA, 2005, p.134).

Aqui é importante analisar a aproximação que se estabeleceu entre determinados grupos de oficiais das Forças Armadas e empresários após a Segunda Guerra Mundial, num projeto que visava consolidar um processo de modernização conservadora de desenvolvimento nacional. Para Dreifuss (2006), tal aproximação se deu, sobretudo, no interior da Escola Superior de Guerra (ESG). Inaugurada em 1949, a instituição foi criada

dentro dos parâmetros do norte-americano *National War College*. Em sua constituição, contou com a assistência de oficiais das Forças Armadas dos Estados Unidos e que se mantiveram presentes posteriormente em auxílio aos docentes da instituição até as décadas de 1960 e 1970, consolidando na ESG a visão de uma aliança entre os dois países contra o comunismo:

Os oficiais americanos, juntamente com *staff* de oficiais brasileiros, “propagaram a ideia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo”. “Os oficiais americanos reforçavam essa orientação”, e depois de 1947, simultaneamente com o contínuo martelar americano na América Latina a todos os níveis, alertando contra os perigos do comunismo, eles podem ter apoiado uma definição mais abrangente de comunismo por parte dos militares brasileiros, assim como a apreensão desses últimos onde quer que ele fosse percebido. (DREIFUSS, 2006, p.87)

Neste contexto, fortaleceu-se entre os oficiais brasileiros ligados à ESG a ideia de que um desenvolvimento industrial atrelado ao capital multinacional e sem grandes transformações estruturais seria necessário para a segurança nacional diante das ameaças do comunismo. Mesmo tendo oposição de setores nacionalistas das Forças Armadas, que pretendiam uma política externa mais independente, essa visão de parte do oficialato ligada à ESG se expandiu e atingiu as demais escolas militares no país. Tal compreensão de desenvolvimento e segurança nacional também teria sido essencial para a aproximação maior entre setores empresariais e das Forças Armadas, havendo aí tanto a presença de civis em conferências na ESG quanto a participação direta de militares em empresas privadas, muitas das vezes inseridos nos próprios conselhos diretores destas. Essa “troca” entre empresários e militares seria importante na consolidação da ideia de que desenvolvimento e segurança nacional estariam entrelaçados, sendo um necessário para o sucesso do outro e, assim, manter o país longe da ameaça comunista.

O desencadear de movimentos diversos no Terceiro Mundo, como as lutas contra o domínio colonial na Ásia e na África e as revoluções como a acontecida em Cuba em 1959, e o próprio desenvolvimento das disputas políticas no Brasil, com o acirramento ideológico e com as mobilizações diversas a favor e contra as propostas de transformações estruturais na década de 1960 – as chamadas reformas de base –, levaram alguns setores das Forças Armadas a enrijecerem sua posição de defensores da ordem e de constante estado de alerta contra o comunismo. O medo de um processo revolucionário estar em andamento no Brasil era compartilhado com grupos diversos, como os próprios empresários citados aqui, setores da classe média, religiosos, imprensa, políticos entre outros segmentos que vieram a apoiar a intervenção militar que depôs João Goulart da presidência da República em 1964, como se discutirá no capítulo 2 deste trabalho.

Dentro desta perspectiva, alguns grupos de oficiais fortaleceram a ideia de uma intervenção não somente no governo, mas na própria sociedade que deveria ser moldada ao seu projeto de desenvolvimento que, logrando sucesso, reduziria a possibilidade de uma revolução. Elemento essencial na constituição da identidade das organizações militares brasileiras, o anticomunismo passou a expressar a própria visão de mundo dos oficiais, demonstrando a representação que estes faziam das corporações às quais pertenciam, da sociedade que estavam inseridos e das ameaças que estariam à espreita. Após instalarem-se no poder com a ditadura militar, imprimiram a sua interpretação de mundo nas políticas colocadas em prática. Nesta concepção, os oficiais entendiam que as Forças Armadas seriam instrumento fundamental para a manutenção da ordem e para o desenvolvimento do país. Levando o progresso a todas as regiões e fazendo com que o Estado estivesse presente até nas áreas mais longínquas, seria possível estabelecer uma espécie de escudo contra as investidas revolucionárias. Tais interpretações foram erigidas principalmente durante a Guerra Fria, sendo a doutrina da guerra revolucionária, que ganhou espaço no interior das Forças Armadas

brasileiras a partir da segunda metade da década de 1950, um elemento importante na sua constituição, juntamente com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Foi com base nas teorias construídas no interior das disputas gestadas na Guerra Fria e no receio em relação aos movimentos revolucionários que eclodiram no Terceiro Mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial, que o alto oficialato das corporações militares passou a voltar seu olhar para as questões internas. De acordo com tais doutrinas, o comunismo só se tornaria de fato uma ameaça ao aproveitar-se dos problemas econômicos, das distorções sociais e de processos de insatisfação de parte da população já preexistentes. Tais questões abririam brechas que permitiriam aos fomentadores da revolução inserirem as pregações contrárias à ordem vigente, propondo como solução aos problemas a implantação do modelo socialista de sociedade.

Com base em tais preocupações, as organizações militares passaram a repensar o seu papel e as formas de ação para manutenção da ordem visando conter qualquer investida comunista. As medidas restritivas em relação à circulação de informações com a censura à imprensa e a forte perseguição aos opositores da ditadura militar são expressões dessa visão. Da mesma forma, a criação dos órgãos de informações nas Forças Armadas e outras medidas voltadas para a repressão. Mas destacar apenas as ações puramente repressivas só nos permite enxergar uma parte do complexo conjunto que constitui a ideologia reinante no interior das corporações militares no período. Para construir uma barreira sólida contra aqueles que eram vistos como inimigos da nação, seria necessário ir muito além do mero recurso ao uso da força. Assim, faz parte também dessa visão a preocupação dos oficiais em aproximar as organizações militares da população civil. Conter o avanço do comunismo passaria também pela conquista de uma opinião pública favorável às Forças Armadas e, no contexto da ditadura militar, ao próprio governo. Para isso, seria necessário um trabalho de relações

públicas eficiente, contando com a utilização da propaganda e do aprimoramento de programas de assistência voltados aos habitantes de áreas carentes de recursos ou isoladas.

O papel das Forças Armadas em manter distante do país a “ameaça revolucionária”, assumindo um papel não meramente repressivo, mas também de construção de políticas que, dentro da visão de seus oficiais, permitiriam criar uma barreira contra as investidas comunistas serão discutidas no capítulo que se segue e nos posteriores que, por sua vez, se dedicarão aos projetos de auxílio à população civil de regiões carentes e isoladas, principalmente através de ações assistencialistas realizadas com as ACISO.



## Capítulo 2 – A doutrina da Guerra Revolucionária: entre a gestação do golpe e a construção da ditadura militar

Como discutido no primeiro capítulo, o anticomunismo no Brasil é anterior à Guerra Fria e ao recrudescimento das disputas ideológicas no país que levaram ao golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart em 1964. No interior das Forças Armadas, o combate às ideias revolucionárias se fortaleceu após a tentativa fracassada de levante ocorrida em novembro de 1935 em quartéis de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro e levada a cabo por militares ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e ao PCB. Desde então, o comunismo adquiriu um papel central nas discussões referentes à segurança interna para as Forças Armadas brasileiras. Porém, durante a Guerra Fria e influenciada diretamente pelos movimentos ocorridos em diversas partes do planeta, a apreensão diante do avanço do comunismo se tornou maior. No Brasil, as mobilizações populares crescentes na década de 1960 assustaram os setores conservadores que passaram a temer que um processo revolucionário estivesse a caminho.

O momento de maior radicalização ideológica coincidiu com o período de propagação de uma doutrina militar importada da França no interior das Forças Armadas brasileiras: a da guerra revolucionária. Voltando o seu olhar para além das guerras clássicas, a doutrina chamava a atenção para uma nova forma de ação que colocava a conquista da população civil e a corrosão do poder estabelecido como estratégia essencial para que o posterior recurso às armas viesse a ter sucesso. Dentro desta interpretação, agentes comunistas

infiltrados nas diversas esferas da sociedade atuariam incitando o descontentamento popular e criando o clima propício para colocar em prática seus planos de tomada do poder.

É importante destacar aqui como uma dupla influência é exercida sobre as organizações militares brasileiras no período. Se a doutrina predominante é a proveniente do pensamento militar francês, não se pode deixar de destacar a forte proximidade com os Estados Unidos. Os americanos também teorizavam sobre as necessidades de se conter os avanços dos movimentos revolucionários, sobretudo através da doutrina da contrainsurgência que compartilhava a ideia presente na doutrina militar francesa de que uma nova forma de luta havia se estabelecido e que a mera repressão violenta pelas tropas convencionais não seria suficiente para contê-la. Diante de tal visão, o governo dos Estados Unidos adotou políticas específicas voltadas para os países do Terceiro Mundo, vistos como mais vulneráveis às ações revolucionárias, e promoveu programas de treinamentos das Forças Armadas e das polícias de tais nações. Assim, pode-se afirmar que, na teoria, a doutrina da guerra revolucionária francesa foi aquela que mais esteve presente nas discussões para a reformulação dos currículos das escolas militares no Brasil, mas, na prática, foram os programas patrocinados pelos Estados Unidos que estiveram mais próximos na construção do processo de instrução das tropas para as novas formas de luta para a qual deveriam estar preparadas.

O presente trabalho tem como foco as políticas de assistência à população civil implementadas por forças militares após a implantação da ditadura que perdurou no país entre 1964 e 1985, principalmente àquelas de áreas carentes e remotas. A partir dessa perspectiva, não há como se desvincular da discussão em torno da doutrina da guerra revolucionária. É justamente esta doutrina que, ao propagar a sua interpretação de que a revolução teria como estágio inicial o envenenamento das instituições vigentes e a conquista dos civis, mudaria o foco das atenções militares. Assim, haveria a necessidade de se criar uma barreira à penetração dos ideais marxistas através de programas que aproximassem as Forças Armadas

da população, que consolidassem através da propaganda uma imagem positiva dos militares e negativa em torno dos comunistas e, sobretudo, implementassem programas de assistência nas áreas de saúde, educação, entretenimento entre outras, que visassem atender as populações em condições de isolamento e que viviam em péssimas condições sociais, populações estas vistas como as mais vulneráveis ao discurso revolucionário. Porém, ainda que fosse a doutrina francesa a responsável por influenciar diretamente os oficiais que reproduziram e readequaram tal pensamento à realidade brasileira, foram os cursos e treinamentos ofertados por agentes do governo dos Estados Unidos aqueles que introduziram as técnicas de aproximação da população civil através de diversas ações voltadas a estas.

Por isso, para compreender os programas de assistência implementados pelas Forças Armadas a partir da ditadura militar, sobretudo aqueles tocados pelo Exército, corporação sobre a qual as atenções se voltam neste trabalho, é necessário que se discuta todo o processo que envolve o período que antecede ao golpe de Estado que derrubou João Goulart do poder e como oficiais militares passaram a compreendê-lo. A doutrina da guerra revolucionária está inserida na gênese das tramas golpistas e na própria construção do governo ditatorial que se impôs ao país, uma vez que moldou a visão da sociedade e dos perigos que a estariam ameaçando. Os programas voltados às populações até então desassistidas pelo Estado que foram colocados em prática no período por corporações militares, tendo destaque as práticas assistencialistas realizadas através das Ações Cívico-Sociais (ACISO), se enquadram nas tentativas de conter o que era entendido como o avanço da guerra revolucionária no país.

Também é necessário discutir a forte influência exercida pelos Estados Unidos sobre os militares brasileiros. Ainda que não oferecessem uma doutrina mais solidamente constituída como os franceses, foi através dos mencionados cursos e treinamentos ofertados por agentes norte-americanos que as nossas Forças Armadas conheceram novas técnicas de

ação que centravam sua atenção na conquista do apoio da população civil, algo visto como essencial no combate aos movimentos insurrecionais.

Diante do contexto apresentado, o foco deste capítulo centrará no golpe e na consequente ditadura militar imposta a partir dele, visando identificar a doutrina da guerra revolucionária francesa e os cursos ofertados pelos Estados Unidos como influências decisivas na adoção dos programas assistencialistas mencionados.

## **2.1 O golpe de 1964: da renúncia de Jânio à queda de Jango**

A chegada de João Goulart à presidência da República após a repentina renúncia de Jânio Quadros inaugurou um período de grande tensão que veio a culminar com o golpe de Estado impetrado em 1964 e com a consequente ditadura militar que dominaria o país por 21 anos. Jango era herdeiro político de Getúlio Vargas e sua legenda, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), havia dado uma guinada à esquerda nos anos seguintes ao suicídio de seu criador. Desde fins da década de 1950, o partido assumira a bandeira da luta das demandas populares por reformas estruturais que ficaram conhecidas por “reformas de base”, que não eram bem vistas pelas elites conservadoras. Além disso, ainda que existissem dentro do PTB alas mais moderadas, o partido entendia que, naquele momento, era importante a aproximação com grupos de esquerda, principalmente o PCB:

Se o PTB era então o grande partido reformista de caráter popular, o maior partido de esquerda marxista era o PCB. Ele também renovara seu perfil. Com longa tradição no país e a liderança carismática de Luís Carlos Prestes, a partir de 1958, o “partidão”, como era chamado, reconheceu a importância do regime democrático e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo. Portanto, o PCB tinha um programa político próximo ao PTB. Ambos defendiam políticas restritivas ao capital estrangeiro e, principalmente, as reformas de base, em especial, a agrária. (FERREIRA e GOMES, 2014, p.79-80)

João Goulart foi ministro do Trabalho de Vargas e havia sido eleito, pela segunda vez seguida, vice-presidente da República. Estava distante do país quando Jânio Quadros enviou a carta de renúncia ao Congresso Nacional, se encontrando na China onde chefiava uma missão oficial diplomática e comercial que contava com a presença de políticos e empresários brasileiros. Como afirma Toledo (1994), ao renunciar ao cargo de presidente, Jânio dava início a um primeiro ato de uma trama golpista que terminaria com a deposição de Goulart em 1964. Do exterior, Jango já teria uma mostra dos problemas que o aguardariam em seu governo ao ter o seu nome rejeitado pelos ministros militares de Jânio. Para que assumisse a presidência em cumprimento ao que mandava a Constituição em vigor, foi necessário que uma ampla mobilização em favor da legalidade constitucional se realizasse. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, exerceu importante liderança nas mobilizações, tendo conquistado o apoio do III Exército para resistir à tentativa de golpe. Só após o recuo de legalistas e golpistas em suas posições, traçou-se um acordo que permitiu a Jango tomar posse, o que ocorreu na data de 07 de setembro de 1961 com a aprovação de uma emenda que limitava os poderes do presidente ao instituir o sistema parlamentarista de governo. Durante a crise, Jango tomou uma postura conciliadora, o que expressou também em seu discurso de posse em que adotou tom otimista, tentando acalmar os ânimos daqueles que desconfiavam dele. Mesmo assim, governou o país sempre ameaçado por conspiradores que insistiam na sua deposição e pressionado por setores progressistas que almejavam as tão sonhadas reformas.

Após a realização de um plebiscito em janeiro de 1963, onde a grande maioria dos votantes optou pelo retorno ao sistema presidencialista, Jango passou a governar o país com os poderes presidenciais restituídos. Tanto para Gorender (2003) quanto para Fico (2004), Goulart teria interpretado o resultado da consulta popular como uma vitória pessoal, quando, na verdade, forças antagônicas rejeitavam o sistema parlamentarista, principalmente aquelas que já almejavam as próximas eleições presidenciais, marcadas para o ano de 1965. Além disso, Gorender ainda levanta a hipótese de que o presidente teria se entendido com frações das classes dominantes, comprometendo-se em sanear as finanças e breçar o avanço das esquerdas.

Já para diversos outros grupos, o retorno ao presidencialismo foi entendido com uma maior possibilidade da realização das profundas reformas que tanto almejavam, uma vez que João Goulart teria maior autonomia para colocá-las em prática. Assim, camponeses, estudantes, operários, trabalhadores do setor público, graduados das Forças Armadas, entre tantos outros segmentos, intensificaram as mobilizações em prol das reformas de base. O programa defendido por tais grupos consistia em um conjunto de diversas reformas estruturais como as reformas urbana, bancária, tributária, eleitoral, universitária e, a principal e mais polêmica delas, a reforma agrária.

A princípio, Jango tentou se equilibrar no poder visando contar com o apoio tanto de setores progressistas quanto dos conservadores, mas a crescente radicalização das posições ruiu qualquer possibilidade de entendimento. No campo das esquerdas, os entraves à realização das reformas de base dentro da lei os levaram a pressionar fortemente o governo, chegando a propor o rompimento com o sistema legal, o que é notado pela própria posição de Leonel Brizola, uma das principais lideranças na defesa das reformas: *“Ele queria que Goulart rompesse com o Congresso, assumisse de fato e de direito todos os poderes e se movesse à margem ou por cima da Constituição, para realizar as reformas de base”*

(BANDEIRA, 1983, p.55-56). Brizola liderava a ala mais a esquerda dentro do PTB e o seu posicionamento radical ocasionou profundo desconforto nos setores conservadores, sobretudo entre a alta oficialidade das Forças Armadas. Muitos dos oficiais que se mobilizaram na deposição de Jango e participaram ativamente do regime militar culpavam o ex-governador gaúcho pela radicalização das mobilizações que os motivaram a depor o presidente João Goulart (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004).

Por sua vez, os setores conservadores também se mobilizavam, porém contrários aos apelos reformistas. Empresários, integrantes das elites tradicionais, setores da classe média, membros do clero, grupos ligados a interesses econômicos externos, políticos, jornalistas, enfim, segmentos diversos passaram a propagar que as mobilizações em prol das reformas eram sinais de que grupos revolucionários pretendiam tomar o poder e implantar o comunismo, o que ampliou a angústia e a intranquilidade já reinantes no país. Afinal, eram tempos de Guerra Fria e temia-se que revoluções como a cubana viessem a florescer no restante da América Latina: “*O hálito quente da revolução aquecia a nuca das elites latino-americanas, tirando-lhes o sono*” (REIS, 2005, p.28). Assim, para os opositores de Jango, pairava o medo do seu envolvimento com a esquerda revolucionária:

[...] na crise de 1964 o argumento mais forte apresentado nos discursos favoráveis à derrubada do governo foi o anticomunismo, mesclado às acusações de que Jango pretendia implantar um regime autoritário de esquerda. Foi a percepção desse risco, e o seu alardeamento via imprensa, televisão, manifestações, marchas, etc. que permitiu a formação da grande coalizão pró-golpe, bem como a desmobilização ou a conquista de setores que antes viam com simpatia os projetos governamentais. (MOTTA, 2004, p.293)

Nesse contexto de radicalização das posições e notando a impossibilidade de equilibrar-se entre elas, Jango aproximou-se dos grupos progressistas, apoiando abertamente a

defesa das reformas de base: “*Optou, então, por abraçar as ‘reformas de base’, independentemente do Congresso, buscando apoio diretamente nas ‘massas’*” (FICO, 2004, p.17).

Aqui, há que se discutir como todo esse processo de radicalização impactou as Forças Armadas. Sabe-se que parte de sua alta hierarquia já havia vetado o nome de João Goulart antes mesmo que este assumisse a presidência quando da renúncia de Jânio Quadros. Sua aproximação dos grupos que se mobilizavam em prol das reformas não apenas aumentou a apreensão dos oficiais que já se opunham a ele, mas também empurrou para a oposição muitos oficiais que haviam se definido pela defesa da legalidade constitucional, até mesmo alguns que faziam parte de seu “dispositivo militar<sup>1</sup>”. Como demonstra Chirio (2012), os oficiais opositores a Jango se utilizaram de dois elementos principais na defesa do golpe de Estado:

[...] o de uma revolução comunista e o de uma “quebra da hierarquia” nas Forças Armadas por parte dos militares de patente inferior, fomentada por “agentes subversivos” infiltrados em seu meio – dois perigos que teriam sido tolerados, até mesmo atizados, pelo presidente João Goulart. (CHIRIO, 2012, p.17)

Dessa forma, o envolvimento de militares graduados nas mobilizações em defesa das reformas, principalmente dos sargentos, era um ingrediente a mais que fazia aumentar o desconforto da alta oficialidade em relação ao governo, uma vez que esta entendia o ato como uma afronta à disciplina e à hierarquia militar. Porém, Chirio (2012) demonstra que tal discurso em torno dos riscos para o país e às Forças Armadas não era novidade. Desde a sua

---

<sup>1</sup> Jango havia nomeado vários oficiais que, acreditava, eram de sua confiança e defensores da legalidade constitucional, para ocupar importantes postos de comando nas Forças Armadas, tendo por objetivo breçar qualquer ação dos oficiais alinhados à trama golpista. O “dispositivo militar”, entretanto, falhou, não havendo qualquer reação que pudesse conter o golpe em 1964.



passagem pelo Ministério do Trabalho entre os anos de 1953 e 1954, Jango já era acusado de promover a comunização do Brasil.

Há, porém, que se destacar que parte dos oficiais já havia se vinculado a grupos opositores ao projeto de reformas. Como discutido no primeiro capítulo do presente trabalho, setores empresariais e oficiais ligados à ESG passaram a traçar um projeto estratégico de desenvolvimento industrial conservador, sem que acontecessem grandes transformações estruturais. Para os militares, esse modelo de desenvolvimento asseguraria, ao mesmo tempo, a defesa do território nacional contra as investidas revolucionárias. A aliança entre setores empresariais vinculados ao projeto conservador de modernização e parte do alto oficialato das Forças Armadas seria estreitada com a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) no início da década de 1960<sup>2</sup>. Na verdade, o complexo IPES/IBAD reunia também intelectuais, políticos, homens da imprensa, entre outros segmentos, e atuou na arrecadação de fundos e na arregimentação de pessoas para a campanha de desestabilização política do governo Jango e dos grupos defensores das reformas. A campanha ideológica estava amparada no discurso anticomunista, alardeando que o país corria o risco de ser tomado por uma luta revolucionária. Sua ação se estendeu desde a cooptação ideológica específica de determinados grupos como políticos, sindicalistas, estudantes e religiosos, à doutrinação voltada a um público geral. Neste segundo modo de doutrinação, o complexo IPES/IBAD se valeu, sobretudo, de campanhas midiáticas que tomaram o país no período que antecedeu o golpe:

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos

---

<sup>2</sup> De acordo com Dreifuss (2006), a base para a organização do que viria a ser o complexo IPES/IBAD foi organizada ainda entre fins do governo de Juscelino Kubitschek e o governo de Jânio Quadros. No caso específico do IPES, sua fundação oficial data de 29 de novembro de 1961.

animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. Os jornais publicavam seus artigos e informações. Para alcançar essa extensão de atividades variadas, o IPES alistava um grande número de escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos de mídia e publicidade. O complexo IPES/IBAD também era capaz de articular o apoio de algumas das maiores companhias internacionais de publicidade e propaganda, criando, assim, uma extraordinária equipe para a manipulação da opinião pública. Jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como “manipuladores de notícias” e propagandistas, trabalhando sobretudo através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública, Estudo e Doutrina e Publicações. Certas empresas financeiras e industriais ligadas ao complexo IPES/IBAD se incumbiam dos arranjos financeiros, incluindo-os em suas folhas de pagamento, propiciando, assim, outra forma de financiamento indireto da ação da elite orgânica. Escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais emprestavam o seu prestígio, escrevendo e assinando, eles próprios, artigos produzidos nas “estufas políticas e ideológicas” do complexo IPES/IBAD. (DREIFUSS, 2006, p.249-250)

Entretanto, ao se mencionar o papel do complexo IPES/IBAD na campanha de desestabilização do governo de João Goulart, não se pode deixar de discutir o envolvimento de setores do oficialato das Forças Armadas com a organização, principalmente de figuras importantes ligadas à ESG. De acordo com Dreifuss (2006), era comum a presença de oficiais tanto da ativa quanto da reserva em reuniões executivas do IPES. A participação militar teria se ampliado em fins de 1963, no entanto, sem ganhar muita publicidade, sendo comum o uso de codinomes nas reuniões para os oficiais da ativa. O grupo de militares da ESG ligados ao IPES tinha importante papel no fornecimento de informações e avaliações referentes à situação política brasileira do período. Mas o aumento das disputas entre os setores defensores das reformas de base e seus opositores, com a ampliação das mobilizações e o agravamento das tensões políticas, levou tais oficiais a organizarem um “estado-maior informal” com a finalidade de criar “[...] uma rede de militares em todo o Brasil e, numa etapa posterior, coordenar a ação militar para depor João Goulart” (DREIFUSS, 2006, p.390), demonstrando que já havia em andamento uma forte articulação civil-militar visando derrubar Jango da presidência da República.

É importante destacar aqui que, ao que nos parece, a participação de homens das Forças Armadas no complexo IPES/IBAD não foi uma mera ação de cooptação por parte dos líderes civis da organização, mas sim um processo de aproximação e mesmo de troca entre ambos. Como se discutirá a seguir, as novas doutrinas militares surgidas nos tempos da Guerra Fria previam que os Exércitos convencionais nada poderiam fazer em caso de eclosão de uma guerra revolucionária. Para evitar esse novo tipo de conflito, as Forças Armadas deveriam estar empenhadas também num projeto de desenvolvimento econômico que diminuísse as desigualdades sociais internas e servisse como uma barreira contra a “subversão” da ordem então vigente. Neste sentido, os oficiais ligados à ESG podem ter identificado no projeto do complexo IPES/IBAD a possibilidade de se construir um modelo de desenvolvimento do país sem ocasionar grandes convulsões ou transformações radicais da estrutura socioeconômica. Além disso, as concepções de segurança nacional construídas no interior da ESG foram assimiladas pelas próprias lideranças civis do complexo IPES/IBAD que passaram disseminá-las em seu meio.

O general Golbery do Couto e Silva foi figura central neste processo. Considerado um dos grandes intelectuais do Exército naquele período, o oficial coordenava o grupo de Operações Militares e de Informação do IPES. Além de ser um dos principais articuladores entre civis e militares na conspiração golpista de 1964, Golbery é visto também como responsável pela doutrinação de empresários e políticos a partir das teorias construídas no interior da Escola Superior de Guerra.

Há de se destacar também que, apesar da grande participação de oficiais ligados à ESG em reuniões com grupos empresariais, essa não pode ser definida como a tônica de toda a oficialidade da instituição e muito menos das Forças Armadas. O movimento golpista de 1964 não possuía uma coordenação centralizada, vários eram os focos de conspiração no interior das Forças Armadas. As próprias concepções de desenvolvimento defendidas por

empresários e militares inseridos no IPES não eram compartilhadas por todos os oficiais, sobretudo aqueles defensores de posições mais nacionalistas. Estes, por exemplo, teriam forte influência sobre a política econômica do governo militar a partir de 1967, quando o regime adotou medidas mais estatizantes, o que significava tomar caminhos opostos daqueles defendidos pelos oficiais vinculados à ESG/IPES. No entanto, a percepção de que o país corria o risco de um movimento revolucionário e os casos de indisciplina e de quebra da hierarquia levaram grupos diversos das Forças Armadas a conspirarem contra João Goulart, ainda que não houvesse um “comando central” que os articulasse e tampouco que houvesse um projeto único de governo compartilhado por toda a oficialidade<sup>3</sup>.

Outro aspecto importante a ser destacado é o apoio dado pelo governo dos Estados Unidos aos grupos que conspiravam contra João Goulart. Desde o fim da década de 1950, o país havia percebido que era necessário dar maior atenção à América Latina, posição que se intensificou após a vitória da Revolução Cubana em 1959. Se por um lado, deveriam ampliar os programas de ajuda financeira e o estreitamento das relações com as Forças Armadas e policiais através de treinamento e fornecimento de equipamento, por outro, investiam também na propaganda contra o comunismo e na vigilância contra possíveis opositores aos interesses norte-americanos.

No caso específico do Brasil, de acordo com Fico (2008), a sua importância estratégica seria apenas relativa para os Estados Unidos e vinha diminuindo após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, com a questão cubana, o olhar sobre a conjuntura interna brasileira mudaria, tornando “[...] *inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de*

---

<sup>3</sup> Em depoimentos reunidos pelos pesquisadores Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, oficiais que participaram do regime militar afirmaram não ter havido um projeto de governo discutido antes que o golpe ocorresse. No caso do general Adyr Fiúza de Castro, ele menciona que o “grupo intelectual” dos oficiais teria um projeto político, mas que não era do conhecimento da maioria. Em seu depoimento, Fiúza afirma que, para o grosso da oficialidade, o objetivo da conspiração seria “[...] *apenas afastar o governo. Não havia um projeto*” e que estes não estariam “[...] *em condições de elaborar um projeto político para o Brasil*”. (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2004, p.159-160)

*estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista, justamente no maior país da América do Sul, algo que ampliaria a órbita de influência comunista”* (FICO, 2008, p.41).

Neste contexto, Jango era visto com receio pelo governo dos Estados Unidos, o que explicaria a campanha de desestabilização e o posterior apoio direto à trama conspiratória que depôs o presidente.

A ação de intervir no processo político brasileiro teria se intensificado a partir de 1962, quando o governo norte-americano financiou candidatos opositores à Jango e simpáticos aos Estados Unidos nas eleições parlamentares de 1962. Além disso, os recursos financeiros vindos de programas de ajuda aos países da América Latina, como os provenientes da “Aliança para o Progresso”, passaram a ser direcionados a estados brasileiros onde os governadores fossem hostis à Goulart e entravam no país sem a prévia autorização do governo federal, constituindo um ato de intromissão e ferindo a soberania nacional.

Agências norte-americanas também investiram pesadamente em material de doutrinação através de propagandas veiculadas em emissoras de rádio e tv, material impresso, unidades móveis de exibição de filmes, entre outras formas de divulgação. Em relatório secreto publicado em 1964, o Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS<sup>4</sup>), uma das agências responsáveis por tais atividades, afirmava que as mensagens divulgadas tinham por finalidade *“[...] aumentar a confiança e a participação do Brasil na Aliança para o Progresso e de reforçar o ‘centro democrático progressista’, além de ‘revelar a verdadeira face do comunismo’, entre outros propósitos”* (FICO, 2008, p.80). A USIS ainda desenvolveu publicações voltadas a políticos e demais autoridades brasileiras, além de material direcionado aos militares, como a tradução de livros e exibição de filmes.

---

<sup>4</sup> Do inglês, *United States Information Service*.

Entretanto, as ações de desestabilização do governo João Goulart ampliaram-se e, no segundo semestre de 1963, o embaixador norte-americano no Brasil Lincoln Gordon já considerava a hipótese de um movimento que depusesse o presidente brasileiro. Gordon foi importante na tomada de decisão por parte do governo dos Estados Unidos em apoiar a conspiração contra Jango. Partiram dele as análises enviadas a Washington que afirmavam que o Brasil vivia um período de fortes agitações, estando o presidente brasileiro diretamente ligado a elas. Na sua visão, Goulart contaria com as forças de esquerda para dar um golpe e se perpetuar no poder implantando uma “ditadura de tipo peronista” que, por sua vez, levaria o Brasil ao comunismo (FICO, 2008). As análises de Gordon sobre o cenário político brasileiro eram fruto das próprias teorias gestadas no clima da Guerra Fria, do exemplo deixado pela Revolução Cubana e das informações fornecidas através do contato com os grupos que conspiravam para depor Jango:

Esta era a visão de Washington. E a perspectiva de que o Brasil se tornasse uma República socialista, uma Cuba com dimensões continentais, apavorava os norte-americanos, cada vez mais intranquilos com a emergência das massas e as medidas nacionalistas de Goulart. Como o Embaixador Gordon mais tarde acentuaria, “não podemos esquecer a atmosfera de guerra fria em que essas decisões foram tomadas”. (BANDEIRA, 1983, p.141)

À medida que a trama pela deposição de Jango avançava, estreitavam as ligações entre os membros da embaixada dos Estados Unidos e os grupos conspiradores brasileiros. Além de Lincoln Gordon, outro agente norte-americano que participou ativamente da preparação do golpe foi o militar Vernon Walters. Foi através dele que oficiais das Forças Armadas brasileira negociaram mais diretamente o auxílio do governo dos Estados Unidos, caso houvesse resistência à ação golpista que depor o presidente brasileiro. Já imaginando

um cenário de intervenção, um “plano de contingência” foi feito planejando as ações a serem adotadas após a deflagração do golpe:

[...] o controle militar temporário (mediante uma junta militar, que se configurou no “Comando Supremo da Revolução”), a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli e a posterior eleição de um novo presidente. Ainda do ponto de vista estratégico geral, o plano estabelecia que, no caso de algum tipo de confronto, nenhum apoio seria dado a Goulart, muito ao contrário, já que os Estados Unidos deveriam “providenciar apoio secreto ou mesmo aberto [aos golpistas], particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munição), mas intervir com forças somente se houvesse clara evidência de intervenção soviética ou cubana do outro lado” – diretriz que estabeleceu a força-tarefa naval que futuramente se chamaria “*Brother Sam*”. (FICO, 2008, p.93)

A presença de governadores de estados importantes da federação na conspiração contribuía para facilitar o auxílio do governo dos Estados Unidos. Ao deflagrar o movimento, estava previsto a decretação de estado de beligerância por alguns estados, o que facilitaria a justificativa norte-americana para o envio de armas e suprimentos às forças golpistas. Além disso, ao se aproximarem dos conspiradores do complexo IPES/IBAD, os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, entre outros, colocaram suas polícias estaduais em prontidão para agir nos centros urbanos e em outros pontos estratégicos assim que a movimentação para deposição de Jango começasse.

Se já havia uma conspiração em andamento, a radicalização das posições entre fins de 1963 e início de 1964 acelerou o processo que culminou com a derrubada de João Goulart. As greves atingiram diversos setores produtivos e esferas do próprio Estado. A luta pela reforma agrária se intensificou com o aumento das invasões de terras e a reação cada vez mais violenta de fazendeiros. No Congresso Nacional, o embate entre grupos pró e contra reformas também se intensificou, ocasionando a paralisação da votação de projetos importantes para o

país. No interior das próprias Forças Armadas, os praças ampliavam sua participação nas mobilizações em favor das reformas de base causando profundo desconforto nos oficiais.

Diante dos acontecimentos e na impossibilidade de transigir entre os grupos progressistas que exigiam as reformas e os conservadores que viam nas mobilizações populares a ameaça do comunismo, Jango optou por uma ação mais ofensiva. Decidiu-se pela organização de grandes comícios em defesa das reformas de base. O primeiro, e único a acontecer a ser realizado, aconteceu no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Entre as centenas de milhares de pessoas presentes no comício da Central do Brasil, estavam representados fortemente partidos e movimentos das esquerdas. Em seu discurso, o presidente acenou com a realização de reformas através de decretos, iniciando pela mais polêmica delas, a reforma agrária<sup>5</sup>. A resposta viria seis dias depois, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 500 mil pessoas em São Paulo. Alarmados com a radicalização de Jango em defesa das reformas, os grupos conservadores marcharam pelas ruas da capital paulista e, depois, por outras cidades do país. Com forte mensagem religiosa e anticomunista, as marchas exigiam uma intervenção contra o que, acreditavam, seria um processo revolucionário em marcha que levaria o Brasil a ser tomado pelo “famigerado” comunismo ateu.

Já fortemente pressionado, João Goulart ainda enfrentaria dois episódios no interior das Forças Armadas que fortaleceram a mobilização de oficiais na conspiração para derrubá-lo. No dia 25 de março, uma reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), entidade proibida pelo comando da Marinha, foi vista como um ato de desobediência à hierarquia da corporação. Presos os participantes do evento, seriam

---

<sup>5</sup> No comício da Central do Brasil, João Goulart indicara o início da realização de uma reforma agrária através da desapropriação de terras improdutivas às margens de trechos rodoviários, ferroviários e de grandes açudes a partir de decretos, além de outras medidas como a encampação de refinarias particulares e o tabelamento de aluguéis de imóveis desocupados. (BANDEIRA, 1983)



perdoados logo em seguida, ampliando as denúncias de que o próprio governo fomentaria a indisciplina e a quebra da hierarquia nas corporações militares. O segundo episódio foi a participação de Jango na assembleia dos sargentos realizada no Automóvel Club do Rio de Janeiro no dia 30 de março, já às vésperas do início das movimentações para depô-lo. Para os oficiais entrevistados no trabalho de D'Araujo, Soares e Castro (2004), estes últimos eventos levaram até mesmo os oficiais que se demonstravam “neutros” em relação à conspiração contra Jango a aderirem ao golpe, pois seria um indicativo de que a “subversão” havia atingido até mesmo a caserna, atacando a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, como demonstra o depoimento do general Ivan de Souza Mendes:

Para mim foi o problema do fomento à indisciplina nas Forças Armadas. Talvez aquele fato dos sargentos, que já tinha havido em Brasília em setembro, e depois aquele dos marinheiros. Aquele discurso do Automóvel Club do Brasil foi uma coisa horrível. Para os militares aquilo era a completa subversão da disciplina. [...] Foi a gota d'água, acredito. Para quem vive em ambiente militar e conhece os fatos históricos em outros países, aquilo parecia a União Soviética. Parecia que ia subverter a hierarquia militar e a hierarquia republicana. Esse foi o problema. Isso é que precipitou as coisas. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004, p.142)

O certo é que, diante dos últimos acontecimentos e do clima geral de radicalização que tomou conta do país, parte da alta hierarquia das Forças Armadas já havia optado pela intervenção para destituir o presidente João Goulart através de um golpe. Assim, no dia 31 de março de 1964, o general Olympio Mourão Filho levantou-se contra o governo federal partindo da cidade mineira de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Mesmo surpreendendo as lideranças das principais unidades militares do país ao antecipar-se a estas nas movimentações, a ação de Mourão dava início ao golpe que derrubou Jango no dia seguinte.

Ao que tudo indica, o golpe estava marcado para alguns dias depois da movimentação das tropas precocemente iniciada no dia 31, em Juiz de Fora (MG), pelo general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, oficial que sempre parecera afoito demais aos olhos dos verdadeiros líderes da conspiração. Mourão, porém, impacientava-se com a demora. Em articulação com o governador mineiro Magalhães Pinto, decidiu tomar a iniciativa, mesmo sabendo que sua opção de atacar o Rio de Janeiro era contestada pelo general Carlos Luiz Guedes, comandante da Infantaria Divisória, em Belo Horizonte, que preferiu deflagrar uma sublevação em Minas Gerais. (FICO, 2004, p.26)

As forças progressistas às quais Jango se aliou, talvez aguardando um posicionamento de resistência do próprio presidente, pouco se empenharam em mobilizar-se para conter o golpe. Após as primeiras tentativas de articulação e muita indecisão, Goulart deixou o Brasil exilando-se no Uruguai. Assim, as forças conservadoras civis e militares que tramaram o golpe saíram vitoriosas. A ação golpista levou ao poder os membros da alta hierarquia das Forças Armadas, inaugurando no Brasil uma ditadura militar que perdurou por 21 anos.

Porém, para o presente trabalho, é importante destacar como teria se moldado a própria visão dos oficiais das Forças Armadas que tomaram parte no golpe em relação às mobilizações e a todo o processo de radicalização ocorridos no Brasil na década de 1960. Para tanto, é necessário que se discuta como doutrinas vindas de fora e readaptadas à realidade brasileira contribuíram para construir a interpretação que tal grupo fez dos acontecimentos vividos pelo país naquele período. Dentre estas doutrinas, destaca-se a da “guerra revolucionária”, construída no interior das Forças Armadas francesas e introduzida no meio militar brasileiro a partir de fins dos anos 1950. Ela está no centro da interpretação em relação à ação golpista que depôs Jango e da própria construção do governo ditatorial comandado diretamente pelos militares que se estabeleceu após o golpe.

Da mesma forma, não se pode desconsiderar a influência norte-americana sobre as Forças Armadas brasileiras. Ainda que o país seja pouco mencionado nas publicações do

Exército brasileiro especializadas em discussões de doutrinas militares consultadas na pesquisa, os cursos e treinamentos ofertados pelos Estados Unidos sobre técnicas de enfrentamento a movimentos revolucionários moldaram a instrução de nossas tropas, sobretudo durante a década de 1960. Além disso, as formulações de sua teoria da contrainsurgência seguiam interpretações muito próximas daquelas definidas pela doutrina da guerra revolucionária francesa. O Exército norte-americano também esteve diretamente ligado à criação da ESG, principal instituição militar brasileira onde formulou-se, discutiu-se e divulgou-se as doutrinas do período da Guerra Fria que aliavam as ideias de desenvolvimento e segurança nacional e que alertavam para um novo tipo de luta que se estabelecia no interior das nações, ocasionando o colapso da ordem vigente e a tomada do poder pelos comunistas. Por fim, as *civic-actions*<sup>6</sup>, ações assistencialistas praticadas por corporações militares norte-americanas e que no Brasil ficaram conhecidas como ACISO – tema principal do presente trabalho –, faziam parte do currículo dos cursos ofertados a integrantes das Forças Armadas e das forças policiais brasileiras, como será discutido mais à frente.

É importante realizar aqui um adendo: nem todos os militares foram influenciados pelas doutrinas e cursos desenvolvidos no período estudado. No entanto, é importante destacar que as teorias gestadas no contexto da Guerra Fria impactaram diretamente o núcleo doutrinário e os principais formuladores de políticas das Forças Armadas. Por isso, faz-se necessário avançar sobre a identificação da influência que Estados Unidos e França exerceram sobre grande parte dos oficiais das nossas organizações militares, bem como discutir as doutrinas construídas no quadro das disputas ideológicas da Guerra Fria, a sua adaptação à

---

<sup>6</sup> Antes das corporações norte-americanas, os franceses já colocavam em prática ações na tentativa de aproximar-se da população civil durante a guerra da Argélia. Através das Seções Administrativas Especializadas (SAS – em francês, *Sections Administratives Spécialisées*), o Exército francês, juntamente com órgãos civis da administração francesa na Argélia, já teria utilizado de ações assistencialistas e de infraestrutura através da realização de obras, principalmente no interior argelino. No entanto, o que nos indicam os pesquisadores estudados e os documentos analisados, os cursos realizados por membros das Forças Armadas e polícias brasileiras em instituições de instrução mantidas pelos Estados Unidos foram os responsáveis pela inserção dos métodos de aproximação com a população civil que no Brasil ficaram conhecidos como ACISO.

realidade brasileira e como moldaram a visão sobre o contexto político vivido no Brasil na década de 1960.

## **2.2 As influências de França e Estados Unidos sobre as Forças Armadas brasileiras**

As Forças Armadas da França e dos Estados Unidos foram aquelas que mais influenciaram as corporações militares do Brasil no decorrer do século XX. Ambos tiveram participação tanto na formação doutrinária de oficiais brasileiros como mais diretamente na organização e treinamento das tropas no período posterior à Primeira Guerra Mundial. Antes disso, oficiais brasileiros já eram enviados para conhecerem a realidade de exércitos considerados modelos para a modernização de nossas tropas, tendo destaque para as próprias forças militares de França e Estados Unidos e o Exército alemão.

Em relação à França, a influência mais direta vem desde a década de 1920, quando a Missão Militar Francesa de Instrução passou a vigorar no Brasil. Antes, outra missão francesa já havia atuado em território nacional, mas destinou-se à instrução da Força Pública do estado de São Paulo, o que ocorreu entre os anos de 1906 e 1914 (AGUILAR, 2009). No plano federal, a contratação ocorreu em 1919 e gerou discussões no interior do Exército brasileiro, já que a presença de uma missão estrangeira de instrução não era bem vista por toda a oficialidade. Muitos temiam que a excessiva intromissão externa fizesse com que as tropas se

descaracterizassem por demasiado. Na tentativa de quebrar a resistência, o chefe da Missão Militar Francesa, o general Maurice Gustave Gamelin, teve de se comprometer a não desvirtuar o caráter nacional do Exército brasileiro e os métodos e sistemas por ele utilizados. Através da missão foram realizados treinamentos de tropas, reorganização das unidades, reformulação dos cursos de formação dos oficiais, unificação da doutrina no interior do Exército, entre outros.

Mas, mesmo com a presença no país de oficiais franceses, os Estados Unidos buscaram relacionar-se com o Exército brasileiro. Ainda na década de 1920, o Exército norte-americano já tentava uma maior aproximação com a finalidade de estabelecer a sua influência sobre a corporação brasileira. Como no acordo firmado com os franceses estabelecia que estes seriam responsáveis pelo sistema de ensino e as armas de combate, os americanos inicialmente direcionaram seus esforços de aproximação para a área de serviços, como a de serviços médicos, por exemplo. As demonstrações de fabricação de pólvora e, principalmente, do setor de aviação do Exército, também encontraram boa receptividade entre os militares brasileiros e oficiais foram enviados aos Estados Unidos para a realização de treinamentos. A aproximação com forças militares de outros países, como o Brasil, era visto como estratégico nas ambições norte-americanas de ampliarem sua influência política e econômica: *“Os americanos eram sensíveis à importância de haver oficiais estrangeiros treinando nos Estados Unidos. ‘De fato’, declarou um deles, ‘considero este um dos melhores métodos de propaganda’* (MCCANN, 2007, p.325).

A eclosão da Segunda Guerra Mundial aceleraria o processo de inversão na influência que França e Estados Unidos exerciam sobre o Exército brasileiro. Em 1939, a Missão Militar Francesa foi chamada de volta à Europa, abrindo espaço para maior penetração da influência dos Estados Unidos. Entretanto, a aproximação que o Brasil tivera no campo econômico com a Alemanha nos anos 1930 fazia com que houvesse certa reticência

por parte dos militares norte-americanos sobre o alcance dessa proximidade. Havia dúvidas referentes à parte da oficialidade brasileira, sobre a qual recaía a suspeita de simpatia às forças do Eixo. O general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, figura central do Exército durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, tendo ocupado os cargos de ministro da Guerra e de chefe do Estado-Maior do Exército no período, era um exemplo de admirador do modelo germânico<sup>7</sup> no meio militar brasileiro (ARAÚJO, 2008). A suspeita dos norte-americanos em relação à simpatia de oficiais tupiniquins pelas tropas do Eixo pode ser notada pela demora na entrega de equipamentos militares destinados às tropas do Brasil que faziam parte dos acordos firmados por Getúlio Vargas para que o país apoiasse os Estados Unidos na guerra (FAUSTO, 2001).

A aproximação entre os dois países se consolidou de vez quando o governo brasileiro acertou o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Europa em apoio aos Aliados. Os soldados foram enviados à Itália onde atuaram em ação conjunta com as Forças Armadas dos Estados Unidos em combate às forças do Eixo. A partir da experiência na Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas brasileiras passaram a ter na organização das corporações militares norte-americanas um exemplo para reestruturar-se. Ademais, as derrotas sofridas pelos exércitos até então tidos como exemplo pelos oficiais brasileiros contribuiu para a aproximação militar com os Estados Unidos: *“Além de significarem a derrota de um modelo militar considerado eficiente e sofisticado, a vitória dos Estados Unidos e da União Soviética simbolizava o início de um novo ciclo do sistema internacional”* (ARAÚJO, 2008, p.254).

---

<sup>7</sup> Araújo (2008) destaca a gradativa decadência da influência francesa sobre o Exército brasileiro no decorrer da década de 1930. Ainda que o contrato que mantinha a Missão Militar Francesa no Brasil estivesse em vigor, oficiais simpáticos ao modelo germânico ocuparam posições importantes no governo Vargas e buscaram reduzir a presença de oficiais franceses no Exército brasileiro. Para o próprio general Góes Monteiro, as forças armadas de um país seriam fundamentais ao disciplinarem a sociedade e colaborarem com o desenvolvimento econômico. Daí a sua predileção pela Alemanha, já que o Exército do país apresentava-se como modelo para tais propósitos: *“A Alemanha representava um modelo onde o Exército intervinha diretamente na sociedade promovendo a industrialização do país e agindo como uma instituição política”* (ARAÚJO, 2008, p.252).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, além da forte simpatia desenvolvida em relação aos militares norte-americanos, o país tornou-se o principal fornecedor de armas e equipamentos para o Exército brasileiro, levando à dependência em relação à indústria bélica dos Estados Unidos, o que gerava o descontentamento de setores que almejavam a construção de uma indústria nacional autônoma.

Para os Estados Unidos, o fim da Segunda Guerra Mundial representou o aumento da atenção em relação ao avanço do comunismo. Ainda que revezasse momentos de maior ou menor preocupação, manter a América Latina livre da “ameaça revolucionária” era tido como essencial para o país. Neste sentido, o Brasil, com o seu território de tamanho continental, era visto como estratégico. Porém, nos anos seguintes ao fim do conflito, foi a Europa o continente que recebeu maior atenção dos Estados Unidos. O surgimento de um bloco sob a órbita da União Soviética no leste europeu e a ruína dos países da parte ocidental fizeram com que o governo norte-americano dedicasse altas somas de dólares à Europa através do Plano Marshall. A reconstrução do Japão também recebera importante atenção dos norte-americanos. Com a Revolução Chinesa e a eclosão de movimentos de libertação do domínio colonial na Ásia durante a década de 1950, os recursos financeiros e a ajuda militar foram gradativamente sendo deslocados também para o continente asiático.

Enquanto isso, a América Latina ficava relegada ao segundo plano. Mesmo reconhecendo a importância de manter a região sob a sua esfera, poucos recursos foram destinados aos países latino-americanos pelo governo dos Estados Unidos. De acordo com Martins Filho (2005), nesse período, apenas Brasil e México receberam algum grau maior de atenção. Ainda assim, acordos bilaterais garantiram a influência militar norte-americana sobre os países da região. A venda de armas e o fornecimento de equipamentos e treinamento aos militares latino-americanos foram utilizados como forma de mantê-los alinhados com as concepções defendidas pelos Estados Unidos no quadro da Guerra Fria.

No caso do Brasil, ainda que as tentativas de conseguir recursos financeiros para o desenvolvimento nacional junto aos Estados Unidos logo após o fim da Segunda Guerra Mundial tenham fracassado, aprofundou-se o alinhamento ideológico com o país. Além disso, acordos bilaterais foram realizados. Num deles, firmado em 1948, foi acertado que as Forças Armadas receberiam assessoria militar norte-americana e resultou na criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Como visto no capítulo anterior, a instituição foi inaugurada em 1949 e sua estrutura seguia os moldes da *National War College*, tendo militares americanos atuado como docentes na instituição brasileira por um longo período. Ainda que a ESG tivesse particularidades próprias, como a aceitação de alunos civis em seus cursos, a influência do modelo norte-americano era grande.

Além do acordo de 1948, outros tratados de cooperação foram firmados entre os dois países entre fins da década de 1940 e meados dos anos 1950. Boa parte destes tinha como base o interesse norte-americano na aquisição de materiais estratégicos, sobretudo de minerais radioativos voltados ao programa nuclear do país. Em contrapartida, o Brasil buscava auxílio no desenvolvimento econômico e no reequipamento de suas Forças Armadas. O principal e mais polêmico compromisso acertado entre as duas nações foi o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1952, assinado após intenso debate no Congresso Nacional brasileiro. Além de colocar o Brasil numa posição de dependência quanto aos armamentos fornecidos pelas Forças Armadas norte-americanas, o país ainda se comprometia em exportar materiais estratégicos para os Estados Unidos. Havia ainda o compromisso de envio de tropas brasileiras à guerra da Coreia, o que não aconteceu devido a não aprovação pelo Congresso Nacional. Segundo Hirst (2011), a partir do acordo de 1952 os debates entre os setores nacionalistas e pró-americanos teriam se tornado mais acalorados, sendo o primeiro grupo defensor de maior presença do Estado na economia e hostil ao capital estrangeiro, enquanto o segundo era favorável ao alinhamento aos Estados Unidos e à abertura para os investimentos



provenientes deste país. O compromisso de cooperação militar assinado em 1952 só seria desfeito em 1977, durante o governo do general Ernesto Geisel<sup>8</sup>.

No entanto, se por um lado não se pode questionar a influência que o Exército dos Estados Unidos exerceu sobre o brasileiro no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, por outro, é necessário destacar que as ideias francesas não foram abandonadas. Pelo contrário, no fim da década de 1950, o pensamento formulado no interior das Forças Armadas do país europeu teve grande ascendência sobre os militares brasileiros. Construída a partir da experiência das tropas francesas nas lutas enfrentadas em suas antigas colônias na Ásia e na África, a doutrina da guerra revolucionária teorizava sobre um novo tipo de conflito para o qual os exércitos convencionais não estariam preparados, como se verá a seguir.

Como afirma Chirio (2012), ainda que seja indiscutível a influência militar norte-americana sobre os exércitos da América Latina, baseada sobretudo na instrução de tropas, venda de armas e financiamentos, estes não possuíam uma doutrina sólida que pensasse as novas formas de conflito que eclodiam no Terceiro Mundo. Tal aspecto pode ser notado no depoimento do general Octávio Costa. O oficial afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, o Exército brasileiro teria ficado perdido. A realidade da organização estaria distante das concepções de guerra que eram desenvolvidas pelas Forças Armadas dos Estados Unidos:

A partir daí ficamos perdidos. Por quê? Vejam bem: tínhamos um Exército com uma grande parte ainda no lombo do burro do tempo do francês, um pedaço da organização da Segunda Guerra Mundial e ainda outros resultante daquele famoso acordo militar com os norte-americanos, que era uma estrutura do pós-guerra. Enquanto isso, os americanos já estavam pensando numa organização na base da arma atômica. Evidentemente, adotar tais conceitos como doutrinas das nossas Forças Armadas era uma verdadeira barbaridade. Ficamos totalmente perdidos, sem saber que rumo tomar. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004, p.76)

---

<sup>8</sup> O governo Geisel foi marcado pela reorientação das políticas interna e externa durante a ditadura militar. Na política externa, Geisel buscava maior autonomia no contexto da Guerra Fria, rompendo o alinhamento automático com Washington. No campo nuclear, o Brasil se aproximaria da Alemanha através do acordo firmado em 1975.

Os adidos militares franceses no Brasil, André Normand, que permaneceu no país entre 1955 e 1958, e seu substituto Henri Lemond<sup>9</sup>, que exerceu o posto entre os anos de 1958 e 1961, deixaram em seus relatórios diplomáticos informações que também convergem para o vácuo deixado pelos Estados Unidos no campo doutrinário. De acordo com Araujo (2008), Lemond chegaria a afirmar em seu primeiro relatório anual ao Ministério da Defesa da França que havia uma “mediocridade intelectual” dos Estados Unidos, o que era sentido na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro. A partir do documento produzido pelo adido militar francês, o historiador contribui para a contestação dos estudos que viam as Forças Armadas brasileiras como meras reprodutoras do pensamento militar norte-americano do período da Guerra Fria:

Esta afirmação do adido francês, em seu relatório anual ao ministro da Defesa Nacional, contradiz boa parte dos estudos realizados até agora sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Certamente, neste momento, a contribuição ‘intelectual’ norte-americana não correspondia às exigências brasileiras, a compreensão da guerra fria como um conflito global, entre dois blocos, além de colocar o Brasil inteiramente na esfera de influência estadunidense, não integra as Forças Armadas nacionais no contexto internacional, relegando os militares brasileiros a um papel de segundo plano nos projetos estadunidenses. Porém, a formação militar nas escolas militares norte-americanas permitiu a formação de uma doutrina tipicamente brasileira, fruto da aliança dos valores franceses, alemães e norte-americanos. Diminuir o impacto de influência norte-americana equivale a influenciar a francesa. Entretanto, a concorrência com os Estados Unidos mudaria progressivamente para uma coexistência e uma divisão tácita de competências. A França tinha dificuldades em oferecer as mesmas oportunidades de compra ao Brasil e os Estados Unidos não ofereciam uma doutrina de guerra apropriada ao teatro de operações brasileiros. (ARAUJO, 2008, p.261)

Assim, diante do desamparo em termos doutrinários, foi o pensamento militar francês que melhor conseguiu teorizar as novas formas de luta. Confluindo com as perspectivas anticomunistas dominantes entre os militares brasileiros, a doutrina da guerra revolucionária respondeu a alguns dos anseios dos oficiais que pensavam a reestruturação das

---

<sup>9</sup> É importante destacar que tanto André Normand quanto Henri Lemond fizeram parte do corpo de oficiais coloniais franceses que participaram do conflito na Indochina (ARAUJO, 2008).

Forças Armadas para os novos tempos. De acordo com o general Octávio Costa, a expansão da teoria foi rápida. Ela teria entrado no país via ESG e logo se espalhou pelas demais escolas e pelos estados-maiores das três Armas. Farta documentação sobre a doutrina foi produzida, seminários e conferências foram realizados e os currículos foram reformulados a partir da nova perspectiva de guerra: “*Dominados os currículos escolares, dominavam a instrução da tropa*” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2004, p.80). A doutrina francesa tornava-se, assim, predominante no interior das Forças Armadas brasileiras e foi a responsável mais direta pelas interpretações de parte do oficialato de que as mobilizações crescentes durante o governo de João Goulart significariam uma revolução socialista em marcha, levando estes a conspirarem pela deposição do presidente da República.

No caso dos Estados Unidos, somente na década de 1960 deu-se maior atenção a uma teoria cujos preceitos estavam mais próximos daqueles definidos pela doutrina militar francesa, reconhecendo, assim, existir um novo tipo de guerra para a qual o país e seus principais aliados não estariam preparados. Na verdade, de acordo com Quadrat (2012), não apenas os militares latino-americanos teriam sido influenciados pela doutrina francesa. Os próprios norte-americanos teriam se curvado à doutrina e ao treinamento militar francês: “*Ainda no início dos anos 1960, militares franceses foram contatados para cursos nos Estados Unidos, especialmente para treinar oficiais que seguiriam para o Vietnã*” (QUADRAT, 2012, p.36). A historiadora ainda menciona que franceses estiveram presentes em cursos ofertados por agentes norte-americanos na Escola das Américas<sup>10</sup>.

Entretanto, há de se destacar que durante o governo de Dwight Eisenhower já havia a preocupação com a possibilidade de a América Latina ser tomada por revoluções. Ainda na

---

<sup>10</sup> A Escola das Américas manteve-se instalada entre a década de 1950 e o ano de 1984 em Fort Gulick, na Zona do Canal do Panamá, estando hoje abrigada em Fort Benning, no próprio território norte-americano. A instituição ofertou cursos de treinamento para militares e policiais dos países latino-americanos, sobretudo a partir da década de 1960, quando ganhou força entre os intelectuais ligados ao Departamento de Defesa e às Forças Armadas dos Estados Unidos a doutrina da contrainsurgência.

década de 1950, os Estados Unidos já pensavam na reorganização das Forças Armadas e polícias da região, dando ênfase na ideia de que a segurança e o progresso eram indissociáveis. Pensava-se na ampliação do papel destas organizações transformando-as em “construtoras de nações”, auxiliando, assim, tanto no desenvolvimento econômico quanto na manutenção da ordem, o que estabeleceria uma barreira à penetração do comunismo (HUGGINS, 1998).

Porém, foi o fracasso da invasão da Baía dos Porcos em Cuba no ano de 1961 que gerou ações mais definidas dos Estados Unidos em relação à América latina. Até então, havia muitas críticas às teorias que redefiniam o papel das organizações militares e policiais: “[...] *essa doutrina do remédio preventivo não fora plenamente aceita pelos planejadores norte-americanos de segurança nacional e internacional*” (HUGGINS, 1998, p.119). Diante das circunstâncias, o governo de John Kennedy foi obrigado a rever a estratégia de combate a movimentos revolucionários no exterior. Walt W. Rostow, consultor adjunto de segurança nacional do governo Kennedy, foi o responsável por liderar um grupo de intelectuais ligados à Casa Branca que aprofundaram as discussões que relacionavam segurança interna e desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo. Assim como na doutrina da guerra revolucionária, para os desenvolvedores da teoria da contrainsurgência, as medidas puramente militares seriam ineficazes nestas regiões na luta contra movimentos rebeldes. Ações voltadas para a propaganda, o treinamento da polícia local, a melhoria dos sistemas de informação, políticas para o desenvolvimento econômico, entre outras, eram necessárias na tentativa de conter a ameaça representada pelo comunismo. Foi preciso que uma revolução eclodisse nas “vizinhanças” do território norte-americano para que fosse dada maior atenção não apenas às novas formas de conter os movimentos de insurreição, mas também à própria América Latina.

Entretanto, mesmo com a proximidade existente entre os militares de Brasil e de Estados Unidos no período discutido, foi a doutrina francesa da guerra revolucionária que

impactou mais fortemente entre os oficiais brasileiros. Mesmo reconhecendo-se a importância dos programas de instrução oferecidos por instituições norte-americanas a homens das Forças Armadas e polícias latino-americanas – amplamente frequentados por agentes brasileiros –, nos textos produzidos por oficiais tupiniquins, pouco espaço é destinado às teorias produzidas pela potência capitalista. No capítulo seguinte, retomaremos as discussões referentes aos programas de treinamento oferecidos pelos Estados Unidos. No entanto, se faz necessário agora compreender a inserção da doutrina francesa no meio militar brasileiro, como foi tratada e assimilada por nossos oficiais e como podem ter contribuído para moldar a visão daqueles que conspiraram pela deposição de Jango.

### **2.3 A doutrina da Guerra Revolucionária e a sua incorporação pelos conspiradores de 1964**

Desde fins da década de 1950, parte da alta oficialidade das Forças Armadas passou a interpretar que haveria uma tentativa de revolução em marcha no país, levando ao risco de tomada do poder pelos comunistas. Tal discurso se tornou muito forte no meio militar e as mobilizações crescentes que precederam o golpe de 1964 foram entendidas como um sinal claro de um processo revolucionário. Porém, a apreensão e a vigília em torno do perigo comunista não aconteceu de uma para outra, nem se pode simplesmente compreendê-la como algo construído em decorrência da Guerra Fria. Pelo contrário, como discutido no capítulo

anterior, já havia um imaginário anticomunista consolidado no interior das Forças Armadas no Brasil, sendo este anterior à Guerra Fria e que teria se cristalizado após a fracassada tentativa de levante que ficou conhecido como a “Intentona Comunista”. O movimento sofreu forte campanha difamatória e diversos agentes contribuíram para a construção da imagem negativa em torno da Intentona e do comunismo como um inimigo que se infiltrara na sociedade, exigindo a manutenção de constante vigilância.

Mas se o anticomunismo militar brasileiro é anterior à Guerra Fria, não se pode deixar de avaliar o impacto desta sobre as Forças Armadas do país. Como afirma Motta (2004), elementos doutrinários provenientes da cultura da Guerra Fria juntaram-se ao anticomunismo tradicional de nossas corporações, principalmente os conceitos de guerra revolucionária e de segurança nacional. Em relação à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada no interior da ESG na década de 1950, havia a preocupação de se construir um projeto político-estratégico de Segurança Nacional, identificando os perigos à segurança interna do país e as ações necessárias para evitá-los “[...] *como o combate ao subdesenvolvimento, a ocupação de territórios despovoados e a defesa das fronteiras*” (MOTTA, 2004, p.300), mas sempre tendo o anticomunismo como elemento central para a sua compreensão.

Entretanto, Motta (2004) e Chirio (2012) questionam o poder de mobilização da DSN no golpe de 1964 e o seu papel como suporte ideológico da ditadura implantada após a deposição de Jango. O primeiro considera superestimadas as análises que dão à DSN coesão e unidade e a capacidade de oferecer um projeto sólido de poder aos governos militares. Indo no mesmo sentido, a segunda demonstra que a doutrina formulada na ESG esteve presente em alguns aspectos dos currículos das escolas de oficiais, mas não constituiu um doutrinamento sistemático da oficialidade nos anos que antecederam ao golpe:

A ESG, como *think tank* civil e militar, tem, decerto, importância considerável no alargamento das ambições políticas por parte da alta hierarquia militar, bem como nos contatos que esta mantém com as elites civis conservadoras, mas seu peso na formação ideológica da massa dos oficiais é mais discutível. (CHIRIO, 2012, p.19-20)

Mas é sobre o conceito de guerra revolucionária que se pretende desenvolver a discussão proposta neste segundo capítulo. O conceito seria “[...] *uma tentativa de teorizar sobre as estratégias adotadas pelos comunistas após a Segunda Guerra, especialmente em ações no Terceiro Mundo*” (MOTTA, 2004, p.300), sendo proveniente do pensamento militar francês que, após as experiências na Indochina e Argélia, visava construir uma doutrina voltada ao combate aos revolucionários. Este conceito se tornou central nas formulações da DSN desenvolvidas no interior da ESG entre fins da década de 1950 e a década de 1960, alçando o comunismo à categoria de ameaça maior, agindo internamente para desagregar a nação e desestruturar a ordem estabelecida, lançando-se depois numa guerra de guerrilhas até assaltar o poder. A configuração do inimigo se alterara a partir de então: “*O que deveria ser combatido não era mais um exército com outra bandeira ou outra farda, mas sim uma ideia. A mudança na concepção do inimigo também acabou gerando a percepção da necessidade de novas estratégias de combate*” (QUADRAT, 2012, p.21).

A Argentina foi a pioneira na importação da doutrina francesa na América Latina. Ainda na década de 1950, o país já buscava reestruturar suas tropas a partir das concepções em torno da guerra revolucionária. Militares franceses estiveram na Escola Superior de Guerra argentina ministrando cursos e prestando assessoria. Os argentinos ainda promoveram um curso interamericano de guerra contrarrevolucionária no ano de 1961 que contou com a participação de agentes de 14 países, incluindo oficiais brasileiros e norte-americanos (QUADRAT, 2012).

Porém, no Brasil as discussões referentes à guerra revolucionária não tardariam e os conceitos da doutrina também começariam a se inserir nas Forças Armadas ainda na década de 1950. No ano de 1959, o coronel Augusto Fragoso realizou a palestra “Introdução ao estudo da guerra revolucionária” no curso de Estado-Maior e Comando da ESG, “[...] *fruto aparentemente de seus próprios estudos diretos da produção francesa, que evidentemente começaram algum tempo antes*” (MARTINS FILHO, 2008, p.41). Entretanto, Chirio (2012) demonstra que antes mesmo da palestra proferida pelo coronel Fragoso, o tema da guerra revolucionária já chamava a atenção das Forças Armadas brasileiras. O primeiro artigo versando sobre o assunto teria aparecido em 1957 na revista *Mensário de Cultura Militar*, publicação do Estado-Maior do Exército, sendo a tradução de artigo publicado anteriormente numa revista ligada ao Ministério da Defesa da França.

O pioneirismo francês no desenvolvimento de uma nova doutrina que pensasse a guerra revolucionária é anterior à Revolução Cubana. As derrotas na Indochina e Argélia foram interpretadas como um sinal de que havia algo errado com a própria doutrina militar que não atendia mais ao novo tipo de guerra que surgia. “*A principal característica dessa forma de conflito era a indistinção entre os meios militares e os não militares e a particular combinação entre política, ideologia e operações bélicas que ela proporcionava*” (MARTINS FILHO, 2008, p.41).

Daí se destacar a obra *Guerrilhas e Revoluções*<sup>11</sup>, escrita pelo coronel francês Gabriel Bonnet (1963) no ano de 1958. Ex-professor do Centro de Preparação à Escola Superior de Guerra da França, Bonnet passou a se dedicar ao estudo das guerras revolucionária e insurrecional após o fracasso de seu país no enfrentamento de lutas em suas

---

<sup>11</sup> Outra edição da obra, porém publicada pela Biblioteca do Exército Editora, recebeu o título de *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*. Trata-se do mesmo livro, com a mesma tradução realizada pelo major Rubens Mário Jobim e com a apresentação do general Carlos de Meira Mattos como na edição da Editora Civilização Brasileira utilizada nas referências do presente trabalho.



antigas colônias na Ásia e na África. Sua obra e de outros militares franceses influenciaram fortemente oficiais brasileiros. O general Carlos de Meira Mattos é um dos principais exemplos neste sentido. Em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional* de março/abril de 1967<sup>12</sup>, Meira Mattos, na época ainda coronel, destaca a importância da experiência francesa e da construção de uma doutrina que teorizasse esse novo tipo de guerra:

Os franceses, como se sabe, suportaram neste pós-guerra as seguintes operações revolucionárias ou insurrecionais: na Indochina durante 10 anos; na Tunísia e no Marrocos; e na Argélia durante 7 anos e meio. Podemos dizer que a experiência gaulesa foi intensamente aplicada no sentido de criar uma doutrina antiinsurrecional, daí extraindo os processos de combates contra guerrilheiros<sup>13</sup>.

O próprio Meira Mattos foi o responsável pela apresentação da versão brasileira do livro de Bonnet (1963), traduzida pelo major Rubens Mário Jobim. No texto, o militar brasileiro afirma ser o seu colega francês aquele que melhor ofereceu subsídios à compreensão e à difusão das discussões sobre a guerra revolucionária.

É importante lembrar que a influência doutrinária francesa sobre o Exército brasileiro vinha de um período anterior ao da eclosão das revoluções no mundo colonial do país europeu. Importantes figuras da elite militar brasileira realizaram cursos na França ou participaram da Missão Militar Francesa. Dentre os oficiais “educados” pelos franceses, estariam personagens com atuação importante no golpe de 1964 e na ditadura militar brasileira:

---

<sup>12</sup> MATTOS, Carlos de Meira. As operações na guerra revolucionária. *A Defesa Nacional*, mar/abr 1967, nº 612, p.9-18.

<sup>13</sup> Idem, p.14.

O primeiro presidente militar, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, não apenas cursara a Escola de Estado-Maior em Paris, como servira como adjunto do tenente-coronel Paul Langlet, quando este ajudou a conceber o currículo da Academia Militar das Agulhas Negras, nos anos 1930. O idioma francês era a segunda língua de muitos de nossos oficiais no período entre guerras. No final da Segunda Guerra Mundial o comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o general Mascarenhas de Moraes, conduziu em francês as negociações para a rendição de uma divisão alemã diante das tropas brasileiras na Itália. (MARTINS FILHO, 2012, p.522)

Entretanto, foi de fato após a experiência vivida pelos franceses no enfrentamento dos grupos que lutavam pela independência das antigas colônias que se produziu a análise de um novo tipo de guerra, influenciando decididamente oficiais brasileiros que participaram do golpe de 1964. Como afirma Meira Mattos na apresentação da obra de Bonnet (1963), o Exército francês não estava preparado para as novas formas de conflito que eclodiram na Indochina e na Argélia. Moldadas para as formas convencionais de guerras, as tropas do país europeu sucumbiram diante do tipo de luta imposto pelos povos nativos de suas antigas colônias:

O conflito indochinês provou ao mundo que os métodos e meios de guerra clássicos são tão desprovidos de valor quanto a moeda falsa. Nenhum exército, hoje em dia, pode esperar fazer face a um inimigo, se não der a mais alta importância a essas realidades fundamentais. Seria imprudente subestimá-las, quando as forças morais comprimidas na enigmática alma oriental se expandem e ganham, com enorme pressão, o continente africano. Noutra zona nevrálgica, de Tunis a Casablanca, como o soar grave de um gongo, e anunciam trágicos fastos. Oxalá tais promissórias estivessem longe do vencimento. (BONNET, 1963, p.230-231).

Assim, as derrotas sofridas em seu mundo colonial fizeram com que o Exército francês repensasse as suas teorias de guerra e a sua própria estrutura. Para combater essa nova forma de ação, as Forças Armadas do país introduziram a guerra revolucionária no centro de seu pensamento militar e de sua doutrina operacional. Na perspectiva dos militares franceses, a guerra revolucionária era diferente da guerra convencional principalmente por colocar o

recurso às armas apenas em sua última fase, sendo um conflito dividido em cinco etapas. Destas, as etapas iniciais estariam voltadas para a deterioração das estruturas do poder vigente e para a conquista da população civil, como descreve o próprio Meira Mattos:

O processo revolucionário desenvolve-se em 5 fases, segundo os melhores autores franceses e o conceito já aceito pelo nosso EME.

Em síntese:

- as 1ª e 2ª fases são de gestação, nelas predominando a propaganda, a guerra psicológica, os processos “brancos” de pressão e de intimidação.
- a 3ª fase caracteriza-se pela eclosão da violência por meio de sabotagens, terrorismo e da guerrilha; aí começa a criação das *bases de operação* dos grupos de guerrilheiros;
- as 4ª e 5ª fases caracterizam-se pela expansão do controle político revolucionário sobre áreas cada vez mais amplas, “zonas liberadas” e pelo conseqüente fortalecimento gradativo das guerrilhas que passam a tender para uma organização semelhante à dos exércitos regulares (transformação dos grupos de guerrilheiros em exército popular)<sup>14</sup>.

O major Kleber Frederico de Oliveira, em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional* na edição referente aos meses de maio/junho de 1964<sup>15</sup>, também destaca os diferentes momentos da guerra revolucionária. Segundo ele, existiriam dois períodos subdivididos em cinco fases. O primeiro período seria o “preparatório”, caracterizado sobretudo pela clandestinidade das ações revolucionárias, pela implantação da sua infraestrutura no organismo social e pela ação psicológica no intuito de abrir caminho para a penetração da ideologia do movimento e corroer as bases do regime constituído. Neste sentido, o período preparatório estaria subdividido em duas fases:

- (a) Organização: trata-se, primeiro de “envenenar” as contradições internas da sociedade visada. Núcleos ativos e secretos são constituídos. Uma agitação

<sup>14</sup> Ibidem, p.9.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Maj. Art. Kleber Frederico de. Aspectos doutrinários da guerra revolucionária. *A Defesa Nacional*, mai/jun 1964, nº 595, p.27-46.

bem coordenada focaliza as falhas da administração, exagerando suas consequências por meio de artigos na imprensa, reuniões públicas, cartazes ou pichamentos. Organiza-se a rede revolucionária, sob as condições do mais rigoroso sigilo.

- (b) Ampliação: a segunda fase visa à criação do clima para a revolução. As ações necessárias serão as greves, a sabotagem, manifestações de rua. É como o crescimento da “febre social”, começada na 1ª fase. Começa a infiltração dos elementos revolucionários nos órgãos da administração pública, a princípio veladamente e depois ostensivamente: assim a pressão sobre o núcleo dirigente é feita de forma convergente e com o apoio legal daqueles. Organiza-se a rede de informações revolucionárias. No fim desta fase produzem-se atentados de efeito espetaculares: incêndios, descarrilamentos, etc. A imprensa sensacionalista agrava os seus resultados e os seus efeitos sobre a economia nacional. A consequência de tudo isto é o descontentamento com a administração pública e o aparecimento do “clima revolucionário”: está concluído o período preparatório<sup>16</sup>.

O segundo período seria o “revolucionário” ou da “violência”. Nele, haveria já o uso sistematizado da violência, passando a população, já controlada pelo que o oficial chama de “hierarquias paralelas”, a tomar parte na luta. Seu engajamento é construído num espaço de tempo mais ou menos longo. No período revolucionário de fato teríamos as 3 fases finais do movimento:

- (c) Ativação das massas: começa a tomar corpo a construção da violência sistemática e do terrorismo, ultima-se a ruptura do contato físico e psicológico entre as massas e as elites; surge a administração revolucionária que enquadra a população e assegura a sua cumplicidade passiva, em “bases” liberadas onde se desenvolve o espírito de guerrilha. No fim da fase os primeiros guerrilheiros começam a atuar, beneficiando-se daquelas bases.
- (d) Criação das forças semi-regulares: nucleares em torno dos bandos guerrilheiros que aparecem em torno das “bases”, as forças semi-regulares ampliam sua zona de ação. Com o crescimento da organização, e o alargamento das bases, diferencia-se a estrutura revolucionária nos planos militar e civil. Surge o “coletor de contribuições”, o “juiz”, o “agente de segurança”. Nas bases onde já se sente em segurança instaura-se o “governo provisório” que lança as suas primeiras proclamações e assegura com sua ação administrativa o apoio logístico à revolução.
- (e) Aparição do exército regular: as “zonas liberadas”, ou “bases” crescem progressivamente e se aglutinam, tornando-se afinal maiores que o resto do país. Quando a hierarquia legal já está tão sem substância, tão desmoralizada que não possa opor resistência coordenada, o Exército regular revolucionário, estrutura nos estágios sucessivos de “tropas locais”, “guerrilheiros” e “tropas regionais”, faz sua aparição triunfal. Este exercício surge depois que os chefes subversivos controlem uma área considerável de território, em geral situada em um terreno difícil e apoiada na fronteira de um país amigo. Nos últimos estágios da 5ª fase, a sociedade já é como o fruto podre que basta um sopro mais forte da brisa para ser derrubado. Este sopro é exatamente a

---

<sup>16</sup> Idem, p.36-37.

aparição do exército revolucionário, como ocorreu na China em 1949, embora a revolução tenha tido suas sementes naquele país em 1930<sup>17</sup>.

No artigo, o major Kleber ainda define que as ações revolucionárias utilizariam-se de duas técnicas: a destrutiva e a construtiva. Na primeira técnica, os comunistas se valeriam de greves, resistências pacíficas, motins e terrorismo seletivo como estratégia para abalar a estrutura social. Logo em seguida, buscariam intimidar os membros da sociedade através do manejo das massas, do terrorismo sistemático, de sabotagens, de campanhas em busca da simpatia popular através da imprensa e, na fase final, da guerrilha. A técnica destrutiva ainda teria como objetivo desmoralizar as elites dirigentes negando os seus êxitos na gestão do Estado, ampliando e divulgando os erros cometidos, fazendo com que pairassem dúvidas sobre governantes e magistrados, entre outras ações. O artigo ainda destaca que aqueles que resistissem deveriam ser liquidados através de assassinatos, execuções em grupo, deportações, entre outros. Por fim, visariam conquistar os “neutros” através de garantias fictícias que poderiam ser descumpridas mais tarde e se valeriam de causas justas como ideologias intermediárias para tal.

Já a técnica construtiva teria por intuito a elaboração de uma imagem positiva da sociedade comunista. Para tanto, visaria selecionar e formar elementos ativos para ações de propaganda, agitações, sabotagens e para exercerem a liderança de movimentos sociais, etc. Os agentes da revolução semeariam a pregação revolucionária como solução para os problemas sociais existentes. Outra forma de ação da técnica construtiva mencionada pelo oficial é a impregnação psicológica, onde slogans repetitivos seriam destinados à população em conjunto como forma de conquistar àqueles até então indiferentes ao discurso

---

<sup>17</sup> Ibidem, p.37-38.

revolucionário. Por fim, a técnica construtiva se vale daquilo que o major Kleber chama de enquadramento das massas:

[...] insuflados pelos ativistas e doutrinados pelos “slogans” o povo precisa ser enquadrado por um sistema de “hierarquias paralelas”, que o conduzirá. Trata-se de preparar o arcabouço da nova ordem social: ao lado de cada representante da administração pública, aparece um elemento controlado pelos revolucionários, uma “sombra” que dilui e esvazia a sua autoridade. (p.35-36)

Para a eficiência do enquadramento das massas, os revolucionários se utilizariam de associações diversas como os sindicatos, organizações estudantis, associações rurais, sociedades esportivas, comitês organizados em pirâmide que se comunicariam da base local até o Comitê Central, além do próprio partido revolucionário.

Além disso, o major Kleber afirma que, em sua dinâmica, o movimento revolucionário se vale de ideologias não marxistas para mascarar o seu caráter comunista, lançando um espírito de confusão e ganhando a adesão daqueles que não adeririam ao comunismo. De acordo com o oficial, essa condição ainda poderia render aos revolucionários o apoio externo à causa ou, no mínimo, uma situação de neutralidade em relação ao movimento. As contradições sociais seriam exploradas adequando o discurso a cada ouvinte, de acordo com o seu grupo social e grau intelectual. A construção de uma rede de coleta e difusão de informações e a formação do partido ocorreriam na clandestinidade: *“Nada transparece na sociedade atacada; mas, como o câncer no organismo humano, o seu ataque já começou”* (39). Assim, a revolução se fortaleceria a partir da força das ideias e da exploração da gravidade das contradições internas. De acordo com o oficial, toda a organização se ampliaria através de associações aparentemente inocentes, mas sob o controle do partido. O desenvolvimento da revolução ocorreria, portanto, sem que a maioria das

peessoas se desse conta dela e, os poucos que a percebessem, não seriam ouvidos pelas autoridades. Ações terroristas disseminariam o medo, rompendo o contato físico e psíquico entre povo e governo, facilitando a “ação subversiva”.

Assim, a guerra revolucionária passa a ocupar lugar de destaque entre os oficiais das Forças Armadas brasileiras. No país, a difusão da doutrina se torna maior a partir de 1960. Nesse ano, vários artigos discutindo a guerra revolucionária passam a ser publicados em revistas militares. De acordo com Martins Filho (2008), duas edições do *Mensário de Cultura Militar*, publicadas em novembro/dezembro de 1960 e em setembro de 1961, foram dedicadas exclusivamente à temática da guerra revolucionária.

Também a revista *A Defesa Nacional* passa a se ocupar do tema a partir de 1960. Ainda que não discutisse diretamente a doutrina da guerra revolucionária, o artigo do coronel do Exército brasileiro Ayrton Salgueiro de Freitas<sup>18</sup> publicado na revista de agosto daquele ano alertava para a necessidade de uma ofensiva organizada e bem planejada contra o avanço comunista. Freitas destacava a sua preocupação com a população civil, afirmando que tal ofensiva deveria começar pelo indivíduo comum, o cidadão que, desinformado, seria presa fácil para as ideias revolucionárias:

[...] Tem que começar com você, pois só quando um cidadão conheça a verdade a respeito do Comunismo poderá tornar-se invulnerável à sua ameaça. A sua luta contra os soviéticos deve ser iniciada com um só soldado – VOCÊ, pois para que ela seja eficiente torna-se necessário que, desde o início, VOCÊ utilize a arma do conhecimento e a coragem da vigilância<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> FREITAS, Cel. Ayrton Salgueiro de. Como vencer o comunismo. *A Defesa Nacional*, Ago 1960, nº 553, p.3-5.

<sup>19</sup> Idem, p.3.

Na mesma edição da revista *A Defesa Nacional* outro texto se destaca: *A guerra insurrecional ou revolucionária*<sup>20</sup>, do já mencionado general Carlos de Meira Mattos, na época ainda tenente-coronel. O artigo alertava para os perigos de ações para as quais as Forças Armadas deveriam estar preparadas, afirmando que a guerra revolucionária representaria maiores perigos que as guerras convencional e nuclear. Ao agir no campo psicológico e ideológico visando a conquista do apoio popular, a guerra revolucionária havia se transformado numa poderosa arma a serviço do comunismo internacional. Sendo assim, o combate a tal tipo de guerra passaria pelo trabalho junto às populações civis que, hostis aos revolucionários, não permitiriam que estes lograssem sucesso em suas ações.

Nas décadas de 1960 e 1970, muitas são as publicações especializadas tratando da guerra revolucionária, assim como a sua principal estratégia de ação, a guerrilha. A revista *A Defesa Nacional* e o jornal *Noticiário do Exército*, por exemplo, passam a publicar diversos artigos referentes à guerra revolucionária ou guerra insurrecional. Em relação aos dois termos, as Forças Armadas brasileiras os tratam como sinônimos, ainda que haja aspectos conceituais que os diferencie, como uma maior ênfase na questão da ideologia marxista para o primeiro. De acordo com Martins Filho, a palestra proferida pelo coronel Fragoso em 1959 se iniciou justamente com a tentativa de se distinguir a guerra revolucionária da guerra insurrecional:

[...] 1) “a guerra insurrecional da Revolução para a conquista do mundo”, enquanto as GIs podem se restringir a um país, e 2) a GR tem uma doutrina: marxista leninista, ao passo que as GIs “tem processos empíricos”. Seu marco seria a Revolução Chinesa de 1949 e seu teórico principal Mao Tsé-Tung. (MARTINS FILHO, 2008, p.43)

---

<sup>20</sup> MATTOS, Carlos de Meira. A guerra insurrecional ou revolucionária. *A Defesa Nacional*, Ago 1960, nº 553, p. 117-121.



Fragoso ainda destacaria que a guerra revolucionária teria caráter insidioso e subliminar, sendo que o seu objetivo e a sua arma estariam voltados para a própria população do país-alvo.

No texto de apresentação do livro de Bonnet (1963), o general Meira Mattos também destaca a diferenciação entre os termos guerra revolucionária e guerra insurrecional. De acordo com o oficial, a dificuldade na conceituação entre as duas formas de guerra gerava confusão na tentativa de defini-las. Para solucionar o problema, o Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras teria optado por distinguir as duas denominações focando na ideologia marxista-leninista como predominante para definir o termo guerra revolucionária, enquanto na guerra insurrecional ela seria inexistente ou secundária.

Bonnet (1963) destaca o papel importante que o marxismo tem na construção do novo tipo de guerra. Segundo ele, as obras de Karl Marx e de Friedrich Engels foram negligenciadas pelos ocidentais que não teriam dado a devida atenção aos aspectos militares presentes nestas: “*Marx e Engels foram chamados, com justa razão, ‘os pais da guerra total e da estratégia revolucionária’*” (BONNET, 1963, p.130). De acordo com o militar francês, a guerra defendida pelos teóricos do socialismo se decidiria nos *fronts* da guerra econômica e psicológica. Para a conquista do poder, seria necessário o recurso à violência. Neste sentido, Marx defenderia que a mobilização popular não poderia se contentar com estratégias convencionais de guerra, sendo a guerrilha o caminho para a vitória sobre os exércitos daqueles detém o poder.

Mesmo havendo a definição do Estado-Maior das Forças Armadas por diferenciar os termos guerra revolucionária e insurrecional, sendo a primeira delimitada por sua concepção marxista-leninista, é importante destacar que, em alguns textos, nota-se preferência no uso do termo guerra insurrecional para definir aquela sob influência da ideologia marxista. É o que se

percebe no artigo do tenente-coronel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira publicado na revista *A Defesa Nacional* dos meses de julho/agosto de 1962. De acordo com ele, a predileção pelo termo guerra insurrecional pelas Forças Armadas brasileiras se explicaria pela representação que a palavra “revolução” teria para a população: “[...] *expressões derivadas do termo ‘revolução’ adquirem, por vezes, na semântica brasileira, um caráter positivo de evolução e aperfeiçoamento, ao passo que o termo ‘insurrecional’ presta-se melhor para caracterizar o sentido das ações em causa*”<sup>21</sup> (p.9). O uso do termo guerra insurrecional havia sido defendido antes por Meira Mattos em artigo publicado no *Mensário da Cultura Militar* em 1961, como descreve o próprio Perboyre. Há de se destacar neste sentido que, ao depor João Goulart em 1964, o grupo que tomou o poder deu ao golpe justamente a designação de “revolução”.

Assim, sendo uma ação de cunho ofensivo, a guerra revolucionária teria como objetivo a destruturação do poder vigente e a sua substituição por uma nova ordem, a comunista. Para tanto, a ação militar seria relegada ao segundo plano, havendo primeiramente um trabalho no sentido de voltar a população contra o governo instituído e, em seguida, conquistá-la com a proposta de uma nova sociedade, como descreve o major Kleber Frederico no já citado artigo publicado em *A Defesa Nacional*: “[...] *A universalidade dos campos de operação da guerra revolucionária permite afirmar que ela atua muito mais no âmbito civil do que no militar*”<sup>22</sup> (p.28). De acordo com o oficial, o campo de batalha na guerra revolucionária seria subjetivo, desenvolvendo-se “[...] *nos sentimentos e no pensamento das populações*” (p.32), daí a necessidade de se conquistar as massas, sendo este o objetivo primordial da guerra revolucionária. As contradições internas, existentes em toda sociedade, são trabalhadas pelos revolucionários na tentativa de se conquistar a população civil. Neste

---

<sup>21</sup> FERREIRA, Ten-Cel José Perboyre de Vasconcelos. Guerra Insurrecional. **A Defesa Nacional**, Jul/Ago 1962, nº 576-577, p.5-23.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Maj. Art. Kleber Frederico de. Aspectos doutrinários da guerra revolucionária. **A Defesa Nacional**, mai/jun 1964, nº 595, p.27-46.

sentido, Bonnet (1963) mostra que as contradições de caráter econômico sempre serviram como fermento para a revolução:

São incontestavelmente as contradições econômicas internas que, ao longo de todos os séculos, ocupam o primeiro lugar nas causas das revoluções. As profundas alterações da economia e as especulações de todo gênero, a alta dos preços e a inflação, o desemprego e o fardo dos impostos constituem sempre um grave perigo social. Quebram a coesão da sociedade e ensinam às classes miseráveis o ódio e a violência. A História é uma imensa tela onde, frequentemente, a miséria de uma grande massa faz contraste com a riqueza de uma minoria que ostenta sua fortuna com provocante inconsciência. Se o contraste é por demais chocante, acumula forças explosivas e impele à revolta (BONNET, 1963, p.11).

Como se percebe, os teóricos da guerra revolucionária alertavam para os perigos de uma nova forma de ação para a qual as forças legais poderiam não estar preparadas. Viam a infiltração comunista como uma realidade a ser combatida com fervor e mostravam preocupações com as condições internas. Os graves problemas econômicos e as fortes disparidades sociais eram tidos como fermento para as ações de “grupos subversivos” que poderiam encontrar na população insatisfeita um campo fértil para a introdução de críticas ao governo estabelecido e de inserção da doutrina marxista.

Recorrendo novamente a Bonnet (1963), o oficial francês destacou em seu livro que as condições internas existentes na Indochina e na Argélia foram responsáveis pela eclosão dos movimentos contra o domínio francês. Neste sentido, o militar critica a própria política colonialista da França por não ter dado importância aos anseios dos povos destas regiões: “Ao incentivar a miséria, o ‘colonialismo’ fez-se cúmplice de todo mal que ela consigo arrasta. Ao rechaçar as reformas, abriu as portas às crises revolucionárias” (BONNET, 1963, p.236). Para o oficial, a França teria sido surpreendida diante da velocidade dos

acontecimentos. Porém, os conflitos poderiam ter sido evitados caso o país tivesse realizado as reformas desejadas pelos povos dominados, como no caso argelino:

A segunda guerra mundial despertou um desejo de liberdade nos povos colonizados. Aspirações nacionalistas se concretizaram por toda parte, em movimentos políticos e em ações insurrecionais. Grandes correntes de ideias, após nossa provação indochinesa, fizeram rachar as velhas molduras. Em tempos normais tudo isto poderia ter disso facilmente evitado. Mas os acontecimentos foram mais velozes do que nós. Seu rápido curso não nos permitiu dar os primeiros passos para as reformas justas e felizes, ambicionadas pelo povo argelino. (BONNET, 1963, p.235)

Em seu livro, Bonnet destaca o problema do subdesenvolvimento e do território superpovoado argelino. O militar sugere uma série de ações que deveriam ter sido promovidas pelo governo francês que permitiriam o desenvolvimento da Argélia, dentre elas maior atenção à exploração das reservas minerais do Saara, melhorias de estradas e vias férreas, reestruturação dos portos e aeroportos e dos meios de comunicação, facilitação do acesso à propriedade rural e a modernização das técnicas e instrumentos de cultivo, adoção de medidas para melhor alimentar a população, entre outras sugeridas pelo oficial. Entretanto, a administração francesa na Argélia não teria dado a atenção necessária às aspirações do povo argelino:

Essa população reclamava, por outro lado, um pouco de bem estar, maior número de estradas e escolas, e uma administração melhor dotada e mais eficiente. A sub-administração é responsável pela ruptura das relações entre essa população e a França. A golpes de decretos feitos em gabinete, menos de 250 administradores comandavam, da retaguarda. O chefe, apartado em demasia, era uma personagem mítica; as populações o acusavam de seus descontentamentos e rancores. Assim nascia o ódio em suas almas, onde cultivava uma ferida mal cicatrizada. (BONNET, 1963, p.237)

Assim, o militar francês demonstrava em sua obra como as desigualdades econômicas e sociais eram fomentadoras dos conflitos enfrentados por seu país nas áreas por ele dominadas. Ao não dar vazão aos anseios das populações destas regiões, a França empurrava suas Forças Armadas para uma guerra difícil de ser vencida, já que não estariam preparados para ela. Os combatentes revoltosos se misturavam à sua própria população, faziam parte dela, o que dificultava as ações de repressão. Com o avanço dos combates, os grupos revolucionários conquistavam o povo para a sua causa. Bonnet trazia em sua obra um alerta sobre a necessidade não apenas de se preparar para um novo tipo guerra onde tropas convencionais certamente fracassariam, mas, principalmente, sobre a necessidade de evitá-la.

Assim, os olhares das Forças Armadas dos países alinhados ao bloco capitalista voltavam-se para o Terceiro Mundo. As derrotas francesas sofridas em seu império colonial aumentavam o receio de novos movimentos insurrecionais. Eram nas regiões ainda em desenvolvimento que se concentravam as esperanças dos grupos revolucionários: *“Representava a grande maioria dos seres humanos. Parecia um vulcão global prestes a entrar em erupção, um campo sísmico cujos tremores anunciavam os grandes terremotos futuros”* (HOBSBAWM, 1995, p.424).

No Brasil, já havia a preocupação de oficiais ligados à ESG em construir uma teoria que pensasse desenvolvimento econômico e segurança nacional mantendo o país longe do comunismo, por isso, a experiência vivida pelos franceses impactaria ainda mais sobre as corporações militares. Daí, também, o momento de maior infulência da doutrina revolucionária se daria na década de 1960. No período, a América Latina vivia já sob a sombra da Revolução Cubana e o Brasil enfrentava o recrudescimento das disputas políticas desde a renúncia de Jânio Quadros ao posto de presidente da República. Assim, a partir da influência do pensamento militar francês entre os oficiais das Forças Armadas brasileiras, pode-se indagar como tal grupo passou a enxergar as mobilizações que tomaram conta do país

em favor das reformas de base e que contaram com a participação, inclusive, de militares de baixa patente. Para muitos oficiais, a revolução encontrava-se em marcha no país. No já mencionado artigo do tenente-coronel José Perboyre de Vasconcelos, publicado na revista *A Defesa Nacional* ainda no ano de 1962<sup>23</sup>, o oficial alertava para um processo insurrecional que estaria em sua 1ª ou 2ª fase de evolução:

Temos: a propaganda franca, a arregimentação através das Ligas Camponesas, do Pacto da Unidade Sindical, do Conselho Sindical dos Trabalhadores, do Centro de Cultura Popular e da Aliança Operária-Estudantil-Camponesa, etc. Não quer dizer que essas organizações sejam necessariamente esquerdistas. Mas elas envolvem as classes – objetivos dos esquerdistas: operários, camponeses e estudantes. A desmoralização do governo, meta insurrecional, é trabalhada através da propalação da impunidade para os agentes de corrupção; de que campeia o negociismo e o comércio de influência. Firma-se o descrédito das classes dirigentes e cria-se o clima de indiferença da maioria do povo pela sorte do regime<sup>24</sup>.

A interpretação de que haveria uma revolução sendo gestada no Brasil ganharia força a partir de 1961, quando Leonel Brizola liderou a mobilização contra a tentativa de golpe impetrada pelos ministros militares ao vetarem a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio. Para Martins Filho (2012), a derrota imposta aos grupos golpistas desencadeou um duplo movimento no interior das Forças Armadas brasileiras tendo a doutrina da guerra revolucionária como elemento central:

Em agosto de 1961, a renúncia de Jânio, a crise que se seguiu a ela, e a derrota das posições dos ministros militares face à formação da Frente da Legalidade, liderada pelo governador Leonel Brizola, que conseguiu a adesão do chefe do III Exército no Rio Grande do Sul, mudaram a conjuntura política. A partir daí, a nova ótica doutrinária inspirou dois movimentos: o primeiro dirigiu-se para dentro das Forças Armadas, configurando-se no uso da doutrina como elemento de unificação ideológica na frente que passou a preparar o golpe. O segundo movimento consistiu

---

<sup>23</sup> FERREIRA, Ten-Cel José Perboyre de Vasconcelos. Guerra Insurrecional. *A Defesa Nacional*, Jul/Ago 1962, nº 576-577, p.5-23.

<sup>24</sup> Idem, p.21.

na utilização das ideias provenientes da experiência argelina, para fins de propaganda junto às forças civis. Ambos esses movimentos eram coerentes com a ideia de ação psicológica. (MARTINS FILHO, 2012, p.35)

Dessa forma, na interpretação de Martins Filho (2012), a doutrina da guerra revolucionária foi utilizada na tentativa de unificar ideologicamente parte do oficialato à frente das tramas golpistas, colaborando ainda mais com o fortalecimento da visão de que a revolução avançava no país. Pode se questionar aqui se a doutrina da guerra revolucionária teria de fato atuado como elemento unificador no interior das Forças Armadas brasileiras no contexto do golpe de 1964. Talvez tenha sido o próprio anticomunismo já preexistente no meio militar brasileiro o fator principal que agregou grupos diversos no interior da caserna na trama que derrubou João Goulart. Neste contexto, a doutrina da guerra revolucionária teria funcionado mais no sentido de atualizar o anticomunismo e de conectá-lo com o quadro global, o que tornava mais crível, e mais grave, a sensação de risco revolucionário no Brasil. Além disso, a doutrina francesa colocava os conflitos políticos e a ameaça revolucionária em linguagem próxima da cultura militar. Atendia, assim, à necessidade que os militares têm de possuir uma doutrina em que fundamentar a sua ação.

O certo é que estado de alerta em torno do perigo comunista se tornou maior no início da década de 1960. As crescentes mobilizações ocorridas no governo Jango só aumentaram a tensão no meio militar, principalmente com o engajamento de praças nas manifestações em favor das reformas, contribuindo ainda mais para o recrudescimento das posições daqueles que defendiam a intervenção como uma forma de conter o que imaginavam ser uma revolução em desenvolvimento.

Na trama golpista que veio a derrubar Goulart em 1964, as Forças Armadas passaram a voltar as suas atenções também para fora da caserna. O que Martins Filho (2012) chama de

segundo movimento ocorrido em consequência da derrota militar para a frente legalista comandada por Brizola consiste numa série de medidas direcionadas à população civil. As ações psicológicas estão inseridas dentro do contexto da guerra revolucionária e têm como objetivo a construção de uma barreira na tentativa de impedir a penetração das ideias inimigas. Sendo assim, visavam construir uma imagem positiva em torno dos líderes e instituições constituídas e apelavam para o patriotismo como forma de manter a coesão da população visando afastá-las da revolução. O major Kleber Frederico<sup>25</sup> assim define a ação psicológica:

É o conjunto de ações de âmbito local, de cunho tático de tipo defensivo e de caráter predominantemente psicológico, desenvolvidas nos diversos campos da esfera governamental, tendo em vista de um lado, enrijecer a formação moral e cívica da população, fortalecer sua consciência política, aglutiná-la aos seus dirigentes e às suas instituições, fornecer-lhe meios eficientes de autodefesa individual e coletiva face à ofensiva da Subversão ou da Guerra Psicológica que sobre ela se desencadear; de outro, robustecer a moral das tropas amigas, tornando-as invulneráveis aos efeitos da Guerra Psicológica<sup>26</sup>.

Dentre as medidas implantadas no campo das ações psicológicas no período pré-golpe, estão principalmente a divulgação de publicações voltadas aos civis que versavam sobre a guerra revolucionária e a conseqüente ameaça representada pelos comunistas. De acordo com Martins Filho (2008), estas ações fortaleceram o discurso daqueles que defendiam a deposição de Jango. Duas publicações se destacaram no período da fase de trama golpista: em 1961, o livro *Democracia e comunismo*, contendo textos publicados anteriormente na revista *A Defesa Nacional*; e em 1964, o folheto *Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*. Esta segunda publicação era assinada por Pedro Brasil e reproduzia as discussões

---

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Maj. Art. Kleber Frederico de. Aspectos doutrinários da guerra revolucionária. **A Defesa Nacional**, mai/jun 1964, nº 595, p.27-46.

<sup>26</sup> Idem, p.31.



militares sobre a doutrina francesa. O seu intuito era demonstrar que a guerra revolucionária já existia no Brasil:

Quem se der ao trabalho de investigar, analisar e concatenar os fatos e as ocorrências sociais, que se tem verificado ultimamente no Brasil, não pode deixar de surpreender-se com a existência de uma sucessão de atos de indisciplina nas Forças Armadas, revolta, greves, motins quebra-quebras que ocorrem aqui e acolá, quando menos se espera, sob o menor pretexto, em inteira desproporção, na maioria das vezes, com as causas determinantes. Nunca se consegue apurar a sua origem, a fim de punir os responsáveis, os incentivadores, os autores intelectuais e materiais desses movimentos, porque inexplicavelmente os inquéritos não prosseguem, são esquecidos e arquivados, sem justificativa satisfatória por mãos ocultas e misteriosas. (BRASIL, 1964, p.25)

Para alertar à população sobre como o perigo da revolução estaria próximo, Pedro Brasil cita, inclusive, o próprio João Goulart em entrevista à revista *Manchete*. O presidente, que era acusado por seus opositores de tolerância ou mesmo de pactuar com os comunistas, teria afirmado que a “[...] *Revolução já não é uma simples bandeira de ameaças demagógicas porque se transformou, de fato, num temor real da Nação, e temor que cresce à medida que se acelera o ritmo inflacionário*” (BRASIL, 1963, p.27). Ainda que crítico ao presidente, Brasil entende que as palavras de Jango seriam um indício forte de que a guerra revolucionária de fato estaria em marcha no país por ser ele o comandante em chefe das Forças Armadas e, provavelmente, ter se valido de informações do serviço secreto das corporações militares.

No período que antecede o golpe, importantes lideranças civis opositoras à Jango também se apropriaram do conceito de guerra revolucionária. De acordo com Motta (2004) e Martins Filho (2008, 2012), o deputado federal e presidente da União Democrática Nacional (UDN) Bilac Pinto proferiu discursos no plenário da Câmara dos Deputados afirmando que o

Brasil vivia uma guerra revolucionária em andamento, acusando ainda Goulart de estar atrelado aos planos comunistas:

[...] No final de janeiro de 1964, momento em que a polarização política encontrava-se em processo de franco acirramento, Bilac Pinto fez uma série de discursos violentos na Câmara dos Deputados contra o governo, acusando Goulart de ter-se tornado “instrumento dos comunistas”. Segundo o deputado, o presidente da República vinha dando insistentes sinais de conluio com os revolucionários, a quem protegia e entregava postos influentes no governo. Além de franquear o acesso dos comunistas ao aparato estatal, Goulart era ainda suspeito por tolerar a infiltração nos sindicatos e aceitar e mesmo estimular a espiral grevista. Para o parlamentar udenista tratava-se de evidências suficientes de que o Presidente fazia o jogo da guerra revolucionária, estratégia supostamente criada pelos teóricos marxista-leninistas e colocada em prática no mundo todo. (MOTTA, 2004, p.300)

Assim, ainda que tivesse nascido e fosse mais forte no meio militar, a doutrina da guerra revolucionária passou a permear também a visão de lideranças civis sobre todo o processo de lutas ideológicas que tomou conta do país e serviu de argumento para a construção das justificativas daqueles que conspiravam pela deposição de João Goulart. Uma doutrina importada da França, mas readaptada aqui por oficiais brasileiros e mesclada à preexistente tradição anticomunista, serviu então como força mobilizadora de civis mas, sobretudo, de grande parte da elite militar que deferiu o golpe em 31 de março de 1964.

Com a instauração da ditadura militar, mesmo perdendo um pouco de sua primazia, a doutrina da guerra revolucionária ainda manteve sua posição de destaque no interior das Forças Armadas. De acordo com Martins Filho (2012), a manutenção de termos como “subversão”, “subversivos” e “luta subversiva” eram sinais claros de que a doutrina ainda mantinha forte influência sobre oficiais que tomaram o poder em 1964. Ainda que houvesse algumas transformações na avaliação sobre os perigos que rondavam o Brasil e que estes impactassem diretamente na forma em que a guerra revolucionária era pensada, a doutrina ainda mantinha-se influente no meio militar. Das mudanças ocorridas no período, nota-se a

alteração na interpretação das fases da guerra revolucionária. Após 1969, as Forças Armadas simplificam a interpretação sobre as fases da revolução, substituindo as cinco etapas por apenas duas: a da preparação e a da execução (MARTINS FILHO, 2008).

Outro fator que permite avaliar a permanência da doutrina da guerra revolucionária como elemento importante na construção do regime militar é justamente o foco deste trabalho: as medidas adotadas pelo Exército em assistência à população civil a partir da implantação da ditadura como os programas voltados para a área da educação, formação de mão-de-obra para o campo e para as áreas urbanas, as ações recreativas com jovens e, principalmente, as atividades realizadas através das ACISO. A prova dessa preocupação é que a ACISO passou a fazer parte dos currículos dos cursos de guerra revolucionária realizados por escolas militares após a imposição da ditadura militar, como se discutirá nos capítulos seguintes.

## **2.4 Nem só com armas se combate o comunismo: a guerra revolucionária e a população civil**

Como se discutiu até aqui, uma das questões mais importantes destacadas pelos teóricos da doutrina da guerra revolucionária é justamente como esta se traduziria numa luta sorrateira, que visaria antes envenenar as estruturas vigentes, voltando a população contra o poder estabelecido e conquistando-a ao apresentar uma alternativa ao caos que se instalaria: o

comunismo. Neste sentido, a preocupação dos militares não se dava apenas em preparar-se para o enfrentamento dos revolucionários através das armas, mas antecipar-se ao criar barreiras na tentativa de não permitir que os marxistas conseguissem incutir sua ideologia junto aos habitantes da nação. Como afirmou o médico psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva<sup>27</sup> em palestra realizada em dezembro de 1961 no “Fórum de Debates Roberto Simonsen” e publicada na revista *A Defesa Nacional* de jul/ago de 1962, os comunistas utilizariam da propaganda junto à população civil e de outras ações “[...] capazes de despertar estados emocionais e passionais, comprometendo o raciocínio frio e objetivo dos fatos” (p.29). Dessa forma, a ação armada de fato só ocorreria como recurso extremo, após o esgotamento dos demais meios.

Em artigo publicado em 1961 na revista *A Defesa Nacional*, o capitão Frederico Kurz chamava a atenção sobre como na guerra fria as disputas se dariam cada vez mais pelo domínio das mentes<sup>28</sup>.

Indo no mesmo sentido, Meira Mattos<sup>29</sup> afirma que tanto a guerra clássica quanto a revolucionária têm por objetivo a conquista do poder político. Porém, enquanto a primeira se vale das grandes batalhas, a segunda adota estratégia diferente:

Seu campo de batalha principal são as vontades, as mentes. Atua sobre as vontades, primeiramente visando a tirar-lhes a capacidade de lutar em defesa de suas convicções, neutralizando essas convicções, pelas pressões, ameaças, terror; em seguida, substituindo-as por uma nova ideologia. Age, assim, sobre as mentes em dois estágios – um destrutivo (intoxicação psicológica, lavagem de cérebro) e outro construtivo – (formação do militante da nova ideologia)<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> PACHECO E SILVA, A.C. A Segurança Nacional e a Guerra Fria. *A Defesa Nacional*, Jul/Ago 1962; nº 576-577; p.25-32.

<sup>28</sup> KURZ, Frederico. A Guerra Psicológica. *A Defesa Nacional*, Nov/Dez 1961; p.41-48.

<sup>29</sup> MATTOS, Carlos de Meira. As operações na guerra revolucionária. *A Defesa Nacional*, mar/abr 1967, nº 612, p.9-18.

<sup>30</sup> Idem, p.11.

Com a finalidade de minar o poder constituído e conquistar os indivíduos da nação, a guerra revolucionária se valeria então de uma forma diferente de ação denominada por muitos teóricos como guerra psicológica. Esta se travaria muito mais no campo das mentes, sendo a propaganda essencial para que obtivesse o efeito desejado sobre a população alvo. Pedro Brasil assim define a guerra psicológica utilizada pelos comunistas:

[...] É a ação insidiosa e persistente sobre o moral e o sentimentalismo dos indivíduos e das MASSAS, com a finalidade de conquista-los. Agindo maciça e insistentemente sobre os indivíduos, sobre os grupos e finalmente sobre a população, a Guerra Psicológica se propõe a *conquistar corações e pensamentos* e lhes inculcar uma nova convicção ideológica. Os recursos e meios de que se utiliza são inumeráveis; o que importa é atuar sobre os pensamentos e corações e dirigi-los para os objetivos comuns da luta (doutrinação). Sua arma principal é a propaganda, habilmente conduzida por especialistas. (BRASIL, 1964, p.17)

Ainda que não insira a discussão num texto que verse especificamente sobre a guerra revolucionária, o capitão Kurz também destaca a propaganda como principal elemento da guerra psicológica, sendo ela empregada com a finalidade de “[...] *minar a resistência do inimigo, de desmoralizar suas forças*”<sup>31</sup>, levando-o a reconhecer a derrota como algo inevitável e fortalecendo o moral das tropas amigas. Kurz afirma que ações desse tipo sempre existiram nos combates desde épocas remotas, mas que a terminologia datava de seu tempo. O oficial classifica diversas formas de propaganda utilizadas na guerra psicológica, entre elas a propagação de boatos e o uso do rádio, de alto-falantes, de meios escritos como jornais e panfletos, de filmes, entre outros.

Entretanto, se “forças subversivas” se utilizavam desta forma de ação na tentativa de colocarem seus planos revolucionários em execução, também as forças oficiais deveriam se valer dela. O coronel Joffre Sampaio, em artigo publicado em 1966 na revista *A Defesa*

---

<sup>31</sup> KURZ, Frederico. A Guerra Psicológica. *A Defesa Nacional*, Nov/Dez 1961, p.41.

*Nacional*<sup>32</sup>, mostrava preocupação com os indivíduos que ingressavam no serviço militar, defendendo o emprego de uma ação psico-social no interior dos quartéis. Para Sampaio, as instruções militares deveriam estar concatenadas com um processo educacional que extrapolaria os limites da caserna: “*A ciência militar já firmou o conceito de que em nossos dias, e nos países em via de desenvolvimento, a capacitação do soldado para enfrentar a Guerra Revolucionária é mais um problema de Educação do que de Instrução*<sup>33</sup>”. A construção de uma opinião entre a população favorável aos militares passaria por um trabalho de relações públicas eficiente e pelo aperfeiçoamento daquilo que o oficial chama de qualidades de cidadão a serem desenvolvidas no soldado. Bem informados e educados, civis e militares fortaleceriam suas posições mutuamente, criando uma barreira à penetração da ideologia marxista, diminuindo as chances de o país passar por uma guerra revolucionária:

Se a ação educativa e a conquista da população civil forem conduzidas dentro desta mesma orientação, a opinião favorável do público vai contaminar o soldado em sua vida fora do quartel, assim como é orgulho deste em pertencer à sua Unidade vai aprofundar e ampliar a opinião favorável de seus familiares, amigos e conhecidos<sup>34</sup>.

A criação do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) após o golpe 1964 é uma demonstração dessa preocupação por parte das Forças Armadas brasileiras. Além dos cursos de informações voltados a oficiais e sargentos que, segundo Antunes (2001), formava especialistas que trabalharam nos órgãos de informações do regime militar, o CEP também ofertou cursos voltados para a área de opinião pública: os cursos de “Operações Psicológicas” e “Opinião Pública e de Relações Públicas”. Em palestra proferida em aula inaugural do CEP

---

<sup>32</sup> SAMPAIO, Joffre. Emprego do poder psico-social em uma unidade. **A Defesa Nacional**, Jul/Ago 1966, nº 608, p.129-136.

<sup>33</sup> Idem, p.129.

<sup>34</sup> Ibidem, p.130-131.

em 1968, o então coronel Octavio Costa<sup>35</sup> mostrou a preocupação do Exército com as batalhas no campo psicológico, sendo este o fator primordial para que a corporação passasse a se preocupar com a opinião pública: “*Trata-se, isto sim, de negar a falsa imagem, a distorção, a calúnia, a mentira, preservando e cultivando a legítima*”<sup>36</sup>. O incentivo a uma educação que valorizasse o civismo seria um dos elementos importantes na tentativa de se levantar uma barreira contra o avanço dos ideais comunistas:

Mas um civismo dinâmico e moderno, que nos ajude a amar o próximo; a crer na democracia; a trabalhar pela grandeza de nossa Pátria; a superar a ignorância, a miséria e a dor; a vencer as injustiças sociais; a realizar, enfim, a grande obra do bem comum, não apenas no âmbito da comunidade nacional, mas de toda a humanidade<sup>37</sup>.

Entretanto, se as Forças Armadas entendiam que a guerra revolucionária era um perigo real e que sua ação se dava muito mais no campo mental do que no recurso às armas, eram necessárias novas estratégias para fazer frente ao seu avanço. Por isso, mais do que demonstrar que a guerra revolucionária não poderia ser combatida da mesma maneira que as demais guerras clássicas, os textos que versavam sobre a doutrina voltavam especial atenção à população civil. Sem a adesão desta, seria impossível que o “germe da revolução” tivesse êxito no interior de uma sociedade. É o que afirma o oficial de Estado-Maior tenente-coronel Adalberto de A. Cardoso em seu artigo *Segurança e Defesa* publicado na revista *A Defesa Nacional* de maio/junho de 1962<sup>38</sup>. Mesmo não sendo o seu texto exatamente voltado para uma discussão teórica em torno da guerra revolucionária, nele Cardoso salienta a importância do doutrinamento quanto ao perigo comunista, sendo esta destinada tanto às tropas quanto à

<sup>35</sup> COSTA, Octavio. A imagem do Exército perante a opinião pública. **A Defesa Nacional**, Mai/Jun 1968, nº 619, p.71-83.

<sup>36</sup> Idem, p.77.

<sup>37</sup> Ibidem, p.82.

<sup>38</sup> CARDOSO, Ten-Cel Adalberto de A. Segurança e defesa. **A Defesa Nacional**, mai/jun 1962, nº 574-575, p.31-35.

população civil. Entre os pontos destacados, o militar chama a atenção para o perigo da infiltração de agentes a serviço do comunismo em órgãos de governo, de defesa, nos transportes, serviços e produção, nas instituições de ensino e nos órgãos de imprensa, a exploração das graves dificuldades vividas pela população brasileira, agravamento do ressentimento entre as classes e as regiões do país, desmoralização do governo e de seus programas e a exaltação do regime comunista.

Cardoso ainda lembra que existem manifestações que são legítimas e que as Forças Armadas deveriam estar preparadas para diferenciar estas das maquinações comunistas:

O crítico, neste particular, é definir o momento em que se faz necessária a entrada da tropa em ação; pois é da essência do regime democrático – e nisso está sua grandeza – a livre manifestação de ideias e de preferências, legítima enquanto não ameaçar a ordem e a própria Democracia<sup>39</sup>.

Para Meira Mattos<sup>40</sup>, os agentes comunistas visariam criar o campo psicológico e ideológico favorável ao desenvolvimento da guerra revolucionária através da conquista do apoio popular, transformando-se numa ameaça permanente às potências ocidentais da época, colocadas na defensiva diante do quadro da Guerra Fria. No entanto, os planos comunistas só obteriam sucesso em caso de conquista da simpatia desta: *“É princípio fundamental que nenhuma guerra insurrecional alcançará sucesso se a população civil da área configurada lhe for hostil”<sup>41</sup>*.

As questões sociais, portanto, aparecem como elemento central nas discussões promovidas por oficiais que escreveram sobre a doutrina da guerra revolucionária. A ação

---

<sup>39</sup> Idem, p.34.

<sup>40</sup> MATTOS, Carlos de Meira. A guerra insurrecional ou revolucionária. **A Defesa Nacional**, Ago 1960, nº 553, p. 117-121.

<sup>41</sup> Idem, p.121.



junto às populações desassistidas era tida como de suma importância. As péssimas condições sociais eram consideradas grandes brechas para a entrada da ideologia marxista. Da mesma forma, o desenvolvimento do espírito patriótico e religioso era entendido como auxiliar na luta contra a revolução. É o que descreve o major Kleber Frederico de Oliveira em seu artigo publicado em 1964<sup>42</sup> na revista *A Defesa Nacional* levantando uma série de fatores capazes de propiciar uma barreira contra o avanço da guerra revolucionária:

- bom padrão de vida do povo, e sobretudo, índices relativos de melhoria neste padrão;
- adequada legislação protegendo o operário, o lavrador, o comerciário, etc;
- espírito religioso da população;
- coesão social e política;
- repartição razoável da renda nacional;
- líderes democráticos valorosos, capazes de pelo seu alto padrão moral criar correntes de opinião anti-revolucionária<sup>43</sup>.

A preocupação com as condições sociais da população civil também aparece no texto do tenente-coronel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira. Em seu artigo<sup>44</sup>, o oficial defende o avanço dos regimes democráticos nas questões sociais internas no sentido de se antecipar à ação revolucionária: “*A solução da força é o remédio derradeiro para quem não soube prevenir*”<sup>45</sup>. O oficial ainda afirma que soluções secundárias poderiam ser tomadas no caso de uma área já se encontrar em fase pré-insurrecional, principalmente através de propagandas e campanhas de esclarecimento que visariam salientar as virtudes da democracia e destacando

---

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Maj. Art. Kleber Frederico de. Aspectos doutrinários da guerra revolucionária. **A Defesa Nacional**, mai/jun 1964, nº 595, p.27-46.

<sup>43</sup> Idem, p.34.

<sup>44</sup> FERREIRA, Ten-Cel José Perboyre de Vasconcelos. Guerra Insurrecional. **A Defesa Nacional**, Jul/Ago 1962, nº 576-577, p.5-23.

<sup>45</sup> Idem, p.20.

os símbolos da nação contra aqueles do comunismo. Porém, somente através do combate ao subdesenvolvimento é que se teria uma ação eficiente de fato que impediria o avanço da revolução. O militar mostra preocupação com as condições internas no Brasil, principalmente em relação à região Nordeste, que é definida por ele como uma área problema que “[...] vive padrões distanciados grandemente dos modelos preconizados e inclusive dos próprios padrões vigentes no sul do país<sup>46</sup>”.

Como já discutido, Bonnet (1963) lamentara em sua obra que a administração francesa nas áreas coloniais não tenha dado a devida atenção às necessidades das populações locais, utilizando-se, sobretudo, do exemplo do povo argelino. No Brasil, o receio diante das disparidades internas então se colocava como um alerta na tentativa de conter uma possível escalada revolucionária no país. Toda essa preocupação vai desencadear uma série de ações de assistência à população civil realizadas pelas Forças Armadas no sentido de criar um campo de simpatia junto aos habitantes de áreas remotas em relação ao governo militar que se estabeleceu após o golpe de 1964, que é o foco de análise do presente trabalho.

Dessa forma, as Forças Armadas passaram a centrar atenção também para uma política especial voltada à população civil, principalmente àquela que vivia em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos e em condições de vida precárias. Tal atenção passou por diversos caminhos, indo desde ações na área da educação como projeto de alfabetização e amparo diversos a escolas, cursos profissionais voltados para os recrutas que retomariam a vida civil após o serviço militar, atividades recreativas com crianças e, principalmente, através das ACISO.

Ações de auxílio às áreas que haviam sofrido alguma forma de catástrofe natural, como enchentes, secas prolongadas, tempestades e outras, também merecem destaque. No

---

<sup>46</sup> Ibidem, p.21.

entanto, tais ações já eram realizadas antes mesmo das demais mencionadas. Mas foi após a implantação da ditadura que programas voltados para a assistência a civis, pensadas no intuito de aproximar a população das Forças Armadas e do próprio governo militar imposto após o golpe de 1964, passaram a ser de fato realizados de forma coordenada. Assim, ao auxiliar habitantes de regiões remotas, ao assistir pessoas que viviam em situação de miséria, ao desenvolver programas voltados à formação profissional facilitando a absorção de indivíduos no mercado de trabalho ou contribuindo para a sua fixação no campo, ao alfabetizar crianças e adultos, entre outros programas colocados em prática no período, as corporações militares visavam contribuir para o desenvolvimento do país e para a redução das desigualdades, mas, sobretudo, planejavam proteger-se contra a “infiltração comunista”, indo ao encontro das preocupações dos teóricos militares que viam na população desassistida pelo Estado uma brecha maior para o avanço da guerra revolucionária. Tais programas, com destaque para as ACISO, serão aprofundados nos capítulos seguintes.

## Capítulo 3 – Outras “armas” para conter a revolução: as Ações Cívico-Sociais e os demais programas voltados à população civil

As ACISO foram constituídas de ações muito amplas. Sob o comando de organizações militares e com, em muitas das ocasiões, a participação de entidades civis, realizaram-se atividades diversas que incluíam o atendimento na área da saúde, distribuição de medicamentos e alimentos, vacinações, reformas de escolas ou outros estabelecimentos públicos, obras de infraestrutura como a abertura de estradas e a construção de pontes, entre tantas outras. Sua execução estava diretamente ligada às concepções do período da Guerra Fria, tendo feito parte dos cursos que versavam sobre o combate à guerra revolucionária e utilizada como estratégia de conquista do apoio da população civil residente em áreas onde se instalaram movimentos de luta armada contra o regime militar, mas foram implantadas em outras áreas também.

Além das ACISO, vários outros programas foram colocados em prática e executados por corporações militares após a implantação da ditadura. Alinhados com as propostas construídas pelos governos dos generais, quartéis se envolveram nas políticas de educação, na formação de mão de obra especializada para as cidades e na instrução daqueles originários das áreas rurais, em atividades cívicas e de recreação voltadas para crianças e adolescentes, etc.

Porém, antes de se analisar as ACISO e os demais programas que serão discutidos no presente trabalho, é importante que se destaque o processo de construção de políticas que pensavam no auxílio às regiões ainda em desenvolvimento como estratégia para conter o avanço do comunismo e como as organizações militares brasileiras se inseriram nos programas desenvolvidos no país. Aqui se propõe retroceder ao início da década de 1950 para tratar das teorias e dos programas norte-americanos voltados para o Terceiro Mundo com o intuito de deter os movimentos revolucionários e que foram aplicados na América Latina.

### **3.1 Os programas norte-americanos voltados à América Latina: do Ponto IV à Aliança para o Progresso**

A eclosão de insurreições pelo Terceiro Mundo ampliou a discussão já existente sobre a necessidade de realização de reformas e de promover o desenvolvimento nas áreas pobres do planeta. Estas regiões eram tidas como férteis à penetração da ideologia marxista e ao surgimento de movimentos revolucionários: “*Formavam uma zona mundial de revolução – recém-realizada, iminente ou possível*” (HOBSBAWM, 1995, p.421). Para os Estados Unidos, nação líder do bloco capitalista, era necessário construir uma barreira contra o avanço das insurreições que poderiam ampliar o número de países sob a órbita da potência rival, a União Soviética:

Quase desde o início da Guerra Fria os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local. (HOBSBAWM, 1995, p.422)

Ainda que o temor em relação aos movimentos revolucionários existisse, a preocupação norte-americana com a América Latina foi menor nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com Martins Filho (2005), a ajuda militar destinada à região correspondia a apenas 1% daquilo que era gasto pelos Estados Unidos em todo o mundo durante a década de 1950. Considerava-se, a princípio, que os Estados latino-americanos corriam um risco menor do ataque direto de forças comunistas. Assim, para o governo norte-americano, o objetivo principal da política de auxílio a estas nações deveria centrar suas atenções na preservação da ordem e na vigilância contra a “subversão” interna:

No plano do discurso, as Forças Armadas da América Latina deveriam cumprir o papel de garantir a “estabilidade continental”, possibilitando que a atenção americana se concentrasse nos focos principais das tensões da Guerra Fria. Mas a consciência da limitada capacidade de defesa externa dos países da região, embora pouca vezes explicitada, era bastante clara entre os chefes militares americanos. (MARTINS FILHO, 2005, p.113)

Dessa forma, apesar de o governo norte-americano preocupar-se mais e destinar seus recursos em maior quantidade para a Europa e a Ásia, não se pode afirmar que os Estados latino-americanos ficaram totalmente excluídos dos programas de ajuda, sobretudo no campo militar. Os Estados Unidos reconheceram que a política de venda de armas e o fornecimento de equipamentos e treinamento para as forças de repressão da América Latina tinha alcance limitado dentro dos planos do país de conter o comunismo na região. Assim, ainda que contassem com investimentos módicos se comparados àqueles destinados a outras partes do

planeta, programas destinados aos países latino-americanos também foram adotados e tiveram por objetivo policiar as atividades consideradas subversivas e manter a região como uma zona de influência dos Estados Unidos.

Ainda em 1951, durante o segundo mandato do presidente Harry Truman, foi criado o Programa Ponto IV que previa a ajuda externa a países menos desenvolvidos, incluindo aí as nações da América Latina. Os defensores do programa partiam do princípio de que o comunismo poderia ser contido caso se fizesse aumentar a capacidade do próprio país em resistir à infiltração: *“Modo seguro de aumentar a segurança interna contra o comunismo era o país tornar-se mais desenvolvido economicamente através da ajuda técnica de consultores norte-americanos”* (HUGGINS, 1998, p.88). Os acordos de cooperação firmados entre os Estados Unidos e as nações “beneficiárias” do programa previam consultoria, treinamento e equipamentos de “demonstração”. O auxílio técnico deveria estar voltado para a realização de reformas nas áreas da agricultura, saúde e administração pública, sendo esta última área aquela para a qual se destinava a ajuda para o treinamento policial. Segundo Huggins (1998), a assistência era concedida de acordo com uma escala de “pressão subversiva” que ia de zero a cem. No ano de 1952, Brasil e México foram os países que atingiram os mais altos graus na escala criada pelos técnicos do programa, chegando aos índices de 95 e 85, respectivamente.

Com a chegada de Dwight Eisenhower ao poder em 1953, o governo norte-americano adotou uma política mais voltada para o treinamento das forças policiais do Terceiro Mundo, acreditando que estas seriam a linha de frente no combate ao comunismo. Neste sentido, defendia-se que o processo de instrução dos agentes de segurança dos países que receberiam a ajuda dos Estados Unidos deveria ser centrado na necessidade de se antecipar a uma possível ação militar contra grupos revolucionários, agindo antes que as condições internas se deteriorassem através da contenção da criminalidade e da subversão. Pensando neste tipo específico de ação, foi criado em 1955 o programa 1290d que,

posteriormente, foi ampliado recebendo o nome de Programa de Segurança Interna Além-Mar (OISP<sup>1</sup>). Tais programas, porém, não foram bem aceitos por muitos governantes dos países latino-americanos. No Brasil, o presidente Juscelino Kubitschek adotou uma postura crítica às políticas norte-americanas que previam ajuda para o aumento da segurança interna. Para JK, o governo dos Estados Unidos deveria dedicar maiores investimentos na área do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza, sendo o defensor de uma espécie de “Plano Marshall” para as nações latino-americanas (HUGGINS, 1998; MOTTA, 2014). Os programas colocados em prática durante a década de 1950 foram gerenciados pela Administração de Cooperação Internacional (ICA<sup>2</sup>), agência ligada diretamente ao Departamento de Estado do governo norte-americano.

Entretanto, foi a partir do fim da década de 1950 que os Estados Unidos perceberam a necessidade de maior atenção à América Latina. Antes mesmo da eclosão da Revolução Cubana, o país já se alarmara com o crescente antiamericanismo na região. Em 1958, o então vice-presidente da República Richard Nixon realizou uma série de visitas a países latino-americanos, sendo hostilizado com manifestações contrárias à sua presença em algumas capitais, como Lima e Caracas: “*Ficou patente, para o governo norte-americano, que a imagem dos Estados Unidos na América Latina era simplesmente péssima*” (FICO, 2008, p.23). Assim, ainda no governo Eisenhower, os Estados Unidos já reviam sua posição em relação à região. Washington percebia que as políticas que visavam meramente manter governos anticomunistas não eram suficientes, sendo preciso atuar também através de programas que possibilitassem o desenvolvimento econômico das nações latino-americanas.

As preocupações com a América Latina se ampliaram ainda mais a partir de 1959. A Revolução Cubana colocou os Estados Unidos em estado de alerta. Os programas de reformas

---

<sup>1</sup> Do inglês, *Overseas Internal Security Program*.

<sup>2</sup> Do inglês, *International Cooperation Administration*.



postos em prática pelo governo revolucionário de Fidel Castro atingiram os interesses econômicos norte-americanos na ilha, o que fez com que a relação entre os dois países se desgastasse. No entanto, foi a aproximação de Cuba com a União Soviética e o fracasso da invasão da Baía dos Porcos<sup>3</sup> que trouxeram maiores inquietações à Washington. Os embargos impostos pelos Estados Unidos aos produtos cubanos tornaram a questão ainda mais complicada, pois funcionaram como combustível para a ampliação do antiamericanismo já existente. Além disso, como demonstra Fico (2008), a derrota das tropas de Fulgêncio Batista diante das forças lideradas por Fidel Castro colocava em xeque a eficácia da política de Washington para a América Latina. Durante a década de 1950, mais de quinhentos oficiais do Exército cubano receberam treinamento militar norte-americano, além da assistência financeira na ordem de US\$ 16 milhões. Ainda assim, os soldados cubanos não foram capazes de fazer frente às táticas de guerrilha utilizadas pelas forças revolucionárias que tomaram o poder em 1º de janeiro de 1959.

A percepção de que as coisas não iam bem na América Latina fez com que o governo norte-americano adotasse novas estratégias na sua relação com a região. No fim da gestão de Eisenhower já se pensava numa reformulação das forças armadas latino-americanas, planejando torná-las “[...] menores, mais ágeis e, sobretudo, treinadas em técnicas de combate à guerrilha, capacitando-as também para operar no campo da segurança pública” (FICO, 2008, p.25), sendo o objetivo central conter o surgimento de novos movimentos revolucionários como o acontecido em Cuba. Entretanto, foi com a chegada de John Kennedy ao poder que medidas mais concretas foram adotadas. Como discutido no capítulo anterior, Walt W. Rostow foi o grande mentor da nova política que seria colocada em prática para a América Latina. Para ele, as convulsões sociais e a infiltração comunista existentes por todo o Terceiro Mundo seriam abrandadas se houvesse programas que auxiliassem na resolução dos

---

<sup>3</sup> A invasão da Baía dos Porcos aconteceu já durante o governo de John Kennedy, no mês seguinte ao lançamento do programa Aliança para o Progresso.

problemas econômicos e sociais que causavam o descontentamento dos cidadãos. Dessa forma, durante o governo Kennedy, o combate ao comunismo passaria a ser conjugado como uma “missão civilizadora”:

Percebendo a força dos símbolos, Kennedy preocupava-se em assentar a hegemonia de seu país não só na coerção, mas também no consenso. A ideia era defender o “mundo livre” não só por meio das armas, mas também por uma política de assistência internacional, conciliando objetivos políticos ou interesses socioeconômicos com os militares e geopolíticos. Conforme Kennedy, no combate à “subversão” comunista “não se pode separar armas de estradas e escolas” (AZEVEDO, 2007, p.33).

Não se pode afirmar que as teorias defendidas pelos intelectuais que assessoravam Kennedy constituíssem de fato uma nova doutrina. Afinal, as discussões que tratavam do desenvolvimento econômico e da segurança nacional como temas interligados vinham dos governos anteriores. No entanto, para os seus formuladores, os programas desenvolvidos por Washington até então tinham sido tímidos e incapazes de produzirem os resultados esperados. Para conter “novas Cubas”, seria preciso uma política mais robusta voltada à América Latina:

Em resposta a Cuba e ao perigo que ela representava para seus interesses, Washington lançou amplo programa voltado para a modernização econômica e social, mas também para o financiamento e treinamento de forças de segurança, militares e policiais. A ponta de lança dessa política – incluindo sua dimensão publicitária – foi a Aliança para o Progresso, programa anunciado pelo presidente John Kennedy em sua campanha eleitoral e implantado a partir de 1961. O objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário de acordo com o figurino das teorias da modernização. (MOTTA, 2014, p.112)

Da necessidade de maior atenção e investimentos na América Latina para mantê-la longe do comunismo nascia, assim, a Aliança para o Progresso. Lançado em Washington no

dia 13 de março de 1961, o programa foi apresentado posteriormente em minúcias aos representantes dos países latino-americanos na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da Organização dos Estados Americanos (OEA) ocorrida em agosto do mesmo ano na cidade de Punta del Este, no Uruguai. Quando ainda candidato à presidência, John Kennedy já demonstrava a necessidade de uma nova política voltada para a América Latina. Em 1959, já realizara fortes críticas à forma que os Estados Unidos se relacionavam com a região, tendo, inclusive, explorado o antiamericanismo das manifestações contrárias à presença de Richard Nixon na visita que o vice-presidente havia realizado a alguns países latino-americanos, afirmando que estas demonstrariam a fraqueza do governo Eisenhower (RIBEIRO, 2006). Para Kennedy, faltava aos Estados Unidos uma liderança mais dinâmica no cenário internacional, o que acarretava uma posição meramente reativa diante dos problemas que surgiam.

Após ser eleito presidente, no período que antecedeu à sua posse, Kennedy reuniu assessores que formulariam às novas ações a serem implementadas no campo da política externa, com ênfase para a América Latina. Entre os intelectuais que faziam parte do grupo, estavam um ex-embaixador e o futuro embaixador norte-americano no Brasil, Adolf Berle Jr. e Lincoln Gordon, respectivamente. O Brasil, aliás, ocuparia posição estratégica dentro dos planos da Aliança para o Progresso. Em fevereiro de 1961, portanto, pouco antes do lançamento do programa, Kennedy enviou ao Brasil e à Argentina uma missão para conversar com os governantes locais. Em território brasileiro, após serem recebidos por Jânio Quadros em Brasília, os membros da missão se deslocaram para Recife a fim de obter uma posição mais próxima da situação do Nordeste, sendo assistidos por Celso Furtado. Devido aos problemas existentes, a região era aquela que mais gerava preocupação no governo dos Estados Unidos em relação à penetração comunista:

O presidente Kennedy teve sua atenção despertada pelos órgãos de imprensa norte-americana, especialmente artigos de Tad Szulc, do *New York Times*, que “descobriram” o Nordeste brasileiro, alertando para a possibilidade da região vir a ser palco de convulsões sociais. Os artigos chamavam atenção para o agravamento das tensões decorrentes da seca de 1958 e do movimento pela reforma agrária, promovido pelas ligas camponesas lideradas por Francisco Julião, configurado como “marxista”. (AZEVEDO, 2007, p.169)

Dessa forma, para a administração Kennedy, o Nordeste brasileiro era um barril de pólvora à espera que alguém acendesse o pavio que daria início a uma grande revolta popular. As péssimas condições da população local, onde a pobreza prosperava e não havia políticas concretas para a resolução dos problemas existentes, eram consideradas um fermento para a agitação. Preocupava também a estrutura fundiária que mantinha as terras concentradas nas mãos das antigas oligarquias agrárias. Além disso, assombrava o discurso do advogado pernambucano Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. Julião demonstrava abertamente sua simpatia por Fidel Castro e seu governo revolucionário, além de ter viajado em visita a Cuba e a China, o que colaborava com a construção de sua imagem como comunista por parte dos americanos. Logo, a situação existente no Nordeste brasileiro “[...] ilustraria a tese de Kennedy a respeito do perigo da difusão do comunismo no continente e reforçaria sua estratégia de convencimento do Congresso em torno da necessidade de aumentar os recursos para ajuda externa” (AZEVEDO, 2007, p.169).

Além da Aliança para o Progresso, outro programa instituído em 1961 por Washington dentro das mesmas concepções foi o Corpos da Paz. Através dele, estudantes universitários norte-americanos foram enviados ao Terceiro Mundo para atuarem junto às populações no desenvolvimento de projetos nas áreas da educação, saúde, orientação agrícola, construção, entre outras. Da mesma forma que o seu programa “irmão”, o Corpos da Paz dedicou especial atenção à região Nordeste do Brasil.

Para administrar as atividades da Aliança para o Progresso foi criada em novembro de 1961 a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID<sup>4</sup>), organismo que substituiu a ICA. Assim como a sua predecessora, a USAID estava subordinada ao Departamento de Estado do governo norte-americano e recebeu vultosos recursos para colocar em prática os programas direcionados ao Terceiro Mundo, sobretudo à América Latina. Para o Brasil vieram duas missões da USAID logo no início de seu funcionamento, sendo uma instalada no Rio de Janeiro e a outra em Recife. Esta segunda missão estava diretamente ligada às preocupações existentes em relação ao Nordeste brasileiro. A criação da Aliança e da USAID coincidiu com o período em que o Brasil traçava os rumos de uma política externa independente durante o governo de Jânio Quadros e de seu sucessor no cargo, João Goulart. Com a radicalização ideológica crescente, grupos diversos se opuseram ao programa vendo nele uma intromissão de Washington no país, principalmente as esquerdas e os setores nacionalistas, alinhados ou não ao governo de Jango. Em relação ao próprio governo norte-americano, havia também o receio quanto ao investimento de recursos do programa no Brasil no período em que Goulart esteve na presidência do país. Já na primeira avaliação realizada pela embaixada dos Estados Unidos sobre o governo de Jango, foi sugerido que o país fosse mais cauteloso na oferta de recursos ao Brasil, pois “[...]a seu ver a associação passada de Goulart com comunistas e suas posições antiamericanas eram matéria de conhecimento público e bem conhecidas na América Latina” (RIBEIRO, 2006, p.131). Ações mais contundentes da Aliança para o Progresso e das agências que davam suporte ao programa só foram mesmo realizadas a partir do governo de Castello Branco<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Do inglês, *United States Agency for International Development*.

<sup>5</sup> No período que antecedeu ao golpe de 1964, recursos da Aliança para o Progresso beneficiaram alguns governos estaduais opositores a João Goulart. De acordo com Fico (2008), ao mesmo tempo, evitava-se que recursos do programa pudessem parar nas mãos do governo federal ou de governadores críticos aos Estados Unidos, como Leonel Brizola e Miguel Arraes. No entanto, é a partir da ditadura militar que o programa entraria num período de maior operacionalidade e se consolidaria no Brasil.

É importante destacar que, para os teóricos da teoria da modernização, como Walt Rostow, as Forças Armadas seriam instrumentos primordiais no processo de desenvolvimento econômico de seus países. Na visão destes, os exércitos dos países subdesenvolvidos não deveriam cumprir apenas o seu papel tradicional de defesa da nação, mas também atuar diretamente nos programas de desenvolvimento que seriam postos em prática. Assim, unidades militares deveriam ser preparadas e incentivadas a ampliarem o seu campo de ação, assumindo também “[...] o trabalho de fortalecimento das funções administrativas, da governabilidade, da segurança interna, da ordem, e mesmo o desenvolvimento econômico – tudo o que a teoria veio chamar de “nation-building”” (RIBEIRO, 2006, p.222). Na verdade, a concepção de que as Forças Armadas deveriam ser “construtoras de nações” vinha ainda do governo Eisenhower, mas seria de fato levada a cabo a partir do governo de John Kennedy.

Com a administração de Lyndon Johnson, que assumiu a presidência dos Estados Unidos após o assassinato de John Kennedy em novembro de 1963, a Aliança para o Progresso passou a ter uma maior ênfase na segurança nacional, dando também maior importância ao papel das Forças Armadas latino-americanas, ampliando, assim, os investimentos realizados nestas. Dentro de tais concepções, o investimento na instrução de militares e polícias latino-americanas, tornando-os não apenas agentes responsáveis pela segurança interna e externa, mas também elementos importantes do próprio processo de desenvolvimento das nações, ganhava ainda mais força para os programas vindos de Washington. Neste sentido, os objetivos da Aliança para o Progresso e da doutrina da contrainsurgência se cruzavam. A própria USAID, ao qual a Aliança era subordinada, passou a ter uma divisão especial destinada ao fomento de programas de treinamento de forças policiais denominada Seção de Segurança Pública (OPS<sup>6</sup>). A partir de 1962, homens das polícias e das Forças Armadas da América Latina passaram a ser treinados dentro dos

---

<sup>6</sup> Do inglês, *Office of Public Safety*.

conceitos de guerra definidos no interior da doutrina da contrainsurgência. Os cursos de instrução ocorreram em território norte-americano e, sobretudo, na Escola das Américas<sup>7</sup> na Zona do Canal do Panamá, além daqueles ofertados no próprio país de origem dos soldados treinados.

No Brasil, com a deposição de João Goulart e a ascensão dos militares ao poder, o projeto focado na maior participação das Forças Armadas no desenvolvimento nacional ganhou força. Após uma abertura inicial, Jango afastara-se dos planos de ajuda provenientes dos programas norte-americanos. Porém, o novo governo imposto através do golpe de 1964, ao alinhar-se ideologicamente à Washington dentro do quadro da Guerra Fria, retirou os entraves existentes às ações vinculadas à Aliança para o Progresso. A partir de então o país passaria a receber atenção ainda maior, abocanhando grande fatia dos recursos destinados à América Latina através do programa. O Brasil também foi um dos países que mais se envolveu com os programas de instrução enviando homens das Forças Armadas e das polícias para os cursos em escolas mantidas pelos Estados Unidos, além de ter recebido treinamento policial especializado dentro do seu próprio território.

Os cursos possuíam currículo específico para cada segmento dentro das forças de segurança dos países atendidos pelos programas de treinamento. No caso dos agentes policiais que receberam treinamento da OPS, por exemplo, a formação incluía técnicas de vigilâncias e coletas de informação, métodos de controle de motins e multidões, procedimentos de interrogatório, entre outros. O objetivo deste tipo específico de curso

[...] era contribuir para que as forças de segurança desenvolvessem capacidade investigativa para detectar e identificar indivíduos e organizações criminosas e/ou

---

<sup>7</sup> No caso específico das forças policiais, o treinamento ocorria na Academia Interamericana de Polícia (IAPA – do inglês, *Inter-American Police Academy*), também localizada na Zona do Canal do Panamá.

subversivas e neutralizar as atividades militantes, desde as manifestações, desordens ou motins, até operações de guerrilha em pequena escala. (HUGGINS, 1998, p.129)

Segundo Huggins (1998), um número próximo de 1 milhão de policiais teria recebido algum tipo de assistência da OPS entre os anos de 1963 e 1973. O treinamento policial era ministrado em consonância com a instrução ofertada pelas Forças Armadas dos Estados Unidos aos exércitos dos países latino-americanos. Para os membros das Forças Armadas, existiam cursos diferentes destinados a graduados e oficiais, sendo de duração um pouco mais longa para os segundos. Tendo como exemplo o programa de instrução de curso estabelecido em julho de 1962 na Escola das Américas, destinado a oficiais militares no comando de unidades de sua corporação ou responsáveis pela instrução em contrainsurgência de suas tropas, e também a civis ocupantes de cargos no governo de seu país e com algum conhecimento prévio da doutrina da contrainsurgência, o período de treinamento era de 10 semanas<sup>8</sup>.

De acordo com o programa de instrução do curso mencionado dirigido a oficiais das Forças Armadas, a capacitação foi dividida a partir de grandes tópicos como “Considerações sobre Operações de Contrainsurgência”, “Doutrina e Teoria de Operações de Contrainsurgência”, “Inteligência e Contraineligência”, “Procedimentos e Técnicas em Operações de Contrainsurgência”, além dos “Exercícios Práticos em Operações de Contrainsurgência”. No interior dos tópicos principais do curso, subtópicos discutiam temas relacionados à teoria e à prática de governos democráticos e problemas da democracia. No entanto, a própria concepção de contrainsurgência tinha em seu centro a ideia de que o comunismo era a grande ameaça a ser detida pelo bloco Ocidental. Sendo assim, entre os temas apresentados no programa de instrução mereciam também destaque assuntos como

---

<sup>8</sup> National Archives and Records Administration (College Park, MD). RG: 59 – 250/63/4/77, caixa 6, pasta 1. Documento gentilmente cedido pelo Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, orientador deste trabalho.



“Teoria do Comunismo” e “Falácias da Teoria do Comunismo”, além de discussões sobre o comunismo internacional e na América Latina e de temas referentes aos movimentos de guerrilha. No total, o curso previa 516 horas de instrução, sendo 228 horas destas destinadas aos exercícios práticos de operações de contrainsurgência que incluíam a formação de um acampamento base, patrulhas e formações de combate; treinamento de ataques, emboscadas, invasões e buscas; técnicas de montanhismos e de travessia de rios; reabastecimento aéreo e comunicações, entre outros pontos.

No entanto, aqui se faz necessário retomar o tópico “Considerações sobre Operações de Contrainsurgência” presente no programa de instrução mencionado. Com uma carga horária total de 50 horas, o tópico trazia em seu bojo temas que seriam incorporados às atividades de ACISO realizadas por unidades do Exército brasileiro durante a ditadura militar como operações psicológicas, programas cívicos e a própria noção de ação cívica. De acordo com Fico (2008), o conceito de *civic actions* foi elaborado ainda durante o governo Eisenhower, sendo parte das ideias que defendiam a reestruturação dos exércitos latino-americanos diante da ameaça de movimentos revolucionários, porém só seria colocado em prática a partir da administração Kennedy. As ações cívicas eram essenciais para a proposta de transformar as forças armadas da região em construtoras de nações, como discutido anteriormente. No Brasil, o conceito ganharia força a partir do governo de Castello Branco e as atividades de ACISO passariam a fazer parte dos cursos de combate à guerra revolucionária, tendo sido realizadas diversas ações por todo o país, incluindo o seu uso no enfrentamento direto a movimentos guerrilheiros como os de Caparaó e do Araguaia. As discussões sobre a ACISO e outras ações que visavam aproximar as forças militares da população civil no Brasil serão ampliadas a partir de agora.

### 3.2 O Exército brasileiro e a população civil: as operações ACISO

Como afirma Fico (2008), a concepção das *civic actions* foi desenvolvida dentro das discussões inseridas na doutrina da contrainsurgência. Assim, havia a compreensão entre os formuladores de tal estratégia de que as forças militares deveriam se envolver “[...] em projetos não estritamente relacionados à segurança, como obras de engenharia, serviços públicos, transportes, comunicação, saúde, saneamento etc.” (FICO, 2008, p.26). Para Ribeiro (2006), entre a doutrina da contrainsurgência e o conceito de ação cívica, haveria um nexo, sendo ambas direcionadoras de medidas a serem colocadas em prática em caso de uma ação comunista já em andamento. Porém, o pesquisador destaca que “[...] mesmo quando não há uma ameaça real, em tempos comparativamente calmos, a ação cívica poderia ser um instrumento preventivo” (RIBEIRO, 2006, p.249).

No programa de instruções do curso realizado na Escola das Américas mencionado anteriormente, o treinamento focava vários pontos nas discussões sobre as ações cívicas. No primeiro ponto, o programa abordava o conceito de ação cívica, estabelecendo como finalidades

Fornecer pessoal com conhecimento necessário em fundamentos da organização, políticas e procedimentos operacionais de ação cívica em todos os níveis de comando para a condução do objetivo principal de operações de contrainsurgência; organização de equipes de ação cívica<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Do original em inglês, “To provide personnel with necessary knowledge in fundamentals of organization, policies, and operational procedures of civis action at all levels of command in the conduct of the main objective of counter-insurgency operations: organization of civic action teams”. – POI, p.10. National Arquivos and Records Administration (College Park, MD). RG: 59 – 250/63/4/77, caixa 6, pasta 1.

Assim, a conceituação sobre ação cívica apresentada no curso de instrução a colocava como um dos elementos centrais no interior das teorias da contrainsurgência na tentativa de fazer frente a um possível avanço comunista na América Latina. Dentro das finalidades descritas, aparece a preocupação em definir o tipo de ação e de organização para a realização das atividades que faziam parte das ações cívicas. O ponto também incluía necessidade de se preparar homens em todos os níveis de comando que pudessem treinar e coordenar equipes especializadas nestas atividades em seu país de origem, levando-nos a interpretar como uma tentativa de tornar as ações cívicas programas mais amplos a serem realizados com certa frequência, como se pode perceber no Brasil, principalmente após o ano de 1966, aspecto que será discutido mais à frente neste trabalho.

Em outro ponto presente no programa do curso, é abordado o campo de atuação dos projetos de ação cívica. Neste, é definido que as equipes de ação cívica deveriam realizar

Levantamento de uma comunidade local para determinar as necessidades que podem ser estabelecidas ou aprimoradas pelos militares no campo das Obras Públicas, Saúde e Saneamento, Agricultura, Educação, etc.; incluindo materiais, conselho, determinação do trabalho voluntário local<sup>10</sup>.

Havia no processo de instrução, portanto, a atenção em relação aos projetos de ações cívicas que deveriam ser realizados em cada comunidade. De acordo com o programa do curso, antes das atividades a serem efetuadas, as forças militares envolvidas com o projeto deveriam analisar as necessidades de cada localidade para, então, intervir através das medidas que fossem mais adequadas. O ponto ainda destaca a amplitude de atuação que as ações

---

<sup>10</sup> Do original em inglês, “A survey of a local community to determine the needs that can be provided or improved by the military in the field of Public Works, Health and Sanitation, Agriculture, Education, etc.; includes materials, advice, determination of local volunteer labor”. – POI, p.10. National Archives and Records Administration (College Park, MD). RG: 59 – 250/63/4/77, caixa 6, pasta 1.

cívicas poderiam ter e o incentivo à participação dos residentes nas áreas atendidas nos trabalhos desenvolvidos no local.

Por fim, outro ponto presente no curso de instrução realizado na Escola das Américas que também merece atenção é o conceito de programas comunitários. As ações indicadas no documento compuseram algumas operações de ACISO realizadas por forças militares no Brasil. Nele, fica patente a necessidade de se obter o apoio popular, sobretudo em áreas onde movimentos guerrilheiros já estejam em ação:

Exemplos de projetos comunitários locais que podem ser realizados por unidades militares estabelecidas dentro da área operacional e que servem para cimentar as relações entre as forças antiguerrilha e a população local; participação e apoio de eventos festivos locais; organização do Conselho Consultivo Comunitário; proteção de civis e proprietários [contra a ação] das forças guerrilheiras<sup>11</sup>.

A finalidade do ponto aproxima-se do campo de atuação das ações cívicas apresentado anteriormente, porém, dando maior destaque à necessidade de se criar canais de aproximação com a população civil. Neste sentido, o programa incentivava a participação das forças militares em festividades da população local, o auxílio na constituição de conselhos comunitários, etc. na tentativa de manter os habitantes distantes de grupos armados de esquerda. No Brasil, os programas de ACISO incluíram também atividades diversas de recreação. Juntamente com a assistência às populações atendidas pelo programa militar e a realização de obras, equipes especializadas também atuaram na participação e organização de festas, em exibição de filmes, em brincadeiras com crianças, entre outras atividades. Um exemplo desse tipo de ação ocorreu durante a ACISO realizada na região do Parque Nacional

---

<sup>11</sup> Do original em inglês, “*Examples of local community projects which can be undertaken by military units located within the operational area and which serve to cement relations between anti-guerrilla forces and local population; participation in, and support of local festive events; organization of Community Advisory Council; protection of civilians and property from guerrilla forces*”. – POI, p.10. National Archives and Records Administration (College Park, MD). RG: 59 – 250/63/4/77, caixa 6, pasta 1.

do Caparaó, na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, como será discutido mais à frente.

Como se discutiu até aqui, não há como negar a participação de Washington na construção de programas de ação cívica na América Latina, como a ACISO desenvolvida no Brasil. De acordo com Ribeiro (2006) e Fico (2008), a concepção da atuação das forças armadas da região para além de funções meramente ligadas à segurança se conectava diretamente com a doutrina da contrainsurgência. Sendo assim, as ações cívicas seguiam no sentido de tornar as forças armadas dos países recebedores dos programas de treinamento financiados pelo governo dos Estados Unidos como verdadeiras construtoras de nação, já que a modernização econômica e a diminuição da pobreza eram entendidos como requisitos essenciais para a segurança do continente e, conseqüentemente, dos próprios norte-americanos. Neste sentido, os militares latino-americanos tornavam-se peça-chave nas concepções de desenvolvimento e de segurança para toda a região:

Nas áreas mais remotas e inacessíveis, no coração das trevas destes países, os militares, por sua organização, disciplina, espírito de corpo e capacidade técnica, frequentemente são a única agência do governo equipada e preparada para trabalhar no campo do desenvolvimento. Uma vez que nestas áreas, onde sempre há o perigo do ataque da subversão, o exército é o braço presente do Estado, ele deve ganhar o apoio e o respeito da população, trabalhando em obras e serviços que aumentem o seu bem estar. (RIBEIRO, 2006, p.250)

Entretanto, se é verdade que Washington ampliou os investimentos direcionados à América Latina através da Aliança para o Progresso e, a partir das mesmas concepções forjadas no interior das disputas ideológicas da Guerra Fria, aumentou também os gastos com os programas de treinamento das forças de segurança da região – que receberam instrução nos Estados Unidos, na Zona do Canal do Panamá e em seu próprio território –, não se pode

renegar aqui a influência exercida pela doutrina militar francesa sobre as Forças Armadas brasileiras na construção não apenas dos programas de ACISO, bem como os demais que serão discutidos mais à frente neste capítulo. Se, por um lado, o conceito de ação cívica e os treinamentos específicos para colocar em prática tais atividades vieram dos cursos patrocinados por Washington, por outro, desde a segunda metade da década de 1950, a doutrina francesa da guerra revolucionária ganhava força entre os oficiais militares no Brasil e chamava a atenção não apenas para uma nova forma de guerra para a qual os exércitos tradicionais não estavam preparados, bem como para a necessidade de medidas para a resolução dos graves problemas econômicos e sociais que assolavam o Terceiro Mundo e o tornavam um campo fértil para insurreições.

Como discutido no segundo capítulo deste trabalho, no campo das doutrinas de guerra foram as forças armadas francesas aquelas que forneceram teorias mais adequadas à realidade das corporações militares brasileiras entre fins dos anos 1950 e início da década de 1960. A doutrina da guerra revolucionária influenciou de forma mais decisiva as interpretações que parte da oficialidade realizava sobre o quadro político brasileiro e sobre as necessidades de se repensar as próprias organizações militares e as formas de ação em relação à população civil. Em sua obra publicada em 1958, Bonnet (1963) já chamava a atenção para a necessidade de auxiliar no progresso econômico das regiões subdesenvolvidas. No trecho em que analisa o caso específico da Argélia, onde as tropas francesas se viam envolvidas no enfrentamento de grupos rebeldes que lutavam pela libertação do território africano, o coronel gaulês afirmava a necessidade de ações mais efetivas que produzissem o desenvolvimento da economia e melhorias nas condições sociais da população local:

Era preciso, pois, desvendar todo um potencial industrial e agrícola. No domínio industrial, tornava-se necessário explorar as enormes reservas minerais e energéticas

do Saara; executar projetos “conjuntos”; levar nosso esforço à implantação de fundições, de oficinas de transformação e de reparação; à melhoria das estradas e vias férreas; ao equipamento e ampliação dos portos e aeródromos, das redes de rádio e telefônica; realizações essas, respondendo a fins econômicos e sociais, mas, também, a uma preocupação de segurança. No domínio agrícola, tornava-se necessário favorecer o acesso à propriedade rural, acelerar a valorização da terra, modernizar os instrumentos de trabalho e os métodos de cultura, desenvolver as cooperativas e os centros de armazenamento, a fim de aumentar os recursos e de melhor alimentar uma população subnutrida. (BONNET, 1963, p.237)

Deste modo, as interpretações provenientes do pensamento militar norte-americano que viam as forças armadas das nações do Terceiro Mundo como instrumentos de desenvolvimento econômico e de melhoria das condições sociais não podem ser consideradas pioneiras nesta forma de ação. Se, como os indícios nos levam a crer, foram os programas patrocinados por Washington aqueles que diretamente forneceram instrução para as tropas latino-americanas no sentido de se estabelecer grupos especializados no contato e no desenvolvimento de ações de auxílio à população civil, não se pode negar a influência que a doutrina militar francesa exerceu sobre oficiais das forças armadas de países como o Brasil, a Argentina e o Chile (ZÁRATE, 2010). Se as tropas norte-americanas colocaram à prova seu programa de *civic actions* na Guerra do Vietnã em busca da conquista dos “corações e mentes” dos camponeses do país (RIBEIRO, 2006), antes disso, o exército francês já realizava programas voltados à população argelina na tentativa de pacificar a sua antiga colônia. Estas ações de apoio realizadas por forças militares junto às populações civis foram desenvolvidas dentro das concepções da doutrina da guerra revolucionária e vinham sendo praticadas desde a segunda metade da década de 1950 pelos franceses na guerra da Argélia. Ali foram criadas as Seções Administrativas Especializadas<sup>12</sup> (SAS), que, segundo Bourdieu e Sayad (2006), seriam unidades do Exército francês treinadas na tentativa de implementar uma “política de integração” da população argelina nativa. De acordo com os pesquisadores, junto das ações de assistência nas áreas econômica, social e de saúde, as SAS eram também

---

<sup>12</sup> Do francês, *Sections Administratives Spécialisées*.

empregadas nos serviços de informações, manutenção da ordem e controle da população. Em seu livro, Bonnet (1963) dedica poucas linhas a respeito das SAS, mas destaca sua importância dentro do contexto da guerra que os franceses enfrentavam na Argélia:

Meios administrativos, financeiros e militares permitem-lhes construir vilarejos, abrir estradas e pistas, pontos d'água e escolas, reforçar a ação sanitária e aparelhar regiões deserdadas. A água e a eletricidade, a escola e a estrada são os elementos concretos de uma verdadeira redenção humana, a que as forças locais, recrutadas, trazem segurança. Esta missão das S.A.S., feita principalmente de contatos humanos, apaga o medo e reacende a esperança, antes mantida pelos oficiais das A.I., esses velhos "blédards", de quepes azuis, falando o árabe e habituados ao berbere, fazendo sentir diretamente sua ação. As populações, que só a indiferença assusta, gostavam de vê-los e de ouvir-lhes uma palavra cordial, um conselho, um encorajamento. Estas verdades de ontem conservam hoje todo seu valor. Como oficial das A.I., o oficial das S.A.S. goza de confiança, graças à qual se revolve o problema político, fundamento de toda a pacificação. (BONNET, 1963, p.250)

Os "quepes azuis", como eram reconhecidos os militares integrantes das missões das SAS, desempenharam ações de auxílio à população nativa argelina a partir do ano de 1955, quando o serviço foi criado através de um decreto em 26 de setembro. No desenvolver deste trabalho, não se teve acesso a muitas informações sobre o programa francês. No entanto, uma edição da revista *Cahier de la Recherche Doctrinale*<sup>13</sup>, publicada pelo Ministério da Defesa da França, trouxe uma série de dados que permitem traçar comparações entre os programas desenvolvidos pelas tropas do país que atuaram no enfrentamento às forças da Frente de Libertação Nacional (FLN) e as ACISO e outros programas instituídos e colocados em prática por organizações militares brasileiras. O texto define as SAS como um instrumento militar orientado para tarefas civis, tendo como um dos objetivos centrais a conquista da simpatia da população ou, pelo menos, uma posição de neutralidade benevolente por parte destas. Além

---

<sup>13</sup> RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Défense: Centre de Doctrine d'Emploi des Forces. Les "Sections Administratives Spécialisées" en Algérie: Un outil pour la stabilisation. **Cahier de la recherche doctrinale**. Paris, N° 500, 21 out 2005. Disponível em <<http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/anciennes-publications/cahier-de-la-recherche/sas-algerie>> Acesso em: 26 jul.2014.



disso, o artigo afirma ainda que seria propósito do programa o estabelecimento da confiança entre militares e elites locais e a busca de informações.

As missões das SAS abrangiam uma gama enorme de atividades que iam desde a gestão administrativa local, à atuação nos campos da saúde e da educação ou mesmo na tentativa de resolver as desavenças existentes entre a própria população nativa<sup>14</sup> através da visita semanal de oficiais de justiça franceses.

No entanto, foram as ações na área da saúde aquelas que mais se assemelharam das ACISO realizadas no Brasil no período posterior ao golpe de 1964. De acordo com o artigo, os argelinos conviviam com a ausência de assistência médica, principalmente para as “[...] populações rurais [que] não viam um médico durante meses ou mesmo anos<sup>15</sup>”. O texto também menciona o abismo existente entre as condições na França e na sua colônia no norte do continente africano, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) argelino muito inferior ao de sua metrópole na época. Assim, com o objetivo de se aprimorar o canal de aproximação com os habitantes locais, as SAS passaram a contar com equipes formadas por médicos e enfermeiros para a assistência da população. Por ser uma região de maioria muçulmana, muitas mulheres resistiam em serem examinadas por homens. Dessa forma, agentes femininas compunham os quadros dos serviços de saúde para o atendimento de mulheres e crianças argelinas. As equipes médicas também cuidavam da orientação referente à higiene, tanto individual quanto coletiva.

---

<sup>14</sup> No artigo, os pequenos conflitos ocorridos no seio da própria população nativa argelina são chamados de *chicayas*. RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Défense: Centre de Doctrine d'Emploi des Forces. Les “Sections Administratives Spécialisées” en Algérie: Un outil pour la stabilisation. **Cahier de la recherche doctrinale**. Paris, N° 500, 21 out 2005, p.21. Disponível em <<http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/anciennes-publications/cahier-de-la-recherche/sas-algerie>> Acesso em: 26 jul.2014.

<sup>15</sup> Do original em francês, “[...] les populations rurales n’ont pas vu un médecin depuis plusieurs mois, voire plusieurs années”. Idem, p.57.

No campo da educação, as SAS atuaram na abertura de escolas a partir do ano de 1960, muitas delas construídas pelas próprias tropas francesas através de seus regimentos de engenharia, porém, estas podiam funcionar também em tendas improvisadas. Em alguns casos, também vinham das forças armadas da França os professores, principalmente entre os jovens militares. Assim como nos serviços na área da saúde, na educação mulheres auxiliavam no atendimento das meninas. Até mesmo o transporte escolar das crianças atendidas pelo programa seria realizado pelo Exército. De acordo com artigo, ações no sentido de fornecer formação profissional aos jovens e cursos voltados para o trabalho no campo também foram realizados.

Os serviços das SAS ainda incluíam a distribuição de alimentos como farinha e cereais, de roupas, entre outros, e atividades de recreação como esportes, ginástica, teatro, canto, etc. É importante destacar que, como não se teve acesso a outros trabalhos referentes às SAS ou demais atividades neste sentido realizadas por forças militares francesas, as ações narradas até aqui se basearam exclusivamente no mencionado artigo da revista militar do Ministério da Defesa da França<sup>16</sup> e no curto relato apresentado por Bonnet (1963) em seu livro, ou seja, de dois textos produzidos no interior das próprias corporações militares do país. O único estudo que se contrapõe às ações citadas a que se obteve acesso foi o artigo de Bourdieu e Sayad (2006). Indo em sentido completamente oposto, os pesquisadores demonstram como ações realizadas na Argélia através das SAS contribuíram para a desagregação das unidades tradicionais dos nativos argelinos. Neste sentido, o artigo foca no projeto de reassentamento que retirava camponeses de suas terras e os levava forçadamente para áreas “livres” dos grupos rebeldes. Assim, foram demarcadas áreas denominadas de “zonas proibidas” de onde os nativos eram retirados compulsoriamente:

---

<sup>16</sup> Ibidem.

O reassentamento em massa das populações em centros situados próximos de instalações militares tinha como objetivo permitir ao Exército um controle direto sobre elas, de maneira a impedir que transmitissem informações, fornecessem orientações, mantimentos ou alojamento aos soldados do Exército de Libertação Nacional<sup>17</sup> (ALN); era também uma forma de facilitar a repressão, ao autorizar que fossem considerados “rebeldes” todos aqueles que permanecessem nas zonas proibidas. Na quase totalidade dos casos, a exclusão foi feita à força. (BOURDIEU e SAYAD, 2006, p.42)

Os pesquisadores afirmam que os reassentamentos, entregues à administração das SAS, representaram a destruição da economia na qual se baseava a propriedade tribal ou dos clãs e permitiu que colonos europeus adquirissem as melhores terras. Além disso, parte das populações retiradas de suas terras foi reassentada em grandes centros, o que desenvolveu nestas uma consciência da disparidade existente entre as zonas urbanas e as rurais, obtendo acesso a recursos nas cidades não existentes para os que viviam no campo. Tal aspecto não apenas fez com que permanecessem nas cidades os argelinos tirados à força de suas terras, mas também incentivou o êxodo rural voluntário. A remoção das populações faria parte então de uma estratégia que visaria desintegrar o modo de vida tradicional, permitindo a manutenção do controle por parte do colonizador:

A esta ideologia dominada por considerações de ordem estratégica e tática opõe-se a ideologia humanitária do imaginário oficial, encarnada no militar graduado da SAS, simultaneamente mestre-de-obras, professor, prefeito e, algumas vezes, médico; ao instalar, em aldeias providas de equipamentos comunitários e situadas perto de grandes eixos/centros de comunicação, populações que até então viviam em habitações dispersas ou em regiões remotas e que, portanto, era muito difícil e dispendioso cuidar, escolarizar e administrar, a intenção era desencadear uma “evolução acelerada”. Em suma, originariamente considerados como uma forma de “reagrupar” e “controlar” as populações, colocando-as próximas de um posto militar, os reassentamentos começaram gradualmente a ser considerados por alguns como um “fator de emancipação”, sendo a confusão entre os dois fins justificada e encorajada pela convicção de que, para quebrar as resistências desta sociedade, não havia melhor técnica do que destruir suas estruturas. Na verdade, qualquer que fosse a intenção dos indivíduos, a ação “humanitária” permanecia objetivamente como uma arma de guerra, orientada para o controle das populações. (BOURDIEU e SAYAD, 2006, p.48)

---

<sup>17</sup> De acordo com os autores, a ALN – do francês, *Armée de Libération Nationale* – seria o braço armado da FLN (BOURDIEU e SAYAD, 2006).

Portanto, antes mesmo que os programas patrocinados por Washington de treinamento de forças de segurança do Terceiro Mundo previssem a aproximação entre militares e população civil, os franceses já o faziam na guerra de libertação da Argélia. No conflito, as tropas do país europeu aliaram a violenta repressão às medidas que buscavam conquistar a simpatia dos argelinos. De acordo com Hobsbawm (1995), a partir da guerra da Argélia, brutalidades como a tortura teriam se institucionalizado nos exércitos, polícias e forças de segurança dos países ocidentais, tendo popularizado e generalizado o uso “[...] da tortura com choques elétricos aplicados a língua, bicos de seios e órgãos genitais” (HOBSBAWM, 1995, p.218). Porém, se a dura repressão aos grupos insurgentes do país do norte africano pelas tropas francesas “popularizou” as sevícias contra os “inimigos” como arma de guerra no período, ao que nos parece, a experiência da França também elaborou a estratégia de aproximação da população civil através de programas de assistência a esta como forma de criar uma barreira contra o discurso de seus opositores, sobretudo em relação à ideologia marxista.

É neste sentido que, ao se tentar analisar os programas de assistência de populações civis postos em prática pelo Exército no Brasil durante a ditadura militar, busca-se avaliar neste trabalho não apenas a influência direta dos Estados Unidos, mas compreender também como a experiência e a doutrina construídas pelas Forças Armadas francesas podem ter colaborado na construção das ações realizadas. Portanto, nos parece equivocado interpretar que os programas de assistência às populações civis executados pelas forças armadas da América Latina foram influenciados única e exclusivamente pelos cursos de instrução promovidos pelos Estados Unidos a partir da década de 1960. No caso brasileiro, além das operações ACISO, organizações militares passaram a realizar uma série de atividades que muito se aproximaram daquelas realizadas através das SAS na Argélia pelas forças armadas francesas.

É importante ainda destacar que, na própria ação golpista de tomada do poder em 1964, pode se notar a dupla influência norte-americana e francesa: se é verdade que militares e civis que tramaram a deposição de João Goulart articulavam com representantes do governo dos Estados Unidos e destes receberam apoio para o golpe de Estado, pode-se também afirmar que foi a doutrina militar francesa que levou parte da alta oficialidade das Forças Armadas a interpretar as crescentes disputas e mobilizações em favor das reformas de base como sendo o desenrolar de uma guerra revolucionária em marcha no país, sendo necessária a ação de intervir no governo e adotar medidas “saneadoras” contra a ação comunista no Brasil.

No caso brasileiro, o principal programa posto em prática na tentativa de se aproximar da população civil pelo Exército foram as Ações Cívico-Sociais, sobre as quais passaremos a discutir a partir de agora.

### **3.2.1 Construindo nações ou promovendo o assistencialismo? – as operações ACISO no Brasil**

As construções teóricas em torno dos novos tipos de guerra traziam a necessidade de transformações nos Exércitos convencionais. Como afirmou o general Carlos de Meira Mattos em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional* de março/abril de 1967<sup>18</sup>, a guerra revolucionária atuaria sobre as “vontades” e as “mentes”, sendo o mero recurso às armas inútil para enfrentá-la. De acordo com o tenente-coronel Everaldo de Oliveira Reis, em artigo publicado na mesma revista na edição de julho/agosto de 1965<sup>19</sup>, transformações estariam

---

<sup>18</sup> MATTOS, Carlos de Meira. As operações na guerra revolucionária. **A Defesa Nacional**, mar/abr 1967, nº 612, p.9-18.

<sup>19</sup> Reis, Ten-Cel. Everaldo de Oliveira. Algumas considerações sobre a reforma do Exército. **A Defesa Nacional**, jul/ago 1965, nº 602, p.33-41.

sendo implementadas no interior do Exército brasileiro. A reforma teria como objetivo uma melhor adequação aos novos desafios que a corporação enxergava naquele período, principalmente após a deposição de João Goulart. Reis demonstrava preocupação com as questões internas, afirmando que a bandeira das reformas levantadas no período que precedeu ao golpe seria utilizada como mera artimanha por determinados grupos para fomentar a anarquia. No entanto, o oficial destaca que tais reformas, realizadas dentro da ordem, seriam necessárias para o desenvolvimento do país e para afastar as possibilidades de novas convulsões sociais:

Somos, se não um País desenvolvido, um País em que a estrutura socioeconômica está ainda profundamente desequilibrada, propiciando assim clima grandemente adequado à subversão. Vivemos pois no Brasil, o clima da América do Sul, da África e da Ásia, agora felizmente com as tonalidades mais esmaecidas<sup>20</sup>.

Reis afirma que, com o golpe – chamado por ele de “Revolução Democrática” –, o governo militar estaria implementando parte das reformas estruturais que seriam necessárias para o desenvolvimento nacional. Na visão do oficial, no entanto, não apenas o governo deveria estar atento a tais questões, mas o próprio Exército que, segundo ele, estaria passando por um processo de reforma pensando na adequação às demandas daquele período. Seguindo tal orientação, Reis defende a reorganização da corporação focando na diminuição das grandes unidades centrais e na maior presença nas áreas de fronteira e demais regiões longínquas. O papel das grandes unidades seria redefinido focando principalmente na segurança interna e nas atividades de relações públicas.

Tal visão demonstrada no artigo faz parte das discussões existentes no interior das Forças Armadas sobre o seu papel e as ações que deveriam ser tomadas para manter o país

---

<sup>20</sup> Idem, p.33.

longe da “ameaça comunista”. Mais do que proteger a nação contra uma agressão externa, a alta hierarquia redefinia a função das corporações militares colocando-as como um importante instrumento na integração e no desenvolvimento nacional. A existência de populações desassistidas pelo Estado, os graves problemas sociais e as distorções econômicas internas se tornavam terreno fértil para a contestação da ordem vigente e para a propagação do marxismo.

Assim, é importante destacar que, ainda que as discussões em torno da doutrina da guerra revolucionária tenham sido introduzidas no meio militar brasileiro na década de 1950, os indícios nos levam a crer que foi com a tomada do poder em 1964 que as Forças Armadas colocaram em prática programas mais efetivos baseados na tentativa de conter a revolução, uma vez que assumiam o controle do próprio Estado agora. Além disso, a influência que a esquerda exercia sobre determinados setores militares durante o governo Jango pode ter desestimulado a adoção de políticas baseadas na doutrina da guerra revolucionária estudadas nesta tese. De toda forma, juntamente com as instruções provenientes dos cursos ofertados por Washington, a doutrina francesa também parece ter colaborado no processo de reformulação das Forças Armadas e para a adoção de medidas que visassem aproximar militares e populações civis carentes.

Portanto, a partir da ditadura militar implantada após a deposição de João Goulart da presidência da República, os oficiais das Forças Armadas trataram de introduzir programas que atuariam na assistência de grupos que viviam em condições vulneráveis devido à pobreza ou ao isolamento. No interior do Exército, foi latente a preocupação com o desenvolvimento de setores especializados em relações públicas, por exemplo. Na visão de seus defensores, a corporação deveria aperfeiçoar os canais de comunicação com o mundo exterior ao ambiente militar buscando a conquista da simpatia dos civis. Daí a intensa participação de forças militares em programas voltados ao atendimento da população civil no período logo posterior ao golpe de 1964.

As ACISO, foco principal deste trabalho, foram elementos centrais dentro destas perspectivas colocadas pela oficialidade que queria construir uma barreira contra a expansão dos ideais de transformação profunda da estrutura social a partir do pensamento marxista. A partir destas operações de ações cívicas, forças militares estruturam suas tropas para atividades que previam a assistência em diversos campos e na realização de obras que, de alguma forma, atendessem a população civil.

Em definição estabelecida no ano de 1971 no *Manual de Segurança e Informações* elaborado pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação, as ACISO consistiriam em

[...] toda ação, movimento ou campanha de cunho patriótico, cuja finalidade principal seja despertar e incentivar o amor ao país e suas tradições, bem como estimular cidadãos ao cumprimento de suas obrigações como membros de um Estado, fortalecendo os princípios democráticos e neutralizando as atividades de subversão. (ISHAQ, 2012, p.46)

De acordo com Ishaq (2012), o documento enfatizaria que a ACISO seria integrante das medidas preventivas contra o “surto revolucionário”, atuando junto das populações necessitadas. Tal consideração aproxima-se daquela apresentada em matéria publicada no jornal *Noticiário do Exército* em 7 de dezembro de 1967 referente a exercícios realizados por unidades do II Exército no interior do estado de São Paulo, onde as ações cívicas são apresentadas como parte das estratégias militares para o enfrentamento de movimentos guerrilheiros:

A Ação Cívica e Social (ACISO) é um dos recursos adotados pelas forças regulares em combate aos guerrilheiros. Trata-se de uma ação de conquista da população



local, que atraindo a simpatia de seus habitantes, dificultará ou eliminará o apoio desta aos guerrilheiros, enfraquecendo-os, pois o guerrilheiro não sobrevive sem apoio da população local, e ainda despertando as consciências cívicas locais<sup>21</sup>.

Em artigo publicado na edição de novembro/dezembro de 1968 da revista *A Defesa Nacional*<sup>22</sup>, o capitão Athos Eichler Cardoso definiu a ACISO como “[...] *qualquer ação realizada pela tropa utilizando – mão-de-obra, técnicos e material do Exército, em cooperação ou não com entidades civis, autoridades ou grupos, e que visa a melhorar as condições sanitárias, econômicas ou sociais de um aglomerado humano*”<sup>23</sup>. Segundo o oficial, as ações cívicas seriam uma arma do “arsenal psicológico do Exército” e, ao mesmo tempo,

[...] uma necessidade e um ato de solidariedade humana que todos os seus participantes, desde o general até o soldado recruta se orgulham de realizar. Nestes curtos entrechoques contra a doença, a miséria e a ignorância, os inseticidas substituem os gases de combate, cada ampola de medicamento, um cartucho, o estetoscópio equipara-se ao radar, e a agulha hipodérmica vale mais do que a baioneta<sup>24</sup>.

Em seu artigo, o capitão Cardoso descreve uma ação cívica realizada numa comunidade denominada Rosariana localizada no norte de Goiás, região do atual estado do Tocantins, nas proximidades do rio Maranhão. De acordo com o texto, médicos, dentistas e enfermeiros do Exército prestaram assistência à população que, pela primeira vez, teriam recebido a visita de profissionais da área da saúde. O oficial destaca como eram escolhidas as

<sup>21</sup> 4º RI na Operação Perdigueiro, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2523, 07 dez 1967, p.1.

<sup>22</sup> CARDOSO, Cap. Inf. Athos Eichler. ACISO – arma básica do arsenal psicológico. **A Defesa Nacional**, nov/dez 1968, nº 622, p.135-137.

<sup>23</sup> Idem, p.136.

<sup>24</sup> Ibidem, p.136.

localidades a serem assistidas por forças militares e os tipos de ação que poderiam ser colocadas em prática:

Para a cidade, os benefícios e a dinamização que a ACISO traz consigo, ocasionam verdadeira festa. As escolhidas são geralmente pequenos núcleos populacionais economicamente pobres com cerca de 3.000 habitantes e desprovida de assistência médica. Mas, não é só no setor de saúde que o Exército age com a sua ACISO que, variando em quantidade e meios materiais, comportará elementos especializados – carpinteiros, marceneiros, pintores, eletricitas, e pedreiros que podem reformar o prédio de uma escola, manufaturar quadros negros e carteiras escolares, ou revestir em tijolos um poço de água potável.

Um gerador elétrico traz para a população a oportunidade de assistir pela primeira vez filmes cinematográficos, a maioria instrutivos, sobre hábitos de higiene, técnicas de agricultura e mesmo entretenimentos. A tela, geralmente é a parede branca da igreja, local que transforma a praça principal numa vasta sala de espetáculos ao ar livre.

Um conjunto musical improvisado, mas nem por isso dissonante, composto de soldados com pendores artísticos realizará pequenos espetáculos nos estabelecimentos cívicos com números de música jovem. É interessante ressaltar que em cidades sem energia elétrica e onde o povo toma contato com a música através de rádios de pilha, a garotada e a juventude conhece na ponta da língua o último sucesso musical de um ídolo popular qualquer<sup>25</sup>.

No interior da própria ESG, a ACISO passaria a ser tratada como fundamental no processo de preparação do Exército na luta contra movimentos guerrilheiros e, mesmo, na tentativa de se antecipar a eles, como é demonstrado no texto publicado no *Jornal do Brasil* de 1º de outubro de 1967<sup>26</sup> baseado na conferência realizada na instituição pelo general Aurélio de Lyra Tavares, então ministro do Exército do governo de Costa e Silva. De acordo com o texto do jornal, o general teria afirmado que a corporação vinha se moldando a possibilidade de enfrentamento a guerrilhas, mas, também na resolução dos “contrastes e injustiças sociais”, fatores estes que eram suas causadoras. Neste sentido, as ações cívicas

---

<sup>25</sup> Ibidem, p.136.

<sup>26</sup> Gen. Lira Tavares define plano de ação do Exército na Escola Superior de Guerra, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 out 1967, 1º caderno – p.16.

despontavam como uma arma essencial nesse processo assistir as populações necessitadas e de contenção da “ameaça revolucionária”:

O importante e essencial é estar presente aos problemas da população, sobretudo na zona rural, de modo a impedir que os agentes da subversão confundam e conquistem o seu espírito.

É sobretudo nesse sentido que o Exército procura atuar, com a sua ação de presença e as suas operações de ACISO (Ação Cívico-Social), sempre em condições estender e completar, nas áreas críticas, quando é o caso, as atividades de âmbito e de natureza policial<sup>27</sup>.

Antes de se discutir os programas executados por unidades Exército no período pós-1964, há de se considerar que ações junto a populações civis já eram realizadas, porém sem o conteúdo ideológico e a frequência com a qual aconteceram após a implantação da ditadura militar, principalmente após o ano de 1966. Estas ações anteriores ao golpe ocorriam, geralmente, em momentos de catástrofes naturais, como enchentes<sup>28</sup> e períodos de seca prolongados em algumas regiões do país. Em alguns momentos, o Exército atuava também em obras de infraestrutura, como a construção de poços d'água e açudes no sertão nordestino<sup>29</sup>. Ribeiro (2006) destaca que a engenharia militar brasileira possuía já longa tradição na construção de obras não-militares como estradas, ferrovias, barragens, comunicações, etc. O pesquisador cita o exemplo do 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1º Gpt E) de João Pessoa, criado ainda no governo Café Filho, e que teria sido responsável por importantes obras rodoviárias e ferroviárias à época, além de ações contra a seca no Nordeste brasileiro.

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Ação do Exército nas enchentes gaúchas, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 1994, 22 set 1965, s.p.

<sup>29</sup> Viagem do Ministro ao Nordeste: Exército faz jorrar água em Acari, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 11610, 22 fev 1964, p.1.

No entanto, as ações de ACISO foram aquelas que mais permitiram aos militares aproximarem-se da população civil. Ainda que as atividades que constituíram tais operações sejam muito amplas, como a própria definição apresentada no *Manual de Segurança e Informações* do Ministério da Educação demonstra, as ACISO priorizaram a adoção de uma política mais imediata e assistencialista junto a comunidades isoladas ou vivendo em condições de miséria. As principais atividades realizadas no período dentro do recorte cronológico do presente trabalho (1964-1974) dedicaram-se, sobretudo, ao atendimento médico e odontológico, campanhas de vacinação e a distribuição de roupas, medicamentos e alimentos.

Assim, os documentos analisados no presente trabalho permitem contrapor um dado fornecido por Ribeiro (2006). De acordo com o pesquisador, “[...] a ação cívica militar ficou, no Brasil, confinada à engenharia militar” (RIBEIRO, 2006, p.345). Dentro da perspectiva defendida pelo autor, a maior parte das grandes obras infraestrutura realizadas por corporações militares, como a abertura de estradas, construção de ferrovias e pontes, etc., ficaram de fato a cargo dos batalhões de engenharia do Exército. Este dado pode ser observado em algumas das matérias referentes a ações cívicas publicadas no jornal *Noticiário do Exército*. Em 1967, as manobras realizadas pela 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) no município de Viamão, no Rio Grande do Sul, terminaram com obras de melhorias de estradas e construção de uma ponte pelo 6º Batalhão de Engenharia de Combate (6º BE Cmb) no interior do Parque Saint Hilaire<sup>30</sup>. No Acre, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BE Cnst), junto da 4ª Companhia de Fronteira, teria participado de obras que facilitassem a ocupação econômica do estado. Além da abertura de estradas para a integração do território, diversas outras obras teriam sido realizadas de acordo com o texto publicado no *Noticiário do Exército* de 23 de abril de 1970: “*Numa região sem pedra para construção, coube ao soldado*

---

<sup>30</sup> 6ª DI realiza manobras, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2497, 28 out 1967, p.1 e 6.

*iniciar a implantação de olarias. Não só para levantar casas residenciais, como edifícios públicos, e ainda para calçamento de ruas, construção de pequenas indústrias e obras complementares de infraestrutura<sup>31</sup>”.*

Outra ação de destaque realizada por uma unidade especializada em engenharia ocorreu entre os estados do Piauí e do Maranhão. De acordo com o *Noticiário do Exército* de 5 de fevereiro de 1973<sup>32</sup>, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção (3º BE Cnst) havia transferido sua sede de Natal para o município de Picos, no Piauí, tendo se instalado definitivamente na nova cidade em maio de 1971. O texto relata diversas obras realizadas pelo 3º BE Cnst como a abertura e pavimentação de uma estrada de 110 quilômetros de comprimento entre Picos e Valença, permitindo o acesso via asfalto até a capital piauiense; asfaltamento de um trecho de 20 quilômetro da BR-407 que permitia a ligação com a cidade de Petrolina, em Pernambuco; abertura de estradas ligando a cidade de Picos à divisa com o Ceará e a abertura de estradas no interior do estado do Maranhão; manutenção de um trecho de 98 quilômetros da rodovia Belém-Brasília, entre outras ações relatadas na matéria.

Na verdade, ainda em 1970, na edição de comemoração dos 6 anos do golpe de Estado de 1964, o jornal *Noticiário do Exército*<sup>33</sup> já trazia um artigo dedicado aos trabalhos realizados pelos batalhões de engenharia, dando especial atenção às obras rodoviárias, citando as ações de construção e conservação por todo o país, e para os serviços em ferrovias, principalmente no Nordeste onde obras interligariam Fortaleza, Campina Grande e Recife.

---

<sup>31</sup> A nossa farda no Acre, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3095, 23 abr 1970, p.1.

<sup>32</sup> O que vem realizando o 3º BE Cnst, *Noticiário do Exército*, Brasília, nº 3776, 05 fev 1973, p.1.

<sup>33</sup> O exército constrói, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, 31 mar 1970, s.p. O artigo destaca as seguintes obras rodoviárias: BR-364 (trecho Cuiabá-Porto Velho), BR-319 (trechos Porto Velho-Abunã e Abunã-Guajará-Mirim), BR-236 (trechos Abunã-Rio Branco e Rio Branco-fronteira com o Peru), BR-174 (trechos Manaus-Caracará e ramificações para fronteiras da Venezuela e República da Guiana), BR-459 (trecho Lorena-Itajubá), BR-267 (trecho Maracaju-Porto Murinho), BR-060 (trecho Jardim-Bela Vista), BR-285 (trecho Vacaria-São Borja), BR-282 (trecho Lajes-Florianópolis), BR-277 (trecho Ponta Grossa-Foz do Iguaçu), BR-153 (trecho Lins-Ourinhos), BR-116 (trecho Santa Cecília-Passo do Socorro), além citar 1540 quilômetros de obras em rodovias no Nordeste, como construção e conservação das BR-101 (estrada litorânea) e BR-020 (Brasília-Fortaleza).

Como bem demonstra Ribeiro (2006), os batalhões de engenharia receberam atenção especial dos programas de ajuda provenientes de Washington, tendo recebido recursos da Aliança para o Progresso para a execução de obras e compra de equipamentos:

A ação cívica, além de servir para o propósito de melhorar a reputação e o prestígio das forças armadas com a população, o que certamente ela fez, contribuiu para o esforço de propaganda norte-americano, ao indiciar que a Aliança para o Progresso, nas suas ações, estava concentrando recursos nos problemas econômicos brasileiros. (RIBEIRO, 2006, p.348)

Porém, há de se discutir os aspectos que compunham as ações cívicas. As ACISO constituíram um leque extenso de atividades, sendo as obras de infraestrutura apenas uma parte dela e, ainda assim, não a principal. Organizações diversas das Forças Armadas brasileiras participaram das ações cívicas, incluindo os Tiros de Guerra (TG) como realizados em Ubá<sup>34</sup> em Minas Gerais e nas ações de assistência às populações civis de Porangatu<sup>35</sup>, estado de Goiás. Além disso, as polícias militares estaduais também passaram a ter suas equipes especializadas em ACISO que, por vezes, realizaram atividades de assistência à população civil em conjunto com corporações das Três Armas.

Ademais, trabalhos como reformas de escolas, praças e prédios públicos foram realizados por unidades militares não necessariamente especializadas em engenharia. Mesmo obras como a construção e reparo de estradas foram atribuídas a outros tipos de unidades militares, como a abertura de 35 quilômetros realizada pelo Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB) no município de Colinas<sup>36</sup> no norte de Goiás, em região hoje pertencente à Tocantins, ou na própria ação cívica realizada pelo TG de Ubá mencionado anteriormente,

---

<sup>34</sup> Tiro de Guerra realiza ACISO, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3211, 14 out 1970, s.p.

<sup>35</sup> Você Sabia?, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3982, 11 dez 1973, s.p.

<sup>36</sup> ACISO abriu até estrada em Goiás, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3011, 12 dez 1969, p.1.

onde a ACISO incluiu “[...] *reparo de estradas, melhoria em escola pública e obras de desvios de águas pluviais*”<sup>37</sup>.

Dando sequência à análise, é importante destacar que as ações cívicas que mais ganharam destaque nas publicações do próprio Exército e nos jornais voltados para o público em geral foram aquelas com forte conteúdo assistencialista. As operações ACISO também contavam com programas de orientação agrícola e veterinária para os residentes nas áreas rurais, realizavam palestras que podiam versar sobre assuntos como hábitos de higiene ou fazer o doutrinação ideológico, exibiam-se filmes, peças de teatro e apresentações musicais, rezavam-se missas, promoviam-se recreações com crianças e jovens, etc. Outros programas que não recebiam a denominação de ACISO, mas que tinham os mesmos objetivos ideológicos, foram realizados como as colônias de férias, os cursos profissionalizantes e a abertura de escolas no interior de quartéis, como será apresentado no decorrer deste capítulo.

Como foi mostrado, em textos escritos por oficiais brasileiros já falava na importância de ações sociais com fins políticos desde o início dos anos 1960. Porém, nas publicações pesquisadas, a primeira ação nos moldes da ACISO só foi divulgada no *Noticiário do Exército* no ano de 1966<sup>38</sup>. Nela, tropas da 4ª Região Militar (4ª RM) teriam realizado manobras de treinamento em área próxima à represa de Furnas compreendendo os municípios de Três Pontas, Varginha, Campos Gerais, Alfenas, Elói Mendes e Paraguaçu, no sul do estado de Minas Gerais. Os exercícios seriam voltados para o enfiletamento de guerrilhas e contavam com a participação da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e da Força Aérea Brasileira (FAB). A matéria destaca a assistência prestada à população civil das comunidades de Pontalete, Fama, Quilombo e Córrego do Ouro. De acordo com o texto, as ações cívicas teriam sido o “ponto alto” da manobra. O termo Ação Cívico-Social ou a sigla

---

<sup>37</sup> Tiro de Guerra realiza ACISO, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3211, 14 out 1970, s.p.

<sup>38</sup> Manobras da 4ª RM, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2142, 06 mai 1966, p.3.

ACISO não são utilizadas, o que nos leva a interpretar ser esta operação, realizada em 1966, realmente uma das primeiras ações deste tipo realizadas pelo Exército brasileiro, sendo definidas no texto como uma “ação Psico Social”. De acordo com o informativo, através da assistência prestada pelos militares teriam sido realizadas 1289 consultas médicas, extração dentária em 633 pessoas, 527 suturas dentárias, aplicação de 264 doses de vacinas, além de obras de reparos em escolas, igrejas e demais locais públicos, distribuição de alimentos e medicamentos e de atividades de recreação com os moradores das localidades atendidas.

Ainda em 1966, outras duas edições do *Noticiário do Exército* destacaram ações realizadas nos moldes das operações ACISO ou que tiveram finalidades parecidas. A primeira, publicada em 10 de maio daquele ano<sup>39</sup>, trazia informações sobre a realização das “Jornadas de Saúde”, organizada pela 3ª Divisão de Cavalaria (3ª DC) de Bagé, no Rio Grande do Sul. As atividades consistiam no atendimento à população através de equipes formadas por médicos, dentistas, enfermeiros e sanitaristas, além das aplicações de vacinas e das ações no campo da veterinária. De acordo com o texto, a 3ª DC realizaria as missões de assistência na área da saúde duas vezes por semana na região de fronteira sob sua jurisdição. Médicos civis também participaram das ações coordenadas pelos militares:

A novel assistência teve um êxito incomum, os pedidos de assistência social começaram a avolumar-se e os problemas a crescer. Os médicos militares já eram insuficientes para atender às requisições. Apelamos para profissionais que quisessem colaborar e fomos atendidos<sup>40</sup>.

Militares da área da saúde passaram a contar assim com a participação de colegas do antigo Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), do Departamento

---

<sup>39</sup> Atividades da 3ª DC: – “Jornadas da Saúde” e identificação, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2144, 10 mai 1966, p.3 e 4.

<sup>40</sup> Idem, p.3.



Nacional de Endemias Rurais e da colaboração da própria população do município de Bagé que doava medicamentos para a utilização nas “Jornadas de Saúde”. Sobre os profissionais do SAMDU, o texto destaca a experiência da ação conjunta e elogia “o alto grau de patriotismo” de seus médicos que, “[...] abandonando suas clínicas, vão a procura de doentes, fazendo medicina preventiva, triando doentes e encaminhando os casos graves para os hospitais<sup>41</sup>”.

Apesar do nome ligado à saúde, as atividades englobavam também casamentos e batizados, encaminhamento de processos de financiamento, etc. A matéria ainda é ilustrada com diversas fotografias que mostram ações como tratamento dentário, vacinação de crianças, distribuição de vermífugos e medicamentos, atendimento médico, retirada de vermes em cães e imagens dos militares envolvidos nas Jornadas de Saúde juntos com as comunidades atendidas e autoridades locais (figura 1). O texto destacava que, até a data de 26 de março de 1966, 27 Jornadas de Saúde já haviam sido realizadas e percorridos cerca de 5 mil quilômetros entre as localidades atendidas. Segundo a matéria, 2071 consultas médicas e 2295 extrações dentárias tinham sido efetuadas pelos integrantes militares e civis do programa, além das demais ações realizadas.



---

**Figura 1** – Atividades assistenciais realizadas nas Jornadas da Saúde. Na fotografia, médica do SAMDU atendendo a uma criança.

---

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 10 mai 1966 – Arquivo Histórico do Exército.

---

---

<sup>41</sup> Ibidem.

Diferente das missões volantes realizadas pela 3ª DC, o 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BE Cnst) de Cratús, no Ceará, realizou atividades de atendimento à população através de uma estrutura fixa permanente de assistência construída pela própria unidade. De acordo com uma breve nota publicada no *Noticiário do Exército* de 13 de agosto de 1966<sup>42</sup>, o 4º BE Cnst contava com escola, armazéns, farmácias, postos médicos e um hospital que, segundo o texto, seria o único existente à época num raio de 300 quilômetros. A nota ainda afirmava que o Serviço de Assistência Social da unidade atendia um público composto por 600 militares e 1200 civis, mas chamava a atenção para a possibilidade de acréscimo do número, havendo a possibilidade do atendimento também dos familiares daqueles que já eram assistidos pela estrutura do 4º BE Cnst.

É importante dizer neste caso que o tipo de atendimento prestado não constitui exatamente numa ação típica de ACISO, principalmente pelo fato de a assistência à população ter sido realizada numa estrutura fixa do 4º BE Cnst no município de Cratús. No entanto, o fato de o hospital militar e as demais instalações construídas terem sido abertas aos moradores das regiões próximas, área esta que era marcada por graves problemas sociais e por ser desassistida pelo Estado, nos sugere relacionar esse tipo de ação àqueles colocados em prática a partir das interpretações provenientes das doutrinas da guerra revolucionária e da contrainsurgência.

Outras duas ações cívicas realizadas em 1966 vieram a ser publicadas no jornal *Noticiário do Exército* apenas no ano seguinte. A primeira destas a ter espaço no informativo foi divulgada na edição de 18 de janeiro de 1967<sup>43</sup>. Na pequena matéria, afirmava-se que a 4ª RM havia realizado novos exercícios de instrução de tropas em outubro de 1966, contando também com atividades de assistência às populações civis. O treinamento ocorreu numa área

---

<sup>42</sup> Assistência social no 4º B E Cnst, *Noticiário do Exército*, nº 2210, 13 ago 1966, p.3.

<sup>43</sup> Manobras da 4ª RM/4ª DI, *Noticiário do Exército*, nº 2313, 18 jan 1967, p.5.

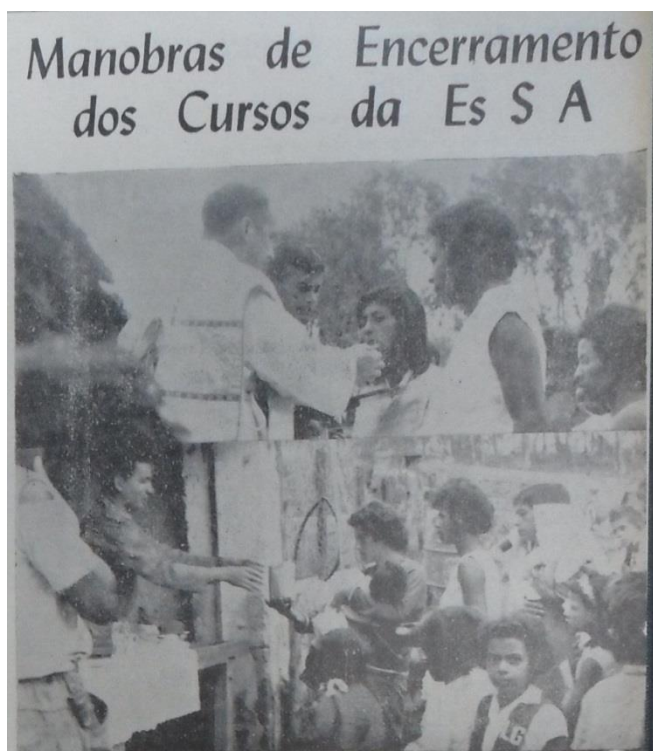
que abrangia os municípios mineiros de Ipatinga, Nova Era, João Monlevade e Itabira. De acordo com o texto, as ações cívicas teriam sido realizadas nas localidades de Hematita, Oliveira Castro Ribeiro, São José, Mineração, Boa Esperança, Antônio Dias e Escolas Reunidas Dr. Leão de Araújo. Ainda que a matéria seja composta apenas de uma pequena nota, nela se encontra pela primeira vez a denominação de “ação cívico-social”, porém sem o uso da sigla ACISO. Além disso, o texto demonstra que as ações cívicas estavam se tornando frequentes nos treinamentos realizados pela 4ª RM, principalmente naqueles voltados ao enfrentamento de guerrilhas.

O outro artigo que informava ações cívicas ocorridas ainda em 1966 foi publicado no *Noticiário do Exército* de 20 de janeiro do ano seguinte<sup>44</sup>. De acordo com o breve texto, a Escola de Sargentos das Armas (Es S A), sediada no município mineiro de Três Corações, havia realizado manobras na região das serras de São Tomé e Campo Limpo como etapa final de formação dos alunos da turma de 1966. O texto destaca que a instrução tinha como um dos pontos principais o combate a grupos guerrilheiros e que as ações cívicas faziam parte deste treinamento, o qual teria desenvolvido “[...] atividades médica, dentária, farmacêutica, veterinária e religiosa no seio da população rural de toda área englobada pela manobra<sup>45</sup>”. Nas fotografias que ilustram o texto, a ação religiosa recebe destaque com a imagem de pessoas recebendo a comunhão, sendo as hóstias entregues por um padre, e pessoas em fila recebem das mãos de militares o que parecem ser embrulhos com alimentos (figura 2).

---

<sup>44</sup> Manobras de encerramento dos cursos da Es S A. **Noticiário do Exército**, nº 2315, 20 jan 1967, p.3.

<sup>45</sup> Idem.



**Figura 2** – Ação cívica da Es S A. Na montagem aparecem atividade religiosa e a distribuição de pacotes, provavelmente com alimentos, à população atendida.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 20/01/1967, p.3 – Arquivo Histórico do Exército.

Faz-se necessário destacar que ainda não havia em 1966 uma denominação definitiva para as ações cívicas no Brasil. Se nas operações realizadas pela 4ª RM em fins daquele ano<sup>46</sup> já se nota a utilização do termo “ação cívico-social”, no texto também é utilizada a expressão “assistência cívico-social” para designar a mesma atividade. Nas manobras realizadas pela Es S A<sup>47</sup> os serviços de atendimento à população civil também são denominados no texto de “assistência cívico-social”, porém, nota-se a primeira tentativa de se criar uma sigla para este tipo de operação, sendo intitulada como ACS.

No entanto, nos documentos pesquisados para este trabalho a primeira vez que se identifica o termo Ação Cívico-Social acompanhado da sigla ACISO acontece no ano de 1967, quando das ações de busca e de prisão dos integrantes do movimento guerrilheiro de Caparaó. Em documento encaminhado às polícias militares de Minas Gerais e do Espírito

<sup>46</sup> Manobras da 4ª RM/4ª DI, *Noticiário do Exército*, nº 2313, 18 jan 1967, p.5.

<sup>47</sup> Manobras de encerramento dos cursos da Es S A. *Noticiário do Exército*, nº 2315, 20 jan 1967, p.3.

Santo pelo comando da 4ª RM, na data de 3 de abril<sup>48</sup>, ordenou-se que as tropas isolassem e evacuassem toda a área onde as operações antiguerrilha estavam sendo realizadas, capturando todo material e pessoal suspeito de colaboração com os guerrilheiros. O documento, no entanto, trazia também a recomendação clara de que as tropas deveriam empenhar-se em atender as necessidades básicas da população local através da ACISO “[...] como forma de conquistar a [sua] simpatia”.

Ao se analisar o documento é possível chegar a algumas conclusões. A primeira delas é a de que as atividades de ACISO parecem já estar cimentadas no interior das unidades do Exército subordinadas à 4ª RM quando ocorrem as operações de enfrentamento da guerrilha de Caparaó. Tal consideração se fortalece se avaliarmos que, das quatro operações nos moldes de ações cívicas ocorridas no ano de 1966 mencionadas no jornal *Noticiário do Exército*, três delas foram realizadas por unidades subordinadas à 4ª RM. Neste sentido, outro aspecto que merece destaque é a participação da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) nas ações de ACISO. Quando a instituição mineira recebe a diretriz da 4ª RM para atuar junto à população das proximidades da Serra do Caparaó, ela já possui equipes especializadas neste tipo de ação. Como se discutirá no capítulo seguinte, grande parte das ações cívicas efetuadas durante as operações na região foram realizadas pela PMMG. Retomando a matéria publicada no *Noticiário do Exército* de 06 de maio de 1966<sup>49</sup>, nas manobras efetuadas por tropas do Exército vinculadas a unidades da 4ª RM, houve a participação da Companhia de Missões Especiais da polícia mineira. Assim, não apenas as unidades do Exército em Minas Gerais, mas também a PM do estado possuíam no início de 1967 equipes treinadas na assistência às populações civis através de atividades de ações cívicas.

---

<sup>48</sup> Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG.

<sup>49</sup> Manobras da 4ª RM, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2142, 06 mai 1966, p.3.

Novas campanhas de ACISO só seriam publicadas no jornal *Noticiário do Exército* no segundo semestre de 1967, sendo 8 ações encontradas no informativo no período. Nota-se que as atividades de assistência à população civil se expandem para as demais regiões do país, havendo relatos de operações também no Centro-Oeste<sup>50</sup>, Nordeste<sup>51</sup> e Norte do Brasil<sup>52</sup>. Percebe-se também uma ampliação nos tipos de ações realizadas. Em Porto Alegre, a 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), em associação com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, realizou ações específicas de apoio às escolas rurais do município como a limpeza das dependências em geral, pintura de prédios, salas, mesas, etc., reparo das instalações elétricas e sanitárias, entre outras ações. De acordo com a matéria<sup>53</sup>, que era uma reprodução de um texto publicado no jornal “Correio do Povo” em 4 de outubro daquele ano, também foram realizados atendimentos médicos e odontológicos aos alunos, exames laboratoriais e reforço na merenda escolar. O texto ainda ressalta os objetivos das atividades que seriam “[...] despertar nas crianças o espírito de simpatia pelas Forças Armadas e seu interesse em colaborar no bem-estar das áreas rurais; melhorar o estado material das escolas e colaborar para a melhoria o estado sanitário e alimentação das crianças”.

O *Noticiário do Exército* divulgou outra ACISO realizada no período, desta vez pelo 10º Batalhão de Caçadores<sup>54</sup> (10º BC) de Goiânia nas localidades de Pau Terra, Estrela do Norte, Trombas e Formoso, no interior do estado de Goiás. A ação cívica fez parte das manobras efetuadas pelo 10º BC em setembro de 1967 e contou com atos religiosos como missas e conferências, atividades de recreação com apresentações artísticas de militares e partidas de futebol, as “tradicionais” ações na área da saúde com atendimentos médico e odontológico, cortes de cabelo e barba, distribuição de medicamentos, alimentos, talheres,

<sup>50</sup> 10º BC realiza Ação Social, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2492, 20 out 1967, p.1.

<sup>51</sup> Ação Cívico-Social na 7ª Cia Com, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2515, 25 nov 1967, p.1.

<sup>52</sup> CMA realizou manobras na Guarnição de Belém, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2500, 02 nov 1967, p.1.

<sup>53</sup> A imprensa noticiou: Ação Cívica da 6ª DI atendeu mais de uma dezena de escolas, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2490, 18 out 1967, s.p.

<sup>54</sup> 10º BC realiza Ação Social, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2492, 20 out 1967, p.1.

material de higiene, roupas de cama, agasalhos, material escolar, além da distribuição de doces para as crianças. Uma companhia do 10º BC esteve ainda destacada na cidade de Porangatu entre os meses de agosto e setembro de 1967 e, além de realizar ações como as mencionadas nas demais localidades, teria exibido filmes ao ar livre com conteúdo recreativo e sobre hábitos de higiene, reformado um abrigo de idosos, escolas e casas, e estabelecido um serviço de comunicação via radioamadores.

No entanto, o texto destaca dois pontos presentes na ACISO realizada pelo 10º BC que merecem maior discussão: os pontos definidos como Ação Cívico-Militar e Ação Psicológica. As atividades elencadas no primeiro ponto possuíam um caráter ufanista, promovendo o sentimento patriótico através de atividades relacionadas à bandeira e a hinos brasileiros, por exemplo:

**Ação Cívico-Militar**<sup>55</sup> – culto à bandeira; hasteamento do Pavilhão Nacional; cantos do Hino Nacional e à Bandeira; Palestras sobre a Bandeira; doação de Bandeiras do Brasil e de Goiás, bem como exemplares das Constituições do Brasil e de Goiás, às Prefeituras Municipais e Escolas Rurais; orientação sobre o Serviço Militar; distribuição de Bandeiras do Brasil, em papel, aos estudantes; e distribuição de letras de hinos patrióticos.

As medidas que visavam desenvolver o sentimento patriótico nos moradores do interior de Goiás atendidos pela ACISO do 10º BC se conjugavam com outras que foram definidas no artigo como Ação Psicológica, sendo constituídas por palestras direcionadas à população sobre os temas “Revolução de 31 de março – Objetivos Reais”, “A Nova Constituição do Brasil” e “O Papel do Exército”. Não há maiores informações sobre o conteúdo das exposições, mas, julgando-se pelo próprio processo que levou ao golpe em 1964 e a instauração da ditadura militar, os cursos de contrainsurgência patrocinados por

---

<sup>55</sup> Grifo mantido como no original.

Washington e a própria concepção de ACISO estabelecida pelo *Manual de Segurança e Informações* do Ministério da Educação de 1971, pode-se aventar que as palestras tinham um forte conteúdo anticomunista, além da propaganda favorável ao governo militar e ao Exército, como o próprio título demonstra.

Outra ação cívica ocorrida em 1967 que ganhou destaque no jornal *Noticiário do Exército* fez parte do conjunto de exercícios promovidos em outubro daquele ano pelo 4º Regimento de Infantaria (4º RI), sediado em Osasco. Intitulada de Operação Perdigueiro<sup>56</sup>, os exercícios realizados versavam sobre o “combate às guerrilhas”, tendo acontecido na região entre os municípios de Piedade, Tapiraí, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, no interior do estado de São Paulo. Além do 4º RI, outras unidades do II Exército participaram do treinamento, incluindo um grupo do 1º Batalhão do 5º Regimento de Infantaria (5º RI), sediado em Lorena. Durante as atividades de simulação de combates, os soldados do 5º RI teriam atuado nos exercícios configurados como guerrilheiros. De acordo com a matéria do informativo, a ACISO contou também com o apoio de pessoal civil e com a doação de “[...] organizações públicas, estabelecimentos industriais e comerciais paulistas<sup>57</sup>”. O texto narra a realização de 1765 consultas médicas e 541 odontológicas, 6327 pessoas vacinadas e a doação de mais 12 mil doses de vacina, etc. Teriam também ocorrido trabalhos de assistência agrícola e veterinária através da vacinação de cães, exames em animais, visitas a sítios, reuniões com sitiantes e pecuaristas com exibição de filmes, realização de dedetizações, palestras em escolas, cerimônias de hasteamento e doações da bandeira nacional, cortes de cabelo, pinturas de casas e de uma escola local, distribuição de 6 toneladas de alimentos à população, missas e pregações religiosas, apresentações com bandas militares e sessões de cinema, entre tantas outras citadas na matéria. Importa ressaltar que nesta mesma matéria a ACISO aparece com o objetivo mais diretamente ligado às ações das Forças Armadas no intuito de deter a possível

---

<sup>56</sup> 4º RI na Operação Perdigueiro, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2523, 07 dez 1967, p.1 e 6.

<sup>57</sup> Idem, p.6.



eclosão de movimentos guerrilheiros, aspecto esse já demonstrado anteriormente neste trabalho. A Operação Perdigueiro foi divulgada também no jornal carioca *Diário de Notícias*<sup>58</sup>, tendo as ações cívicas recebido um pequeno espaço e sem detalhamento das atividades.

Por fim, outro texto publicado em 1967 no *Noticiário do Exército* que apresenta relevância para discussão neste trabalho foi a ação cívica realizada por unidades do Comando Militar da Amazônia<sup>59</sup> (CMA) no interior do estado do Pará. Assim como em outras atividades de ACISO ocorridas no país, o atendimento à população fez parte de manobras de treinamento de tropas. A matéria apenas retrata que as populações dos municípios de Santa Maria do Pará e São Miguel do Guamá, onde os exercícios ocorreram, foram assistidas em diversas áreas, porém sem maiores detalhes sobre a quantidade e o tipo de atendimentos realizados. No entanto, dois pequenos trechos do artigo merecem destaque. No primeiro deles, o comandante do CMA na época, o general Dirceu de Araújo Nogueira, afirma que iria incluir ações cívicas nas próximas manobras realizadas na região, já que estas fariam parte de um “[...] plano ACISO, que atualmente o Exército desenvolve em todo o País<sup>60</sup>”. Assim, o trecho permite levantar a hipótese de que havia já em fins do ano de 1967 um projeto unificado do Exército brasileiro que incorporava as ações cívicas como elemento importante da corporação em sua estratégia de conter os movimentos de esquerda e para expandir o “espírito patriótico”, alinhado, desta maneira, com a própria política do governo militar.

Mas o texto ainda chamaria a atenção para outro ponto: a participação de universitários nas ações cívicas. A ACISO realizada pelo CMA é a primeira onde se percebe a informação da presença de jovens estudantes integrando as equipes de atendimento à

---

<sup>58</sup> Notícias do Exército: Marinha e FAB vão participar do ataque a Caverá, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 out 1967, 1º caderno – p.18.

<sup>59</sup> CMA realizou manobras na guarnição de Belém, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2500, 02 nov 1967, p.1 e 6.

<sup>60</sup> Idem, p.6.

população civil. De acordo com o texto, acadêmicos dos cursos de medicina, odontologia, economia, engenharia, farmácia e serviço social atuaram na operação ACISO no interior do Pará. Porém, diversas outras operações publicadas no *Noticiário do Exército* contaram posteriormente com a participação de universitários: no ano de 1968, em exercícios realizados no município de Pedreira em São Paulo e que contou com a participação de estudantes de medicina da cidade de Campinas<sup>61</sup>; em 1969, em operação realizada em Indaiatuba<sup>62</sup>, no interior de São Paulo; em 1970, em ações cívicas no interior fluminense<sup>63</sup> e nos estados do Paraná e Santa Catarina onde 200 acadêmicos compunham as equipes de atendimento a população<sup>64</sup>; em 1973, em operações no território capixaba ao longo da BR-101, tendo participado estudantes de medicina e odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo<sup>65</sup> (UFES), em Porto Amazonas no Paraná, onde participaram discentes de farmácia e odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa<sup>66</sup> (UEPG), e em Minas Gerais, em operações ao longo da BR-116<sup>67</sup>; e em 1974, nos municípios de Apodi, Felipe Guerra e Rodolfo Fernandes, no Rio Grande do Norte<sup>68</sup>. Universitários também estiveram presentes em colônias de férias, como em Brasília no ano de 1972<sup>69</sup>, onde acadêmicos do curso de Educação Física vindos de São Paulo integraram as equipes. Em outra matéria publicada no *Noticiário do Exército* de 8 de janeiro de 1973<sup>70</sup> sobre as colônias de férias que ocorriam anualmente em várias unidades da corporação, o texto deixa transparecer que a participação

---

<sup>61</sup> Exército de sobrevivência, antiguerrilha e segurança interna no 5º G Can 90 A Ae, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2626, 14 mai 1968, p.1 e 6.

<sup>62</sup> O Exército prepara: Antiguerrilha urbana é tema de exercício, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2897, 01 jul 1969, p.1.

<sup>63</sup> DB: Ação Cívico-Social, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3023, 06 jan 1970, p.1.

<sup>64</sup> ACISO/70 – 5ª RM e 5ª DI: “Uma obra de integração do Paraná e Santa Catarina”, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3198, 25 set 1970, p.1-2.

<sup>65</sup> I Ex realizou exercícios no Espírito Santo, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3968, 21 nov 1973, p.1.

<sup>66</sup> Manobras da 5ª Bda Inf Bld, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3970, 23 nov 1973, p.1.

<sup>67</sup> 3ª fase da manobra do I Exército, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3974, 29 nov 1973, p.1.

<sup>68</sup> 7º BE Cmb realizou “Operação Presença”, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 4035, 08 mar 1974, p.7.

<sup>69</sup> Colônia de Férias de Brasília, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3539, 18 fev 1972, p.1.

<sup>70</sup> Colônia de Férias: crianças vibram com o Exército, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3757, 08 jan 1973, p.4

de universitários na orientação das atividades desportivas, cívicas e recreativas era algo frequente.

O envolvimento de acadêmicos com as ações cívicas nos remetem a outros programas que realizaram assistência à população civil em território brasileiro. O primeiro deles foi o *Corpos da Paz*, mencionado anteriormente neste capítulo. Como já discutido, o programa foi criado pelo governo de John Kennedy dentro das mesmas concepções da Aliança para o Progresso e, através da participação de estudantes voluntários, atenderam os moradores de áreas pobres e ajudaram na implantação de projetos diversos, sobretudo na região Nordeste do Brasil (AZEVEDO, 2007).

De acordo com Motta (2014), outro projeto criado no período nos mesmos moldes do *Corpos da Paz* seria o *Rural Industrial Technical Assistance (RITA)*. Através dele, professores e estudantes norte-americanos visitaram o Brasil em suas férias de verão para ensinar técnicas mais produtivas às populações carentes e estimular a abertura de pequenas empresas. O historiador afirma que, estimulada pelos resultados do RITA, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desenvolveria posteriormente um projeto parecido com a criação do *Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária (CRUTAC)*, levando estudantes da instituição ao interior do estado para assistência às populações necessitadas.

No entanto, nenhuma ação guardou mais semelhanças com as operações ACISO que contaram com a participação de universitários do que o Projeto Rondon. Criado em 1967, o programa enviava jovens estudantes para atuarem junto aos moradores de áreas no interior através de atividades assistencialistas, sendo auxiliados por militares e professores universitários (AMATO, 2014). Ao que nos parece, assim como a ACISO, o Projeto Rondon tinha como um de seus objetivos a conquista da simpatia da população atendida, estabelecendo uma barreira contra a penetração da ideologia marxista entre as camadas mais

pobres e desassistidas pelo Estado. No entanto, Motta (2014) afirma que, ao colocar a participação de acadêmicos no centro das operações, o programa visava também cativar os jovens “rondonistas”, além de ser parte do próprio projeto modernizador do governo militar:

O objetivo principal do Projeto Rondon era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares. Secundariamente, no entanto, a Operação Rondon estava integrada aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio de deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas. Uma das atividades enfatizadas pelo projeto era a realização de práticas assistenciais voltadas para as populações carentes, e com isso muitas pessoas viram pela primeira vez um médico ou um dentista. Apesar das prioridades políticas, com o passar do tempo algumas atividades iniciadas pela Operação Rondon deixaram frutos duradouros, como a interiorização das atividades universitárias por meio de campi avançados. (MOTTA, 2014, p.87-88)

O historiador ressalta que, desde o momento em que ascenderam ao poder em 1964, os militares demonstraram intensa preocupação em relação aos estudantes, grupo considerado suscetível à influência do pensamento de esquerda. O Projeto Rondon seria, desta maneira, uma forma de atrair os jovens universitários em relação ao regime. Ao mesmo tempo, integrava-os ao desafio de ocupar o território nacional e defender suas fronteiras, tanto físicas quanto ideológicas:

Levar estudantes dos grandes centros urbanos para os rincões afastados do interior, nas proximidades das fronteiras oeste e norte do país, era parte da estratégia de defender o país do perigo revolucionário. [...] A filosofia da Operação Rondon estava próxima disso, pois se tratava de seduzir os jovens e integrá-los à nova ordem política, para evitar a via única da repressão. (MOTTA, 2014, p.90)

É importante salientar que a primeira ACISO relatada pelo jornal *Noticiário do Exército* que contou com a presença de universitários ocorreu em outubro de 1967<sup>71</sup>, data posterior à primeira missão do Projeto Rondon, que teria ocorrido em julho deste mesmo ano (MOTTA, 2014). Isso não quer dizer que esta tenha sido de fato a primeira ação cívica em que estudantes estiveram integrados às equipes militares de assistência às populações civis, porém, nos documentos consultados no presente trabalho, não há outra menção à presença de acadêmicos anterior a esta ação ocorrida no interior do Pará. De qualquer forma, é interessante perceber a proximidade entre os dois programas. Na edição nº 244 da série de filmes *Brasil Hoje*<sup>72</sup> produzidos pela Agência Nacional, existe o indício de que havia atividades que combinavam a ACISO e o Projeto Rondon. O vídeo menciona a criação do Programa de Diversificação de Ação Comunitária (PRODAC) e, a partir dele, a atuação conjunta da ACISO com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no estado do Amazonas no ano de 1978. Num trecho do vídeo que trata do assunto, é possível ver uma placa com os dizeres “MOBRAL-EXÉRCITO-RONDON: Integrados em Ação Comunitária. PARTICIPE” (figura 3), indicando atividades sincronizadas entre equipes de ACISO, do Projeto Rondon e do MOBRAL.

---

<sup>71</sup> CMA realizou manobras na guarnição de Belém, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2500, 02 nov 1967, p.1 e 6.

<sup>72</sup> Brasil Hoje, nº 244 (1978), **Agência Nacional**. Disponível em <[http://zappiens.br:80/videos/cgiLttRdJ\\_Hrov16oDvQ\\_Br265Vp8PS3nrpkR9T3X0uqDE.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiLttRdJ_Hrov16oDvQ_Br265Vp8PS3nrpkR9T3X0uqDE.FLV)>.



**Figura 3** – Fotograma do filme *Brasil Hoje* nº 244 que mostra a ação conjunta dos programas MOBRAL, ACISO e Projeto Rondon.

**Fonte:** *Brasil Hoje*, nº 244 (1978), Agência Nacional – Arquivo Nacional/ Zappiens.br.

A atuação conjunta entre ACISO e Rondon via PRODAC, no entanto, pode ser confirmada a partir de documentação da agência de Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações<sup>73</sup> (SNI). Em relatório referente às ações do MOBRAL no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1979, é possível perceber a integração entre os diversos programas implementados durante a ditadura militar e também entre estes e os órgãos públicos municipais e estadual, conselhos comunitários, universidades, entidades como o Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional da Indústria (SENAI), etc. O documento destaca que atividades e obras que não estavam necessariamente ligadas às campanhas de alfabetização do MOBRAL foram realizadas como construção e reparo de fossas, rede de esgoto, poços e cacimbas, casas, ruas, praças, criação de farmácias comunitárias, plantio de hortaliças para a comunidade, atendimento na área da saúde, entre diversas outras ações. O texto destaca a criação de grupos de voluntários que teriam a missão de continuar os trabalhos realizados no local, numa ação conjunta que uniria MOBRAL, ACISO e Projeto Rondon:

<sup>73</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (APA ACE 1239/80).

O PRODAC estimula a criação de tais grupos, aos quais chama de GAC (Grupo de Ação Comunitária), quando criados em sedes de municípios e de GAL (Grupo de Ação Local), quando criados em vilas, bairros e interior de municípios.

Atualmente, no Rio Grande do Sul, existem 246 Grupos formados durante a realização dos Projetos ACISO/MOBRAL 77, ACISO/MOBRAL/RONDON 78 e ACISO/MOBRAL/RONDON 79. Dos 246 Grupos, 52 estão localizados em sedes municipais, enquanto que 194 estão implantados em periferias ou interior de comunidades<sup>74</sup>.

A integração entre Rondon e ações cívicas aparece também em matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 13 de fevereiro de 1973<sup>75</sup>. Nela, o diretor do Projeto, coronel Sérgio Pasquali, afirmava haver satisfação nos municípios atendidos com a atuação dos universitários, contrariando publicações na imprensa que teriam trazido críticas de parlamentares contra as ações de assistência realizadas pelos “rondonistas”. De acordo com o texto, um grupo de estudantes vindos dos estados do Mato Grosso, Maranhão e Pará estaria atuando em ações junto às populações do interior do estado do Rio de Janeiro e participariam também de atividades de ACISO antes de retornarem para suas casas.

Por fim, uma última evidência documental da existência de ações conjuntas entre o Projeto Rondon e a ACISO. Em pronunciamento na ESG em 26 de julho de 1968, o ministro do Exército, general Lyra Tavares<sup>76</sup>, destacava as ações da corporação na tentativa de se aproximar da população e a necessidade de atuar na “preparação cívica do cidadão” como elemento fundamental da própria Segurança Nacional. Dentro de tal quadro, o ministro afirmava que faziam parte destas ações os programas de alfabetização no interior de quartéis da corporação, os programas de ACISO e a “Operação Rondon”:

---

<sup>74</sup> Idem, p.09.

<sup>75</sup> Diretor do Projeto Rondon afirma que universitários atuam bem nos municípios, **Jornal do Brasil**, 13 fev 1973, 1º caderno – p.19.

<sup>76</sup> A Ação do Exército no Programa do Governo, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jul 1968, 2º caderno – p.8.

Para o mesmo fim, as Grandes Unidades intensificam seus programas de ações cívico-sociais (ACISO), promovendo verdadeiras operações de assistência médica e educativa, com resultados positivos, cumprindo assinalar, por outro lado, o grande e decisivo apoio que o Exército, como a Marinha e a Aeronáutica, vem prestando a chamada “Operação Rondon”, que visa a integrar a mocidade universitária no quadro da realidade do problema brasileiro, normalmente deformado pelo que apenas se publica, ou se apresenta pela imagem dos grandes centros<sup>77</sup>.

Por serem operações com maior presença militar e composta de campanhas de caráter mais curto, as ações cívicas podem ter servido, inclusive, como um “ensaio” para o planejamento de ações mais amplas e com maior participação de universitários através do Projeto Rondon. Ao mesmo tempo, a inserção de jovens estudantes nas ACISO pode denotar o mesmo objetivo que aquele da sua integração ao Projeto Rondon: alinhá-los ao novo regime, afastando-os dos ideais marxistas.

Como discutido anteriormente, muitas das atividades que compunham as ações cívicas eram carregadas de um forte conteúdo nacionalista com a finalidade de desenvolver o sentimento patriótico e pró-regime militar nas pessoas atendidas pelo programa e nos próprios soldados e civis que dele participavam. A distribuição de bandeiras e as cerimônias de hasteamento destas foram relatadas com frequência nas matérias sobre ACISO publicadas no jornal *Noticiário do Exército*, por exemplo. Das palestras realizadas em escolas, praças públicas e outros durante atividades de ações cívicas, grande parte versava sobre o tema do civismo ou se inseria nele de alguma forma. A preocupação com a difusão do sentimento patriótico aparece em artigo publicado na edição de maio/junho de 1967 da revista *A Defesa Nacional*<sup>78</sup>, onde o coronel Germano Seidl Vidal afirmava haver na época certa negligência no culto aos “símbolos, tradições e heróis nacionais”, o que ocorria no meio militar, mas, sobretudo, entre os civis. De acordo com o oficial, as ações cívicas constituiriam medidas que

---

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> VIDAL, Cel. Art. QUEMA Germano Seidl. Ação Cívica das Forças Armadas. **A Defesa Nacional**, mai/jun 1967, nº 613, p.41-57.



permitiriam fortalecer o sentimento nacional e, conseqüentemente, a boa imagem do governo e das Forças Armadas junto à população:

Buscaremos mostrar uma imagem das FFAA em que elas além de darem segurança ao país, ajudando a desenvolver-se, mitigam-lhe bálsamos de bem-estar, socorrem os necessitados, produzem e fazem circular as riquezas, traçam-lhe o perfil topográfico; educam, instruem, ensinam o povo, ministrando-lhe o soro da confiança e a vitamina da fé nos destinos do Brasil!<sup>79</sup>

Além da distribuição e hasteamento de bandeiras e de palestras, outras atividades com o intuito de embutir o sentimento patriótico nas pessoas atendidas pelas ACISO foram realizadas como desfiles cívicos<sup>80</sup> das unidades militares participantes, exibições de filmes<sup>81</sup>, etc. Porém, o texto publicado no *Noticiário do Exército* de 22 de maio de 1968<sup>82</sup> a respeito das operações realizadas pelo 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC), sediada em Santiago, no Rio Grande do Sul, destaca outra preocupação ao inserir ações que visavam incutir os valores nacionais na população: a integração dos descendentes de europeus residentes na região Sul do país:

A região exige de todos os Comandos muita perspicácia, dinamismo, bom senso, entusiasmo e devoção, já que, além dos domínios dos problemas específicos relacionados com o aprestamento militar de suas Unidades e dada Divisão, reclama suplementar atuação no sentido do atendimento da saúde, do ensino, do apoio

---

<sup>79</sup> *Idem*, p.41.

<sup>80</sup> Ação Cívico-Social: Um elo de integração População Civil-Exército, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2865, 14 mai 1969, p.1; O Exército prepara: Antiguerrilha urbana é tema de exercício, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2897, 01 jul 1969, p.1; A Es AS realizou ACISO, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3061, 03 mar 1970, p.1; Operação Presença em Nilópolis, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3539, 18 fev 1972, p.1.

<sup>81</sup> ACISO do CPOR/SP, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2800, 01 fev 1969, p.1; ACISO abriu até estrada em Goiás, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3011, 12 dez 1969, p.1.

<sup>82</sup> Exército a serviço da comunidade: 1ª DC faz “Operação Presença”, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2632, 22 mai 1968, p.5.

material, formação de mentalidade cívica e da necessidade de integração dos alienígenas de origens italianas, alemã, polonesa, russa e japonesa<sup>83</sup>. (p.5)

As atividades realizadas por unidades submetidas à 1ª DC ocorreram em municípios gaúchos da região das Missões, sendo a Operação Presença constituída de 28 ações do tipo ACISO que aconteceram entre os meses de setembro e dezembro de 1967. Juntamente com os atendimentos na área da saúde, a assistência no campo, reparos em escolas, distribuição de medicamentos, agasalhos, material escolar, etc., constam no texto do informativo o trabalho junto às escolas na “verificação da observância de datas cívicas”, canto regular do hino nacional, palestras cívicas, entre outras ações. Além da preocupação com o subdesenvolvimento e a integração das colônias de imigrantes europeus, o texto deixa claro também sua ação na tentativa de conter a “subversão” no sul do país:

[...] desintoxicação de subáreas onde possam existir remanescentes do quadro político do passado, que se valendo do subdesenvolvimento das localidades, do seu grande afastamento das guarnições militares, e do precário estado de saúde e ignorância das populações, intentam inocular o “vírus” da corrupção e da subversão.

Essa preocupação com a “subversão” apresentada na matéria referente à Operação Presença e demonstrada nas discussões sobre ao conceito das ACISO no início deste tópico é central para se compreender as ações cívicas. Lembremos que o próprio conceito dos programas de auxílio às populações civis surge dentro do contexto de surgimentos de movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, tendo os franceses se destacado ainda na década de 1950 pela formulação de novas teorias que previam a necessidade de que as forças militares repensassem sua estrutura e suas concepções de guerra, destacando a urgência de

---

<sup>83</sup> Idem.

políticas que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e para a redução dos graves problemas sociais nestas regiões se se quisessem barrar os movimentos insurrecionais. A conquista da simpatia da população seria, dessa forma, a maior arma na prevenção contra um possível “surto revolucionário”. Tal concepção se fortaleceu também entre os norte-americanos através de sua doutrina da contrainsurgência, o que reflete nos programas de treinamento que serão oferecidos aos integrantes das forças armadas e polícias dos países da América Latina.

No caso brasileiro, sabe-se que os cursos promovidos por Washington foram intensamente frequentados e tiveram forte influência sobre a reformulação dos treinamentos das tropas do país no período. Isto posto, ao se analisar as ações cívicas ocorridas entre o início do governo de Castello Branco até o ano de 1974, não há como desvinculá-la das práticas voltadas ao enfrentamento de grupos de esquerda, principalmente aqueles que fizeram a opção pela luta armada, casos que serão discutidos no 4º capítulo deste trabalho. Sendo assim, nota-se que muitas das atividades de ACISO noticiadas pelo informativo interno do Exército foram realizadas como parte das instruções em exercícios militares contrarrevolucionários.

Neste sentido, apesar dos já mencionados cursos de treinamento realizados em escolas mantidas pelos Estados Unidos, é relevante evidenciar o uso da terminologia construída a partir da doutrina militar francesa. As instruções que ocorriam no interior das unidades do Exército brasileiro recebiam a denominação de exercícios de “Guerra Revolucionária”. Nos documentos consultados, a primeira ação de instrução de tropas encontrada com esta terminologia da qual a atividades de ACISO fizeram parte aconteceu na

Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e foi publicada no jornal *Noticiário do Exército* em 8 de agosto de 1967<sup>84</sup>:

Já foram realizados os estágios de Guerra Revolucionária, nos quais os cadetes tiveram oportunidade de planejar e executar Operações Contra Guerrilheiros, Ação Cívica e Controle da População, bem como o de Fuga e Evasão com internação em Campo de Prisioneiros de Guerra e o retorno às linhas amigas<sup>85</sup>.

No texto, não há maiores informações sobre os tipos de ações realizadas junto à população civil através da ACISO. O treinamento teria ocorrido no interior do Parque Nacional do Itatiaia, abrangendo as ações a municípios do sul do estado de Minas Gerais e norte do Rio de Janeiro.

Outro exercício realizado pela AMAN e noticiado pelo mesmo informativo ocorreu no ano de 1969<sup>86</sup>. De acordo com o texto, a instituição teria um Departamento de Instrução Especial criado no ano de 1967 e que seria o responsável por todas as missões de treinamento realizadas que incluiriam estágios de montanhismo, guerra na selva, patrulhas do tipo “comando” e fuga e evasão. No entanto, a matéria deixa evidente a prioridade aos treinamentos abordando movimentos revolucionários, contrarrevolução, guerrilhas rural e urbana, sendo estes um mecanismo importante para o próprio doutrinação dos cadetes na atuação contra a ideologia marxista: *“Esse processo de instrução tem despertado no seio do Corpo de Cadetes, aptidões e reflexos essenciais ao combate moderno, além de desenvolver uma mentalidade positivamente anticomunista, pela maneira como se desenvolvem os*

---

<sup>84</sup> AMAN atualiza instrução, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2443, 08 ago 1967, p.1.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> O Exército prepara: Cadetes recebem instrução especial, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2891, 26 jun 1969, p.1.

*estágios*<sup>87</sup>”. As simulações de luta contra forças guerrilheiras narradas no texto ocorreram nas localidades de Itatiaia e Floriano, no estado do Rio de Janeiro, e teriam uma fase denominada de “reconstrução”, onde se inseririam as ações cívicas:

Nesta operação ACISO, os cadetes divididos em equipes e com meios colocados à disposição pela AMAN, prestaram assistência médica, dentária e veterinária à localidade; visitaram as escolas onde fizeram palestras, distribuição de material escolar para os alunos; proporcionaram diversão à população com gincanas, “shows” etc., além de serem executadas várias obras de terraplanagem<sup>88</sup>.

Pela frequência apresentada nos artigos do *Noticiário do Exército* que abordam os exercícios de guerra revolucionária ou contraguerrilha e pelo uso das ACISO quando da ocorrência de movimentos guerrilheiros durante a ditadura militar, é possível afirmar que as ações cívicas se tornaram um dos componentes centrais nos cursos de instrução de tropas no período. Tais exercícios foram realizados por unidades diversas e dispersos por todo o território nacional como os realizados pela Es S A em Minas Gerais no ano de 1967<sup>89</sup>; pelo 14º Batalhão de Caçadores<sup>90</sup> (14º BC) em Santa Catarina, pelo 6º Batalhão de Caçadores (6º BC) em Goiás<sup>91</sup>, por unidades da 7ª Região Militar<sup>92</sup> (7ª RM) em Pernambuco e por tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em ação conjunta no território de Roraima<sup>93</sup> no ano de 1969; pela 2ª Divisão de Infantaria<sup>94</sup> (2ª DI) no estado de São Paulo em 1970; por tropas

---

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Manobras de 1967 da Es SA, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2549, 18 jan 1968, p.1.

<sup>90</sup> Exercício antiguerrilhas no 14º BC, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2856, 30 abr 1969, p.5.

<sup>91</sup> Ação Cívico-Social: Exército presta assistência à população brasileira, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2858, 03 mai 1969, p.1 e 6.

<sup>92</sup> Prossegue Ação Cívico-Social: 7ª RM/ 7ª DI realizou “Operação Presença Pajeú”, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2915, 06 set 1969, p.1.

<sup>93</sup> A imprensa noticiou: Êxito completo na “Operação Atroáris”, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, 16 jan 1970, s.p.

<sup>94</sup> Exercício de Combinação de Armas da 2ª DI, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3261, 31 dez 1970, p.1.

vinculadas ao CMA no estado do Amazonas<sup>95</sup> em 1972, entre tantos outros identificados nas edições pesquisadas do jornal *Noticiário do Exército*.

Outro ponto a ser abordado é a participação da USAID nas ações cívicas realizadas no Brasil. Ribeiro (2006) afirma que a agência norte-americana teria empregado recursos na doação de equipamentos para os batalhões de engenharia dos exércitos latino-americanos, além de ter financiado a compra de materiais como cimento, madeira e outros itens de construção civil, combustível, etc. Segundo o pesquisador, foram também disponibilizados por Washington fundos do programa de ajuda militar destinados às ações cívicas. Na presente pesquisa, não se teve acesso a dados sobre recursos financeiros ou doação de equipamentos provenientes de agências norte-americanas a unidades do Exército brasileiro. Porém, uma das operações de ACISO menciona a presença de técnicos da USAID compondo as equipes que realizaram as atividades de assistência nos estados do Paraná e Santa Catarina<sup>96</sup>. O texto trata de uma grande campanha de ação cívica ocorrida no mês de julho de 1970, tendo atendido um total de 53 municípios entre os dois estados. Nesta campanha, estiveram envolvidas 19 unidades do Exército, unidades da Marinha, as polícias militares do Paraná e de Santa Catarina, além de entidades civis e órgãos dos governos estaduais, estudantes universitários e de cursos técnicos, religiosos e voluntários em geral das próprias cidades atendidas. O texto não explicita qual seria o tipo de participação dos integrantes da agência norte-americana, apenas afirma participarem das atividades de assistência à população “[...] *técnicos da mais variada procedência, inclusive da USAID*”<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> Comando Militar da Amazônia: Operação Bigorna, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3557, 16 mar 1972, p.1.

<sup>96</sup> ACISO/70 – 5ª RM e 5ª DI: “Uma obra de integração do Paraná e Santa Catarina”, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3198, 25 set 1970, p.1,2 e 7.

<sup>97</sup> Idem, p.2

Entretanto, merecem destaque os números da ACISO realizada pela 5ª RM/ 5ª DI: em artigo anterior, publicado em 5 de setembro<sup>98</sup>, afirma-se que o relatório do dia 26 de julho do mesmo ano informava o atendimento de mais de 578 mil pessoas. Segundo o texto, teriam sido distribuídas mais de 8 mil sementes diversas; mais de 18 mil animais examinados, mais de 30 mil vacinados e quase 3 mil medicados; teriam sido realizadas mais de 38 mil consultas médicas, quase 60 mil vacinações e mais de 190 mil medicamentos distribuídos; foram distribuídos também um número superior a 100 mil materiais escolares, quase 3 mil pares de calçados e 842 bandeiras doadas a escolas; teriam sido construídas 6 rodovias, 15 pontes e aterros; os números ainda trazem os tradicionais atendimentos odontológicos, palestras, exibição de filmes, entre muitas outras atividades. Em artigo publicado no jornal carioca *Diário de Notícias* de 7 de maio de 1972<sup>99</sup>, há a previsão de uma campanha de ACISO organizada pelo III Exército ainda maior para aquele ano, que deveria atender um total de 1 milhão de pessoas. No entanto, não se teve acesso a material que descrevesse tais ações cívicas depois que foram realizadas.

Entre os anos de 1966 e 1974, foram publicados no jornal *Noticiário do Exército* pelo menos 79 matérias sobre as ACISO<sup>100</sup> realizadas em todo o país. Em alguns anos, o informativo publicou as ações cívicas dando a entender que estas tinham se tornado verdadeiras campanhas nacionais a serem realizadas em todo o território. O primeiro indício é encontrado nas atividades do 6º BI no interior do estado de Goiás, tendo recebido a designação de ACISO 69/1<sup>101</sup>. Entretanto, como neste ano não foram localizadas outras matérias no jornal que trouxessem a sigla acompanhada do ano de sua realização, parece que este fora adotado apenas nas ações do 6º BI. Porém, já no ano seguinte, grande parte das

<sup>98</sup> ACISO/70 – 5ª RM-5ª DI, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3186, 05 set 1970, p.1.

<sup>99</sup> Exército no Sul atende 1 milhão com a ACISO, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 07 mai 1972, p.6.

<sup>100</sup> Pesquisas realizadas no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Não foram encontrados para consulta o livro que continha os exemplares do *Noticiário do Exército* referentes ao segundo semestre do ano de 1968.

<sup>101</sup> Ação Cívico-Social: Exército presta assistência à população brasileira, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2858, 03 mai 1969, p.1 e 6

ações cívicas publicadas pelo *Noticiário do Exército* foi divulgada com a marca ACISO/70<sup>102</sup>, sobretudo no segundo semestre. Foram encontradas também a menção aos termos ACISO/71<sup>103</sup>, ACISO/73<sup>104</sup> e ACISO/74<sup>105</sup>.

Ainda merecem destaque as operações ACISO que foram realizadas juntamente com os exercícios executados pelo I Exército nos estados do Espírito Santo<sup>106</sup> e Minas Gerais<sup>107</sup>. Divulgadas pelo *Noticiário do Exército* no mês de novembro de 1973, as duas manobras fizeram parte do mesmo conjunto de atividades, tendo sido realizadas acompanhando as margens de duas rodovias federais: a BR-101 em território capixaba e na porção mineira da BR-116. No Espírito Santo, as atividades teriam ocorrido entre os dias 21 e 28 de outubro daquele e a realização da ACISO ganhou grande destaque no informativo:

Durante o exercício, cumprindo Diretrizes baixadas pelo Cmt I Ex, foi realizada uma ACISO atingindo, principalmente, regiões de condições de vida precária e onde há deficiência no atendimento às populações em termos de educação, saúde e saneamento básico.

Atividades outras foram desenvolvidas no sentido de mobilizar a opinião pública para exaltar-lhe o espírito cívico, o amor e o orgulho pelas tradições pátrias e motivar o sentido comunitário.

Convém destacar que, não obstante o pouco tempo de duração da manobra, os atendimentos médicos atingiram ao elevado número de, aproximadamente, quinze mil pessoas<sup>108</sup>.

O texto afirmava que, diferente das atividades geralmente realizadas através das ACISO, aquelas praticadas no Espírito Santo não teriam caráter transitório, já que seriam

<sup>102</sup> ACISO/70 no 25º GAC, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3171, 14 ago 1970, p.1; ACISO/70 5ª RM-5ª DI, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3186, 05 set 1970, p.1; Atividades do 9º RI, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3200, 29 set 1970, p.1.

<sup>103</sup> ACISO 70/71 no III Exército, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3316, 24 mar 1971, p.1.

<sup>104</sup> Notícias do 18º BI Mtz, *Noticiário do Exército*, Brasília, nº 3936, 01 out 1973, p.3.

<sup>105</sup> 62º BI participada de ACISO III Ex, *Noticiário do Exército*, Brasília, 18 set 1974, s.p.

<sup>106</sup> I Ex realizou exercícios no Espírito Santo, *Noticiário do Exército*, Brasília, nº 3968, 21 nov 1973, p.1.

<sup>107</sup> 3ª fase da manobra do I Exército, *Noticiário do Exército*, Brasília, nº 3974, 29 nov 1973, p.1.

<sup>108</sup> I Ex realizou exercícios no Espírito Santo, *Noticiário do Exército*, Brasília, nº 3968, 21 nov 1973, p.1



ofertados cursos rápidos de formação de especialistas nas áreas onde o atendimento fosse carente.

Já a etapa mineira das manobras ocorreu entre 1 e 9 de novembro de 1973 e teve, segundo o texto, a participação da Aeronáutica, da PMMG e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), mobilizando um total de 3500 homens. O texto salienta a ampla cooperação civil nas atividades de ACISO:

A ACISO foi desenvolvida em regiões de condições de vida precária, onde há deficiências no atendimento às populações, em termos de educação, saúde e saneamento básico.

A característica principal na constituição das Equipes de Assuntos Cíveis foi o emprego de um efetivo mínimo de militares e o máximo de civis especializados. Grande parte das Equipes foram dirigidas por médicos experientes e integradas por universitários e enfermeiros. Foram atingidos os setores de saúde, odontologia, veterinária, enfermagem, assistência social e jurídica (direitos do homem do campo, face à nova legislação federal, e orientação sobre os benefícios concedidos pelo PRÓ-RURAL), Bioquímica (exames de fezes e de água) e Educação<sup>109</sup>.

O artigo destaca também a colaboração da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), do Hospital-Escola e da Universidade de Belo Horizonte que teriam participado das ações cívicas, porém sem detalhamento das atividades. Além disso, menciona que unidades móveis de saúde teriam prestado assistência às populações locais e realizado levantamentos para possíveis ações futuras de intervenção.

As ações cívicas foram temas também dos filmes produzidos pela Agência Nacional<sup>110</sup> durante a ditadura militar. O primeiro vídeo a que se teve acesso apresentando

---

<sup>109</sup> 3ª fase da manobra do I Exército, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3974, 29 nov 1973, p.1.

<sup>110</sup> A Agência Nacional foi o órgão oficial de notícias do governo brasileiro. Criada em 1946 na tentativa de substituir o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a agência existiu até 1979, ano em que foi sucedida pela Empresa Brasileira de Notícias. Entre as produções desenvolvidas pela Agência Nacional, estavam as séries *Atualidades*, *Brasil Hoje* e *Cinejornal Informativo*, utilizadas como fontes nesta tese, além de filmes com temáticas específicas.

uma campanha de ACISO data do ano de 1969. Nele, o *Cinejornal Informativo* nº 153<sup>111</sup> apresenta a assistência de militares à cidade de Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro. No filme, logo na abertura do trecho referente à ACISO, o locutor afirma ser aquela uma “experiência pioneira de profundo sentido social”. As atividades apresentadas teriam feito parte de uma campanha maior do I Exército que atendeu seis municípios fluminenses, como descreve a locução do vídeo:

Em suas ruas, sob os olhos curiosos da população, soldados e oficiais parecem ocupá-la militarmente. No entanto, estão apenas realizando durante cinco dias a chamada operação ACISO – Ação Cívico-Social – com vistas a valorizar populações rurais fluminenses. As operações envolvem saneamento, limpeza urbana, assistência médica, odontológica e veterinária, empregando-se viaturas e 1.200 homens do I Exército em seis cidades fluminenses<sup>112</sup>.

As imagens mostram soldados em obras de construção e reformas de prédios, atendimento realizado numa escola por médicos militares e civis, crianças e adultos sendo vacinadas, assistência odontológica dentro de um consultório móvel (figura 4), crianças tendo os cabelos raspados em praça pública, vacinação de animais e militares mantendo contato com a população. É importante notar que, como o vídeo tem como alvo a população civil, a peça funciona como propaganda do regime, sendo que a música e a própria locução apresentados em tons triunfalistas quanto às ações realizadas em Miguel Pereira.

---

<sup>111</sup> Cinejornal Informativo, nº 153 (1969), **Agência Nacional**. Disponível em <[http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw\\_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a\\_sfIRqY7eNS-Q.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a_sfIRqY7eNS-Q.FLV)>.

<sup>112</sup> Idem.



**Figura 4** – Fotograma do filme *Cinejornal Informativo* nº 153. ACISO em Miguel Pereira. Na imagem, atendimento odontológico sendo realizado em consultório móvel.

**Fonte:** *Cinejornal Informativo*, nº 153 (1969), Agência Nacional – Arquivo Nacional/Zappiens.br.

Outra peça produzida pela Agência Nacional registrou em imagens ações cívicas realizadas no estado no Amazonas em 1972. Apresentada no episódio nº 16 da série *Brasil Hoje*<sup>113</sup>, a Operação Bigorna consistiu em exercícios de instrução organizados pelo CMA ocorridos na região de Manaus e na calha do rio Solimões entre as localidades de Coari e Santo Antônio do Içá. O filme mostra soldados se locomovendo através de botes pelo rio e em treinamento na selva e finaliza as atividades da Operação Bigorna com a apresentação das ações cívicas realizadas nos municípios de Coari e Tefé. O locutor afirma que a ACISO seria um “órgão do Exército” que prestaria serviços a todo o país, tendo ênfase para sua atuação na Amazônia onde envolveria ações voltadas para os “setores básicos da sociedade”.

No filme, as imagens dão destaque às obras de terraplanagem, aos atendimentos na área da saúde como a assistência odontológica, a realização de exames laboratoriais e de consultas médicas, e às ações no campo da educação como a alfabetização de adultos e os cursos de preparo da merenda escolar. O fechamento das atividades ocorreu com o desfile

<sup>113</sup> Brasil Hoje, nº 16 (1972), Agência Nacional. Disponível em <[http://zappiens.br:80/videos/cgiLZoft7gTQ\\_v9yhdh0hZ4B0sc-ER1NqVlzPYsKcqRXm0.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiLZoft7gTQ_v9yhdh0hZ4B0sc-ER1NqVlzPYsKcqRXm0.FLV)>.

cívico de militares e civis (figura 5). A Operação Bigorna recebeu destaque também na edição de 16 março de 1972 do jornal *Noticiário do Exército*<sup>114</sup>.



**Figura 5** – Fotograma do filme *Brasil Hoje* nº 16 com imagem de desfile cívico de encerramento da ACISO realizada junto à Operação Bigorna.

**Fonte:** *Brasil Hoje*, nº 16 (1972), Agência Nacional – Arquivo Nacional/ Zappiens.br.

Um terceiro filme produzido pela Agência Nacional que trata de exercícios de instrução de tropas com a realização de ACISO data de 1971 e tem o nome de Operação Carajás<sup>115</sup>. Porém, por ter ocorrido em área onde se desenvolveu o movimento de luta da guerrilha do Araguaia, preferiu-se neste trabalho discuti-lo no quarto capítulo, quando serão abordadas as ações cívicas realizadas nas áreas onde houve a conflagração de movimentos guerrilheiros.

Outras ações cívicas fora do recorte cronológico deste trabalho foram registrados nos filmes produzidos pela Agência Nacional, como a campanha integrada através do PRODAC<sup>116</sup>, mencionada anteriormente, e a ACISO ocorrida em 1977 na comunidade da

<sup>114</sup> Comando Militar da Amazônia: Operação Bigorna, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3557, 16 mar 1972, p.1.

<sup>115</sup> Operação Carajás (1971), Agência Nacional. Disponível em <[http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1qmqzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo\\_cFB9dALU.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1qmqzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo_cFB9dALU.FLV)>.

<sup>116</sup> Brasil Hoje, nº 244 (1978), Agência Nacional. Disponível em <[http://zappiens.br:80/videos/cgiLttRdJ\\_Hrov16oDvQ\\_Br265Vp8PS3nrpkR9T3X0uqDE.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiLttRdJ_Hrov16oDvQ_Br265Vp8PS3nrpkR9T3X0uqDE.FLV)>.

Rocinha<sup>117</sup>, no Rio de Janeiro. Realizada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), a ação cívica carioca merece destaque por sua ação repressora junto à população local na fase inicial, chamada no filme de “saneadora” e que teria por objetivo “[...] a prisão de delinquentes e a repressão de ilícitos penais porventura existentes na área”, havendo imagens de pessoas tendo de se identificar aos policiais e sendo revistadas, soldados no interior de casas e examinando malas, entre outras ações. Posteriormente, o filme mostra as atividades convencionais das ACISO com atendimento no campo da saúde, atividades cívicas, etc.

Outro filme a que se teve acesso realizado pela Agência Nacional<sup>118</sup> data do ano de 1971<sup>119</sup>. O filme não traz locução narrando as ações, o que dificulta identificar quais unidades estariam envolvidas e onde teriam ocorrido os exercícios de instrução de tropas. Ainda assim, é possível ver logo no início das imagens a sigla RC Mec (Regimento de Cavalaria Mecanizada) no portão de um quartel que se abre e de onde sai um grande número de jipes e tanques de guerra. Nos tanques é possível perceber também a sigla do 3º Batalhão de Carros de Combate (3º BCC) que, na época, tinha sede na cidade do Rio de Janeiro. Em outro momento, é mostrada a parte de uma faixa onde se nota os dizeres “Exército para o povo – ACISO R RC Mec/ DB<sup>120</sup>”. O filme continua mostrando a movimentação dos carros militares por estradas e em seguida a formação do acampamento das tropas para a realização das manobras em área rural. No entanto, as imagens referentes aos exercícios de guerra em si são apenas mostradas no fim do vídeo. Antes destes, há a exibição das atividades de ACISO,

<sup>117</sup> Brasil Hoje, nº 211 (1977), **Agência Nacional**. Disponível em <<http://zappiens.br:80/videos/cgiDrA0G3bv9956dLJCyS0CtDphKBQBIolP4gOvrZaa16E.FLV>>.

<sup>118</sup> Durante o filme, não é apresentado qualquer dado que informe ser ele produzido realmente pela Agência Nacional. Trata-se de um filme ainda em preto e branco, sem os sons das ações ocorridas e nem mesmo da locução sobre os exercícios realizados. Informações disponíveis em <[http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgih2Ruw\\_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a\\_sfIRqY7eNS-Q.&idRepositorio=0&modelo=0](http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgih2Ruw_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a_sfIRqY7eNS-Q.&idRepositorio=0&modelo=0)>.

<sup>119</sup> Manobras do Exército (1971), **Agência Nacional**. Disponível em <[http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw\\_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a\\_sfIRqY7eNS-Q.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a_sfIRqY7eNS-Q.FLV)>.

<sup>120</sup> DB é a sigla de Divisão Blindada.

salientando a população organizada em filas para consultas médicas, médicos orientando sobre uso de remédios, distribuição de medicamentos por soldados, vacinação de mulheres e crianças, atendimento odontológico e outras ações de assistência na área da saúde. O vídeo também mostra a retirada de água de um córrego e, logo em seguida, é exibido um recipiente coberto por lona com uma placa onde se lê “Tanque – água tratada” e a sua transposição para carros-pipa. O filme termina com as imagens do exercício de guerra, havendo lançamento de morteiros, movimentação de carros de guerra, etc.

As ações cívicas ganharam destaque também na mídia impressa convencional voltada ao público civil, como os jornais cariocas *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*. Desde 1967, as matérias sobre ACISO começaram a ser divulgadas com certa frequência nestas duas publicações. É o caso da Operação Bonança, ACISO realizada pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Es A O) no município de Itaguaí<sup>121</sup>, estado do Rio de Janeiro. O interessante desta ação cívica é que, antes de sua realização, o mesmo jornal havia publicado uma nota onde a Es A O convocava a população da cidade para a realização de exames radiográficos que seriam efetuados pelo Serviço Nacional de Tuberculose<sup>122</sup> na praça da cidade entre os dias 6 e 9 de junho daquele ano. Posteriormente, o *Jornal do Brasil* publicou matéria relatando as atividades realizadas pelas equipes de ACISO da Es A O em Itaguaí e onde afirmava que a unidade havia constatado que 90% da população do município era subalimentada<sup>123</sup>.

No caso do jornal *Diário de Notícias*, a publicação deu amplo espaço para divulgação dos assuntos das Forças Armadas, onde as ações cívicas receberam destaque. No ano de 1974, o jornal chegou a publicar um suplemento especial em homenagem ao Exército

---

<sup>121</sup> Exército inicia em Itaguaí ação cívico-social para mostrar que gosta do povo, **Jornal do Brasil**, 04 jun 1967, 1º caderno – p.28.

<sup>122</sup> **Jornal do Brasil**, 07 jun 1967, 1º caderno – p.17.

<sup>123</sup> Exército constata que 90% são subalimentados, **Jornal do Brasil**, 11 jun 1967, 1º caderno – p.10.

na data de 25 de agosto, “dia do soldado”. Neste suplemento, várias matérias tratavam das ações da corporação junto às populações civis. No espaço destinado às ACISO, o texto afirmava que os objetivos destas seriam “[...] *estimular a formação do espírito comunitário e a solidariedade humana, assegurando a confiança e a simpatia do povo em seus dirigentes, numa verdadeira campanha cívica de integração social*<sup>124</sup>” e destacava campanhas como a Operação Presença realizadas por unidades do III Exército, já comentada anteriormente.

As ACISO constituíram, assim, uma ampla gama de ações que foram colocadas em prática em todo o país a partir da ditadura militar, sobrevivendo até os dias atuais, porém sem o mesmo conteúdo ideológico e sem a visibilidade dada em outros tempos. Com a intenção de aproximar-se das populações civis carentes atraindo a simpatia destes para o regime e atuando como uma contenção ao avanço das ideias revolucionárias. Além das obras de infraestrutura, dos atendimentos no campo da saúde, da assistência agropecuária, soldados atuaram na reforma ou construção de escolas e igrejas<sup>125</sup>, no reparo de prédios e praças públicas<sup>126</sup>; organizaram atos religiosos como missas e outras celebrações<sup>127</sup>, inclusive em homenagem às “vítimas da Intentona Comunista<sup>128</sup>”, o que fortalecia o caráter anticomunista das ações; foram distribuídos materiais escolares<sup>129</sup> e esportivos<sup>130</sup>; houve a realização de atividades recreativas e culturais diversas, como brincadeiras com crianças<sup>131</sup>, torneios esportivos<sup>132</sup>, apresentações de bandas de música de unidades do Exército<sup>133</sup>, exposições públicas de

<sup>124</sup> Responsabilidades das elites na conjuntura nacional, **Diários de Notícias**, 25 ago 1974, De Caxias aos nossos dias (Suplemento especial), p.8.

<sup>125</sup> Ação Cívico-Social: Exército presta assistência à população brasileira. **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2858, 3 mai 1969, p.1 e p.6.

<sup>126</sup> 4ª Cia de Intendência realizou ACISO. **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2557, 30 jan 1968, p.1 e p.6.

<sup>127</sup> 10º BC realiza Ação Social. **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2492, 20 out 1967, p.1.

<sup>128</sup> ACISO da 2ª DI, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3025, 08 jan 1970, p.1.

<sup>129</sup> Manobras da Divisão Blindada, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2543, 10 jan 1968, p.1 e 6.

<sup>130</sup> 4ª Cia de Intendência realizou ACISO, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2557, 30 jan 1968, p.1 e 6

<sup>131</sup> 9º GCan 75 AR: ACISO II, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3201, 30 set 1970, p.1.

<sup>132</sup> Ação Cívico-Social: Um elo na integração nacional, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2865, 14 mai 1969, p.1.

<sup>133</sup> Exercício contra-guerrilheiros na 1ª DI, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2586, 13 mar 1968, p.1 e 6.

filmes<sup>134</sup>, promoções de bailes e realização de desfiles cívicos<sup>135</sup>; entre outras tantas atividades. As ACISO também contaram com a participação de entidades civis, como órgãos dos governos estaduais e municipais das áreas atendidas, e de organizações alinhadas com o regime como o Lions Clube e Rotary Club<sup>136</sup>, além do envolvimento dos próprios populares das regiões atendidas que muitas das vezes formavam mutirões em obras no auxílio dos militares que ali atuavam. Atuou ainda integrada a outros programas como o Projeto Rondon e o MOBREAL.

Porém, se as ACISO foram a face mais visível das atividades realizadas por corporações militares na tentativa de conquistar a simpatia e a confiança da população civil, outras com os mesmos objetivos e com os mesmos conteúdos ideológicos foram colocadas em prática no interior dos próprios quartéis. Se os militares locomoviam-se até as regiões mais distantes dos grandes centros, às áreas mais isoladas e desassistidas do território nacional com as campanhas de ações cívicas, ao mesmo tempo, abriram os portões de muitas unidades para os moradores de suas vizinhanças ou voltaram-se para os próprios recrutas que, ao terminarem o serviço militar, retornariam ao “mundo civil”. Estes programas realizados no interior de quartéis serão discutidos a partir de agora.

---

<sup>134</sup> ACISO do CPOR/SP, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2800, 1 fev 1969, p.1.

<sup>135</sup> O Exército prepara: antiguerrilha urbana é tema de exercício, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2897, 01 jul 1969, p.1.

<sup>136</sup> Ação Cívico-Social: Exército presta assistência à população brasileira, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2858, 03 mai 1969, p.1 e 6.



### 3.3 Educação, trabalho e lazer: outras ações colocadas em prática em pelo Exército brasileiro

Durante a pesquisa nas publicações oficiais do Exército brasileiro tinha-se em mente apenas a busca por textos que remetessem à doutrina militar e de matérias referentes às ações cívicas que pudessem ter sido divulgados. Porém, outros programas que visavam aproximar militares e população civil – ou que auxiliavam àqueles que, após o fim do serviço militar, retornariam à vida civil – ganharam destaque nas páginas do jornal *Noticiário do Exército*. A peculiaridade de tais programas era que, ao invés de tirar o soldado do quartel e levá-lo às regiões onde residiam populações carentes, eles passaram a abrir os portões das unidades para os moradores de áreas próximas. Ao invés das campanhas de curta duração e onde predominavam o assistencialismo, como na maioria das operações de ACISO, alguns destes projetos podiam se tornar mais duradouros ou com um planejamento pensado para o longo prazo, como eram os programas de alfabetização de crianças e adultos no interior de quartéis.

Outros programas, como as colônias de férias, ainda estão presentes em muitas unidades nos períodos de folgas escolares entre o fim de um ano letivo e o início do seguinte, às vezes extrapolando os muros dos quartéis, como nas atividades realizadas nas áreas ocupadas por forças de segurança dentro do processo de pacificação de comunidades na cidade do Rio de Janeiro<sup>137</sup>. Todos estes projetos ganharam corpo durante a década de 1960 e estavam alinhados com os mesmos objetivos que levaram ao desenvolvimento das ACISO. As próprias colônias de férias e os programas de alfabetização mencionados aqui e os cursos

---

<sup>137</sup> Crianças participam de colônia de férias do Exército no Complexo do Alemão (RJ), **Record News/ Portal R7**, 22 jul 2007. Disponível em < <http://noticias.r7.com/record-news/video/criancas-participam-de-colonia-de-ferias-do-exercito-no-complexo-do-alemao-rj--4e29abd2e4b054dfdf3e9a33/>>. Acesso em 29 set 2014.

profissionais oferecidos aos homens em cumprimento do serviço militar foram aqueles que mais ganharam espaço nas páginas do *Noticiário do Exército* e serão discutidos a seguir.

### 3.3.1 Os programas de alfabetização de civis no interior dos quartéis

Em artigo publicado na edição especial do *Noticiário do Exército* que celebrava o aniversário de 7 anos do golpe, o informativo destacava as ações que vinham sendo realizadas pela corporação no campo da educação. O texto destacava que o Exército vinha cooperando com as comunidades das regiões mais subdesenvolvidas do país, levando o ensino àquelas parcelas da população que, até então, não haviam acessado à escola. Logo em sua abertura, o artigo afirmava o seu modelo de educação chamada de “integral”, ao estabelecer os vários “campos” que a comporiam:

A NAÇÃO concede à caserna – como nenhuma outra escola – a oportunidade de realizar a escola viva e a educação integral, nos diversos aspectos que se fundem na formação da personalidade; não apenas a educação intelectual, mas física, moral, cívica, social e até mesmo econômica, artística e religiosa<sup>138</sup>.

Aquilo que o texto chama de “escola viva”, portanto, incorporava mais que o simples ensino do ler e escrever e das operações matemáticas, por exemplo. Aos que assistiam às aulas no interior dos quartéis, a educação deveria “ensiná-los a votar” e a compreender a “democracia”, dentre outros pontos destacados no artigo:

---

<sup>138</sup> O Exército coopera, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 3321, 31 mar 1971, p.3.

Faz mister dar-lhes os rudimentos essenciais da educação política, de educação social e cívica. Trata-se de ensinar-lhes o que é democracia, o valor do voto e a importância de votar bem; a arte de conviver e de cooperar; a forma de servir e não de servir-se; a aperfeiçoar o seu caráter e fortalecer o seu moral<sup>139</sup>.

Não se teve acesso neste trabalho aos programas dos cursos de alfabetização que serão apresentados, sendo aqui discutidos apenas as matérias publicadas no jornal *Noticiário do Exército*. Entretanto, a partir do texto e dos objetivos de outros programas como as próprias ACISO e o Projeto Rondon, é possível levantar a hipótese de que através do processo de alfabetização eram inseridos temas que visavam conquistar a simpatia e alinhar ideologicamente tais pessoas ao regime. É importante aqui destacar, inclusive, a forte crítica que setores conservadores faziam ao Plano Nacional de Alfabetização, concebido pelo educador Paulo Freire e implementado em 1963 durante o governo de Jango. Visto como “comunizante”, o método de Freire foi abandonado com a ditadura militar, mas as políticas de alfabetização foram continuadas, sobretudo a partir do já mencionado MOBREAL, criado em 1967. Os métodos de ensino, porém, ao invés de dar autonomia ao homem, visavam alinhá-lo ideologicamente ao regime imposto após 1964.

Neste contexto, algumas unidades do Exército aderiram aos projetos de alfabetização, abrindo espaços nos quartéis para as aulas ou transformando alguns setores destes em verdadeiras escolas, sendo as aulas ministradas por militares ou através de convênios com prefeituras e governos estaduais que forneceriam professores para algumas disciplinas. Ao que parece, a participação do Exército em auxílio ao projeto do governo de erradicar o analfabetismo foi bastante ampla, contando com grande número de quartéis que abriram suas portas para receber as comunidades do seu entorno, como registrou outra edição do *Noticiário do Exército* em celebração ao golpe de 1964:

---

<sup>139</sup> Idem.

REAFIRMANDO os propósitos da integração nacional com o elemento básico de atuação do Exército na comunidade civil brasileira, organizações militares têm inaugurado no recinto do próprio quartel, escolas para alfabetização de crianças de ambos os sexos, às quais são proporcionados, inteiramente de graça, merenda livro escolar e uniforme<sup>140</sup>.

É relevante lembrar que o uso das Forças Armadas em programas de alfabetização e criação de escolas para atender populações civis já havia sido colocado em prática durante a guerra da Argélia pelas tropas francesas a partir do ano de 1960<sup>141</sup>. No Brasil, a primeira matéria encontrada no *Noticiário do Exército* que demonstra a participação do Exército atuando na alfabetização data de maio de 1967<sup>142</sup>. De acordo com o texto, o 2º Batalhão de Caçadores (2º BC) de São Vicente, estado de São Paulo, havia cedido o espaço de sua Escola Regimental para alfabetização de adultos no período noturno, com aulas entre as 19 e 21 horas. O curso de alfabetização havia se iniciado em 10 de março daquele ano e tinha as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, ministradas por um professor civil da própria Escola, ficando as disciplinas de História, Geografia e Educação Cívica a cargo de oficiais do Batalhão. O texto destaca a fala do próprio presidente da República afirmando que “[...] *cada quartel deverá constituir-se num núcleo educacional*”<sup>143</sup>, demonstrando que a medida fazia parte de uma ação maior, inserida em projeto governamental que deveria tornar o Exército um espaço de contribuição para a erradicação do analfabetismo que, segundo a matéria, seria um dos empecilhos ao desenvolvimento nacional.

<sup>140</sup> O Exército contra o analfabetismo, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, 31 mar 1970, p.3.

<sup>141</sup> RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Défense: Centre de Doctrine d’Emploi des Forces. Les “Sections Administratives Spécialisées” en Algérie: Un outil pour la stabilisation. **Cahier de la recherche doctrinale**. Paris, N° 500, 21 out 2005. Disponível em <<http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/anciennes-publications/cahier-de-la-recherche/sas-algerie>> Acesso em: 26 jul.2014.

<sup>142</sup> Exército alfabetiza civis, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, 04 mai 1967, p.1.

<sup>143</sup> Idem.

Em outubro do mesmo, o informativo deu espaço para as ações do 7º Regimento de Obuzes 105 mm<sup>144</sup> (7º RO 105) de Pernambuco que, através de sua Escola Regimental, teria aberto três turmas, uma delas de alfabetização e duas de ensino supletivo. O governo pernambucano teria cedido três professoras que lecionariam nas turmas que eram formadas pelos próprios soldados da unidade. No entanto, a matéria afirma que um novo prédio havia sido construído dentro do terreno do 7º RO 105 mm para abrigar um grupo escolar, atendendo as crianças moradoras das áreas no entorno do quartel.

No ano de 1968, várias outras escolas no interior de unidades do Exército foram inauguradas, dando atenção especial à alfabetização infantil. É o caso da Escola Rondon, criada no interior da 11ª Companhia de Comunicação de Santiago, Rio Grande do Sul. De acordo com a matéria do *Noticiário do Exército* de 06 de março daquele ano, a escola tinha como finalidade orientar e alfabetizar crianças “[...] cujos pais, de precárias condições financeiras, não têm condições de educá-las<sup>145</sup>”. Também o 71º Batalhão de Infantaria (71º BI) de Garanhuns, em Pernambuco, inaugurou a Escola Duque de Caxias que contava naquele ano com 11 professores públicos estaduais funcionando em dois turnos, e tendo 287 alunos matriculados<sup>146</sup>.

Ainda em 1968, foi inaugurado o Curso de Alfabetização Infantil do 131º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos de Brasília. De acordo com a matéria publicada no informativo<sup>147</sup>, a abertura do curso seguia orientação do Ministério do Exército. A escola atendia crianças até a idade de 10 anos e oferecia, além da estrutura e do material escolar, revista médica mensal e assistência ocasional, vacinação antivariólica e antitífica, almoço, educação física, educação moral e cívica e participação das crianças nas solenidades cívico-

---

<sup>144</sup> Campanhas Nacional de Alfabetização (Escola Regimento do 1º/7º RO 105), *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2490, 18 out 1967, p.1.

<sup>145</sup> Exército alfabetiza crianças, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2582, 06 mar 1968, p.1.

<sup>146</sup> Exército alfabetiza crianças, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2610, 19 abr 1968, p.3.

<sup>147</sup> Exército alfabetiza crianças, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2614, 25 abr 1968, p.4.

militares. O jornal ainda destacou trecho do discurso proferido pelo comandante da unidade na cerimônia de inauguração da escola, o major Roberto Monteiro de Oliveira, que demonstra preocupação com a construção de imagem positiva do Exército junto à população civil: “*Os resultados e os frutos desta feliz iniciativa do Exército só o futuro revelará, plenamente. Um deles será, certamente, a formação de uma imagem correta do Exército no julgamento daqueles que vierem privar conosco — Pais e Filhos*”<sup>148</sup>.”

Já em 1969, o *Noticiário do Exército* divulgou a criação de uma escola dedicada a alfabetização de crianças entre cinco e doze anos de idade, no interior do Depósito Regional de Materiais de Motomecanização<sup>149</sup> da 7ª Região Militar (7ª RM), com sede em Olinda, Pernambuco. O texto, que reafirma ser a medida parte das preocupações da corporação com a integração nacional e fator de aproximação da comunidade civil, menciona que a unidade estava numa região carente, onde a maioria das crianças no entorno seriam analfabetas e sem qualquer assistência escolar e social. A escola, que começou a funcionar com o número de quarenta alunos matriculados, oferecia merenda, material e uniforme gratuitos aos jovens.

Além de alfabetizar crianças e adultos em escolas que funcionavam dentro de quartéis, outras ações como doações de materiais diversos, atividades de recreação, reformas e construções de estabelecimentos de ensino ocorreram com frequência no período, muitas das vezes através das próprias ACISO, como visto anteriormente. Retomando a edição comemorativa do *Noticiário do Exército* de 31 de março de 1971, o próprio texto relaciona os projetos na área da educação e as ações cívicas como sendo parte dos mesmos objetivos traçados para a corporação:

---

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> O Exército contra o analfabetismo, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2948, 11 set 1969, p.1.

Aqui reside o objetivo da participação do Exército nas campanhas de Ação Cívico-Social em proveito e com a cooperação das comunidades, complementando o trabalho que realiza no setor educacional por seus quartéis.

Educando, prestando assistência médico-hospitalar, auxiliando as comunidades em situações de emergência ou formando mão-de-obra qualificada, o Exército torna prática a instrução moral e cívica de seus soldados, integra os jovens pela compreensão e cooperação para solução de nossos problemas e leva sua cooperação àqueles que necessitam de seu apoio<sup>150</sup>.

Além dos convênios com governos estaduais para que professores lecionassem nas escolas criadas nos quartéis, outras formas de associação ocorreram. É o caso da escola construída em Campinas pelo 5º Grupo de Canhões Antiaéreos (5º G Can 90 AAe). A obra foi realizada através de uma parceria que envolveu a doação do terreno pela prefeitura municipal da cidade, o fornecimento dos materiais de construção por empresários locais e a mão de obra cedida pelos próprios moradores do bairro atendido pela instituição de ensino. A escola recebeu o nome de “31 de Março”, sendo inaugurada nessa data em evento de comemoração dos cinco anos do golpe que depôs o presidente João Goulart<sup>151</sup>.

Assim, os projetos no campo da educação consistiram numa das peças importantes durante a ditadura militar no intuito de colaborar com o desenvolvimento nacional, criar uma boa imagem das Forças Armadas, propagar o sentimento patriótico e, sobretudo, manter o país livre das “ameaças” representadas pelos grupos de esquerda. Serviu para os propósitos de aproximar militares da população civil e como forma de divulgar os feitos do Exército e fazer a propagando do regime:

Na alegria ou na dor, no trabalho presente ou antevendo um futuro promissor, o quartel coopera em todos os setores de atividade humana para tornar realidade a redenção do homem brasileiro e, através dele e sob inspiração da Revolução

---

<sup>150</sup> O Exército coopera, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3321, 31 mar 1971, p.3.

<sup>151</sup> A união faz a força: civis e militares unidos constroem escola em Campinas, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, n. 2867, 16 mai 1969, p. 1 e 6,.

Democrática de 31 de Março de 1964, conduzir este na sua arrancada para o desenvolvimento.

Trata-se de cooperar alfabetizando, apoiando escolas, abrindo bibliotecas, integrando estudantes e despertando-lhes espírito comunitário, inculcando o amor à pátria e senso de responsabilidade, despertando, enfim, a geração de hoje para os destinos gloriosos deste país<sup>152</sup>.

Por fim, os projetos de educação não eram focados apenas em alfabetizar adultos e crianças e em abrir escolas em áreas carentes. A educação profissional, sobretudo para os soldados que prestavam o serviço militar e que retornariam ao meio civil, também foi uma preocupação do governo e das Forças Armadas, como analisado a partir de agora.

### **3.3.2 Os cursos de conhecimentos agropecuários e os cursos profissionalizantes urbanos**

A partir das concepções ideológicas de parte do oficialato das Forças Armadas, as imensas áreas despovoadas existentes no Brasil eram consideradas um problema. Ocupar e integrar o interior do país era uma necessidade estratégica para a promoção do desenvolvimento e da segurança nacional. Neste sentido, além de ocupar os imensos “clarões” populacionais do território brasileiro, seria indispensável conter o êxodo rural e construir maneiras para que o homem permanecesse no campo. Assim, o governo militar lançou projetos que visavam difundir o conhecimento sobre técnicas agrícolas e para criação de animais. O Exército, mais uma vez, seria colocado à frente no processo de atuação nestes programas, tendo participado ativamente através da oferta de cursos agropecuários no interior

---

<sup>152</sup> O Exército coopera, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3321, 31 mar 1971, p.3.



de unidades da corporação. Tais cursos eram voltados para os recrutas que, provenientes da zona rural, após o cumprimento do serviço militar retornariam ao campo.

Nas pesquisas no jornal *Noticiário do Exército*, a primeira menção aos cursos agropecuários ocorre em maio de 1966<sup>153</sup>. A edição narra as atividades que eram realizadas pelo 6º Regimento de Obuses 105 (6º RO 105) de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. De acordo com a matéria, este já seria o segundo curso oferecido pela unidade, sendo ministrado por integrantes de entidades civis especializados em agronomia, veterinária, inseminação e alimentação animal, entre outros. O texto afirma que o objetivo do curso seria o de aperfeiçoar os conhecimentos agropecuários dos soldados para o momento que retornassem à vida civil regressando aos seus lares “[...] *melhor orientados sobre os métodos modernos do trato da terra e dos animais e melhor esclarecidos sobre os serviços de assistência ao agricultor*”<sup>154</sup>.

Em edição do mês de janeiro do ano seguinte, o *Noticiário do Exército* publicou a realização de outro curso no 6º RO 105, atendendo desta vez 72 soldados<sup>155</sup>. No entanto, neste mesmo ano, os cursos agropecuários se tornariam frequentes em todo o país. Uma portaria expedida pelo Ministério do Exército<sup>156</sup> em 16 agosto de 1967 estabelecia a obrigatoriedade da realização destes cursos nas unidades que recebessem recrutas vindos da zona rural. A portaria definia que as atividades de formação dos soldados para a lida com o campo deveria ocorrer de forma experimental entre os anos de 1967 e 1968, mas, como se verá a seguir, os cursos continuaram a acontecer nos anos seguintes, merecendo destaque nas edições do informativo interno da corporação. De acordo com a medida editada pelo Ministério do

---

<sup>153</sup> 2º/6º RO 105: II Curso de Orientação Agropecuária, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2156, 26 mai 1966, p. 3.

<sup>154</sup> *Idem*.

<sup>155</sup> 2º/6º RO 105: III Curso de Orientação Agro-Pecuária, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2314, 19 jan 1967, p. 3.

<sup>156</sup> BRASIL, Diário Oficial da União, 23 ago 1967, Seção I, parte I, p.8779-8780. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2933716/dou-secao-1-23-08-1967-pg-13/pdfView>> Acesso em 02 out. 2012.

Exército, os cursos agropecuários estariam alinhados com a política do governo militar para o setor e teriam o objetivo de desenvolver o campo, aumentando a produção e melhorando o padrão de vida daqueles que nele viviam:

O Ministro de Estado do Exército, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército e considerando que o Exército na atual conjuntura brasileira, deve:

Nº 241-GB – estender sua participação no desenvolvimento nacional ao setor agropecuário, através de decidida colaboração com a política agropecuária governamental;

– estimular o homem, proveniente das zonas rurais de convocação, a voltar para seu meio, após a prestação do serviço Militar;

– orientá-lo para que possa produzir mais e em melhores condições, por meio da aquisição de hábitos apropriados e da aplicação de técnicas modernas;

Resolve aprovar as "Instruções para o Funcionamento de Cursos de Conhecimentos Agropecuários", a título experimental, para o biênio de instrução 1967-1968, que com esta baixa<sup>157</sup>.

Mencionando a portaria que obrigava as unidades da corporação a promoverem os ensinamentos agropecuários, o jornal o *Noticiário do Exército* de 05 de março de 1968<sup>158</sup> publicou uma relação de cursos que haviam sido promovidos até então. O pequeno texto dá destaque às parcerias do corpo militar especializado com os governos estaduais e reforça os objetivos de desenvolvimento do campo e de conter o êxodo para as cidades:

Com a colaboração valiosa de Oficiais Veterinários do Exército, Técnicos dos Centros de Treinamento e das Secretarias de Agricultura Estaduais, foram ministradas, naqueles Cursos, aulas teóricas e práticas sobre os diversos assuntos ligados à Agropecuária.

Desse modo, o Exército Brasileiro, propiciando o aperfeiçoamento técnico agropecuário aos homens oriundos do campo e que para lá retornarão após a prestação de Serviço Militar, coopera, de forma concreta e objetiva, para a fixação

<sup>157</sup> Idem, p.8779.

<sup>158</sup> Curso de Conhecimentos Agropecuários, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2580, 05 mar 1968, p.1.

do homem em seu trabalho e o aumento de sua capacidade de produção, acelerando, portanto, o nosso Desenvolvimento Rural<sup>159</sup>.

A portaria do Ministério do Exército definia que os cursos teriam duração de 10 dias e ocorreriam no interior dos próprios quartéis. Apesar de o texto afirmar que o currículo deveria se moldar às culturas e ao tipo de criação predominantes em cada região, de uma forma geral, a formação tinha como eixos centrais na parte prática temas como trato do gado leiteiro e outras criações, melhoria de pastagens, hortaliças e frutas, obtenção de sementes e mudas, e outros. Havia instruções também sobre filiação a cooperativas, obtenção de crédito rural, cuidados com as residências com informações sobre construção de fossas, banheiros, etc. Aqueles que recebiam os ensinamentos agropecuários ainda deveriam ser estimulados a consultar órgãos técnicos e a leitura de publicações especializadas, aprender sobre o uso e o manejo de máquinas no campo e a dar preferência a métodos considerados modernos e ao trabalho mecanizado.

Outros pontos planejados para os cursos agropecuários chamam a atenção. Naquilo que é denominado no texto da portaria de “criação de tendências positivas”, destacam-se o “anseio de melhorar o nível de sua família” e o “desejo de aumentar o rendimento do homem no trabalho”. No entanto, é o 4º e último ponto da proposta dos cursos que traz aspectos mais importantes a serem considerados. Designado como “desenvolvimento de práticas e ideias de interesse social”, o ponto afirmava que o curso deveria estimular a cooperação e a ajuda mútua no campo e promover a valorização do homem através do aperfeiçoamento de suas habilidades e conhecimentos. Neste sentido, o ponto avançava para aspectos mais ligados à política dentro dos parâmetros estabelecidos pelo regime ditatorial ao tratar da questão da

---

<sup>159</sup> Idem.

elevação do padrão de vida das populações rurais, mas respeitando-se os “princípios democráticos” sempre reiterados na retórica do Exército:

- maior consciência da responsabilidade pessoal na elevação do padrão de vida das populações rurais;
- assimilação de princípios democráticos aplicáveis ao aproveitamento da terra, os quais façam dela instrumento do bem-estar coletivo, sem prejuízo de direitos individuais<sup>160</sup>.

Ao que parece, o último ponto visava atrelar aos ensinamentos agropecuários uma carga doutrinária do regime que deveria ser levada ao campo. Assim, embora tais cursos não contemplassem um número tão grande de soldados<sup>161</sup>, eles tornaram-se uma das estratégias do Exército durante a ditadura militar para não só fixar os homens oriundos da zona rural, evitando a migração para as cidades, como para ajudar no desenvolvimento do campo para gerar melhores condições aos habitantes. Neste aspecto, as intenções do Exército coincidem com a necessidade de se conter o avanço da ação revolucionária sendo que, na avaliação dos teóricos militares, as péssimas condições sociais, principalmente no campo, tornavam a população permeável à penetração da propaganda comunista. Além de contribuir para o próprio desenvolvimento nacional, ao propiciar melhor padrão de vida à população rural, as novas técnicas permitiriam uma maior proteção contra as ações revolucionárias e as ideias marxistas. Neste sentido, vale ainda ressaltar a possibilidade de que os ex-soldados se tornassem também propagadores do discurso anticomunista das Forças Armadas. Egressos de

---

<sup>160</sup> BRASIL, Diário Oficial da União, 23 ago 1967, Seção I, parte I, p.8779. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2933716/dou-secao-1-23-08-1967-pg-13/pdfView>> Acesso em 02 out. 2012.

<sup>161</sup> O Curso de Conhecimentos Agropecuários com maior número de alunos divulgado no *Noticiário do Exército* atendeu a 96 conscritos (2º/6º RO 105: II Curso de Orientação Agropecuária, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2156, 26 mai 1966, p. 3.). Entretanto, alguns cursos contaram com números bem menores, como aquele realizado pelo 14º BC, sendo a turma formada por 29 soldados (Soldados voltam ao campo capacitados para o trabalho, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3079, 31 mar 1970, p.2.).

quartéis diversos e tendo passado por doutrinação dentro da corporação é possível imaginar que, ao retornarem para o meio civil, tais indivíduos se tornassem não apenas divulgadores dos conhecimentos sobre as atividades do campo, mas também da propaganda ideológica oficial do regime implantado após 1964.

Além disso, ao definir a importância da “assimilação dos princípios democráticos” às atividades no meio rural, afirmando que estas deveriam produzir o bem-estar social, porém sem acarretar “prejuízo de direitos individuais”, o texto nos sugere que o ponto tinha como objetivo conter qualquer forma de luta no campo, como a forte campanha pela reforma agrária que tinha ganhado o país através da ação das Ligas Camponesas e outras entidades no período que antecedeu ao golpe de 1964, alinhando-se às propostas de uma modernização conversadora estabelecida pelas políticas do regime.

De acordo com a portaria de 1967 que tornava obrigatórios os cursos de conhecimentos agropecuários em caráter experimental, os comandantes dos quatro Exércitos e do Comando Militar da Amazônia deveriam encaminhar ao Estado-Maior da corporação ao fim de 1968 um relatório sobre as “vantagens e desvantagens” do programa de formação. Não se teve acesso nas pesquisas realizadas a tais relatórios, mas é certo que os cursos continuaram a ocorrer e tiveram destaque nas publicações feitas no jornal *Noticiário do Exército*. Na edição especial do informativo de 31 de março de 1970, um quadro com uma breve nota destacava a necessidade de fixar o homem ao campo, sendo os cursos agropecuários uma ação neste sentido. É importante notar que o texto afirmava que os cursos passaram a ocorrer após 1964, antes então dos primeiros indícios encontrados neste trabalho, porém sem citar uma data específica:

UM dos problemas de monta com que se defronta o Governo Revolucionário é o do êxodo rural. A fixação do homem à terra constituiu e constitui ainda um desafio a vencer e o Exército participa dessa preocupação.

Assim é que foram criados, após 1964, os “Cursos de Conhecimentos Agropecuários” nas Organizações Militares que recebem conscritos da zona rural, objetivando a difundir conhecimentos especializados e estimular o retorno do pessoal às suas áreas de origem, após a prestação do serviço militar. Destarte, além de atingir ao seu âmago o problema primeiro do êxodo, concomitantemente presta relevantes serviços no sentido de qualificação técnica do homem do campo<sup>162</sup>.

Na mesma edição do informativo, logo abaixo da nota, duas curtas matérias mencionavam cursos realizados em unidades do Exército, uma pelo 7º Regimento de Cavalaria<sup>163</sup> (7º RC) em Livramento, no Rio Grande do Sul, e outra pelo 14º Batalhão de Caçadores<sup>164</sup> (14º BC) de Florianópolis, Santa Catarina. O texto referente ao primeiro curso afirma que a instrução teria focado mais na criação de animais, tendo a participação de professores de uma faculdade de zootecnia sediada em Uruguaiana. Já a segunda matéria afirmava que os soldados do 14º BC, que teriam realizado o curso no Centro Prático de Treinamento (CETRE), retornariam para suas casas considerando-se “[...] aptos a transmitir aos seus vizinhos os ensinamentos e práticas que aprenderam, tendo despertado maior interesse os assuntos referentes à criação de gado leiteiro, suínos e aves, e à defesa sanitária animal<sup>165</sup>”.

Os cursos agropecuários em unidades do Exército tornaram-se frequentes e aconteceram em todo o país. Além daqueles já citados até aqui, outras ações deste tipo foram publicadas no *Noticiário do Exército*, que divulgou cursos realizados pelo 20º Regimento de Cavalaria<sup>166</sup> (20º RC) e pelo 7º Regimento de Cavalaria<sup>167</sup> (7º RC) de Livramento, no Rio

<sup>162</sup> A fixação do homem à terra, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3079, 31 mar 1970, p.2.

<sup>163</sup> Curso de Conhecimentos Agropecuários no 7º RC, **Noticiário do Exército**, nº 3079, 31 mar 1970, p.2.

<sup>164</sup> Soldados voltam ao campo, capacitados para o trabalho, **Noticiário do Exército**, nº 3079, 31 mar 1970, p.2.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Curso de conhecimentos agropecuários no 1º/20º RC, **Noticiário do Exército**, nº 2571, 17 fev 1968, p.1.

<sup>167</sup> Cursos de conhecimentos agropecuários na 2ª DC, **Noticiário do Exército**, nº 2626, 14 mai 1968, s.p.

Grande Sul; pelo 17º Regimento de Cavalaria<sup>168</sup> (17º RC) de Pirassununga, em São Paulo; pela AMAN<sup>169</sup> em Resende, no Rio de Janeiro; pelo 6º Batalhão de Caçadores<sup>170</sup> (6º BC) de Ipameri, Goiás, entre outros. Também o *Diário de Notícias* deu espaço para os cursos agropecuários. Numa pequena nota, o jornal afirmava que as unidades da 4ª RM vinham oferecendo instrução para a lida no campo aos conscritos mineiros e menciona o V Curso de Conhecimentos Agropecuários realizado em Juiz de Fora<sup>171</sup>.

Além dos cursos voltados para os soldados em serviço militar provenientes do campo, o Exército também ofereceu formação para aqueles vindos das cidades. Os cursos técnicos direcionados para profissões tipicamente urbanas foram realizados através de convênios e, ao mesmo tempo em que possibilitavam ao jovem a sua inserção no mercado de trabalho após deixar o quartel, contribuía para atender à necessidade de mão de obra especializada exigida pela indústria, auxiliando, também, os planos de desenvolvimento econômico traçados pelo próprio governo militar. Em sua edição especial de 31 de março de 1970, o *Noticiário do Exército* destacou os cursos realizados no Centro de Treinamento Profissional na Vila Militar, no Rio de Janeiro, diplomando 600 soldados apenas no ano de 1969<sup>172</sup>.

A mesma edição do informativo trouxe a transcrição de uma matéria publicada no fim do ano de 1969 pelo jornal *O Estado de São Paulo*<sup>173</sup>. De acordo com o texto, o 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM), sediado em Praia Grande no estado de São Paulo, teria ofertado cursos profissionalizantes através de convênios firmados com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com indústrias das cidades paulistas de Cubatão e

---

<sup>168</sup> Exército prepara homem do campo, *Noticiário do Exército*, nº 2815, 27 fev 1969, p.1.

<sup>169</sup> O Exército na luta pelo desenvolvimento rural, *Noticiário do Exército*, nº 2847, 16 abr 1969, p.1.

<sup>170</sup> Conhecimentos agropecuários para soldados, *Noticiário do Exército*, nº 2903, 09 jul 1969, p.1.

<sup>171</sup> Notícias do Exército: Militares fazem curso de Agropecuária em Minas, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 fev 1972, p.7.

<sup>172</sup> ... Também forma especialistas, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, n. 3079, 31 mar 1970, p.3.

<sup>173</sup> O Exército cuida da mão-de-obra, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, n. 3079, 31 mar 1970, p.3.

Santos, tendo a colaboração também do SENAI. Dentre os cursos disponibilizados aos conscritos, estariam os de bombeiro hidráulico, pintor de obras, carpinteiro, pedreiro, torneiro mecânico ajustador, eletricitista, operador de empilhadeiras e de guindastes, entre outros. A matéria ainda destaca a origem social dos soldados e os poucos anos cursados no ensino formal por estes, o que seria um entrave para a obtenção de empregos caso não tivessem realizado os cursos de formação profissional oferecidos pelo Exército:

Os soldados que se dedicaram ao aprendizado de mão-de-obras são em sua maioria os que não completaram o curso ginásial (67%) e os que tem curso primário (16%), tendo estes, pela ausência quase total de preparo intelectual, enfrentado desde cedo os rigores da vida. Esse total de 83% não teria futuro em carreiras intelectuais e não possuía qualificação profissional ao ser convocado. Esses problemas eram agravados pelas condições sociais precárias de suas famílias e pela falta de oportunidades no mercado de trabalho, que lhes são negadas pela pouca idade e pelo “fantasma” de ainda terem de prestar o serviço militar<sup>174</sup>.

É importante destacar que o Centro de Treinamento Profissional da Vila Militar mencionado anteriormente consistiu numa unidade fixa que ofertava frequentemente o ensino técnico profissional, tendo suas instalações definitivas sido inauguradas em fins de 1970<sup>175</sup>. Na última edição publicada neste ano, o *Noticiário do Exército* trouxe uma matéria descrevendo a forma como eram ofertados os cursos em convênios com o SENAC e o SENAI e com o Departamento Nacional de Mão-de-Obra. Neste caso, os dois primeiros parceiros seriam responsáveis pela realização de um teste vocacional com os recrutas e pela organização dos currículos dos cursos a serem realizados, enquanto o terceiro definia os cursos a serem realizados a partir da demanda por mão-de-obra na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> Centro de Treinamento Profissional da Vila Militar: Inauguração Oficial e Diplomação, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, n. 3261, 31 dez 1970, p.1.



Assim como nos cursos voltados para o campo, o discurso do Exército destacava a necessidade da inserção dos jovens na sociedade após o fim do serviço militar, possibilitando a ascensão em seus padrões de vida. Na matéria sobre os cursos oferecidos na Vila Militar, ainda é destacada a assistência dada aos soldados nos quartéis e a preocupação com a disciplina que, de acordo com o texto, serviria a eles mesmos fora da vida militar ao torná-los “homens responsáveis”<sup>176</sup>.

É importante notar que, nas unidades submetidas ao III Exército, os cursos técnicos profissionalizantes voltados aos jovens que prestavam o serviço militar receberam o selo de ACISO. Em artigo publicado no jornal *Diário de Notícias* de junho de 1971<sup>177</sup> é relatado o convênio firmado entre Ministério do Trabalho e o SENAI no Rio Grande do Sul para a oferta dos cursos técnicos em áreas como tornearia, ajustagem, marcenaria, carpintaria, várias especialidades de eletricitas, reparação de aparelhos eletrodomésticos e de refrigeração, pintura de automóveis, entre outras profissões. De acordo com o texto, a ACISO de formação profissional para os conscritos ainda previam a realização de cursos voltados para o comércio, construção civil e mesmo para o campo, e deveriam ocorrer nos três estados sob jurisdição do III Exército: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Por fim, é importante destacar que ações de instrução para o manejo no campo e a oferta de cursos profissionalizantes via Forças Armadas foram colocadas em prática pioneiramente pelas tropas francesas na guerra da Argélia. Através das SAS, foram realizados cursos e atividades de orientação à população camponesa argelina sobre temas como conservação do solo e técnicas de irrigação. Nas áreas urbanas, foi ofertada também formação específica para jovens e adultos na preparação para atividades urbanas<sup>178</sup>. Ao que parece, a

---

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Ensino profissional aos soldados gaúchos, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 jun 1971, s.p.

<sup>178</sup> RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Défense: Centre de Doctrine d’Emploi des Forces. Les “Sections Administratives Spécialisées” en Algérie: Un outil pour la stabilisation. **Cahier de la recherche**

diferença entre as ações realizadas pelo Exército no Brasil e pelas forças francesas envolvidas na repressão ao movimento de libertação argelino é que, no caso brasileiro, os cursos eram destinados aos jovens que haviam ingressado na corporação e que, após o cumprimento do serviço militar, retornariam à vida civil, enquanto que os cursos franceses foram direcionados diretamente para a população argelina. Entretanto, mesmo sendo ofertados aos conscritos, os cursos realizados na organização brasileira eram planejados para afetar a área civil e estavam em consonância com as doutrinas militares francesas que, como discutiu-se anteriormente, exerceram forte influência sobre oficiais das nossas Forças Armadas.

Para finalizar o capítulo, as atividades desportivas, recreativas e cívicas através das colônias de férias.

### 3.4.3 As colônias de férias

As colônias de férias, organizadas por unidades do Exército, também fizeram parte das ações de aproximação da corporação com a população civil. Nelas, as crianças eram reunidas para atividades diversas de recreação e esportes, recebendo também alimentação, atendimento médico e doutrinação cívica. Aqui é importante levantar uma questão de relevância para o trabalho: de todos os programas apresentados, as colônias de férias foram os únicos em que se encontrou evidências de já ocorrerem antes mesmo da instauração da ditadura militar. Em filme da série *Atualidades*<sup>179</sup>, produzido pela Agência Nacional, são mostradas as atividades realizadas na Escola de Educação Física do Exército (Es EFE),

---

**doctrinale.** Paris, N° 500, 21 out 2005. Disponível em <<http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/anciennes-publications/cahier-de-la-recherche/sas-algerie>> Acesso em: 26 jul.2014.

<sup>179</sup> Atualidade, n° 42 (1964), **Agência Nacional**. Disponível em < [http://zappiens.br:80/videos/cgisS98gVM-X3uWGCFmX\\_INZV8-xc6\\_fE5Y5JRCxq9yti4.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgisS98gVM-X3uWGCFmX_INZV8-xc6_fE5Y5JRCxq9yti4.FLV)>.

sediada no Rio de Janeiro, no início do ano de 1964, ou seja, pouco antes da deposição do presidente João Goulart. No vídeo são mostradas crianças de diferentes idades participando dos exercícios e recreações propostas pela unidade, sendo observadas de longe por adultos que as acompanhavam, sobretudo mulheres. A locução da peça afirmava que o trabalho físico seria submetido a métodos racionais que levariam em conta a idade, o peso e a altura das crianças para a distribuição das turmas, sendo o objetivo da colônia o incentivo da prática sadia da educação física “dentro dos preceitos de saúde, camaradagem e disciplina”. O vídeo termina com os jovens perfilados em desfile na Es EFE.

No jornal *Noticiário do Exército*, a primeira referência encontrada sobre as colônias de férias data de quatro anos depois<sup>180</sup>. Numa curta nota, o informativo divulgou as atividades realizadas mais uma vez pela Es EFE que, segundo o texto, teria atendido duas mil crianças. Também foram promovidas aulas de ginástica para trezentas mulheres no período, provavelmente acompanhantes das crianças como mães e irmãs. Uma fotografia que ilustra a pequena nota mostra jovens perfiladas em desfile cívico ao som de uma banda da corporação ato que, segundo a publicação, ocorria diariamente. O mesmo evento ganhou também destaque em filme da série *Cinejornal Informativo*<sup>181</sup>. No vídeo, crianças aparecem em atividades de recreação, em exercícios físicos e em desfiles cívicos (figura 6).

---

<sup>180</sup> Es EFE proporciona recreação para 2.000 crianças, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2554, 25 jan. 1968, p.1.

<sup>181</sup> Cinejornal Informativo, nº 90 (1968), **Agência Nacional**. Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgiKQf0hiH1hr7jPM-fO7rgDpFjBBDQGveIe6Qmte\\_yezs.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiKQf0hiH1hr7jPM-fO7rgDpFjBBDQGveIe6Qmte_yezs.FLV) >.



**Figura 6** – Fotograma de crianças em atividades em Colônia de Férias da Es EFE. Na imagem, grupo com crianças menores marcham em posição de sentido.

**Fonte:** *Cinejornal Informativo*, nº 90 (1968), Agência Nacional – Arquivo Nacional/Zappiens.br.

No ano de 1969, além da Es EFE, outras unidades passaram a organizar também colônias de férias como o Centro de Estudos de Pessoal<sup>182</sup> (CEPE), sediado no Rio de Janeiro, e a 1ª Bateria do 3º Grupo de Costa Motorizado<sup>183</sup> (3º GA Cos M) com sede em Olinda, Pernambuco. A primeira unidade teria atendido cerca de trezentas crianças entre quatro e quatorze anos, enquanto a segunda teria recebido duzentas e vinte crianças entre seis a treze anos de idade. Em Olinda, além das atividades de recreação e esportes, a matéria mencionou aulas de higiene, canto, música e moral e cívica.

No ano de 1971 foi noticiado um número maior de colônias de férias realizadas em unidades de várias partes do país. Só o III Exército<sup>184</sup> teria atendido mais de vinte mil crianças em quarenta guarnições, contando com o apoio de entidades civis e polícias militares. Também o Comando Militar do Planalto<sup>185</sup> (CMP) promoveu colônias de férias atendendo 4.500 crianças distribuídas em cinco núcleos de atividades em Brasília. Na Es EFE<sup>186</sup>, o atendimento foi ampliado para 3.200 crianças e seiscentas senhoras fizeram aulas de ginástica feminina.

<sup>182</sup> O Exército e a infância, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2808, 13 fev 1969, p.1.

<sup>183</sup> Colônia de férias: mais um benefício prestado pelo Exército ao povo brasileiro, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2855, 29 abr 1969, p.1.

<sup>184</sup> ACISO 70/71 no III Exército: colônia de férias, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3316, 24 mar 1971, p.1.

<sup>185</sup> Colônia de férias em Brasília, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3302, p. 1, 04 mar 1971, p.1.

<sup>186</sup> Colônia de férias da Es EFE, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3289, 10 fev 1971, p.1.

A Es EFE, por ser uma escola que formava profissionais em educação física, foi a pioneira e aquela que obteve maior divulgação de suas colônias de férias. É interessante neste trabalho realizar alguns apontamentos sobre a instituição. O seu surgimento data de 1922, quando era denominada de Centro de Militar de Educação Física, mas instalada apenas em 1929, ficando abrigada inicialmente na Vila Militar do Rio de Janeiro, de onde saiu em 1930 para estabelecer-se definitivamente na Fortaleza de São João, no bairro da Urca. Sua criação está diretamente ligada às discussões existentes na época a respeito da educação física no meio militar, onde a influência francesa mais uma vez se fez presente. Segundo Castro (2012), o Exército brasileiro passou a dar maior importância à educação física a partir da Missão Militar do país europeu que se estabeleceu aqui na década de 1920. Para os oficiais franceses, as Forças Armadas deveriam se constituir numa “escola de nacionalidade” e agir sobre a população na tentativa de moldá-la ideologicamente aos interesses militares na tentativa de construir uma unidade nacional:

O cenário militar europeu era, nessa época, dominado pela noção de “nação em armas”, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de “escola de nacionalidade”, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. Com isso, o Exército via-se, em termos ideológicos, diretamente ligado à nação, entidade da qual, mais do que guardião, era também formador. (CASTRO, 2012, p.85)

Nesse quadro, os franceses acreditavam que a educação física estava intimamente ligada à defesa nacional, pois, afinal, todo cidadão do país seria potencialmente um soldado em caso de eclosão de uma guerra. Tal visão era proveniente ainda do século XIX e desde então as Forças Armadas da França formavam profissionais de educação física que se inseriam nas escolas civis como professores de ginástica, sendo a disciplina, então, ministrada com um caráter essencialmente militar. Com a vinda da Missão Francesa, que se instalou no

Brasil em 1920, tal visão é transplantada para o país e se reflete na criação da Es EFE. Com o tempo, a escola passou a formar não apenas militares, mas abriu as portas também para professores civis que aprendiam os métodos baseados na teoria desenvolvida na França e a praticavam nas escolas civis. Durante a gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), a educação física tornou-se obrigatória nas escolas de todo o país. Foi criada em 1937 a Divisão de Educação Física (DEF) do MES, que ficou sob o controle do Exército.

Com base nas concepções do método francês que foram implantadas no Brasil<sup>187</sup>, o caráter da educação física ia além da preparação do corpo apenas. Seu objetivo incluía inculcar no indivíduo a disciplina e o civismo. Na visão militar, esse modelo deveria ultrapassar os muros das escolas e se estender a toda a população em locais onde jovens se reunissem, playgrounds, parques infantis, etc. Durante o Estado Novo, a disciplina seria utilizada inclusive para “nacionalizar” as áreas de colonização estrangeira no país. É claro que o modelo essencialmente militar da educação física era criticado por importantes grupos ligados à educação. No entanto, o método francês apenas perderia espaço nas escolas civis após o fim do Estado Novo.

A partir de tais observações, é interessante realizar algumas ressalvas sobre as colônias de férias que ocorreram no período delimitado por este trabalho. Primeiro, é importante avaliar que, apesar da contestação ao método francês por entidades como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e o seu gradativo abandono nas escolas civis após o fim do Estado Novo, no caso desta pesquisa estamos analisando instituições militares. A Es EFE, que foi a pioneira na implantação das colônias de férias em unidades do Exército no Brasil, foi a porta pela qual se deu a difusão do método francês e onde se formaram boa parte

---

<sup>187</sup> De acordo com Castro (2012), o método francês seria utilizado como base para o desenvolvimento futuro de um método brasileiro, levando-se em conta a cultura local. Ainda assim, as concepções militares e nacionalistas vinculadas à educação física seriam mantidas.

dos professores e instrutores na área de educação física no período. Ainda que os métodos da educação física tenham passado por mudanças nos anos posteriores a 1945, é provável que o método francês tenha ainda mantido influência sobre as atividades que eram propostas na Es EFE. Além disso, a própria ideia de atrelar as atividades físicas ao civismo, transformando o corpo num instrumento de disciplina e ordem, ia ao encontro do pensamento do regime ditatorial que pretendia moldar a sociedade à ideologia dominante daqueles que exerciam o poder.

Assim, as colônias de férias, ao mesmo que atraíam crianças e seus pais para o interior de unidades do Exército com a finalidade de conquistar a simpatia da comunidade atendida em relação aos militares, eram também um instrumento de doutrinação ideológica através das atividades cívicas que ali ocorriam. Esse aspecto é facilmente notado a partir das imagens que ilustram as matérias publicadas no jornal *Noticiário do Exército* e, principalmente, nos filmes produzidos pela Agência Nacional. Em material produzido sobre a colônia de férias promovida pelo CEP em 1972<sup>188</sup>, é destacada a participação de crianças nas atividades cívicas, marchando perfiladas segurando as bandeiras dos estados da federação e em atividades físicas diversas. O vídeo ainda mostra a exibição de exercícios realizados por homens da Polícia Militar de São Paulo (PMSP) aos jovens e à plateia formada por acompanhantes, desfiles de crianças em trajes típicos de cada região do país e recreações diversas.

---

<sup>188</sup> Brasil Hoje, nº 25 (1972), **Agência Nacional**. Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgi3aMsx6-WfMRJErXWWKWpuE\\_GP3Gt4npfJZwgJIPY4oA.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgi3aMsx6-WfMRJErXWWKWpuE_GP3Gt4npfJZwgJIPY4oA.FLV).

Na matéria sobre as colônias de férias ocorridas em unidades do III Exército<sup>189</sup>, também é dado destaque para a promoção da recreação atrelada aos trabalhos voltados à educação cívica dos jovens:

As Colônias de Férias concorreram para promover o convívio de crianças de todas as classes sociais, regulando o emprego das horas de lazer em atividades sadias da vida física, moral, social, e, a um só tempo, recreativa e educativa, por intermédio da prática de atos cívicos, de ginástica e pequenos jogos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do caráter e a aquisição de bons hábitos e atitudes<sup>190</sup>.

Nas colônias de férias que foram divulgadas no *Noticiário do Exército*, são comuns as fotografias de crianças perfiladas em desfiles cívicos no interior das unidades da corporação. Além disso, as próprias matérias sempre destacavam a necessidade de formação do caráter dos jovens, demonstrando a preocupação do Exército com a formação de valores cívicos e morais: “Assim, é através de atos cívicos, ginástica, pequenos jogos e natação, ou seja, a um só tempo educando e divertindo, contribui para a aquisição de bons hábitos e estimula o interesse pelas coisas de sua Pátria<sup>191</sup>”. Na mesma linha, a edição especial do informativo de 31 de março de 1970<sup>192</sup> trouxe uma pequena nota sobre as ações de assistência do Exército à população civil, destacando nela às ACISO, mas dando créditos também aos programas das colônias de férias:

As Organizações Militares, reunindo anualmente milhares de crianças, cercadas de abnegados instrutores e dedicadas mestras, desenvolvem uma atividade de alto significado social, pois ministram verdadeiras aulas de civismo, recebidos entre folguedos sadios, em clima de disciplina e ordem. Saem as crianças desse encontro

---

<sup>189</sup> ACISO 70/71 no III Exército: colônia de férias, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3316, 24 mar 1971, p.1.

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> Colônia de férias: crianças vibram com o Exército, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3757, 8 jan 1973, p.1.

<sup>192</sup> O Exército assiste, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, 31 mar 1970, s.p.



com a crença mais arraigada de que todos são filhos de uma mesma e gloriosa Nação, a que devem amar e servir, como os lares de onde provêm<sup>193</sup>.

Ao abrir os quartéis para os jovens, o Exército atraía também os adultos. Além dos civis que colaboravam com as atividades realizadas nas colônias de férias havia toda uma preparação voltada para atender os pais ou responsáveis pelas crianças. É o que se percebe nas já mencionadas atividades voltadas para mulheres no Es EFE<sup>194</sup>, mas que aparecem também em outras unidades, como na primeira colônia de férias realizada pelo 33º Batalhão de Infantaria Motorizado<sup>195</sup> (33º BI Mtz), na época sediada em Jaguarão, Rio Grande do Sul. Nesta, de acordo com o *Noticiário do Exército* de 22 de janeiro de 1973, foram realizadas palestras sobre temas como higiene, saúde e educação direcionadas aos pais das crianças atendidas. As colônias de férias constituíam-se, dessa forma, em estratégia para aproximar as populações residentes próximas às guarnições do Exército, criando imagem positiva da corporação. Através da doutrinação cívica dos jovens e, provavelmente, também dos adultos atendidos, buscava-se inserir um discurso favorável ao regime militar implantado após o golpe de 1964, ao mesmo tempo, tecendo críticas aos “perigos” da ação de revolucionários para a nação.

É interessante notar alguns outros aspectos sobre as colônias de férias. Em alguns casos, estas foram integradas às campanhas anuais de ACISO, como aquelas realizadas pelo III Exército nos anos de 1970 e 1971<sup>196</sup>. Além disso, muitas das unidades do Exército que realizaram atividades físicas e recreativas com crianças também forneceram atendimento médico e dentário, como nas atividades da Es EFE<sup>197</sup> de 1971 ou como descreve a matéria

---

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> Es EFE proporciona recreação para 2.000 crianças, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 2554, 25 jan. 1968, p.1.

<sup>195</sup> 33º BI Mtz realiza colônia de férias, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3767, 22 jan 1973, s.p.

<sup>196</sup> ACISO 70/71 no III Exército, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3316, 24 mar 1971, p.1.

<sup>197</sup> Colônia de Férias da Es EFE, **Noticiário do Exército**, Brasília, nº 3757, 08 jan 1973, p.1.

publicada sobre as ações que ocorriam em 1973 em todo o país: “*Oficiais e sargentos, lado a lado com professores, médicos, psicólogos, assistentes sociais e universitários, atendem e orientam crianças e seus responsáveis, dentro das mais modernas técnicas da didática e da pedagogia*”<sup>198</sup>.

Da mesma forma, assim como algumas ACISO e o Projeto Rondon, universitários participaram das colônias de férias, além de professores de instituições civis de ensino. Em duas breves matérias publicadas no *Noticiário do Exército*, é possível, inclusive, encontrar a menção sobre a participação de integrantes do próprio Projeto Rondon. Na primeira delas, “rondonistas” teriam integrado as equipes das atividades realizadas na Es EFE<sup>199</sup> em 1972. No mesmo ano, a colônia de férias promovida em Brasília pelo CMP<sup>200</sup> contou com a participação de estudantes paulistas de Educação Física integrantes do Projeto Rondon.

Dessa forma, pode-se notar a acentuada integração que tais programas possuíam. As operações ACISO, como eram constituídas de atividades amplas, podiam conjugar-se com qualquer outro programa do governo militar na época, como foi a sua inserção nas atividades do PRODAC juntamente com o MOBREAL e o Projeto Rondon, por exemplo. Do mesmo modo, outros projetos podiam receber o “selo” de ACISO, como ocorreu com algumas colônias de férias e com os cursos profissionalizantes promovidos pelas unidades do III Exército. As ACISO ainda englobariam atividades recreativas, físicas e cívicas para crianças de áreas longínquas da mesma forma que aquelas que foram executadas nas colônias de férias, entre tantos outros programas narrados pelo jornal *Noticiário do Exército* ou pelos filmes produzidos pela Agência Nacional.

---

<sup>198</sup> Colônia de Férias: crianças vibram com o Exército, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3289, 10 fev 1971, p.1.

<sup>199</sup> O Exército e a infância, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3519, 19 jan 1972, p.1.

<sup>200</sup> Colônia de Férias de Brasília, **Noticiário do Exército**, Rio de Janeiro, nº 3539, 18 fev 1972, p.1.

O certo é que todas essas ações tinham os mesmos objetivos: aproximar as organizações militares da população civil, cimentar uma relação de simpatia destas pela caserna e pelo regime, incentivar o patriotismo, auxiliar no desenvolvimento nacional e, a partir de todos estes pontos, impedir que os ideais marxistas encontrassem um terreno permeável à sua penetração, visando construir uma barreira sólida contra as ações revolucionárias no Brasil.

Como já foi mencionado, as ações cívicas e outros programas foram realizados diretamente em áreas onde se instalaram movimentos guerrilheiros. Nesses casos, as ACISO tiveram o intuito de conquistar o apoio da população civil das áreas conflagradas e impedir que aderissem aos grupos que optaram por pegar em armas em oposição à ditadura militar. Essa questão será discutida no próximo e último capítulo.

## Capítulo 4 – Conquistando a população em áreas de conflagração de guerrilhas: os casos de Caparaó e do Araguaia

A principal justificativa utilizada pelos grupos que se aliaram na trama que derrubou o presidente João Goulart da presidência era a necessidade de manter o país distante da “ameaça comunista”. Para os oficiais das Forças Armadas que participaram da conspiração, era preciso “sanear” o país, livrando-o das principais lideranças de partidos e movimentos de esquerda, reestabelecendo a ordem e garantindo a segurança nacional. A construção da ditadura militar foi, então, movida pelas interpretações que viam a ampla mobilização por reformas como um processo revolucionário em andamento, sendo preciso contê-lo a qualquer custo.

As ações cívicas e demais programas aqui estudados foram construídos a partir das doutrinas de guerra que viam no subdesenvolvimento e nos consequentes problemas sociais um terreno fértil para que a ideologia marxista fosse semeada. O próprio *Manual de Segurança e Informações* de 1971 do Ministério da Educação enfatizaria que a ACISO seria “[...] uma das componentes preventivas contra o ‘surto revolucionário’ junto às populações mais necessitadas” (ISHAQ, 2012, p.46), argumento este corroborado pela fala do general Lyra Tavares, então ministro do Exército, em seu pronunciamento na ESG<sup>1</sup> no ano de 1967,

---

<sup>1</sup> Gen. Lira Tavares define plano de ação do Exército na Escola Superior de Guerra, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 out 1967, 1º caderno – p.16.

como já estudado no capítulo anterior. Constituídas de atividades diversas, as ações cívicas foram realizadas por diferentes unidades militares em áreas espalhadas por todo o país. Sua execução baseava-se na ideia de antecipar-se às ações da esquerda, evitando-se, assim, recorrer às armas para combater possíveis movimentos guerrilheiros que pudessem eclodir pelo país.

No entanto, a ditadura militar teve de lidar com os grupos de esquerda que enveredaram para o enfrentamento via luta armada no Brasil. Nestes casos, nem sempre foi possível para o Estado antecipar-se através de medidas assistencialistas, tendo de praticá-las juntamente à violenta repressão que foi imposta às esquerdas. Neste capítulo serão discutidos dois movimentos que tentaram a organização de guerrilhas em áreas rurais, e em cujo enfrentamento as forças militares utilizaram-se da ACISO e de outros programas na tentativa de conquistar os habitantes locais. Tal como previam os manuais, a utilização da ACISO foi parte de uma estratégia para minar as possibilidades de articulação dos guerrilheiros com a população local, como nos casos de Caparaó e do Araguaia estudados a seguir.

É relevante notar que até mesmo os grupos revolucionários teriam entendido as ações cívicas como um complicador para o sucesso da luta armada, especificamente no caso de uma guerrilha rural. Em documento do I Exército<sup>2</sup> datado de 9 de março de 1970 sobre a prisão do militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) René-Louis Carvalho, filho do histórico militante comunista Apolônio de Carvalho, afirma-se que a organização aproximara-se da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e de outros grupos como o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). René estaria de posse de um comunicado da VPR que trataria da aliança de tais grupos guerrilheiros e a necessidade de fugir do que o documento chamava de “ciclo vegetativo urbano”, tentando a deflagração de uma ação de

---

<sup>2</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (ARJ ACE 1424/70).

guerrilha rural. Assim, o documento destaca a necessidade de romper o isolamento, tendo os militantes de agir “[...] *de forma mais normal possível, aproximando-se da população, procurando disseminar-se com o povo e identificar-se em pontos comuns*”<sup>3</sup>. Neste sentido, o grupo definia como um dos pontos centrais a conquista do apoio da população: “*d) A antecipação às medidas governamentais, no que tange à conquista da opinião pública é fundamental*”<sup>4</sup>. De acordo com o documento do I Exército, as ações como as ACISO, o Projeto Rondon e o cadastramento de pessoas realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) estariam agindo como empecilho para uma maior atuação dos movimentos guerrilheiros:

- i) Várias ações do Governo têm contribuído para prejudicar, dificultar e mesmo impedir o trabalho da VPR em sua tentativa de penetrar no campo:
  - infiltração de elementos na Operação Rondon; (sic)
  - trabalho integrado de âmbito nacional realizado pelos órgãos responsáveis pela segurança;
  - cadastramento de pessoal, realizado pelo IBRA;
  - Operações ACISO<sup>5</sup>.

No fim do próprio documento, em conclusão sobre as possibilidades de execução do projeto de guerrilha rural da VPR, afirma-se que as “[...] *medidas tomadas pelo Exército relacionadas com a assistência social e manobras militares, têm impedido a doutrinação subversiva no meio rural*”<sup>6</sup>, deixando claro a extensão destas atividades e como seriam direcionadas na tentativa de conter a inserção da ideologia marxista no interior do país, sobretudo nas áreas até então desassistidas pelo Estado.

---

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Ibidem.

<sup>6</sup> Ibidem.

Assim, o documento em questão demonstra o uso das ações cívicas como um instrumento prático de prevenção aos movimentos revolucionários, agindo junto à população civil para conquistar o seu apoio e, conseqüentemente, impermeabilizando o terreno para o discurso dos grupos de esquerda. Porém, mesmo quando não conseguiram antecipar-se ao surgimento de movimentos de guerrilhas, as ações cívicas foram utilizadas como “arma” no enfrentamento destes, como se discutirá a partir de agora.

#### **4.1 A guerrilha de Caparaó**

Primeira tentativa de estabelecer focos de luta armada no campo durante a ditadura militar, a guerrilha de Caparaó caiu sem mesmo ter entrado efetivamente em ação. O grupo que subiu a serra do Caparaó, região montanhosa encrustada entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e com altitudes próximas aos 3 mil metros, era composto de pessoas que participaram ativamente das mobilizações em favor das reformas de base durante o governo Jango. Na sua maioria os membros do grupo eram graduados das Forças Armadas, que foram perseguidos após o golpe e expulsos da corporação militar. Nesse contexto eles aproximaram-se do ex-governador gaúcho e ex-deputado federal Leonel Brizola, na época exilado em Montevideú, capital uruguaia. Dessa aproximação surgiria o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que teria entre sargentos e marinheiros expurgados de suas respectivas corporações o grosso de seus integrantes, mas que incluía também civis, sobretudo no apoio logístico aos planos de guerrilha rural.

Na verdade, os militares subalternos que integraram o MNR, sobretudo os sargentos, já haviam se mobilizado contra o oficialato golpista na tentativa fracassada de impedir a posse de João Goulart na presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, confrontando seus superiores: “*A partir daí, o processo de politização dos sargentos das três Armas se torna manifesto. Falam em público de reivindicações profissionais e do seu apoio ao movimento nacionalista, sem preocupação com os regulamentos disciplinares*” (GORENDER, 2003, p.53). A politização alcançou também os sargentos das Polícias Militares de alguns estados e os marinheiros e fuzileiros navais.

Assim como os demais movimentos populares, os militares de baixa patente caminharam rumo à radicalização e ao enfrentamento em favor das reformas durante o governo Jango. A frase proferida pelo subtenente Jelcy Rodrigues Corrêa, futuro guerrilheiro em Caparaó, no período de maior efervescência antes da derrubada de Goulart, dava o tom da rebeldia entre os subalternos: “*Se os reacionários não permitem as reformas, usaremos, para realizá-las, nosso instrumento de trabalho: o fuzil*” (BANDEIRA, 1983, p.104).

Outros integrantes do MNR a subirem a Serra do Caparaó, como os marinheiros Avelino Bioen Capitani e Amaranto Jorge Rodrigues Moreira e os sargentos Amadeu Felipe da Luz Ferreira e Araken Vaz Galvão, também participaram ativamente das mobilizações em favor de reformas estruturais durante o governo de João Goulart. Na época, Brizola era a maior referência para os militares de baixa patente. Quando este formou a Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento que congregava organizações de esquerda diversas na defesa das reformas de base, contou com a adesão de associações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais.

Entretanto, o MNR também contava com civis entre os seus quadros. Em geral, eram membros de organizações de esquerda ou políticos nacionalistas próximos a Brizola e que



havam se envolvido nas mobilizações em favor das reformas de base. Muitos se exilaram no Uruguai junto com o ex-governador, de onde passaram a arquitetar uma reação ao golpe imposto em 1964.

Antes do golpe, Brizola havia adotado uma postura aberta de enfrentamento aos setores conservadores e, com isso, angariado ampla simpatia de grupos progressistas, tornando-se a principal liderança para as esquerdas não alinhadas ao PCB. Sua defesa radical das reformas e as denúncias de que haveria um golpe de Estado em marcha levou-o a difundir a ideia da organização de milícias armadas. Estas deveriam se constituir a partir de células independentes com apenas onze homens e que deveriam entrar em ação assim que os golpistas tentassem tomar o poder, os chamados “grupos dos 11”. No entanto, nenhuma ação considerável foi efetuada pelos brizolistas no momento do golpe: “*A rigor, os adeptos de Brizola limitaram-se, através das ondas da Rádio Mayrink Veiga, a conchamar o povo a lutar contra os ‘gorilas’*” (TOLEDO, 1994, p.113). Com a negativa de Goulart em resistir, Brizola entendeu que era impossível promover de imediato uma reação que fizesse frente de fato ao golpe, tomando o mesmo rumo do presidente deposto: o exílio no Uruguai.

Mesmo exilado, porém, o ex-governador manteve as esperanças de um contragolpe. Através do contato com grupos que permaneciam no Brasil ele passou a planejar a realização de levantes por todo ao país, os quais, imaginava ele, poderiam desorientar e minar o governo militar. Ao seu redor passaram a gravitar indivíduos dispostos a uma reação armada contra os golpistas, como o próprio grupo de sargentos e marinheiros que posteriormente participaram da tentativa de implantar a guerrilha rural em Caparaó. Brizola não era um entusiasta da teoria do foco guerrilheiro, mas como seus planos de levantes populares não se concretizaram, passou a aceitar a ação através de guerrilhas como uma alternativa.

A aproximação do político gaúcho com o governo revolucionário cubano também contou para a aceitação dos planos guerrilheiros. Sem outras possibilidades imediatas, Brizola dispunha de recursos enviados por Fidel e do treinamento realizado por homens que foram enviados à ilha caribenha. Neste contexto, ele passou a aceitar os planos de constituir três focos guerrilheiros no Brasil: um no Mato Grosso, em área fronteiriça com a Bolívia; outro na divisa dos estados de Goiás e Maranhão; e o foco da Serra do Caparaó, o único em que de fato houve um trabalho mais avançado, ainda que tenha terminado antes de entrar em ação.

O MNR teria se aproveitado de um trabalho anterior realizado pela organização Política Operária (POLOP) na região da Serra do Caparaó. Para dar início ao projeto de enfrentamento à ditadura militar, integrantes do grupo instalaram-se numa fazenda nas proximidades do Parque Nacional do Caparaó. Os deslocamentos para o reconhecimento da área e para o treinamento só começaram em fins de novembro de 1966. De acordo com o diário de campanha da guerrilha, no dia 26 daquele mês o grupo se reuniu no alto da Serra para eleger o seu líder, sendo Alexandre – codinome de Amadeu Felipe dentro do MNR – escolhido por unanimidade para comandar a frente guerrilheira. Neste episódio, ele teria afirmado aos demais que “[...] *a guerra de guerrilhas é o caminho mais curto para a ascensão do povo ao lugar que lhe é devido, hoje ocupado por uma seia de militares e títeres por imposição do imperialismo ianque*<sup>7</sup>”.

No entanto, mesmo havendo um otimismo inicial, as adversidades encontradas foram pesando sobre o grupo. A região montanhosa e com grandes variações na temperatura, a distância dos familiares e os problemas no abastecimento de alimentos eram algumas das dificuldades que se abateram sobre os integrantes do projeto guerrilheiro. O marinheiro

---

<sup>7</sup> Consta entre os documentos da PMMG uma cópia datilografada do conteúdo do diário da guerrilha de Caparaó – Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG/ Belo Horizonte.

Avelino Capitani narra em seu livro momentos em que o grupo teria, inclusive, passado fome no alto da Serra:

A fome provocava a criatividade na procura de soluções. Num momento, eu tive que fazer bодоques para caçar tico-tico. Geralmente, comíamos os ovos dos passarinhos e, em uma ocasião, a fome era tanta que tivemos que comê-los já com filhotes em formação. Após dois dias sem comer, entramos numa capoeira e descobrimos batatinhas, que eram a comida de ratos.

– Se os bichos comem, a gente pode comer também.

Fizemos uma grande sopa com água, sal e batatinhas. A dor de barriga foi geral, mas pelo menos tínhamos matado a fome. Outra vez, foram pêssegos. Descobrimos uma pequena área com pêssegos e colhemos durante a noite. Também nos fizeram mal. Tínhamos uma arma 22 silenciosa, e a festa era grande quando caçávamos um jacu. Era sagrado. Durava dois ou três dias, porque era usado só para temperar o arroz . (CAPITANI, 1997, p.104-105)

O grupo necessitava abastecer-se de alimentos nas cidades e povoados ao redor da Serra, sendo esse, inclusive, um dos fatores que contribuiu para que a guerrilha fosse descoberta. Devido a esses problemas, o grupo de Caparaó passou a sofrer deserções. Nos momentos finais do movimento existiam apenas oito pessoas integrando de fato os planos de luta armada no alto da Serra do Caparaó.

Na verdade, a guerrilha começou a ser desbaratada alguns dias antes da prisão do último grupo. Após desistirem de participar do movimento, Jelcy Rodrigues Corrêa e Josué Cerejo desceram a Serra em direção à cidade mineira de Espera Feliz no dia 23 de março de 1967. Perderam o horário do trem para o Rio de Janeiro e tiveram de aguardar o ônibus que partiria a noite. Enquanto isso, os dois foram a uma barbearia, sendo ali surpreendidos por homens da PMMG.

A prisão dos dois integrantes do MNR dava fim à tentativa de manter a guerrilha em segredo e, na verdade, existem indícios de que o Exército já suspeitava da presença de

militantes armados na região desde o fim de 1966<sup>8</sup>. A circulação de estranhos pela região despertou a curiosidade e o medo da população, que passou a denunciá-los à PM. Os homens que caminhavam pelas montanhas barbudos e cabeludos, que pouco se comunicavam com os habitantes locais, que possuíam um sotaque diferente e que adquiriam grande quantidade de suprimentos nos pequenos estabelecimentos comerciais de povoados e cidades acabaram despertando a atenção dos moradores. Muitos camponeses chegaram a ver os guerrilheiros armados, inclusive portando metralhadores na vigília de acampamentos. A partir das denúncias dos habitantes, policiais do 11º BI infiltraram-se na região passando-se por funcionários do Banco do Brasil ou compradores de gado para extrair informações junto aos moradores do entorno da Serra (GUIMARÃES, 2006).

Além de já terem sido descobertos pelas forças de repressão, os guerrilheiros ainda tiveram de lidar com problemas internos. A coesão e o ânimo do grupo foram afetados devido à longa permanência na Serra sem entrar em ação. De acordo com o diário de campanha dos guerrilheiros, no início de janeiro de 1967 cinco integrantes abandonaram o grupo por “problemas sociais”<sup>9</sup>. O adoecimento de alguns guerrilheiros e a falta de medicamentos contribuíram para o aumento dos problemas. O caso mais grave era o de Avelino Capitani. O marinheiro sofria com febre alta e fortes dores pelo corpo, gerando a suspeita de que estivesse infectado pela peste bubônica. Ao que parece, o comando de Amadeu Felipe também passou a ser contestado e um racha teria trazido à tona posições divergentes entre sargentos e marinheiros, inclusive sobre a segurança do grupo.

A piora no estado de saúde de Capitani obrigou o marinheiro Amaranto Jorge Rodrigues Moreira a descer até a cidade mineira de Caparaó para comprar medicamentos para

---

<sup>8</sup> Um relatório da 4ª Região Militar constante dos arquivos da PMMG com data de 04 de abril de 1967 afirma que desde novembro de 1966 o Exército tinha conhecimento da presença de homens armados na região do Caparaó. Agentes disfarçados de excursionistas teriam confirmado as informações – Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG/ Belo Horizonte.

<sup>9</sup> Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG/ Belo Horizonte.

o companheiro. Ele acabou denunciado pelo próprio comerciante que o atendeu e vendeu-lhe os remédios, sendo interceptado e preso quando retornava ao acampamento, no dia 29 de março de 1967.

Vigiados de perto pela PMMG, os guerrilheiros remanescentes estabeleceram o acampamento em uma área mais baixa na Serra e, conseqüentemente, menos segura. Havia um encontro marcado nas proximidades para o dia 2 de abril com homens pertencentes à base do movimento no Rio de Janeiro. Porém, o encontro não ocorreu. No amanhecer do dia 31 de março o grupo foi surpreendido pela ação de doze policiais mineiros. Além do comandante da guerrilha Amadeu Felipe, foram presos ali os graduados das Forças Armadas Araken Vaz Galvão, Edival Augusto de Melo, Jorge José da Silva, Avelino Bioen Capitani e João Jerônimo da Silva, além de Milton Soares de Castro, o único civil do grupo remanescente no alto da Serra.

Os guerrilheiros foram encaminhados para o 11º Batalhão de Infantaria da PMMG (11º BI-PMMG) de Manhuaçu, sendo depois entregues ao poder da 4ª Região Militar. Ficaram encarcerados até o julgamento na penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, onde Milton foi encontrado morto em sua cela. A versão oficial do Exército foi a de suicídio. No entanto, esta informação foi contestada, sobretudo após terem sido encontrados os restos mortais do guerrilheiro em um cemitério de Juiz de Fora. Ribeiro (2010) afirma existirem suspeitas de que Milton poderia ter sido assassinado nas dependências da 4ª RM, local onde os guerrilheiros eram interrogados, sendo o seu corpo posteriormente transferido para o presídio de Linhares onde seria armada a cena do suicídio por enforcamento.

Outros integrantes do MNR também seriam presos nos dias seguintes na região. O grupo dos novos detidos fazia parte da base de apoio ao movimento no Rio de Janeiro. Não sabendo que os companheiros já haviam sido capturados pela PM, teriam ido à Serra do

Caparaó para resgatar os oito remanescentes após as notícias das duas primeiras prisões em Espera Feliz. Foram presos os civis Amadeu de Almeida Rocha, Hermes Machado Neto e Gregório Mendonça, o capitão paraquedista Juarez Alberto de Souza Moreira, o subtenente Itamar Maximiano Gomes e o sargento Deodato Fabrício. Outros integrantes do MNR foram presos no Rio de Janeiro, como o professor Bayard Boiteux e o sargento Anivanir Leite.

Dessa forma, o projeto de implantação de uma luta de guerrilhas a partir da Serra do Caparaó não se concretizou. Os integrantes do MNR limitaram-se a atividades de reconhecimento da área e de treinamento. Caíram antes de confrontar pelas armas as forças fiéis ao governo. Também não realizaram qualquer trabalho político junto aos moradores da região no intuito de obter a adesão destes ao movimento. Pouco informados, sem grandes conflitos locais que pudessem nutrir o desejo de pegar em armas por uma causa revolucionária, zelosos de seu modo de vida simples, foram justamente os habitantes das proximidades do Parque Nacional do Caparaó os responsáveis pelas denúncias que levaram a prisão dos guerrilheiros. Receosas com a presença de estranhos vagando pela região, tais pessoas viveram ainda um período de medo e apreensão, ao saberem que os homens presos eram guerrilheiros. O fantasma do comunismo fazia-se presente para os moradores do entorno da Serra do Caparaó.

#### **4.1.1 O uso da ACISO no enfrentamento ao movimento guerrilheiro**

Sem a conflagração de fato da luta armada, os integrantes do MNR acabaram presos sem a necessidade de um grande contingente de homens para fazê-lo. O grupo que permaneceu na Serra do Caparaó foi rendido por apenas doze soldados da PM mineira na

madrugada do dia 31 de março de 1967. No entanto, logo após a queda dos últimos remanescentes do MNR no interior do Parque Nacional, foi montada uma imensa operação comandada pela 4ª RM do Exército, que também foi integrada por homens da Aeronáutica e das polícias militares de Minas Gerais e Espírito Santo.

Aqui é importante fazer uma ressalva: os documentos sobre as operações de cerco a Serra do Caparaó consultados neste trabalho pertencem à PMMG e, segundo seus registros, a maior parte das atividades de ACISO teriam sido realizadas por esta corporação. Neste ponto, é preciso destacar que tropas da 4ª RM já praticavam exercícios de instrução com uso de ações cívicas desde o ano de 1966<sup>10</sup>, havendo atividades em conjunto com a PM mineira, como discutido no capítulo anterior. Assim, tanto o Exército quanto a PMMG já possuíam no início de 1967 equipes especializadas na execução das ACISO.

É sabido que tanto nas teorias sobre a organização da luta de guerrilhas quanto nas doutrinas militares que versavam sobre o seu combate, a conquista do apoio da população era considerada essencial. Como já discutido, as representações sobre ameaças ao país estabelecidas pelas Forças Armadas brasileiras a partir de fins da década de 1950 viam a revolução como um perigo iminente, e defendiam a necessidade de medidas urgentes para salvar a nação. Nesse sentido, as ações cívicas constituíam instrumento para conter os grupos revolucionários, evitando-se a etapa onde seria necessário o recurso às armas. No entanto, no caso do movimento de Caparaó e também do Araguaia, o recurso às ACISO se deu já dentro de um cenário de conflagração da luta armada.

Mesmo tendo os integrantes do MNR caído sem ter entrado em ação, as forças de repressão montaram nas proximidades da Serra do Caparaó um verdadeiro cenário de guerra,

---

<sup>10</sup> Data em que se encontraram as primeiras informações sobre a realização de ações cívicas no informativo *Noticiário do Exército*. Não se teve acesso a outros documentos que demonstrassem a realização das ACISO antes do período mencionado.

com um contingente enorme de homens, armamentos, equipamentos, aeronaves, etc. O cerco ao Parque Nacional em busca de prováveis remanescentes do MNR ocasionou momentos de enorme tensão e medo entre os moradores, havendo relatos de pessoas que se trancaram em suas casas ou mesmo que deixaram a região se abrigando em cidades mais distantes do foco de atuação das tropas do governo militar (GUIMARÃES, 2006).

Porém, a ação dos militares na região não se concentrou apenas nas buscas e na repressão a prováveis envolvidos com a Guerrilha. A partir de ordem expedida pela 4ª RM às polícias militares mineira e capixaba em 03 de abril de 1967<sup>11</sup>, o comando das operações solicitava que toda a área fosse isolada e evacuada, e que fossem presos todos aqueles considerados suspeitos. Ao mesmo tempo, a ordem recomendava às tropas o máximo de empenho no atendimento às necessidades da população local através da ACISO, como forma de conquistar a sua simpatia.

As informações sobre as ações cívicas executadas durante as operações na Serra do Caparaó constam de relatórios<sup>12</sup> que eram encaminhados diariamente ao Estado-Maior da PMMG e para o Posto de Operações Conjuntas (POC), que se instalara na cidade mineira de Espera Feliz sob o comando da 4ª RM. Os primeiros dados sobre as atividades de atendimento à população datam do dia 08 de abril de 1967, em que se descreve a instalação dos postos de ACISO em um grupo escolar de Alto Caparaó<sup>13</sup> e na prefeitura municipal de Caparaó. Os mesmos registros afirmam que a assistência à população a partir destes dois pontos se estenderia às localidades do Príncipe e do Paraíso, nas bordas do Parque Nacional.

---

<sup>11</sup> Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG/ Belo Horizonte.

<sup>12</sup> Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG/ Belo Horizonte.

<sup>13</sup> Alto Caparaó e Caparaó são definidos no documento como “Caparaó Velho” e “Caparaó Novo”, respectivamente. Na região, ainda é comum o uso destas denominações para definir os dois municípios. Alto Caparaó era um pequeno distrito de Caparaó quando aconteceu a Guerrilha, emancipando-se apenas em meados na década de 1990.



Entretanto, somente a partir do relatório das ações realizadas datado de 10 de abril é que se tem maior detalhamento sobre as atividades executadas. No documento mencionado são comunicadas as ações dos dias 9 e 10. Entre as duas datas, teriam sido realizadas em Alto Caparaó 185 consultas médicas e 50 odontológicas voltadas à população, enquanto em Caparaó 500 pessoas teriam sido assistidas por médicos e 300 por dentistas, além dos atendimentos realizados à própria tropa. Junto dos números de consultas realizadas havia também um bilhete do capelão da PMMG a respeito dos serviços religiosos que faziam parte das ações cívicas. Nele, fica clara a conexão entre religião e a mensagem anticomunista através das pregações do padre, na tentativa de quebrar qualquer simpatia que pudesse haver entre moradores das localidades atendidas e os guerrilheiros:

Assistência religiosa à população e ensinando o papel das Forças Armadas e das Polícias Militares mostrando a união que existe entre elas, como por exemplo: a ação conjunta agora, fazendo ver o trabalho dos comunistas para a destruição do Brasil e de vigilância do Governo para a felicidade de nossa Pátria, tudo orientando para que a população saiba se defender contra as doutrinas que tentam dividir os brasileiros<sup>14</sup>.

No relatório datado de 12 de abril, embora não sejam mencionados a localidade e os dias aos quais se refere, foi registrada uma variedade maior de ações realizadas. O texto se inicia descrevendo a assistência na área da saúde, com a realização de 146 consultas médicas e 10 curativos, e serviços odontológicos com 119 extrações dentárias, 16 obturações, 5 procedimentos de alveolotomia e 6 limpezas de tártaro. Entretanto, o relatório arrola uma série de outras atividades, como os serviços veterinários, contando com palestras sobre o assunto, visitas a fazendas, realização de uma operação e de 5 tratamentos clínicos; atividades religiosas com realização de missas nas igrejas locais e palestras; realização de concurso de

---

<sup>14</sup> Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG. O conteúdo do bilhete é citado na íntegra no relatório fornecido ao Estado Maior da PMMG datado de 10/04/1967.

redação com o tema “A Polícia Militar”, premiando os 6 primeiros colocados; palestra sobre a importância da educação física na vida moderna e sessão de pequenos jogos de “método francês<sup>15</sup>”.

Já no relatório do dia seguinte, que faria referência às atividades do dia 12 de abril, além da menção à assistência na área da saúde com os atendimentos médicos e odontológicos, o texto afirma que foram realizados novamente serviços veterinários através da orientação sobre doenças como brucelose, febre aftosa e doenças que se abateriam sobre bezerros recém-nascidos. No campo da recreação, o relatório menciona a realização de palestras sobre higiene e socorro de urgência, sessões de educação física e piquenique com crianças numa fazenda da região. Ainda estaria prevista uma sessão cinematográfica em Alto Caparaó, porém, esta não aconteceu pela virtude de não haver energia elétrica na localidade.

Os últimos dados apresentados referentes às ACISO praticadas pela PMMG fazem parte do relatório de 14 de abril, que se referiam aos procedimentos realizados nos dias 13 e 14. Mais uma vez, destacavam-se os atendimentos na área da saúde, apresentando 414 consultas médicas, 269 extrações dentárias, distribuição de medicamentos aos pacientes atendidos, entre outras ações. As atividades de recreação incluíram um novo piquenique em Caparaó, organização de uma “festinha infantil”, sessão cinematográfica e distribuição de guloseimas como balas e biscoitos. Também teriam sido realizadas doações de uniformes esportivos e bolas de futebol para uma escola local. O relatório do dia 14 finaliza com a assistência religiosa, afirmando que haviam sido realizadas duas missas, visitas aos enfermos e conferência com os pais da localidade atendida, sem mencionar a temática do encontro.

---

<sup>15</sup> Supõe-se que estas atividades estejam vinculadas aos métodos franceses de ginástica implementados no Brasil a partir da década de 1920 e que serviram de base para o desenvolvimento da educação física no país. O método francês teve nas corporações militares o seu grande propagador, como discutido no terceiro capítulo da presente tese.

As ACISO realizadas na região da Serra do Caparaó ganharam espaço também nos jornais da época, como *O Globo*. Na edição de 14 abril de 1967, o jornal destacou o objetivo das ações cívicas de conquistar a simpatia da população através da assistência em diversas áreas, afirmando que esta era parte dos treinamentos de enfrentamento a movimentos guerrilheiros:

Essas equipes, integradas por médicos, dentistas, enfermeiros, veterinários e elementos entendidos em relações públicas, têm a finalidade atrair a população civil através de assistência médico-dentária, tratamento da criação e ajuda na lavoura, além da distribuição de roupas, calçados, guloseimas e brinquedos para as crianças, neutralizando, assim, qualquer trabalho que no mesmo sentido tenha sido feito pelos guerrilheiros. Equipes da ACISO já atuam na região. Essa prática faz parte do treinamento anti-guerrilha que vem sendo dado à tropa<sup>16</sup>.

O jornal *Correio da Manhã* de 12 de abril também destacou o uso das ações cívicas no processo de repressão ao movimento guerrilheiro. O texto inicia com uma referência à necessidade de conquista do apoio da população para o êxito de uma guerrilha, coisa que, segundo o noticiário, não tornaria a região da Serra do Caparaó a mais indicada, tendo em vista a ampla colaboração dos moradores locais com as tropas. De acordo com a matéria, para cimentar a boa relação entre militares e civis, as tropas da PM mineira teriam instalado um amplo sistema de atendimento médico e odontológico gratuito. O jornal ainda destacaria as ações no campo e a distribuição de alimentos, medicamentos, entre outros:

O trabalho de amaciamento estende-se ao campo, onde veterinários se oferecem aos fazendeiros, inclusive para distribuição de vacinas e remédios. No setor urbano os moradores – pela primeira vez em sua vida – receberam doações de alimentos, leite em pó, víveres, medicamentos, especialmente vermífugos e até mesmo brinquedos para as crianças<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Presos 36 implicados na ação de guerrilhas na serra do Caparaó, *O Globo*, 14 abr 1967, p.8.

<sup>17</sup> Tropas trocam alimento por simpatia: Caparaó, *Correio da Manhã*, 12 abr 1967, p.11.

Em matéria publicada por outro veículo da grande imprensa, o *Jornal do Brasil*, na edição do dia 16 de abril de 1967, o objetivo da participação da PMMG nas operações de cerco na região é definido em duas partes: a primeira seria exatamente a da conquista da simpatia da população local e a segunda englobaria as demais operações militares que coubessem à corporação. De forma francamente elogiosa à PM, o texto afirmava que esta primeira parte da ação seria psicológica e integrava o projeto de tornar a polícia mineira um dos fatores de desenvolvimento do estado com os seus batalhões agrícolas, com as unidades especializadas em construções, na proteção de matas, etc., além do aprimoramento intelectual dos próprios soldados, o que viria acontecendo através da manutenção de ginásios e cursos especializados destinados a eles. O texto também descreve algumas das ações realizadas, desde o auxílio no campo às atividades de recreação:

Desta forma, a PM passou a ajudar os fazendeiros ou os moradores das cidades, consertando pontes e estradas, dando conselhos técnicos sobre o plantio, prestando assistência médica aos enfermos, e até, enviando uma equipe especializada no trato com as crianças, para as quais conta histórias e ensina jogos infantis [...] Na guerra de Caparaó, a parte mais visível da atuação da PM foi justamente junto à população: diariamente médicos e dentistas tratavam de pequenos, moços e velhos; as crianças nunca se divertiram tanto, ouvindo histórias de soldados e passeando nas viaturas militares, sem contar a facilidade com que os meninos conseguiam dos militares explicações pacientes sobre o funcionamento de uma ou de outra arma<sup>18</sup>.

Dentro das perspectivas estabelecidas pelos jornais e dos trabalhos realizados através das ações cívicas que são mencionadas nas fontes consultadas, pode-se interpretar que a PM mineira passava por um processo de reestruturação próximo daquele existente no Exército brasileiro, com a implantação de equipes especializadas no desenvolvimento de atividades não militares. As polícias militares e civis dos países latino-americanos também participaram dos programas de instrução patrocinados por Washington via USAID. Na visão dos norte-

---

<sup>18</sup> Caça aos guerrilheiros termina hoje com Operação-Pente Fino, *Jornal do Brasil*, 16 abr 1967, 1º caderno – p.22.

americanos, as forças policiais deveriam constituir a “primeira linha de defesa” contra o comunismo, sendo o envolvimento das Forças Armadas necessário somente quando o aparato policial se mostrasse insuficiente (MOTTA, 2010).

Neste contexto, é importante destacar que, até a prisão dos guerrilheiros, era a PM mineira a responsável por todas as atividades de observação e busca por informações sobre a movimentação dos integrantes do MNR pelas proximidades do Parque Nacional do Caparaó. Também foi o 11º BI da PMMG a unidade responsável pela prisão de todos os integrantes do movimento. Somente após a captura do grupo remanescente no alto da Serra é que a 4ª RM do Exército se envolveu mais decididamente, assumindo o total controle das operações e enviando tropas do seu efetivo para a região. Ainda assim, coube às unidades da polícia militar mineira a realização da maior parte dos atendimentos através da ACISO na região, principalmente nas áreas mais próximas ao Parque Nacional.

O texto publicado no *Jornal do Brasil*<sup>19</sup> também permite discutir a própria inserção da PMMG como instrumento de desenvolvimento, dentro do conceito criado por teóricos de que as Forças Armadas e as polícias do Terceiro Mundo deveriam exercer a função de “construtores de nações”. Como se nota, a corporação mineira estaria se estruturando para a atuação em áreas não militares por meio da assistência às populações necessitadas via suas equipes de ACISO e de seus batalhões especializados, como os agrícolas e os de construção. Além disso, vale lembrar mais uma vez que, de acordo com as matérias divulgadas pelo *Noticiário do Exército*, desde 1966 unidades da 4ª RM e da PMMG atuavam em conjunto nos exercícios de enfrentamento à guerrilha, o que permitiria o aperfeiçoamento de tais medidas adotadas também pela polícia mineira.

---

<sup>19</sup> Idem.

Vale ressaltar, também, que nos documentos consultados há apenas uma única referência à execução de ACISO pela Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Esta foi publicada na matéria do *Jornal do Brasil* de 16 de abril de 1967<sup>20</sup>, em texto que mencionava o fim das ações de busca por guerrilheiros e o retorno das tropas do Exército às suas respectivas unidades, porém, havendo a permanência de homens da PMMG e da PMES na Serra do Caparaó. Na curta matéria é mencionada a execução de ações cívicas pela polícia do Espírito Santo em conjunto com o Exército na localidade de Santa Marta, distrito do atual município capixaba de Ibitirama, que teriam ocorrido a partir do dia 6 de abril:

As autoridades civis e militares capixabas consideram que a presença da PM no interior do Estado teve outra grande importância, pois tanto a Polícia Militar como o Exército aplicaram o que chamam de ACISO (Ação Cívico-Social), cujos benefícios compreendem o atendimento médico e até mesmo a orientação agropecuária e a reforma de escolas<sup>21</sup>.

Ao se analisar as ações cívicas executadas pelas forças militares no período estudado, fica a indagação: como as pessoas atendidas pelos médicos, dentistas e demais militares especialistas no contato com a população teriam reagido diante da assistência prestada? Teriam desenvolvido de fato alguma simpatia pelas tropas? No caso da Guerrilha de Caparaó é possível fazer uma rápida avaliação de como os moradores das proximidades do Parque Nacional teriam se comportado e que tipo de sentimentos os eventos trouxeram à tona. Para tanto, exploraremos a memória dos moradores da região a partir de algumas entrevistas realizadas por este pesquisador.

---

<sup>20</sup> PM do Espírito Santo vê fim da ação antiguerrilha pela falta de combatentes, **Jornal do Brasil**, 16 abr 1967, 1º caderno – p.7.

<sup>21</sup> Idem.

#### **4.1.2 A ACISO na memória dos habitantes da Serra do Caparaó**

Antes de realizar a análise da memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre as ações cívicas é essencial descrever as condições em que as entrevistas foram realizadas. Todos os depoimentos foram tomados entre os anos de 2004 e 2005, como parte das pesquisas do mestrado cursado na época (GUIMARÃES, 2006). Naquele contexto, a abordagem feita nas conversas com os entrevistados deu-se em torno da guerrilha de Caparaó e, sobretudo, do medo em relação aos guerrilheiros que se propagou nas áreas no entorno do Parque Nacional, tema daquela dissertação.

Da mesma forma, importa notar que foram justamente esses depoimentos que chamaram a atenção sobre a execução das ações cívicas na região. De fato, durante o exercício dos depoentes de lembrar o período das ações de cerco aos guerrilheiros foram recorrentes as menções a respeito da assistência médica e odontológica, às atividades de recreação e outras. A execução das ACISO durante as operações na Serra do Caparaó seriam confirmadas depois através da consulta aos arquivos da PMMG e aos jornais do período, que já foram comentados páginas atrás.

Falar sobre todo o processo do cerco militar à região, para muitos dos depoentes, é resgatar um período em que os moradores vivenciaram um momento marcado pela tensão e a angústia, causadores de profundo medo em torno da presença de guerrilheiros no alto da Serra e das consequências que poderiam se abater sobre os moradores. Ao mesmo tempo, para aqueles que viviam nas áreas mais isoladas no entorno do Parque Nacional do Caparaó, a presença militar, principalmente através das atividades da ACISO, teria sido a primeira percepção que tiveram a respeito da presença do Estado.

Não há a pretensão de se realizar uma profunda discussão sobre as implicações teóricas e metodológicas do trabalho com história oral no presente capítulo. No entanto, é essencial fazer alguns apontamentos. A memória, ainda que seja uma forma de sobrevivência do passado, sofre alterações com o tempo. Ao narrar um evento, o depoente o faz não com as emoções ou com os valores da época em que este ocorreu. Sua narrativa é construída a partir dos sentimentos que vêm à tona no momento em que relembra o acontecido. Assim, lembrar um determinado evento é, na verdade, construir uma imagem a partir do conjunto de representações que povoam nossa consciência atual:

[...] um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou ator da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade. Essa versão é não só legítima, devendo como tal ser reconhecida (pode um historiador impedir alguém de exprimir-se sobre o seu passado?), como também indispensável para todo historiador do tempo presente (ROUSSO, 2001, p.98).

Além disso, o nosso cérebro tem também a necessidade de apagar informações, ficando “armazenados” em nossa memória somente os acontecimentos que tiveram algum teor emocional para fixá-los em nossa mente. Deste modo, é pertinente destacar que existem limites no trato com tal tipo de fonte para o qual o historiador deve se estar atento, uma vez que “[...] a memória é menos uma gravação do que um mecanismo seletivo, e a seleção, dentro de certos limites, é constantemente mutável” (HOBSBAWM, 1998, p.221).

Porém, ainda que existam limites ao trabalho com a memória nas pesquisas no campo da História, maiores são as possibilidades que são abertas. Pode-se através dela acessar a experiência vivida por determinados grupos que, de outra forma, nunca conseguiríamos



adentrar. A história oral, assim, permite ao historiador trazer à tona vozes de segmentos sociais que estariam relegadas ao esquecimento se utilizássemos apenas fontes escritas, por exemplo. No caso da região da Serra do Caparaó, nos foi possível acessar a percepção que algumas das pessoas entrevistadas tiveram das ações cívicas realizadas nas localidades atendidas.

Para quem vivenciou o período da presença de guerrilheiros e o posterior cerco realizado pelas forças de repressão do governo militar, a menção à Guerrilha de Caparaó traz à memória momentos de grande apreensão, marcados pelo temor em torno do agente “comunista” que se locomoveria sorrateiramente pelas montanhas no interior do Parque Nacional, e também pela preocupação de que uma verdadeira guerra pudesse ser travada na região entre militares e integrantes do MNR. Para os moradores das redondezas da Serra do Caparaó, o medo teve dois momentos distintos: no primeiro, passaram a ter receio dos forasteiros “barbudos” e “cabeludos” que perambulavam pela área, evitavam contato com os habitantes locais e que teriam sido avistados portando armas pesadas, o que levou a uma série de denúncias à PMMG; no segundo, foram surpreendidos pelas notícias da prisão de alguns homens e que estes, na verdade, seriam perigosos “guerrilheiros comunistas” que ameaçariam romper a tranquilidade, a vida simples e tradicional e a liberdade daqueles que viviam na região. Nota-se que, neste segundo instante, o temor foi ampliado com a chegada do grande número de soldados e todo o aparato bélico trazido para a realização das operações de busca e prisão de outros integrantes do movimento<sup>22</sup> que pudessem existir nas proximidades. Assim, os habitantes locais passaram a temer que os confrontos transformassem o lugar em verdadeiro “campo de guerra”. Além disso, o temor em torno do comunismo foi ampliado

---

<sup>22</sup> No momento em que foram enviadas tropas à região, todos os integrantes do MNR que haviam subido a Serra do Caparaó já tinham sido presos por homens do 11º BI da PMMG. Sem saber da prisão dos 8 últimos guerrilheiros, um grupo de 6 integrantes da base do movimento no Rio de Janeiro ainda se locomoveu para a região na tentativa de resgatar os colegas, sendo também capturados, já com a região toda tomada pelas forças de repressão.

pelo próprio trabalho dos militares, como transparece no bilhete do capelão da PMMG já analisado neste capítulo, e que vem à tona também no depoimento de Maria Aparecida Rodrigues, moradora do distrito de Pedra Menina, pertencente ao município capixaba de Dores do Rio Preto. De acordo com ela, os policiais afirmavam que os guerrilheiros seriam comunistas, mas a população não sabia ao certo o significado da palavra: *“Só que eles falavam em comunismo e a gente não sabia o que era. E a gente também não aprofundava no assunto, que a gente tinha muito medo da polícia”*<sup>23</sup>.

Nota-se no depoimento de Maria Aparecida que, a princípio, havia medo ou, pelo menos, receio por parte dos moradores das proximidades da Serra do Caparaó em lidar também com os militares. Esse aspecto aparece em diversos outros relatos, como no de Francisco Protásio de Oliveira, também residente em Pedra Menina. Francisco mencionou que, naquela época, as pessoas não tinham contato com policiais na localidade. Segundo o agricultor, o receio no contato com os militares foi ampliado pelo grande número de soldados levados à região: *“Naquele tempo, ninguém conhecia policial de cara a cara, assim. Um monte de polícia de uma vez. Por acaso, vinha uma polícia fazer vigilância aí. Mas por acaso. Pessoal ficava cismado, pessoal ficava sem sair de noite”*<sup>24</sup>.

Porém, se havia o receio inicial em aproximar-se dos militares, a partir da realização das ações cívicas os soldados foram conquistando gradativamente a confiança e a simpatia dos moradores das áreas atendidas. O assistencialismo praticado pelas equipes de ACISO tornou-se um elemento frequente nos relatos dos entrevistados ao lembrarem a Guerrilha. Nessas circunstâncias, a maioria dos depoentes demonstrou admiração pelas tropas, ao mesmo tempo em que temia os guerrilheiros.

---

<sup>23</sup> Maria Aparecida Rodrigues. Depoimento concedido em Pedra Menina no dia 21 de novembro de 2005.

<sup>24</sup> Francisco Protásio de Oliveira. Depoimento concedido em Pedra Menina no dia 21 de novembro de 2005.

Moradora de Alto Caparaó, Nadir Tavares de Oliveira também mencionou o medo inicial em relação às tropas. No entanto, os atendimentos na área da saúde quebraram o receio e despertaram a simpatia em relação aos militares. Em seu relato, os atendimentos odontológicos, sobretudo as extrações dentárias, foram os fatos mais significativos:

[...] montaram consultório dentário extraíram dente da população toda [...] Aí, com todo mundo morrendo de medo, o pessoal [militares] começou a entrosar com todo mundo, muitos consultaram, muitos extraíram... eu mesmo extraí meus dentes com eles. Extraí dezesseis dentes com eles na época. Aí, perderam o medo deles...<sup>25</sup>

Outro entrevistado que destacou o receio inicial foi Welton Ferreira Lima, morador de Caparaó. Ele mencionou em seu depoimento a precariedade do atendimento na área da saúde na cidade naquele período e como os soldados teriam suprido tal deficiência. Welton ainda destacou o a cordialidade dos militares nos atendimentos e na relação com a população:

Foi uma coisa, de certa forma, boa, porque eles vieram com muitos medicamentos, vieram com muitas provisões, então eles atenderam até a população. Se eu não me engano, a avó dela mesmo [aponta para a filha a seu lado] foi com os meninos, foi atendida, que eles não tinham, assim, muito posto de saúde, aquela coisa era muito rara. Então, eles atenderam a população muito bem. Então, foi até benéfico. De certa forma, foi um mal que trouxe um bem. Então, foi... atenderam muito bem. E eles eram pessoas muito educadas. O pessoal ali... apesar de que a gente tinha medo deles também. Porque a gente era muito ignorante. Era meio criado, meio assim... coisa e tal. Mas fomos aproximando, aproximando... soldado passava a mão na cabeça, até que nós acostumamos. Mas um pouco ainda, como diz o outro, ressabiado<sup>26</sup>.

Para uma população até então desassistida pelo Estado, os atendimentos realizados na área da saúde tiveram um grande impacto na época. No entanto, as atividades de recreação

---

<sup>25</sup> Nadir Tavares de Oliveira. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 30 de setembro de 2005.

<sup>26</sup> Welton Ferreira Lima. Depoimento concedido em Caparaó no dia 20 de novembro de 2005.

com crianças, os serviços religiosos feitos pelo capelão, os filmes exibidos, entre outras ações executadas através da ACISO foram mencionadas nos depoimentos dos moradores, como no relato de Joaquim Cândido da Silva, também morador de Caparaó. Joaquim ainda destacou a sensação de proteção com a presença dos militares diante de todo temor em relação à atividade de guerrilheiros na região:

Ah, tranquilizou mais, porque tinha muita polícia, não é? Eles eram em quantidade grande e eles tinham, assim, polícia para... tinha o capelão que ficava celebrando missa, conversando com o povo. E tinha o sargento Zé Maria e outros também para atrair a criançada, passavam filmes e brincavam com as crianças, atraindo as crianças. E tinha... veio dentista, veio médicos e começaram a dar remédios, consultar o pessoal. Davam remédios de graça e tudo. Então... o pessoal sentiu mais tranquilo. Protegido<sup>27</sup>.

Na cidade mineira de Espera Feliz, onde ficou sediado o comando das operações através do Posto de Operações Conjuntas, atividades de ACISO também foram realizadas. De acordo com a professora Maria do Carmo Rocha Rezende, na localidade teriam sido promovidos festas e bailes, passeios com crianças em aeronaves, plantio de árvores, entre outros. Oficiais do Exército teriam ido às escolas para a realização de palestras. Segundo Maria do Carmo, as exposições tinham conteúdo anticomunista:

Aí, também tinha festa, eles plantaram árvores, eles fizeram, é... baile, aqueles bailes da rainha da FAB. Eles iam na escola dar palestras, dar panfletos, falavam sobre anticomunismo... comunismo... falavam sobre o comunismo, mas contra e... do papel que eles estavam fazendo aqui. Vacinaram todo mundo de febre amarela e de varíola. De primeiro, vacina era uma coisa, assim, limitada a crianças, assim, escolares. Aí, vacinou todo mundo. [...] promoveu esse negócio de festa e levava a gente para esse campo de aviação para dar volta de helicóptero, de avião, aqueles teco-tecos. [...] Assim, num tempo, Espera Feliz ficou numa situação de pânico. De medo, tanto do Exército quanto dos guerrilheiros<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Joaquim Cândido da Silva. Depoimento concedido em Caparaó no dia 20 de novembro de 2005.

<sup>28</sup> Maria do Carmo Rocha Rezende. Depoimento concedido em Espera Feliz no dia 22 de novembro de 2005.

No entanto, foi nas localidades de Alto Caparaó e Caparaó onde se observou que os depoentes demonstraram maior simpatia em relação às tropas. Aqui, deve-se ressaltar que a assistência por parte do poder público para as necessidades básicas da população era quase inexistente. Alto Caparaó, por exemplo, era apenas um pequeno povoado e a dificuldade de interligação com os principais centros urbanos da região era grande. Muitos dos moradores do lugarejo não haviam ainda tido contato com um médico ou dentista. De acordo com o relato de Antônio Pereira Leite<sup>29</sup>, morador da localidade, quando alguém adoecia, geralmente era levado até o município de Alto Jequitibá para ser atendido pelo farmacêutico da cidade, o que era difícil pela falta de automóveis ou de outra forma de transporte, a não ser o animal. Ele ainda afirmou que, em casos mais graves, era preciso ir à cidade de Manhumirim para atendimento médico.

Se, de acordo com as doutrinas de guerra da época, tais condições tornavam os moradores locais alvos fáceis da ideologia marxista, ao mesmo tempo elas facilitaram a ação dos soldados na busca pela simpatia e pelo apoio da população, permitindo que eles atingissem “os corações e as mentes” dos habitantes das redondezas da Serra do Caparaó, como apregoavam os teóricos militares a respeito do enfrentamento ao comunismo. A referência ao atingir o “coração” e a “mente” da população, inclusive, apareceu num dos depoimentos. De acordo com Nadir Tavares de Oliveira, a assistência prestada teria marcado profundamente os moradores de Alto Caparaó: *“Isso ficou gravado na mente e no coração do povo, porque, quando... é a mesma coisa quando você nunca teve um carinho de ninguém, de um amigo, de uma pessoa qualquer, você tem um carinho, aquilo fica guardado”*<sup>30</sup>.

Com as operações militares e os serviços prestados à população local pelas tropas, nota-se nos depoimentos que houve uma forte simpatia dos moradores pelas forças oficiais.

---

<sup>29</sup> Antônio Pereira Leite. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 05 de outubro de 2005.

<sup>30</sup> Nadir Tavares de Oliveira. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 30 de setembro de 2005.

Tal aspecto pode ter sido facilitado pelo fato de os guerrilheiros terem se mantido isolados e não terem realizado qualquer trabalho político junto aos habitantes da região. Além disso, a presença de “estranhos” no interior do Parque Nacional do Caparaó já causava medo e apreensão nos moradores, o que foi amenizado com as notícias das prisões e o posterior cerco da região pelas forças militares. No entanto, houve ainda uma desconfiança inicial dos moradores em relação aos soldados. As atividades da ACISO teriam sido o principal elemento que tornaram possível quebrar o receio inicial e conquistar o apoio da população da região. Neste contexto, alguns depoimentos apresentam pontos que merecem destaque, como o de Izac Valério<sup>31</sup>. Morador de Alto Caparaó e pai de Nadir Tavares, Izac definiu os soldados como um “povo bom e educado”. Ele afirmou em seu relato que a satisfação com a assistência recebida fez com que muitos moradores presentearassem os militares com alimentos produzidos nas propriedades rurais, como mamão, banana e marmelo, por exemplo. Além disso, Izac afirmou que, caso fosse necessário, os habitantes de Alto Caparaó estariam dispostos a pegar em armas para lutarem junto às tropas contra os guerrilheiros. Na sua opinião, o povo da localidade muita das vezes não seria grato aos militares após terem sido “libertados” do “perigo” que teriam corrido. Ele afirmou que os moradores, ao visitarem as cidades sedes dos batalhões que atenderam Alto Caparaó na época, deveriam presentear seus comandantes em agradecimento:

Comandante, eu trouxe para o senhor uma leitoa ou, eu trouxe para o senhor um cabrito gordo, que o senhor nos deu uma tranquilidade muito grande. Não tem. O sujeito às vezes não faz. Sujeito sai daqui para ir à Juiz de Fora, para chegar lá e procurar o comandante lá: “Ah, seu comandante, nós estamos libertos lá, viemos cá dar um abraço no senhor e pedir a Deus para o senhor, Deus dar muita vida ao senhor”. Mas o sujeito não faz isso<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Izac Valério. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 04 de outubro de 2005.

<sup>32</sup> Idem.

É interessante perceber que, em alguns depoimentos, é demonstrado desolação quando mencionam o momento em que as forças militares deixaram a região em retorno aos quartéis. Segundo Nadir Tavares<sup>33</sup>, muitos moradores teriam chorado devido à tristeza pela partida das tropas.

Já para Welton Lima, a saída das tropas significou naquele momento dois sentimentos distintos: primeiro, a tranquilidade e a segurança por imaginar que a área estaria “livre” dos guerrilheiros; porém, em seguida viria a tristeza pela ausência dos militares: “[...] *para nós foi uma tranquilidade e, sinceramente, até uma saudade. [...] Então, para mim, sinceramente, quando eles foram embora foi uma tristeza*”<sup>34</sup>.

É interessante notar que até mesmo os relatórios produzidos pelas equipes de ACISO direcionados ao Estado Maior da PMMG e ao POC mencionam a simpatia e o apoio que os moradores da região teriam desenvolvido pelos militares. Na descrição das atividades produzidas no dia 13 de abril de 1967, destaca-se a ajuda que os fazendeiros da região teriam dado às tropas. Tal fato, segundo o documento, teria acontecido após a execução da ACISO na região que, ao conquistar os moradores, transformou-os em colaboradores das atividades de repressão ao movimento guerrilheiro:

Vale ressaltar que os Postos de Observação e patrulha a cavalo estão instalados nos locais mencionados, sem qualquer despesa para a PM, pois os fazendeiros fazem questão de fornecer ABRIGO, ALIMENTAÇÃO e ANIMAIS, para os nossos homens, além de se oferecerem para acompanhá-los nas patrulhas em busca dos guerrilheiros. Graças aos trabalhos desenvolvidos pelas equipes de ACISO, e pela Ação Cívico-Social feita pelas nossas patrulhas volantes, que vêm distribuindo medicamentos, tais como, vermífugos, fortificantes, antibióticos, curativos, drenagens etc, pelos seus enfermeiros e orientando os fazendeiros no setor de higiene e educação sanitária, em seu próprio lar (fazenda) criou-se na região, um clima de confiança e camaradagem entre tropas da P.M. e a população civil da região, principalmente no meio rural.

---

<sup>33</sup> Nadir Tavares de Oliveira. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 30 de setembro de 2005.

<sup>34</sup> Welton Ferreira Lima. Depoimento concedido em Caparaó no dia 20 de novembro de 2005.

Podemos afirmar que cada fazenda existente na borda da serra, se transformou em sentinela avançada das tropas que operam na região. Anteriormente, receberam elementos estranhos dando-lhes alimentação e pousada por uma questão de hospitalidade e por ignorarem o objetivo da sua presença na região. Hoje esses elementos serão recebidos por esses fazendeiros com as armas nas mãos, conscientes do dever de preservar a ordem legal. Atualmente, impera na região um clima de ordem e confiança nas autoridades<sup>35</sup>.

No entanto, é um segundo documento da polícia mineira que mais chama a atenção neste sentido. No relatório final sobre as atividades realizadas pelo 9º Batalhão de Infantaria da PMMG (9º BI-PMMG), com sede no município de Barbacena, é relatado o momento em que as tropas deixaram a cidade de Caparaó em retorno ao quartel. O texto narra a cerimônia de encerramento das operações, descrevendo a emoção que teria tomado a população com a partida dos militares:

Cumpri-me ressaltar rapidamente a referida partida da tropa naquele local, que a meu ver foi realmente tocante:

Tropa formada, com elevada moral e bem humorada, foi batida fotos da mesma; logo depois fotos dos Oficiais e em seguida tropa embarcada, tendo antes, em voz vibrante sido cantado o Hino do 9º BI que arrancou calorosos aplausos de quantos lá se postavam para assistir, condoídos, a partida. Votos de boa viagem, de felicidade e breve regresso e desta feita, para um agradável passeio; lágrimas que rolavam de negros olhos em faces cômodas, mãos que agitavam e lenços multicores eram incontáveis. A tropa parte num misto de dor e alegria. Todas as viaturas com seus farolites acesos e fazendo ouvir ao longe o som das buzinas e intercalado pelos soluços, ouvimos, tomados até mesmo de espanto, uma canção à tropa oferecida pela população estudantil local – em coro com todos os outros...<sup>36</sup>

Outro documento<sup>37</sup> faz referência ao que parece ser a mesma cerimônia de fechamento das operações na cidade de Caparaó. Nele, é mencionado que as tropas foram homenageadas pela prefeitura municipal com um banquete, havendo discursos de oradores na

<sup>35</sup> Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG. Grifo mantidos como no original.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Ibidem.



ocasião. Com o fim das homenagens, as tropas teriam embarcado e deixado a cidade por volta das 12 horas do dia 15 de abril de 1967.

Assim, a partir dos depoimentos dos moradores que vivenciaram as operações de cerco da região da Serra do Caparaó na repressão ao movimento guerrilheiro, podemos ter acesso a mais informações sobre como foram os procedimentos de aproximação da população civil utilizados pelas tropas através da ACISO, quais os métodos para conquistar a confiança, atrair as crianças e, ao mesmo tempo, introduzir a mensagem anticomunista. Ao mesmo tempo, os relatos permitem avaliar se os objetivos de conquista da simpatia dos habitantes locais teriam sido bem sucedidos. No caso das operações nas proximidades do Parque Nacional do Caparaó, não apenas os depoimentos, mas os próprios documentos da PMMG e os jornais da época nos levam a afirmar que a finalidade das ações cívicas no quadro de enfrentamento à guerrilha foi alcançada. Apesar do receio em lidar com os militares aparecer nos relatos, a assistência prestada à população foi algo que sempre mereceu espaço de destaque nas memórias referentes ao evento. Junto da lembrança das ações cívicas, a simpatia em relação às tropas foi registrada nos relatos, ao mesmo tempo em que transparecia o temor diante dos guerrilheiros.

Para quem vivia no isolamento das áreas rurais da Serra do Caparaó, as operações de enfrentamento à guerrilha contribuíram para que os habitantes fossem, pela primeira vez, enxergados pelo Estado. Os militares fizeram aquilo que os guerrilheiros não conseguiram, aproximaram-se da população e conquistaram sua confiança e apoio e, assim, colocaram à prova sua estratégia de combate à guerra revolucionária.

As ações cívicas também foram utilizadas como estratégia de combate à guerrilha do Araguaia, já na década de 1970. Além da assistência à população, após a violenta repressão

aos guerrilheiros, houve a tentativa de implementar também outros projetos na região como forma de conter novos movimentos contra a ditadura militar, como se discutirá a seguir.

## **4.2 A guerrilha do Araguaia**

No mesmo período em que os guerrilheiros de Caparaó caíram, militantes de outra organização de esquerda estavam se estabelecendo mais ao norte do país, numa região fronteiriça entre os estados de Tocantins<sup>38</sup>, Pará e Maranhão. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), surgido da cisão do antigo PCB em 1962, foi o responsável pela estruturação do projeto de guerrilha rural que ficaria conhecido como a guerrilha do Araguaia. A sua criação decorreu de intensos debates em torno das mudanças na linha política do PCB em fins da década de 1950, quando grupos que lideravam o partido passaram a defender a sua aproximação com os trabalhistas, a aliança com a burguesia nacional e o caminho pacífico da revolução brasileira. Tais teses foram expostas na “Declaração de Março de 1958” e consumadas no ano de 1960 através da realização do V Congresso do partido. Os grupos internos que se opuseram às transformações na linha política do PCB terminaram expulsos do partido, fundando o PCdoB:

---

<sup>38</sup> Na época, o território pertencia ao estado de Goiás.

Foi durante o governo parlamentarista de João Goulart que o PCdoB tornou público o programa que lhe daria feição ideológica e pautaria a sua atuação política em seus primeiros anos de vida política. O partido apontava o imperialismo norte-americano, o latifúndio e parte da burguesia nacional pelo entrave que se encontrava o desenvolvimento do país e, por conseguinte, pela situação de penúria dos trabalhadores brasileiros. A situação de domínio do imperialismo e do latifúndio, gerando um desenvolvimento calcado no capital estrangeiro e responsável por uma estrutura agrária perversa, daria origem a um regime reacionário e antinacional, o que poderia ser medido pela própria Constituição de 1945, que serviria unicamente aos interesses das classes dominantes. Nesse caminho, o regime não poderia ser modificado a partir das teses que então estavam em voga, por exemplo, a troca dos governantes, ministros ou gabinetes, pois estes deveriam executar a política das classes dominantes e a não-implantação de um *governo popular revolucionário* e de um *regime antiimperialista, antilatifundiário e antimopolista*. (SALES, 2007, p.21)

As críticas aos rumos tomados pelo PCB fizeram com que o PCdoB optasse por uma posição de maior enfrentamento às classes dominantes, colocando a violência revolucionária como uma possibilidade em seu programa, lançado em 1962. O partido também alinhou-se política e ideologicamente ao Partido Comunista Chinês (PCCh) e ao maoísmo, o que influenciou diretamente na sua proposta de luta armada baseada na guerra popular prolongada. Neste sentido, as posições das duas organizações diante do golpe de 1964 e da consequente ditadura militar foram opostas: enquanto o PCB optou por uma linha de resistência pacífica, o PCdoB apoiaria o recurso às armas, ainda mais após o incremento da ditadura:

Um evento importante na preparação da guerrilha foi o recrudescimento da ditadura, representado pelo Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Sob o impacto do fechamento ditatorial, o partido aprovou, em janeiro de 1969, o documento “Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil”. Nele, o PCdoB buscava definir sua estratégia de luta armada e unir os militantes em torno dessa bandeira. (SALES, 2007, p.101)

É interessante notar que a área onde o PCdoB estruturou seu projeto de luta armada era também de interesse do grupo vinculado a Leonel Brizola. De acordo Tavares (1999), os planos guerrilheiros do MNR visavam construir três focos: além de Caparaó, existiriam

projetos no Mato Grosso e na região do Araguaia. Para este terceiro foco do MNR foi enviado a princípio um camponês com a missão de desmatar uma área no Planalto Central para a construção de uma pista de pouso de aeronaves. No entanto, as dificuldades encontradas deixaram o trabalho incompleto e o projeto avançou para o norte do atual estado de Tocantins, expandindo-se posteriormente para o Maranhã e Pará:

As montanhas desnudas de Goiás acabaram levando o foco para o norte, até que tudo se concentrou em Imperatriz, no oeste maranhense, e logo se expandiu até Marabá, à beira do rio Tocantins, no Pará. Tão isolada era a região que nem no mapa lhe punham os olhos e ninguém notara, na época, que os rios desenhavam ali um perfeito “bico de papagaio”. Imperatriz era o núcleo principal e, sob o comando de Víctor, lá aportaram os futuros combatentes. No início, 15 homens que chegaram aos poucos e foram se encontrando e se reunindo como se houvessem travado amizade por lá mesmo, ou na viagem longa pela estrada esburacada, que alternava pó e lama. A Belém-Brasília ainda não era asfaltada e o percurso consumia dias e dias, tempo suficiente para que os solavancos do ônibus gerassem amizades novas. Os recrutados em Brasília eram todos ex-fuzileiros navais ou ex-marinheiros, filhos de camponeses do Nordeste, tal qual Víctor, mas sem nenhum curso na “ilha”. (TAVARES, 1999, p.191)

O trabalho do MNR na região, porém, não avançara. As dificuldades existentes e a posterior prisão dos guerrilheiros na Serra do Caparaó fizeram com que o comando do MNR abortasse os planos do foco do Araguaia, assim como o de Mato Grosso.

No caso do movimento organizado pelo PCdoB, os militantes do partido começaram a se fixar na margem esquerda do rio Araguaia, no estado do Pará, a partir de 1966. Entre eles, muitos haviam realizado treinamento na China. De acordo com Gorender (2003), a escolha da região foi acertada e permitiu a prolongada preparação do movimento guerrilheiro. No ano de 1970, o grupo possuiria 69 militantes numa área que ia de Xambioá a Marabá. Em 1972, a guerrilha já estaria dividida em 3 destacamentos treinados para a luta e espalhados por uma área de cerca de 7 mil km<sup>2</sup>. Levando em conta a experiência e a organização do

movimento, Ridenti (1993) afirma que a luta armada no Araguaia foi a única a merecer o nome de guerrilha rural de fato:

Desde 1966 o Partido já tinha militantes vivendo na região. A partir de 1967, especialmente depois da promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, foram chegando novos “moradores” do PC do B no local, geralmente pessoas muito procuradas nas cidades pela polícia, por vinculação ao movimento estudantil. Teoricamente, o PC do B discordava do foquismo inspirado na Revolução Cubana, era crítico dos grupos de esquerda que negavam a ideia do partido na condução da guerrilha rural, bem como das atividades de guerrilha urbana. O não-envolvimento do PC do B com as ações armadas nas cidades permitiu que a organização se preservasse relativamente das investidas policiais, o que lhe deu melhores condições de realizar o sonho de tantos outros grupos: deflagrar a guerrilha rural. (RIDENTI, 1993, p.227)

A luta armada de fato apenas se iniciaria em 1972. Na verdade, o PCdoB foi obrigado a antecipar os planos guerrilheiros após os órgãos de informação do governo militar terem descoberto o movimento. Com isso, a ditadura deu logo início à repressão aos militantes que haviam se estabelecido no Araguaia enviando tropas do Exército para combatê-los. De acordo com Ridenti (1993), pouca coisa teria se alterado, pois a guerrilha já estaria prestes a ser deflagrada. Os combates entre os soldados a serviço da ditadura militar e os militantes do PCdoB durariam dois anos, levando o Exército a recuar diante das ações guerrilheiras nas duas primeiras expedições. Gorender (2003) afirma que os militares enviados não possuíam treinamento específico em contraguerrilha na selva, o que levou à derrota das tropas mesmo tendo um número superior ao dos guerrilheiros que, por sua vez, estariam adaptados à floresta.

Após as derrotas das duas primeiras expedições militares, o Exército teria mudado a estratégia de enfrentamento, infiltrando agentes de inteligência entre a população local que se passaram por fazendeiros, viajantes, camponeses ou comerciantes (NASCIMENTO, 2000). Além disso, intensificou o treinamento de soldados em técnicas de combate na selva, para em

seguida lançar uma terceira campanha que conseguiu acuar os militantes do PCdoB e aniquilar o movimento paulatinamente. Com a destruição do comando guerrilheiro e a repressão também às bases do partido nas cidades, os sobreviventes tiveram que se dispersar pela mata e passaram a agir de forma autônoma, já que não havia mais uma coordenação central que estabelecesse as ordens para as ações de luta armada. Os guerrilheiros, assim, foram brutalmente dizimados. Em números apresentados por Gorender (2003), o total de mortos chegaria a 76 pessoas, sendo 59 militantes do PCdoB e 17 camponeses da região recrutados para o movimento. No entanto, o historiador menciona a existência de documentos que até então não tinham sido liberados que poderiam revelar um total de 92 mortos<sup>39</sup>. O processo de aniquilação da guerrilha não cessou apenas com o assassinato dos militantes. Qualquer vestígio deveria também ser apagado, o que incluiu o desaparecimento dos corpos dos guerrilheiros assassinados e a própria censura que se abateu sobre a imprensa, impossibilitando a divulgação de qualquer notícia referente ao conflito. Nesse ponto nota-se uma grande diferença com o caso de Caparaó, que foi bastante divulgado pela grande imprensa, como se viu.

Além da violenta repressão que se abateu sobre os militantes do PCdoB e sobre a própria população local, as ações no Araguaia contaram também com a realização de assistências à população via ACISO. No entanto, a preocupação com a área foi maior que aquela despertada em Caparaó, levando o Exército e o próprio governo militar a desenvolverem outros programas para a região na tentativa de ocupar área, estimular o

---

<sup>39</sup> Sales (2007) corrobora com os números propostos por Gorender (2007), afirmando também ser 76 o número de pessoas mortas no Araguaia pelas forças da ditadura militar. No entanto, outros estudos apresentam números diferentes, como é o caso de Leonêncio Nossa (2012). O jornalista, que baseou na consulta aos arquivos do coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Major Curió, além de depoimentos e documentos fornecidos por outros militares e por civis, apresenta um total de 59 mortos, sendo 41 fuzilados e outros 18 que tombaram em combate. Já Studart (2007) menciona os dados divergentes apresentados por PCdoB e militares: os comunistas afirmariam que 75 teriam morrido, sendo 58 guerrilheiros e 17 camponeses, enquanto as forças oficiais assumiriam um número maior, num total de 85 mortos.

desenvolvimento econômico e eliminar as possibilidades de que grupos de esquerda estabelecessem novos movimentos armados no Araguaia, como se verá a partir de agora.

#### **4.2.1 As atividades de ACISO e as outras ações realizadas na região do Araguaia**

Os militantes do PCdoB que se instalaram na região do Araguaia buscaram se misturar à população local. Ao mesmo tempo em que estruturavam o projeto de luta armada, levavam uma vida não muito diferente dos camponeses visando a não chamar a atenção das autoridades. Também evitaram qualquer trabalho político, o que só se tentou realizar após o início da guerrilha. Até aquele momento, o próprio aparelho repressivo da ditadura militar tinha pouco alcance na área. Ao mesmo tempo, assim como em tantas outras regiões isoladas do país, o Araguaia também sofria com a falta de assistência por parte do Estado. Nesse contexto, os militantes do PCdoB iniciaram suas ações de conquista da população utilizando-se de métodos próximos das ações cívico-sociais promovidas pelas forças militares. Ridenti (1993), por exemplo, descreve a surpresa da população local quando o Exército chegou à procura dos “terroristas” que, até então, vinham provendo os moradores com assistência médica e sanitária. Gorender (2003) também destaca como os membros do PCdoB buscaram adotar uma vida nos moldes daqueles que ali já estavam estabelecidos e como, ao invés do trabalho político, passaram a realizar atividades de auxílio aos moradores da região:

A área se caracterizava pelo povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica. O aparelho repressivo do Estado – uns minguados elementos da Polícia Militar – tinha ali presença ínfima e era coisa rotineira a

chegada de gente nova numa região de fronteira agrícola. Da sua parte, os futuros guerrilheiros se inseriram na população e seguiram rigorosamente a norma de evitar toda e qualquer atuação política. Assumiram atividades de lavradores e pequenos negociantes e se restringiram a uma prática assistencial: ensino nas escolas, pequenos serviços de enfermagem, participação nas festividades e, vez por outra, nas pendências costumeiras com grileiros. (GORENDER, 2003, p.234)

A preocupação dos órgãos de repressão da ditadura militar com as ações realizadas pelos membros do PCdoB transparece em documento produzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), que foi encaminhado aos órgãos de informação e Estados-Maiores das Forças Armadas e à agência central do SNI<sup>40</sup>. Nele, o CISA enfatizava o caráter maoísta do PCdoB e afirmava que o partido estaria preparado para colocar em prática uma guerrilha rural “[...] apoiada e dirigida, integralmente, pelo Partido Comunista Chinês<sup>41</sup>”. Assim, os militantes aproveitariam-se das condições sociais existentes e tentariam “[...] não só angariar a simpatia dos habitantes, como também conscientizá-los para a LUTA ARMADA<sup>42</sup>”. Neste contexto, o documento afirma que ações estariam sendo realizadas para atenuar as atividades dos comunistas, porém, reconhece a ausência do Estado na resolução dos problemas da região:

Felizmente, já observamos que as Forças Terrestres vêm se adequando lentamente para ações de campo; todavia, enquanto estão presentes, amenizam o aspecto psico-social das “áreas problemáticas”, mas, quando se retiram, nota-se um retorno à situação anterior e o que é pior, agravada pela exploração dos comunistas em relação à atenção transitória do governo pelos problemas da área<sup>43</sup>.

De acordo com as informações do CISA, por ser um país ainda em desenvolvimento e com grande extensão territorial, o Brasil possuiria áreas propícias ao projeto guerrilheiro do

---

<sup>40</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (AC ACE 54616/72).

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Ibidem.



PCdoB. No caso específico do Araguaia, o documento menciona uma série de problemas que tornariam a área permeável ao trabalho dos grupos de esquerda. Definidos como “aspectos psico-sociais”, a análise tratava de temas como educação, habitação, condições de trabalho, entre outros:

EDUCAÇÃO – elevado índice de analfabetismo, em consequência da inexistência de escolas e professores na maioria das localidades. As poucas existentes situam-se a grandes distâncias da pequena população dispersa na área;

HABITAÇÃO – casas construídas de barro e chão de terra, que proporcionam, apenas, precárias condições de abrigo aos moradores;

HIGIENE – inexistência de conhecimentos rudimentares de higiene, resultando na promiscuidade de pessoas e animais, facilitando a proliferação de doenças endêmicas tropicais;

SAÚDE – deficiência de assistência médica em pessoal, instalações e medicamentos;

CONDIÇÕES DE TRABALHO – os homens, devido a sua pouca instrução, não estão em condições de bem aplicar os recursos obtidos, ficando em consequência a mercê de exploradores.

TERRA – a posse de terra resulta sempre em conflitos sérios e é objeto de demagogia dos administradores locais<sup>44</sup>.

Neste último ponto, o documento destaca a atuação de padres na região. Na análise do CISA os religiosos estariam desvirtuando o objetivo de sua ação ao “apoiarem e praticarem a subversão” com a incitação à violência e a desmoralização do governo, ampliando os conflitos no campo. Mais à frente, o documento menciona movimentações de pessoas em São Felix do Araguaia, no estado do Mato Grosso, levantando desconfianças sobre o apoio do bispo dom Pedro Casaldáliga a guerrilheiros que poderiam ter se estabelecido naquele município.

---

<sup>44</sup> Ibidem, grifo mantido como no original.

A questão da segurança é outro ponto visto como crítico pelo CISA, já que esta ficaria a cargo de policiais militares que deixariam “[...]  *muito a desejar no aspecto moral e profissional*”<sup>45</sup> ao atenderem aos interesses de facções políticas locais ao invés de agir conforme a lei. Assim, o documento afirma que a atuação dos policiais seria um grave problema, pois estaria baseada nas conveniências pessoais e políticas, o que ocasionaria a antipatia da população, como no exemplo dado mais adiante a respeito da PM do município de Araguaína, estado do Tocantins.

Os problemas levantados no documento faziam já parte das preocupações das Forças Armadas há bastante tempo com as áreas carentes, estando presentes nas discussões em torno da doutrina da guerra revolucionária desde fins da década de 1950. Da mesma forma, os programas assistenciais implementados após a instauração da ditadura militar, sobretudo as ações cívicas, já apresentavam tentativas de amenizar as agruras vivenciadas pelas populações de áreas pobres e isoladas como estratégia para conter uma possível penetração de grupos de esquerda. Ao se analisar o documento do CISA e a própria produção acadêmica que menciona as ações realizadas na região do Araguaia, nota-se um cenário de total falta de assistência do Estado à população local e, ao que parece, o governo militar e as Forças Armadas só passaram a se interessar pela região devido à presença guerrilheira. As atividades de ACISO, por exemplo, são mencionadas somente quando a atividade de repressão contra os militantes do PCdoB já teria se iniciado. Gorender (2003), por exemplo, afirma que as ações cívicas só teriam sido colocadas em prática após a derrota das duas primeiras expedições militares, quando o Exército foi obrigado a alterar sua estratégia de combate à guerrilha, infiltrando na região agentes de inteligência e treinando soldados em contraguerrilha na selva: “*Ao mesmo tempo, criou-se a Ação Cívico-Social (ACISO), departamento incumbido de atividades assistenciais, tendo em vista combinar o terror repressivo generalizado ao efeito suasório dos*

---

<sup>45</sup> Ibidem.

*serviços de médicos e dentistas junto a uma população inteiramente desassistida*” (GORENDER, 2003, p.237). Ridenti (1993) também menciona o uso de atividades assistenciais após o recuo da segunda expedição, em novembro de 1972, quando médicos e dentistas teriam atendido à população ao mesmo tempo em que o Exército mantinha a repressão ao movimento guerrilheiro. Já Nascimento (2000) afirma que, antes mesmo do recuo da segunda campanha militar contra os militantes do PCdoB, algumas ações de ACISO vinham sendo praticadas, ainda que esporádicas.

No entanto, um vídeo produzido pela Agência Nacional no ano de 1971 mostra a realização de manobras na área onde estavam sendo desenvolvidos os planos de guerrilha do PCdoB. Com o nome de Operação Carajás, os exercícios teriam ocorrido em novembro de 1970 e mereceram amplo destaque, sendo o filme voltado exclusivamente para as atividades postas em prática. De acordo com as informações narradas na peça, a Operação Carajás teria contado com a participação de tropas das três corporações das Forças Armadas vindas de diversas partes do país e teria sido realizada justamente na região Tocantins/Araguaia, sendo a maior manobra do tipo até então realizada no país. No filme, é mencionado que os exercícios tinham por finalidade testar a eficiência das tropas no combate antiguerrilha, afirmando-se que as ações teriam sido bem sucedidas: *“O pleno êxito alcançado veio comprovar uma vez mais que os dispositivos militares brasileiros estão capacitados a agir na hora exata, no local certo e com a força necessária a fim neutralizar qualquer atentado à segurança nacional”*<sup>46</sup>.

Na locução do vídeo, a região é definida como o “portão de entrada da Transamazônica”, sendo a rodovia apresentada como uma obra de integração geoeconômica, enquanto as manobras constituiriam um “[...] ato de integração de natureza moral e cívica no

---

<sup>46</sup> Operação Carajás (1971), Agência Nacional. Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1q mzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo\\_cFB9dALU.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1q mzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo_cFB9dALU.FLV).

*domínio da segurança nacional*<sup>47</sup>”. Nas imagens é possível ver soldados sendo transportados pelos rios em embarcações, helicópteros e aviões, além dos veículos terrestres das Forças Armadas. Também são exibidas as simulações de combate, com tropas ocupando vilarejos e cidades ou em batalhas em áreas rurais. É interessante notar que, no documento do CISA<sup>48</sup> analisado neste trabalho, está registrado o temor em relação à possibilidade de os militantes do PCdoB realizarem atentados terroristas em trechos da rodovia Transamazônica.

O filme mostra tropas em exercícios nas cidades de Marabá, no estado do Pará, e de Imperatriz, no Maranhão, além de diversas outras localidades espalhadas pela região. Nas ações realizadas é simulada a ocupação de Marabá por guerrilheiros e a sua retomada pelos soldados a serviço do governo. Em Imperatriz, jovens da cidade foram convocados a participar das ações ajudando no controle e identificação dos automóveis que deixavam a localidade. As imagens ainda mostram aviões da FAB bombardeando os supostos guerrilheiros.

No trecho final do vídeo confere-se destaque à realização das atividades de ACISO. As imagens mostram médicos militares no atendimento a mulheres e crianças a céu aberto. Também é mostrado um grupo de homens em fila aguardando pelo atendimento. Na locução do evento afirma-se que a “[...] *assistência médica é um dos aspectos da ação social exercida pelas Forças Armadas nas regiões do interior do Brasil*<sup>49</sup>”. Entre as atividades da ACISO foi realizada também missa ao ar livre no município de Imperatriz: “*Os oficiais e soldados, juntamente com os habitantes locais, assistem missa na cidade de Imperatriz, comungando do mesmo sentimento religioso que caracteriza fortemente nosso povo*<sup>50</sup>”. As imagens mostram que a cerimônia misturava a mensagem religiosa às atividades de doutrinação cívica, já que

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (AC ACE 54616/72).

<sup>49</sup> Operação Carajás (1971), **Agência Nacional**. Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1qzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo\\_cFB9dALU.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1qzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo_cFB9dALU.FLV).

<sup>50</sup> Idem.

são exibidos jovens uniformizados com faixas nas cores verde e amarela e segurando bandeiras dos estados brasileiros, algumas crianças com roupas militares, quepes e faixas escritas “Brasil”, entre outras cenas (figura 7). A Operação Carajás foi finalizada com um desfile militar que contou com a participação de jovens da localidade.




---

**Figura 7** – Fotograma da cerimônia de encerramento da Operação Carajás, em Imperatriz/ MA. Na imagem, crianças uniformizadas como militares e com faixas escritas “Brasil”.

---

**Fonte:** Operação Carajás (1971), Agência Nacional – Arquivo Nacional/ Zappiens.br.

---

Com base no filme sobre a Operação Carajás é possível realizar algumas considerações analíticas. Em princípio, de acordo com o que nos indicam as informações apresentadas pelas imagens e pela narração havia já uma preocupação das Forças Armadas em estarem presentes na região do Araguaia. As manobras realizadas contaram com homens vindos de unidades de todo o país e com grande aparato bélico. Essa atenção com a região do Araguaia é mencionada também no relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2007):

No final dos anos 1960, o isolamento econômico e social dessa tríplice divisa já despertava a atenção do governo militar. Em novembro de 1970, as Forças Armadas

simularam manobra conjunta de contraguerrilha na área – a Operação Carajás. O objetivo era inibir a presença da esquerda na região. (BRASIL, 2007, p.196)

Outro aspecto que importa destacar foi a tentativa de aproximação que as forças militares empreenderam em relação à população civil. Além das atividades de ACISO que são apresentadas, jovens foram chamados a colaborar com as tropas, como demonstrado através das ações de controle e identificação dos automóveis na saída da cidade de Imperatriz (figura 8).



---

**Figura 8** – O envolvimento de jovens nas atividades de identificação e controle das pessoas que deixavam a cidade de Imperatriz/ MA durante as ações da Operação Carajás.

---

**Fonte:** Operação Carajás (1971), Agência Nacional – Arquivo Nacional/ Zappiens.br.

---

Por fim, é interessante notar que as ações cívicas já haviam sido realizadas nas proximidades das localidades onde estavam estruturados os destacamentos da guerrilha do PCdoB. Assim, mesmo que não fosse uma atividade frequente ou que não tivesse uma abrangência que atingisse às localidades mais isoladas, de qualquer forma, a ACISO não seria uma total novidade quando foi colocada em prática juntamente às operações de repressão ao movimento revolucionário.

Nas fontes consultadas para o presente trabalho, não se teve acesso a atividades mais detalhadas que compuseram as ACISO realizadas na região do Araguaia durante a repressão à guerrilha. O relatório produzido pelo CISA<sup>51</sup> menciona apenas que as ações cívicas foram executadas dentro da Operação Papagaio, campanha militar realizada em setembro de 1972 na tentativa de aniquilar o movimento guerrilheiro. Informações próximas a estas aparecem em relatório sobre conferência ocorrida em 1984<sup>52</sup> na Universidade Federal do Pará (UFPA) sobre a guerrilha do Araguaia, na qual participou a militante do PCdoB Elza de Lima Monnerat. Com base no depoimento da ex-guerrilheira é feita uma narrativa do movimento e do processo de repressão por parte das forças do governo. Monnerat, que foi uma sobrevivente do Araguaia, mencionou o uso da ACISO como forma de conquistar o apoio da população camponesa:

I. Em SET 72, teve início a “segunda parte dos combates”, que teve a participação não só do EXÉRCITO, como também da MARINHA e da AERONÁUTICA, “com o contingente de 12 mil homens”. Trouxe ainda a “Operação ACISO”, “atividade de cunho assistencialista, utilizando médicos e odontólogos no atendimento da população”. A referida “operação” tentava reverter o apoio dos camponeses à guerrilha para os militares<sup>53</sup>.

Assim, as informações disponíveis tratam mais das ACISO de forma genérica, sem detalhes maiores sobre as atividades e tampouco sobre a quantidade de ações realizadas. De acordo com Nascimento (2000), além dos atendimentos médico e odontológico, os serviços de saúde realizados na região incluíram a distribuição de remédios e a aplicação de vacinas, ações comumente realizadas através das ACISO no restante do país. O pesquisador ainda assegura que as ações assistencialistas tornaram-se permanentes na região. Tal afirmação

---

<sup>51</sup> Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações (AC ACE 54616/72).

<sup>52</sup> Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações (ABE ACE 4887/84).

<sup>53</sup> Idem.

pode ser confirmada por outros documentos do SNI posteriores ao fim da guerrilha do Araguaia. Em relatório produzido em 1982<sup>54</sup> referente aos conflitos no campo que aconteciam no sul do estado do Pará, e em outro datado de 1984<sup>55</sup> sobre a tentativa de resolução dos problemas através da ação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT), ambos redigidos pela agência de Belém do SNI, as atividades de ACISO são mencionadas como forma de amenizar as tensões existentes e conquistar o apoio da população civil na região frente às ações “subversivas” de grupos que estariam fomentando as disputas.

A ACISO é também mencionada em documento do SNI redigido em 1984<sup>56</sup>, que relatava a atuação no município paraense de São Geraldo do Araguaia dos padres franceses Aristide Camio e François Jean-Marie Gouriou. Os religiosos teriam apoiado a luta de camponeses pela posse de suas terras na região, sendo presos no início da década de 1980. Após a libertação, ambos percorreram o país em encontros e conferências. Numa delas, realizada no Centro Educacional Anísio Teixeira (CEAT), no Rio de Janeiro, o padre Aristide Camio teria finalizado sua fala com críticas às ações cívicas que seriam “[...] *uma maneira de enganar o povo, pois são temporárias e não dão ao povo o que ele precisa*”<sup>57</sup>. De acordo com o padre, o caráter inconstante e imediatista das ACISO não seria capaz de solucionar os problemas enfrentados pelos camponeses da região do Araguaia.

É fundamental diferenciar as ações realizadas no Araguaia daquelas que foram colocadas em prática anteriormente na serra do Caparaó por forças militares e pelo próprio governo. Ao que aparece, o movimento planejado pelo MNR, e que caiu sem ter iniciado a luta guerrilheira de fato, não trouxe preocupações posteriores à ditadura militar. Além disso, a região da serra do Caparaó não apresentava grandes conflitos na disputa por terras, o que

---

<sup>54</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (ABE ACE 2453/82).

<sup>55</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (ABE ACE 4668/84).

<sup>56</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (AC ACE 44955/84).

<sup>57</sup> Idem.



dificultava o trabalho político de grupos de esquerda que quisessem implantar um novo foco guerrilheiro nas proximidades do Parque Nacional.

Bem ao contrário, o movimento estruturado pelo PCdoB na região do Araguaia causou grande preocupação ao governo militar. Por isso, as atividades de ACISO foram consideradas como de efeito meramente provisório, sendo necessário implantar outros programas que pudessem integrar a região, ocupando-a e desenvolvendo-a economicamente. Seria preciso também criar órgãos que possibilitassem a mediação das disputas por terra e a resolução de problemas mais graves. Por fim, na visão dos órgãos de repressão, a região mereceria constante vigilância e presença militar para conter novas investidas de grupos de esquerda. A avaliação de que apenas as atividades de ACISO não bastariam surgiria ainda durante os combates envolvendo as tropas do governo e os militantes do PCdoB. No relatório produzido pelo CISA<sup>58</sup> em 1972, questiona-se o efeito das ações cívicas, vistas como positivas no enfrentamento aos guerrilheiros, porém, com eficácia apenas momentânea:

As ações do Governo para superar o que denominamos de “vulnerabilidades” tornam-se imprescindíveis. Requerem, no entanto, um planejamento global e uma atuação permanente e não temporária, como é o caso das “ACISO” que, embora benéficas, são passageiras e, nesta situação, o retorno à situação anterior é altamente prejudicial<sup>59</sup>.

O relatório ainda destaca que seria essencial às forças fiéis ao governo atuarem de forma preventiva, ocupando os espaços com ações que beneficiassem a população antes que os grupos de esquerda o fizessem: “*Não podemos permitir que o inimigo chegue ‘primeiro’ e*

---

<sup>58</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (AC ACE 54616/72).

<sup>59</sup> Idem.

*com promessas e atos amigáveis, consiga o apoio tão necessário para alimentar os seus propósitos<sup>60</sup>”.*

No mesmo relatório, chamava-se a atenção para a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que teria permitido a resolução de problemas referentes à posse da terra em áreas dos municípios de Marabá, Xambioá e São Felix. Resolver as questões no campo e oferecer melhores condições de vida à população são apresentadas como formas de barrar o avanço dos grupos revolucionários na região do Araguaia: *“A fixação do homem à terra, legalizando a sua posse, assistência médica permanente, educação e higiene, são medidas aconselháveis e decisivas, contra a subversão e guerrilha do campo<sup>61</sup>”.*

Nascimento (2000) enfatiza que o INCRA distribuiu terras para a população que vivia nas áreas próximas onde estariam instaladas as bases do movimento guerrilheiro e teria prometido, ainda, lotes para os “bate-paus” que guiaram as tropas na busca pelos militantes do PCdoB. O pesquisador demonstra que, além do INCRA e das campanhas de ACISO, a região do Araguaia ainda receberia outros programas como as expedições do Projeto Rondon e o MOBREAL, entre outros. O Estado, dessa forma, tentava se fazer presente com o objetivo de não ser surpreendido novamente com novos movimentos revolucionários na região:

No que tange a presença do governo, chamo a atenção para que, num “pedaço” do Brasil onde o Estado não existia para cumprir sua função básica de promotor de serviços essenciais com vistas ao atendimento de demandas sociais e política da população, isto é, onde prevalecia o controle das instituições pelas oligarquias locais que promoviam e promovem os mais diversos tipos de controle privado, tais como a corrupção, o nepotismo, o clientelismo e, finalmente, a violência exercida contra cidadãos indefesos perante não só aos poderes do Estado como contra os agentes públicos, o governo buscou intensificar sua relação com as populações tradicionais. (NASCIMENTO, 2000, p.161)

---

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Ibidem.

O pesquisador ainda descreve um programa de reassentamento que teria sido posto em prática nas localidades de Brejo Grande e Palestina, no estado do Pará: *“Famílias inteiras desses povoados supostamente influenciados pela Guerrilha foram retiradas de suas casas. Essa ação ainda era parte dos planos antiguerrilha e visava o controle efetivo dos moradores”* (NASCIMENTO, 2000, p.162). Assim, o governo militar visava reagrupar os habitantes que viviam dispersos pela região, o que facilitaria a sua vigilância e o controle sobre as atividades ali realizadas, em um processo que lembra os reassentamentos da população camponesa argelina realizados à força pelas tropas francesas através das SAS, procedimento que foi analisado por Bourdieu e Sayad (2006).

Por fim, a preocupação com a ocupação e desenvolvimento da região do Araguaia é demonstrada também através da criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), apresentado ao presidente Ernesto Geisel através da “Exposição de Motivos nº 070/74”, e encaminhado para tomada de procedimentos ao ministro da Justiça Armando Falcão através do “Aviso nº 324/74”. Ambos os documentos são constantes no Processo da Divisão de Comunicações do Ministério da Justiça<sup>62</sup> nº 65.004, de 23 de outubro de 1974, tendo sido encaminhados pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), general Hugo de Andrade Abreu. O documento direcionado à presidência da República apresenta maiores detalhes sobre as finalidades do programa. A sua implantação seria uma recomendação do Ministério do Exército, que, através do “Aviso nº 003-Secreto” de 30 de maio de 1974, sugeria um programa governamental que estivesse em consonância com o enfrentamento à guerra revolucionária. Com isso, o documento encaminhado ao presidente Geisel pelo CSN aconselhava a

---

<sup>62</sup> Arquivo Nacional, Processo DICOM nº 65.004 – 23 out. 1974 (BR RJANRIO,XX TT.0.MCP, PRO.388).

[...] adoção de medidas nos campos econômico e psicossocial, destinadas a atender os maiores anseios da população, bem como integrar a região no contexto do desenvolvimento nacional, eliminando, dessa forma, as principais causas de exploração político-ideológicas dos habitantes locais por grupos subversivos.

Visando a realização de um programa governamental ajustado ao quadro de combate à Guerra Revolucionária e que se oriente pelos interesses conjunturais da Segurança na área, o Ministério do Exército, no mencionado Aviso, sugere a criação de uma Comissão Interministerial, com a finalidade de apresentar soluções para os problemas existentes, dentro do prazo e da oportunidade que se faz necessário<sup>63</sup>.

De acordo com o documento, o CSN posicionava-se favorável à criação do POLAMAZÔNIA, porém, deixava claro que outros programas deveriam ser implementados em caráter de urgência na região na tentativa de eliminar as causas “[...] *que vêm dando origem à exploração político-ideológica dos habitantes locais por grupos subversivos e terroristas*”<sup>64</sup>. No projeto, deveriam ser estabelecidos dois polos de desenvolvimento, o do Araguaia/Tocantins e o de Carajás. Entretanto, as medidas que seriam implantadas em cada um dos polos estariam condicionadas aos estudos que seriam realizados por uma comissão interministerial coordenada pelo Ministério do Interior, mas que contaria ainda com os ministérios do Exército, Justiça e Agricultura.

Dessa forma, se as ações cívicas se constituíram importante elemento dentro das estratégias das Forças Armadas e do governo militar para vencer o movimento revolucionário do PCdoB e, após a aniquilação da guerrilha, tentar manter a ordem e o controle sobre a região do Araguaia evitando novas investidas de grupos “subversivos”, ao mesmo tempo, as campanhas de ACISO foram consideradas insuficientes, havendo uma preocupação maior com a ocupação e o desenvolvimento econômico local, assim como a tentativa de resolver os problemas mais graves, como as disputas pela posse da terra. Portanto, as ACISO

---

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Ibidem.

mantiveram-se presentes, mas conviveram com outros programas como as expedições do Projeto Rondon, a tentativa de controle dos conflitos no campo através do GETAT ou de medidas que objetivavam dinamizar a economia e integrar a região. Todos esses programas, porém, mantinham profundo alinhamento ideológico com os mesmos propósitos das ações cívicas: conter a guerra revolucionária.

As ACISO, assim, executadas de forma isolada ou integradas a exercícios militares, praticadas em áreas sem conflitos ou como estratégia de combate a movimentos guerrilheiros, transformaram-se em uma das “armas” das forças militares contra a “ameaça comunista”. Ainda que consideradas ineficientes se executadas isoladamente, elas foram elemento importante nas operações do Exército contra os militantes do PCdoB na região do Araguaia. Caracterizadas pela realização de ações assistenciais às populações civis, as ACISO faziam parte do “arsenal” edificado pelas Forças Armadas para eliminar as esquerdas no país. No entanto, ao invés das rajadas de balas de fuzis, era através do trabalho de médicos e dentistas que se tentava “atingir” o “coração” e a “mente” dos brasileiros na busca pela conquista de sua simpatia e apoio.

## Considerações Finais

Instrumento militar visando aproximar-se da população civil na tentativa de conquistar sua simpatia e de construir uma boa imagem das organizações castrenses, a ACISO sobreviveu ao fim da ditadura e da Guerra Fria. Sem o mesmo destaque e sem as mesmas concepções ideológicas de antes, as ações cívicas ainda são realizadas em áreas de conflito, ocupações de comunidades ou mesmo em campanhas esporádicas praticadas em regiões carentes, no auxílio a asilos e creches, entre outros. Em geral, são ações de cunho assistencialista, ainda que, na sua constituição na década de 1960, privilegiava-se também obras de infraestrutura e atividades que visavam o desenvolvimento das localidades atendidas.

Durante a ditadura militar, as ACISO ocuparam lugar de destaque nas corporações militares brasileiras, sobretudo no Exército. As ações cívicas foram construídas dentro das concepções doutrinárias do período da Guerra Fria, destacando as contribuições francesa e norte-americana. No caso da primeira nação, as Forças Armadas da França tiveram a experiência do enfrentamento aos movimentos de libertação ocorridos em suas antigas colônias nos continentes asiático e africano, especialmente no conflito da Argélia ações assistencialistas e outras atividades foram adotadas na tentativa de conquistar a população local e diminuir o ímpeto dos grupos insurgentes. Além disso, foram os militares franceses aqueles que primeiro refletiram sobre a configuração dos conflitos que surgiam no Terceiro Mundo no período, tendo as teorias formuladas por oficiais das Forças Armadas do país influenciado fortemente importantes setores do oficialato brasileiro a partir de fins da década de 1950. A guerra revolucionária, assim, ocuparia o centro das preocupações de muitos

militares no Brasil que tiveram papel central no golpe de 1964 e na ditadura que se instaurou após a derrubada do presidente João Goulart, moldando parte das políticas do próprio governo militar e das Forças Armadas do Brasil no período.

Já a contribuição dos Estados Unidos se deu muito mais no campo do treinamento do que no doutrinário. Somente a partir do início da década de 1960 teóricos norte-americanos foram mais efetivos na formulação de doutrinas que conjugassem desenvolvimento econômico e diminuição das diferenças sociais com a segurança nacional. Neste contexto, foi a partir do governo de John Kennedy que a América Latina ganharia maior atenção, dando especial ênfase ao Brasil. No bojo da Aliança para o Progresso, surgiram também programas destinados às forças armadas e polícias dos países latino-americanos que projetaram a sua reformulação na tentativa de garantir a segurança interna contra grupos que planejavam praticar a “subversão” e implantar o socialismo. As *civic actions* fizeram parte das medidas pensadas para a reformulação da estrutura e do papel das organizações militares na região, tendo notável destaque nos cursos que foram ofertados aos militares em instituições norte-americanas instaladas tanto na Zona do Canal do Panamá quanto em quartéis nos Estados Unidos, ou nos que foram ofertados nos próprios territórios das nações “beneficiárias” dos programas de ajuda provenientes de Washington.

No Brasil, as *civic actions* receberam a denominação de Ação Cívico-Social, sendo mais conhecidas pela sigla ACISO. As ações cívicas compuseram os cursos de guerra revolucionária no interior de unidades das Forças Armadas e constituíram elemento importante dos exercícios de instrução de tropas. Dentre as atividades executadas, destacaram-se os atendimentos no campo da saúde através de consultas médicas e odontológicas, vacinações, realização de exames, distribuição de medicamentos, etc. As ACISO também podiam incluir orientações sobre higiene pessoal, assistência no campo com instruções sobre métodos agrícolas e na criação de animais, recreações com crianças, obras

em prédios públicos, exibição de filmes em praça pública, distribuição de alimentos e materiais escolares, desfiles cívicos, entre outros. Por fim, muitas obras de infraestrutura, como a construção de estradas e pontes, receberam também o “selo” de ACISO.

Dentro dos mesmos preceitos ideológicos, outros programas foram colocados em prática por unidades do Exército como os cursos de alfabetização de crianças e adultos, os cursos profissionalizantes para conscritos de unidades da corporação e as atividades das colônias de férias. Nestes casos, ao invés das tropas se locomoverem até as áreas onde residiam populações carentes, eram os próprios quartéis que abriam suas portas para receberem os moradores das regiões próximas ou capacitavam os próprios soldados para o momento que estes retornassem à vida civil. Em algumas ocasiões, tais projetos foram caracterizados também como ACISO, como analisado na tese.

As ACISO ainda atuaram de forma combinada com outros programas colocados em prática pelo governo militar, como o Projeto Rondon e o MOBRAL. As ações cívicas constituíram-se também em uma das principais estratégias no processo de repressão aos movimentos de luta armada que se opuseram à ditadura, como nas guerrilhas de Caparaó e do Araguaia, analisados no último capítulo deste trabalho.

Neste ponto, vale realizar uma reflexão sobre como os programas executados pelas corporações militares brasileiras no período caminharam em total consonância com as próprias políticas governamentais da ditadura. Como um “mantra”, o combate à “ameaça comunista” esteve no centro de muitas dos projetos e das medidas colocadas em prática pelo regime militar, agindo em total conformidade com as doutrinas de guerra que tanto influenciavam as Forças Armadas do Brasil no período. Governo e tropas, assim, em muitas ocasiões, se confundiam. As ações cívicas, concebidas a partir das teorias gestadas no período da Guerra Fria, tornaram-se elemento central neste contexto. Ao mesmo em que tentavam



conquistar a simpatia da população civil e criar um sentimento de repulsa pelos ideais marxistas através de atividades puramente assistencialistas, as ACISO também englobaram projetos que objetivavam contribuir com o desenvolvimento nacional, como as próprias obras de infraestrutura ou as orientações e cursos voltados ao homem do campo. Fizeram parte desta concepção também os cursos de capacitação no interior de quartéis destinados aos conscritos que retornariam à vida civil.

Assim, esta tese teve como objetivo trazer luz sobre aspectos das corporações militares e do próprio governo durante a ditadura militar brasileira pouco analisados ainda pela historiografia dedicada ao período. As ações cívicas e os demais programas estudados neste trabalho fizeram parte das medidas que foram executadas na tentativa de antecipar-se aos grupos revolucionários, visando “vacinar” a população contra o comunismo.

Entretanto, nem sempre foi possível chegar antes que as organizações de esquerda. Nestes casos, as ACISO foram executadas de forma combinada com as ações violentas de repressão aos movimentos guerrilheiros opositores à ditadura militar. A propósito, vale a pena levantar outro importante ponto de questionamento aos programas assistenciais das Forças Armadas: as ACISO, ao serem executadas em associação com as ações repressivas, teriam de fato o poder de conquistar o apoio da população local? Nesta tese foi possível avaliar a partir dos depoimentos dos moradores da região da Serra do Caparaó que as ações cívicas possibilitaram a construção de uma boa imagem das corporações militares que participaram das operações de contraguerrilha. No geral, ainda que demonstrem nos relatos um receio inicial em aproximar-se dos soldados, os entrevistados deixam transparecer simpatia e gratidão em relação às tropas pelos serviços prestados. Mas algumas observações precisam ser realizadas se quisermos compreender melhor o contexto que permitiu a simpatia pelos militares. No caso de Caparaó, os militantes do MNR, além de não terem realizado trabalho político junto à população local, também buscaram manter-se isolados, sem qualquer tipo de

contato com os moradores. Antes mesmo de serem identificados como “guerrilheiros comunistas”, já causavam temor pelo comportamento esguio ao se locomover pelas redondezas do Parque Nacional do Caparaó. Assim, a chegada das tropas e a prisão dos militantes do MNR representaria para os moradores da Serra do Caparaó a “salvação” diante da ameaça representada pelos “forasteiros” que, após capturados, foram identificados como “perigosos revolucionários”. Tal situação talvez tenha agido como um facilitador para uma penetração mais eficaz das atividades assistencialistas realizadas durante as operações na região, permitindo a conquista da simpatia da população local.

Esta relação, no entanto, não seria a mesma no Araguaia. Ainda que os militantes do PCdoB não tenham realizado um trabalho político aprofundado junto aos moradores da região anterior à conflagração da luta armada, eles se integraram às comunidades locais e, antes que a ACISO chegasse, já prestavam algum tipo de assistência à população. Com a descoberta da guerrilha pelos órgãos de informações da ditadura militar e o início dos confrontos, a violência das forças de repressão se disseminou pela área, atingindo não apenas os envolvidos com o movimento, mas também muitos habitantes locais.

Nesse contexto e a partir dos documentos analisados, nos parece prudente questionar se as ações cívicas executadas no processo de combate à guerrilha do Araguaia tiveram a mesma eficácia que aquelas realizadas na Serra do Caparaó. Assim, o próprio sentido das atividades de ACISO já partiriam de uma realidade diferente: enquanto no Caparaó as tropas visavam “conquistar” o apoio da população local, no Araguaia visavam “reverter” o apoio dado aos guerrilheiros. Tal colocação aparece em documento do SNI<sup>1</sup> referente à conferência realizada na UFPA com a presença da militante do PCdoB Elza Monnerat. De acordo com o relatório, a sobrevivente do movimento teria descrito o desenrolar das operações na região

---

<sup>1</sup> Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional (ABE ACE 4887/84).

afirmando que, a partir de 1972, as ACISO foram realizadas na tentativa “[...] reverter o apoio dos camponeses à guerrilha para os militares<sup>2</sup>”.

Além disso, é importante destacar também que, diferente de Caparaó onde as ações cívicas foram apenas realizadas durante as operações contra o MNR em 1967, na região do Araguaia elas se tornaram constantes e aparecem em outros documentos do SNI posteriores ao fim do movimento, como analisado no último capítulo desta tese.

A indagação sobre a eficácia das ações cívicas na região do Araguaia pode ser realizada também a partir da própria preocupação do governo militar em implementar programas de desenvolvimento local como o POLAMAZÔNIA ou na tentativa de manter-se presente e de controlar as disputas de terras através do GETAT. Medidas neste sentido não foram entendidas como necessárias na região do Caparaó, por exemplo.

Fica ainda a indagação referente à eficácia das ações cívicas junto daqueles que os documentos analisados nesta pesquisa não alcançaram. Nas áreas onde não foram conflagradas guerrilhas ou que não existiam conflitos de outra natureza, teriam as Forças Armadas conseguido conquistar o apoio e a simpatia dos moradores através das ACISO e demais programas? As atividades de assistência e todo o aparato ideológico utilizados teriam contribuído para tornar os indivíduos atendidos mais patriotas e ordeiros de fato? Qual seria o poder real de atração dessas políticas não apenas para aqueles que foram assistidos, mas também para os que delas participaram auxiliando nos atendimentos como voluntários? Todas essas pessoas teriam se alinhado de fato ao regime militar? Não é possível responder a todas essas indagações, ainda que acredite ter sido grande o poder de penetração e de conquista da simpatia da população através de tais ações. Porém, fica o questionamento para, quem sabe, incentivar outras pesquisas sobre o tema.

---

<sup>2</sup> Idem.

Fica aqui outra indagação: seriam esses programas meras reproduções do treinamento norte-americano ou cópias fiéis das ações realizadas pelas tropas francesas na Argélia? Ainda que seja indiscutível a influência destas nações sobre as Forças Armadas brasileiras, nos parece que os programas implementados no Brasil ganharam uma dinâmica própria. Assim como a doutrina da guerra revolucionária seria readaptada aqui pelos oficiais tupiniquins, as ACISO e demais programas estudados também parecem ter ganhado contornos específicos. Uma dessas peculiaridades, que revela uma apropriação particular dos exemplos estrangeiros é o fato de que qualquer atividade de atendimento à população civil ser chamada de ACISO. Outro aspecto que parece revelar uma especificidade dos militares brasileiros seria a realização de programas de ações cívicas para os próprios conscritos que prestavam o serviço militar. No interior das próprias Forças Armadas brasileiras parece ter havido certa autonomia na formatação dos tipos de programas, como pode ser notado nas grandes campanhas que eram realizadas por unidades submetidas ao III Exército em comparação com as campanhas menores realizadas por tropas de outras divisões. Pode-se notar até mesmo o uso do termo ACISO para algumas colônias de férias ou para os cursos profissionalizantes, enquanto a maioria mantinha outras denominações.

Por fim, é importante notar como as ACISO e demais programas estudados na presente tese ganharam espaço nas publicações do próprio Exército brasileiro. Ao que nos parece, a execução das atividades de assistência objetivava também fortalecer a coesão entre as corporações que compõem as Forças Armadas e as forças militares estaduais. Mais do que isso, ao atuarem diretamente junto à população civil, os programas assistenciais serviam para legitimar o fato de o país ser governado por generais e consolidar a ideia de compromisso das Forças Armadas com a sociedade. Se havia a necessidade de divulgar tais ações junto ao público civil, era também preciso fazê-lo no interior das próprias organizações militares visando fortalecer o discurso que justificava a tomada do Estado e o seu controle por 21 anos.

Daí a justificativa para que programas como as ACISO, as colônias de férias, os projetos de alfabetização e os cursos de formação profissional ganhassem tanto espaço nas publicações oficiais do Exército, sobretudo nas edições especiais como aquelas que comemoravam o aniversário da “Revolução de 31 de Março”.

Como afirmado na introdução deste trabalho, não se pretende aqui amenizar toda a truculência dos governos militares que se efetuou, sobretudo, através da face mais perversa com a violenta repressão que se abateu sobre os seus opositores. As mortes, as torturas, as prisões, os desaparecimentos, a censura às informações, nada disso pode ser negado. Historiadores e demais pesquisadores interessados no estudo da ditadura militar brasileira devem continuar no aprofundamento das investigações sobre os crimes cometidos no período. No entanto, a partir desta tese, buscou-se apresentar outro viés das ações militares postas em prática durante o regime militar. Assim, seja pela violência ou pelas ações assistenciais aqui analisadas, o objetivo mantinha-se o mesmo: conter a “ameaça comunista”. E neste contexto, para os formuladores de tais programas, médicos e dentistas poderiam ser tão ou mais eficazes que soldados portando fuzis.

## Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe**: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.15-25.

ABREU, Alzira Alves de. Os anos de chumbo: memória da guerrilha. In: Ferreira, Marieta de Moraes (coord.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p.14-32.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Parceria Estratégica Brasil-França na Área de Defesa. In: **III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**, 2009, Londrina - PR. III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: UEL, 2009. Disponível em [www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/SergioLuizCruzAguilar.doc](http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/SergioLuizCruzAguilar.doc). Acesso em 19 jun. 2014.

AMATO, Gabriel. Integrar o Brasil, combater a “subversão”: universitários e militares na criação do Projeto Rondon (1967-1969). In: **Seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer, 2014**: UFMG, Belo Horizonte – MG. Seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer, 2014, p.231-238. Disponível em <http://webintelligent.com.br/hcpcph/wp-content/uploads/2014/08/Anais-eletr%C3%B4nicos-do-semin%C3%A1rio-1964-2014-FINAL.pdf>. Acesso em 22 out. 2014.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n° 33, 2001, p.145-162. Editora da UFPR.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Os serviços de Informações no Brasil: a construção burocrática da rede. In.: ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: Entre a Teoria e a Prática: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em [http://www.fafich.ufmg.br/pae/bibliografia\\_republica.htm](http://www.fafich.ufmg.br/pae/bibliografia_republica.htm)> Acesso em: 01 jul. 2014.

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência?. **Revista Esboços**, Florianópolis, v.15, n° 20, 2008, p.245-273.

AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América**: os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi** (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, v. 5, p.296-332.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Retratos do Brasil; v.110)

BOITEUX, Bayard Demaria. **A guerrilha de Caparaó e outros relatos**. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.13-42.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o sabir cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 26, p.41-60, jun. 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, 400 p.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades/ Ed.34, 2001. (Coleção Espírito Crítico)

CAPARAÓ. Direção e roteiro: Flavio Frederico. Direção de produção: Priscila Torres. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A Rebelião dos Marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CASSIRER, Ernest. ¿Que es el mito? In: Cassirer, Ernest. **El mito del Estado**. 2.ª ed, 7.ª reimpressão. México, D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1992, p.7-63. (Colección Popular)

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (Descobrimos o Brasil)

CASTRO, Celso. **Exército e nação**: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso. O anticomunismo nas Forças Armadas. In: **A trajetória política de João Goulart**. CPDOC/FGV. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O\\_anticomunismo\\_nas\\_FFAA](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_anticomunismo_nas_FFAA)> Acesso em: 09 nov. 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Anelise Suzane Fernandes. **Operação PB/SUCCESS**: a intervenção secreta da CIA na Guatemala e seus impactos em um contexto de Guerra Fria. Belo Horizonte: 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

COSTA, José Caldas da. **Caparaó**: a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina; DILLON, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; DILLON, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. **Visões do golpe**: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). In: **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). BAURU: Edusc, 2004, p.15-28.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 6ª ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe**: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.41-51.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder**: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.167-205.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe**. Democracia e reformas no populismo. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.47-53.



- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estruturas e escolhas: era o golpe inevitável? In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe**: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.26-35.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.21-44.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 2003.
- GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **Caparaó, a lembrança do medo**: A memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó. Juiz de Fora, 2006. 205f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora.
- GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Socorro, os comunistas chegaram! **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n<sup>o</sup> 23, ago. 2007, p.80-84.
- HIRST, Mônica Ellen Seabra. **As relações Brasil – Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional**: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. Porto Alegre, 2011. 201f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HOBSBAWM, Eric J. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.216-231.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- ISHAQ, Vivien. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- KUPERMAN, Esther. **A Guerrilha de Caparaó (1966-1967)**: um ensaio de resistência. Rio de Janeiro: 1992. 295f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LOBATO, Mirta Zaida. O perigo vermelho: comunismo e anticomunismo na experiência operária dos trabalhadores da carne (Berisso, 1930-1943). In: BATALHA,

Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.249-285.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p.519-536, jul./dez. 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). In: **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. BAURU: Edusc, 2004, p.125-140.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 39-50, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). **Teoria e Pesquisa**, nº 46, p. 106-139, jan. 2005.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **Locus, revista de história**, Juiz de Fora, v. 10, nº 1, 2004, p. 79-97.

NOSSA, Leonêncio. **Mata!:** o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Défense: Centre de Doctrine d'Emploi des Forces. Les "Sections Administratives Spécialisées" en Algérie: Un outil pour la stabilisation. **Cahier de la recherche doctrinale**. Paris, N° 500, 21 out 2005. Disponível em <<http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/anciennes-publications/cahier-de-la-recherche/sas-algerie>> Acesso em: 26 jul.2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. BAURU: Edusc, 2004, p.297-314.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002 (Estudos; 180).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.30, nº 59, p.237-266, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.290-305.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A Guerrilha do Araguaia**: paulistas e militares na Amazônia. Belém: 2000, 199f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O Diabo no imaginário cristão**. Bauru: EDUSC, 2000. (Coleção História)

PADRÓS, Enrique Serra. As escolas militares dos Estados Unidos e a pentagonização das forças armadas da América Latina. **Outros Tempos**. São Luís, v. 1 esp., n° 59, p.13-31, 2007. Disponível em <  
[http://www.outrostempos.uema.br/vol\\_especial/dossieespecialart02.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/vol_especial/dossieespecialart02.pdf)> Acesso em 30 out. 2014.

PATLAGEAN, Eveline. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.). **A história nova**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.291-318. (O Homem e a História).

PEIXOTO, Fernando. **Hollywood**: episódios de histeria anticomunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. **História: Debate e Tendências**, vol. 10, n° 2, jul./dez. 2010, p.308-320. Publicado no 2º semestre de 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, tomo III, vol. 11, p. 343-380.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p.19-41, jan/jun 2012.

REBELLO, Gilson. **A guerrilha de Caparaó**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

REIS FILHOS, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória. In: REIS FILHOS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.7-16.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). BAURU: Edusc, 2004, p.29-52.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. (Descobrimos o Brasil)

REIS, José Carlos. Anos 1950: Nelson Werneck Sodré. In: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.145-172.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.13-36.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. Confidências Mineiras: Mesmo atrás das grades, presos políticos em Minas Gerais tornam públicos os métodos de tortura do governo militar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, nº 53, 2010, p.76-79.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. Campinas: 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. BAURU: Edusc, 2004, p.53-65.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre: 2002a. 457f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2.<sup>a</sup> ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, nº 44, 2002b, p. 463-488.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

ROSENFELD, Denis L. **Retratos do Mal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.93-101.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.69-93.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. 2.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

STUDART, Hugo. Guerrilha do Araguaia: Política, coragem e ódio nas selvas do Brasil. **Revista BrHistória**, São Paulo, nº 01, mar. 2007, p.14-27.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Globo, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). BAURU: Edusc, 2004, p.67-77.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. 15<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História)

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. “¡Estamos en guerra, señores!”. El Régimen Militar de Pinochet y el “pueblo”, 1973-1980. **Historia**. Santiago, nº 43, vol. 1, enero-junio 2010, p.163-201.

## Fontes documentais:

### **Arquivo Histórico do Exército** – Rio de Janeiro/ RJ:

- Revista “*A Defesa Nacional*” – Período pesquisado: 1960-1974.
- Jornal “*Noticiário do Exército*” – Período pesquisado: 1964-1974.

### **Arquivo Nacional** – Rio de Janeiro/ RJ:

- Processo DICOM nº 65.004 – 23 de outubro de 1974. Código de referência: BR RJANRIO,XX TT.0.MCP, PRO.388.

### Documentos do Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI):

- ARJ ACE 1424/70
- AC ACE 54616/72
- ABE ACE 2453/82
- ABE ACE 4668/84
- ABE ACE 4887/84
- AC ACE 44955/84

Vídeos:

- **Atualidades**, nº 42 (1964)/ Agência Nacional

Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgiS98gVM-X3uWGCFmX\\_INZV8-xc6\\_fE5Y5JRCxq9yti4.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiS98gVM-X3uWGCFmX_INZV8-xc6_fE5Y5JRCxq9yti4.FLV).

- **Brasil Hoje**, nº 15 (1972)/ Agência Nacional

Disponível em  
[http://zappiens.br:80/videos/cgiPXMM\\_PM15sprAl2ZNz9LkdfRc1JSZ-0A6kJZXmtb0o.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiPXMM_PM15sprAl2ZNz9LkdfRc1JSZ-0A6kJZXmtb0o.FLV).

- **Brasil Hoje**, nº 16 (1972)/ Agência Nacional

Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgiLZoft7gTQ\\_v9yhdh0hZ4B0sc-ER1NqVlzPYsKcqRXm0.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiLZoft7gTQ_v9yhdh0hZ4B0sc-ER1NqVlzPYsKcqRXm0.FLV).

- **Brasil Hoje**, nº 25 (1972)/ Agência Nacional

Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgi3aMsx6-WfMRJErXWWKWpuE\\_GP3Gt4npfJZwgJIPY4oA.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgi3aMsx6-WfMRJErXWWKWpuE_GP3Gt4npfJZwgJIPY4oA.FLV).

- **Brasil Hoje**, nº 51 (1974)/ Agência Nacional

Disponível em  
[http://zappiens.br:80/videos/cgiRoMW\\_\\_mSWfP84f1yz0YsXM6lmikdBQRJT00wg8Mx4Q.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiRoMW__mSWfP84f1yz0YsXM6lmikdBQRJT00wg8Mx4Q.FLV).

- **Brasil Hoje**, nº 52 (1974)/ Agência Nacional

Disponível em  
<http://zappiens.br:80/videos/cgiUfT9p7U1rPQERuW8MaoY5DL9ulfo593iIlvwTaEFdlY.FLV>.

- **Brasil Hoje**, nº 92 (1975)/ Agência Nacional

Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgipxxW59OUmA4JMUf89-18jH7L0XyDHjjCUyl-mtUGv\\_w.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgipxxW59OUmA4JMUf89-18jH7L0XyDHjjCUyl-mtUGv_w.FLV).

- **Brasil Hoje**, nº 211 (1977)/ Agência Nacional

Disponível em  
<http://zappiens.br:80/videos/cgiDrA0G3bv9956dLJCyS0CtDphKBQBIolP4gOvrZaa16E.FLV>.

- **Brasil Hoje**, nº 244 (1978)/ Agência Nacional

Disponível em  
[http://zappiens.br:80/videos/cgiLttRdJ\\_Hrov16oDvQ\\_Br265Vp8PS3nrpkR9T3X0uqDE.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiLttRdJ_Hrov16oDvQ_Br265Vp8PS3nrpkR9T3X0uqDE.FLV).

- **Cinejornal Informativo**, nº 84 (1967)/ Agência Nacional

Disponível em

[http://zappiens.br:80/videos/cgistzt\\_RSdwudgJSld6\\_7SgCwAY5pi9LqvP1hL9mtu3Rs.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgistzt_RSdwudgJSld6_7SgCwAY5pi9LqvP1hL9mtu3Rs.FLV).

- **Cinejornal Informativo**, nº 90 (1968)/ Agência Nacional

Disponível em [http://zappiens.br:80/videos/cgiKQf0hiH1hr7jPM-fO7rgDpFjBBDQGveIe6Qmte\\_yezs.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgiKQf0hiH1hr7jPM-fO7rgDpFjBBDQGveIe6Qmte_yezs.FLV).

- **Cinejornal Informativo**, nº 153 (1969)/ Agência Nacional

Disponível em

[http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw\\_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a\\_sfIRqY7eNS-Q.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a_sfIRqY7eNS-Q.FLV).

- **Manobras do Exército** (1971)

Disponível em

[http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw\\_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a\\_sfIRqY7eNS-Q.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgih2Ruw_ELEy3IPZPrMWrcOslcFgVY6a_sfIRqY7eNS-Q.FLV).

- **Operação Carajás** (1971)/ Agência Nacional

Disponível em

[http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1qmzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo\\_cFB9dALU.FLV](http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1qmzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo_cFB9dALU.FLV).

**Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais/** Centro de Pós-Graduação e Pesquisa da Polícia Militar de Minas Gerais – Belo Horizonte/ MG:

- Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó

**Hemeroteca Pública Estadual de Belo Horizonte** – Belo Horizonte/ MG:

- Jornais: “*O Globo*”, “*Estado de Minas*”, “*Jornal do Brasil*”, “*Correio da Manhã*”, “*Última Hora*”, “*Tribuna da Imprensa*” e “*Diário da Tarde*” – período pesquisado: abril de 1967.

– Revista: “*O Cruzeiro*”, 15/04 e 22/04/1967.

### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional –**

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

– Jornais: “*Diário de Notícias*” e “*Jornal do Brasil*” – período pesquisado: 1964 a 1974.

### **Livros:**

BONNET, Gabriel. **Guerrilhas e Revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

BRASIL, Pedro. **Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil**. Porto Alegre: Gráfica da Livraria do Globo S.A., 1964.

MARCO FILHO, Pe. Luiz de. Guerrilha do Parque Nacional do Caparaó - Serra do Caparaó - Abril de 1967. In MARCO FILHO, Pe. Luiz de. **História Militar da PMMG**. 7ª ed. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação, 2005. p. 131-141.

### **Entrevistas:**

Antônio Pereira Leite. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 05 de outubro de 2005.

Francisco Protásio de Oliveira. Depoimento concedido em Pedra Menina no dia 21 de novembro de 2005.

Izac Valério. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 04 de outubro de 2005

Joaquim Cândido da Silva. Depoimento concedido em Caparaó no dia 20 de novembro de 2005.

Maria Aparecida Rodrigues. Depoimento concedido em Pedra Menina no dia 21 de novembro de 2005.

Maria do Carmo Rocha Rezende. Depoimento concedido em Espera Feliz no dia 22 de novembro de 2005.



Nadir Tavares de Oliveira. Depoimento concedido em Alto Caparaó no dia 30 de setembro de 2005.

Welton Ferreira Lima. Depoimento concedido em Caparaó no dia 20 de novembro de 2005.

# Anexos

OFICINÁRIO DO EXÉRCITO Nº 2142
PÁGINA 3

## D C M M

O DIRETOR do Depósito Central de Material de Motocicleta comunica aos Agentes-Diretores das OM que os catálogos, os catálogos e manuais técnicos das relações abaixo, os quais poderão ser solicitados pelas Unidades que estejam necessitando, em Pedido Especial, através da Unidade de apoio:

**CATALOGOS**

**NÚMERO DO CATALOGO e ESPECIFICAÇÃO:**

ORD - 1. Índices dos grupos de controle system; ORD - SNL J 13. Tool S-4; ORD - SNL J 14. Tool Set; ORD - 685 536. Chevrolet Truck 2 1/2 Ton 6x6; ORD - 7 G102. Half Truck vol 2; ORD - 7 G102. Half Truck vol 3; ORD - 7 G102. Half Truck vol 14; ORD - 7 G102. Half Truck vol 15A1; ORD - 7 G102. Half Truck vol 3; ORD - 7 G103. Tank Light M5A1; ORD - 7 104. Tank M5; ORD - 7 104. Tank M5; ORD - 7 G125. Tractor 18 Ton Sec 1; ORD - 7 G129. Treiller 45 Ton; ORD - 7 G130. Tractor High Speed 13 Ton M5; ORD - 7 G162. Tractor High Speed 13 Ton M5; ORD - 7 G163. Ventilador Sec 2; ORD - 7 G176. Armored Utility M20; ORD - 7 G184. Tractor 38

Ton M-6; ORD - 7 G185. Tank M32, 32A1 e 32A1-B1; ORD - 7 G205. Tank Medium M4A3; ORD - 7 G244. Tank Medium M46; ORD - 7 G245. Carrier 76 mm M76; ORD - 7 G251. Tank M41 76mm; ORD - 7 G252. Tractor M8A1 e M8A2; ORD - 7 G281. Tank Medium M74; ORD - 7 G288. Rifle M50 10mm; ORD - 7 G501. G M C - Anfibus; ORD - 7 G533. Jeep 1 1/4 Ton M4 MB; ORD - 7 G507. Dodge 1 1/2 Ton 6x6; ORD - 7 G508. G M C - 2 1/2 Ton -QT-; ORD - 7 G509. Truck 4 Ton Diamond; ORD - 7 G510. Truck 45 Ton; ORD - 7 G511. Truck 56 Ton; ORD - 7 G512. Truck 6 Ton; ORD - 7 G514. Truck 6 Ton; ORD - 7 G542. Truck 5 Ton; ORD - 7 G630. Truck 2 1/2 Ton 6x6; ORD - 7 G671. Truck 5 Ton M425 e 426; ORD - 7 G712. Semi-trailer 11 ton; ORD - 7 G716. Power Unit PU-261; ORD - 7 G741. Dodge 3 1/4 Ton M37; ORD - 7 G744. Truck 5 Ton M12 (SCORRO); ORD - 7 G749. Truck 2 1/2 Ton M125; ORD - 7 G792. Truck 10 Ton M125 e 123; ORD - 7 G74. Treiller 2 1/2 Ton M25; ORD - 7 S R213. Treiller 4 Ton 2 Wheel M 21; ORD - 7 S G221. Treiller 2 Ton 4 Wheel; ORD - 7 S G227. Body Shop Truck S75 end ST6; ORD - 7 S G246. Bulldozer M3; ORD - 7 S G247.

Buldozer M2; ORD 7-8 G286. Buldozer M6; ORD 7-8 G518. Treiller 1 Ton 2 Wheel; ORD 7-8 G 525. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G 534. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G538. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G543. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G560. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G569. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G570. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G571. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G575. Semitrailer 5 Ton; ORD 7-8 G577. Semitrailer 5 Ton; ORD 7-8 G579. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G580. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G582. Semitrailer 2 Ton; ORD 7-8 G584. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G587. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G588. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G590. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G591. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 592. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G594. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G655. Semitrailer 6 Ton; ORD 7-8 G675. Semitrailer 3 Ton; ORD 7-8 G677. Semitrailer 11 Ton; ORD 7-8 G681. Semitrailer 11 Ton; ORD 7-8 G682. Semitrailer 11 Ton; ORD 7-8 G690. Semitrailer (Truck de 6x6 6 Ton; ORD 7-8 G855. Dolly 8 Ton MK83, MK83A; ORD 718 G698 Semitrailer 5 Ton K78A;

*(Continua na próxima número)*

### SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Ata da 20ª Sessão, em 20 de abril de 1966

**Figura 9** - Primeira atividade nos moldes de ACISO divulgada pelo jornal *Noticiário do Exército*. Uso do termo "ação Psico Social" para designar as ações cívicas realizadas.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 06 mai 1966 - Arquivo Histórico do Exército.

### MANOBRAS DA 4.ª RM

REALIZOU-SE no início do mês de março um exercício de Combinação de Armas e Serviços, na 4.ª RM e 4.ª DI.

A Manobra, que se desenrolou na região da Barragem de Fátima, no polígono formado pelas cidades de TRES PONTES-PARGINHÁ-CAMPOS GERAIS-ALFENAS-PARAGUAS-ARACATI-MENDES, teve para testar o alistramento da 4.ª RM do Grupamento B.

Participaram as seguintes Unidades: I-11-RI, II-4-RO 105, III-2-E Canh e 4.ª Esq. Rec Mec; elementos do 12.º RI, 4.ª Cia Com, 4.ª Cia L. Mnt, 4.ª Cia Int e 4.ª Cia P. E.

A PMMG esteve presente com a Cia de Missões Especiais de 10.º BG e a Força Aérea compareceu com pilotos e aviões para reconhecimento aéreo.

O exercício, que consistiu de ações contra guerrilhas, teve seu ponto alto na ação Psico Social nas localidades de MONTEALETE FAMA, QUEL, MDO e CORREGO DO OUTRO.

Da assistência prestada à população local, no curto espaço de duas jornadas, destacamos:

— Assistência médica .....	1 289 pessoas
— Extração dentária .....	633 pessoas
— Vacinas .....	284 doses
— Surturas dentárias .....	527 pessoas

Além destes dados concretos foram feitos reparos em grupos escolares, igrejas e logradouros públicos, distribuídos alimentos e remédios e proporcionado divertimento para as populações locais.

O encerramento da manobra foi presenciado pelo General Adalberto Pereira dos Santos, Cmt da 1.ª Exército, Gen Diógenes Gonçalves Vale, Cmt da ID-4 e Cel Antonio Pádua Falção, Cmt Geral da PMMG.

A FOTOMONTAGEM que ilustra as manobras da 4.ª RM, apresenta autoridades assistindo a uma exposição sobre os trabalhos: um grupo de alunos defronte ao prédio escolar recém-plantado pela tropa; aspectos de tratamento dentário e de execução de cortes de cabelo, feitos em benefício de moradores locais; a seguir, acréscios finais do exercício, entre o Cmt do 1.ª Exército, o Cmt da 4.ª RM e o Chefe do Estado-Maior desta; e finalmente, uma transposição de curso d'água, por meio de uma portada.




**Noticiário  
do EXÉRCITO**

ANO XI — Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de janeiro de 1968 — N° 2 549

## INSPEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O DIRETOR de Finanças do Exército, Gen Manoel Brígido Maia, acompanhado de sua comitiva, inspecionou, conforme instruções aprovadas pelo Chefe do Departamento de Provisão Geral, o Estabelecimento Central de Finanças e a Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas.

O Diretor de Finanças, no ECF, atestou o seu bom funcionamento, o alto grau técnico de seus elementos especializados e o fiel cumprimento das diretrizes dos Escalões Superiores; na PCIP constatou que a criação pioneira, no Exército, do Centro de Processamento de Dados, muito contribuiu para o desenvolvimento do setor administrativo, permitindo a introdução de dados que simplificaram o processo burocrático, fornecendo, em curto prazo, o resultado de um trabalho que sempre exigiu grande esforço pessoal.

## MANOBRAS DE 1967 DA Es SA



REALIZARAM-SE, no período de 21 a 24 de novembro próximo passado, as manobras de 1967 da Escola de Sargentos das Armas.

Cooperando com a Escola, participaram dos exercícios o 2-4º RO 105, de Pouso Alegre, a 4ª Cia Int. de Santos Dumont, e o 10º RI, de Juiz de Fora.

Foi vivido um tema tático, misto de guerra convencional e guerra revolucionária, que culminou com um ataque de envergadura ao Pico do Gavião, em que tomaram parte todas as Armas.

Paralelamente, desenvolveu-se intensa Ação Cívico-Social, a cargo de uma equipe composta de médicos, veterinários, dentistas, sacerdote e barbeiros. Foram montados dois postos da ACISO que contaram com grande afluência da população rural que, além da assistência recebida, foi contemplada com farta distribuição de gêneros alimentícios diversos.

Ponte de campanha construída por ocasião das manobras

### PASSAGEM DE COMANDO DA 3ª C Es I

REALIZOU-SE, às 10 ho-

**Figura 10** – Manobras da Es SA com realização de ACISO.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 18 jan 1968 – Arquivo Histórico do Exército.



**Figura 11** – Fotograma do filme *Cinejornal Informativo* nº 153. ACISO em Miguel Pereira (RJ). Na imagem, criança tendo os cabelos raspados por um soldado.

**Fonte:** *Cinejornal Informativo*, nº 153 (1969), Agência Nacional – Arquivo Nacional/ Zappiens.br.



**Noticiário  
do EXÉRCITO**

ANO XIII — Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de dezembro de 1969 — N° 3 011

## ACISO Abriu Até Estrada em Goiás

PARA dar escoamento à produção de arroz do município de Colinas de Goiás, uma companhia do Batalhão de Polícia do Exército, de Brasília, abriu estrada de 35 quilômetros, na maior operação Ação Cívico Social (ACISO) levada a cabo pelo Exército, tanto pelo seu volume de realizações como pelo seu alcance.

Colinas de Goiás fica às margens da rodovia Belém-Brasília, distante 1 300 km da Capital Federal. Cerca de NCr\$ 200 mil foram despendidos na Assistência Cívico-Social à população de Colinas.

Durante 5 dias, 330 pessoas receberam atendimento médico e remédios gratuitos, foram realizadas 978 extrações de dentes, aplicadas 2 084 va-

cinas (Sabin, antivariólica, antigripal, triplice e contra sarampo) e dedetizadas 171 casas. Foram feitos ainda 117 cortes de cabelo, palestra para 420 pessoas, enquanto que 2 430 assistiram às exibições de filmes educativos. Foram distribuídas 1 618 publicações («Brasil Grande», «O Seu Exército», «Integração Nacional», «Queremos Reformas» e revistas diversas).

Os estabelecimentos de ensino locais receberam, para distribuição gratuita aos alunos, 516 livros ginasiais, 720 livros para o curso primário, 2 600 cadernos, 1 700 borrachas, 1 700 lápis, 124 caixas de giz e 136 coleções de cartilhas. Foram doadas 21 carteiras duplas e 4 mesas.

A pista de pouso local, que antes recebia apenas pequenos monomotores, foi alongada e alargada para 1 000 metros por 15, sendo também balizada a fim de poder receber aviões do tipo DC-3. Uma picada rumando para as barrancas do Araguaia, através da qual circula boa parte da produção de arroz da região, foi transformada em estrada rural. Também as ruas da cidade receberam melhoramentos.

(Transcrito do «O Estado de São Paulo», de 4 Dez 69).

ACISO em Colinas



**Figura 12** – Realização de ACISO em Colinas de Goiás, com execução de obras rodoviárias.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 12 dez 1969 – Arquivo Histórico do Exército.

## Guerra Revolucionária AMAN

COM referência ao assunto, a Seção de Instrução Especial da AMAN realizou o 3º estágio para os cadetes do 3º ano, cujo objetivo principal é ensinar-lhes a combater esse tipo de agressão comunista.

Desenvolve-se o estágio em 4 fases:

- Estudo teórico do comunismo;
- Guerrilha Rural — realizada no maciço de Itatiaia, a 2 400m de altitude;
- Guerrilha Urbana — bloqueio de uma cidade e redução dos focos subversivos em seu interior;
- ACISO — objetivando a melhoria dos bens comunitários e preparação do futuro oficial para esse tipo de ação.

Na foto, tropa em exercício.

(Of. n° 198-DRP-70, de 5 Out 70, do Subcm da AMAN).



**Figura 13** – Curso de Guerra Revolucionária da AMAN com realização de ACISO.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 17 out 1970 – Arquivo Histórico do Exército.

## A Fixação do Homem à Terra

UM dos problemas de monta com que se defronta o Governo Revolucionário é o do êxodo rural. A fixação do homem à terra constitui e constitui ainda um desafio a vencer e o Exército participa dessa preocupação.

Assim é que foram criados, após 1964, os «Cursos de Conhecimentos Agropecuários» nas Organizações Militares que recebem conscritos da zona rural, objetivando a difundir conhecimentos especializados e estimular o retorno do pessoal às suas áreas de origem, após a prestação do serviço militar. Des'arte, além de atingir em seu âmago o problema primeiro do êxodo rural, concomitantemente presta relevantes serviços no sentido da qualificação técnica do homem do campo.

### Curso de Conhecimentos Agropecuários no 7.º RC



FOI realizado no 7.º Regimento de Cavalaria, aquartelado na cidade de Livramento — Rio Grande do Sul, com a supervisão dos oficiais veterinários da referida OM, um Curso de Conhecimentos Agropecuários, no mês de janeiro, com a participação de 40 soldados, os quais receberam aulas sobre bovinocultura, suinocultura, avicultura e técnica agrícola. Teve a competente colaboração de professores da Faculdade de Zootecnia de Uruguaiana, sob os auspícios de um convênio existente entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e a Pontifícia Universidade Católica.

O curso foi promovido pelo Comando daquela unidade militar, a Secretaria da Agricultura e o CETRE, que designaram técnicos para servir como instrutores, permanecendo os soldados-alunos em regime de internato durante os oito dias de aulas, demonstrações e trabalhos práticos.

Segundo os resultados da avaliação procedida ao término do curso, todos os participantes se consideraram aptos a transmitir aos seus vizinhos os ensinamentos e práticas que aprenderam, tendo despertado maior interesse os assuntos referentes à criação de gado leiteiro, suínos e aves, e à defesa sanitária animal.

Outros temas tratados em aulas e demonstrações práticas, que os participantes do curso mais apreciaram e sobre os quais declararam ter

### Soldados Voltam ao Campo Capacitados Para o Trabalho

ANTES de concluírem o tempo de serviço militar, em Florianópolis, 29 soldados do 14.º Batalhão de Caçadores participaram de um Curso de Conhecimentos Agropecuários, realizado no Centro Prá-

tico de Treinamento (CETRE), quando se prepararam para regressar às suas propriedades, na interior catarinense, agora mais capacitados para o desempenho das tarefas que os aguardam.

**Figura 14** – Matérias referentes aos Cursos de Conhecimento

Agropecuários divulgados na edição de aniversário de 6 anos do golpe civil-militar do *Noticiário do Exército*.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 31 dez 1970 – Arquivo Histórico do Exército.

## O EXÉRCITO CONTRA O ANALFABETISMO



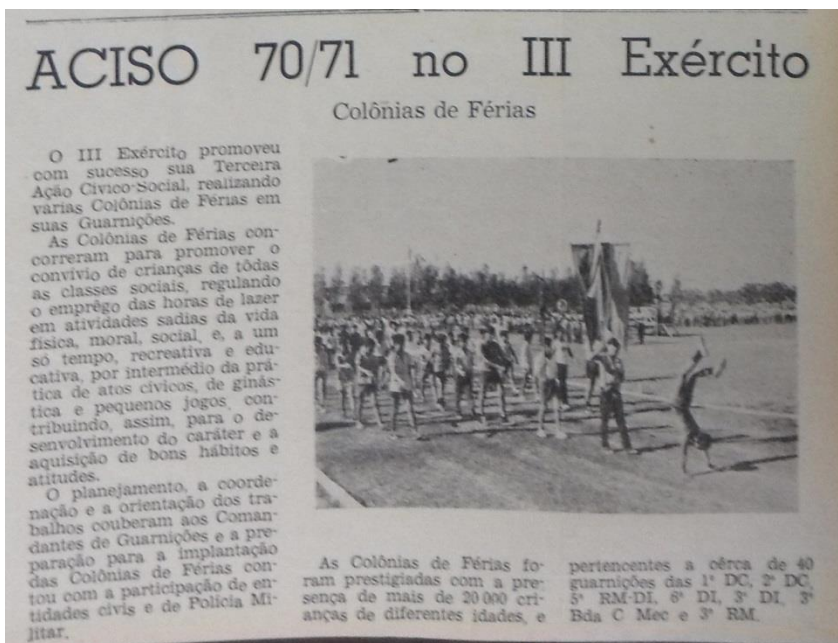
REAFIRMANDO os propósitos da integração nacional com o elemento básico de atuação do Exército na comunidade civil brasileira, organizações militares têm inaugurado no recinto do próprio quartel, escolas para alfabetização de crianças de ambos os sexos, às quais são proporcionados, inteiramente de graça, merenda livro escolar e uniforme.

Na foto, momento em que o Diretor do DRMM-7 inaugurava a nova escola.

**Figura 15** – Matéria referente a alfabetização de pessoas no interior de quartéis publicada na edição de aniversário de 6 anos do golpe civil-militar do *Noticiário do Exército*.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 31 dez 1970 – Arquivo Histórico do Exército





**Figura 16** – Desfile cívico em Colônia de Férias realizada no III Exército – uso do termo ACISO para designar as atividades.

**Fonte:** *Noticiário do Exército*, 24 mar 1971 – Arquivo Histórico do Exército.



**Figura 17** – Distribuição de leite em pó à população de Caparaó durante as operações de contraguerrilha.

**Fonte:** *Jornal Correio da Manhã*, 12 abr 1967 – Hemeroteca Pública Estadual de Belo Horizonte.



**Figura 18** – Crianças em carro da PMMG durante as operações de contraguerrilha em Caparaó.

**Fonte:** *Jornal do Brasil*, 15 abr 1967 – Hemeroteca Pública Estadual de Belo Horizonte.